

# COLLECCÃO DAS LEIS

DA

## Republica dos Estados Unidos do Brasil

DE

### 1918

VOLUME I

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

( Janeiro a Dezembro )



RIO DE JANEIRO

IMPRENSA NACIONAL

1919

# INDICE

DOS

## ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

### PRIMEIRO VOLUME — 1918

	Pags.
N. 3.448 — MARINHA — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de 21:911\$096, para pagamento á viuva do capitão de mar e guerra, honorario, Miguel Ribeiro Lisboa .....	1
N. 2.449 — MARINHA — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Fixa a Força Naval para o anno de 1918 e dá outras providencias.....	2
N. 3.450 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 28:509\$590, para pagamento ao Dr. Antonio Joaquim da Silva Rosado, em virtude de sentença judiciaria, bem como o de 10:171\$733, para pagamento ao escrivão da 6ª Vara Cível João de Souza Pinto Junior.....	3
N. 3.451 — MARINHA — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito de réis 2.481:794\$755, complementar ás verbas 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 17ª, 22ª e 23ª do orçamento de 1917.....	4
N. 3.452 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMER- CIO — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Con- sidera de utilidade publica a União dos Criado- res do Estado do Rio Grande do Sul e as Asso- ciações Commerciaes das cidades de Porto Ale- gre, Pelotas e Rio Grande, no mesmo Estado..	4

	Pags.
N. 3.453 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito de 349:482\$800, para conclusão das obras do Instituto Oswaldo Cruz e instalação de um hospital destinado ao estudo do tratamento das molestias tropicaes.....	5
N. 3.454 — FAZENDA — Lei de 6 de janeiro de 1918 — Fixa a Despesa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1918....	5
N. 3.455 — FAZENDA — Decreto de 7 de janeiro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.120:000\$, supplementar á verba « Exercicios findos » .....	118
N. 3.456 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1918 — Autoriza o Governo a mandar pagar ao secretario do extinto Arsenal de Guerra do Pará, João Vicente da Silva Ferreira, os vencimentos a que tiver direito.....	118
N. 3.457 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1919 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Guerra, do credito especial de 1:857\$, para pagamento de gratificação adicional a Alfredo Mathias, almoxarife do Hospital Central do Exercito .....	118
N. 3.458 — GUERRA — Decreto de 7 de janeiro de 1918 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Guerra, do credito especial de 136:927\$651, para pagamento de differenças de vencimentos a varios docentes militares.....	119
N. 3.459 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao official operario de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil Carlos de Oliveira Gomes um anno de licença, com dous terços da diaria, para tratamento de saude .....	120
N. 3.460 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, em prorrogação e com metade do ordenado, ao praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios Paulo Level, para tratamento de saude. ....	120
N. 3.461 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao cidadão José Marcos da Motta, auxiliar da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude, e com metade da diaria .....	121

## Page.

- N. 3.462 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Publicas os creditos necessarios para a satisfação de compromissos da Estrada de Ferro Central do Brasil durante os exercicios de 1915 e 1916 ..... 121
- N. 3.463 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, por intermedio do Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 146:392\$434, para occorrer a pagamento ao ex-tarefeiro da Estrada de Ferro Central do Brasil Leopoldo Cunha Filho..... 122
- N. 3.464 — **FAZENDA** — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 82:262\$370, para pagamento a Pedro Virgínio Orlandini, em virtude de sentença judicialia ..... 122
- N. 3.465 — **FAZENDA** — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 20:269\$173, para pagamento a D. Elvira Dodsworth de Souza, em virtude de sentença judicialia..... 123
- N. 3.466 — **FAZENDA** — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, creditos especiaes de 81:821\$676, ouro, e 1.879:199\$099, papel, para occorrer ao pagamento de dividas de exercicios findos, de diversos ministerios..... 123
- N. 3.467 — **FAZENDA** — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a brir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 17:960\$, suplementar á verba 7ª — Tribunal de Costas — do orçamento do mesmo ministerio de 1917 ..... 124
- N. 3.468 — **FAZENDA** — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 2.671:655\$466, suplementar á verba 20ª — Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo — na consignação « Porcentagens, diarias, passagens », do orçamento do mesmo ministerio ..... 124
- N. 3.469 — **FAZENDA** — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 1.281:025\$399, para occorrer ao pagamento devido o John Crashley, em virtude de sentença judicialia, e da outras providencias..... 125
- N. 3.470 — **FAZENDA** — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 11:237\$768, para pagamento de igual quan-



	Pags.
tia ao capitão de corveta Hermann Carlos Palmeira, em virtude de sentença judiciaria.....	125
N. 3.471 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Concede um anno de licença, para tratamento de saude, a Antonio Marcellino Regueira Costa, collector federal em Torres, no Estado de Pernambuco.....	126
N. 3.472 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 23:998\$921, para occorrer ao pagamento devido a D. Elvira Accioly Pereira Franco Rabello, em virtude de sentença judiciaria.....	126
N. 3.473 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, por intermedio do Ministerio da Fazenda, o credito especial de 38:075\$558, para pagamentos aos herdeiros do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, conselheiro Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares, em virtude de sentença judiciaria.....	126
N. 3.474 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 20:797\$425, para occorrer ao pagamento devido a D. Julieta Emilia Bortido, em virtude de sentença judiciaria.....	127
N. 3.475 — FAZENDA — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 117:523\$344, ouro, e 228:786\$493, papel, para o fim de ser restituída a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company a importancia de taxas de expediente pagas de 1912 a 1913.....	127
N. 3.476 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de réis 100:000\$, suplementar á verba 21ª — Ajuda de custo — do orçamento do Ministerio do corrente exercicio.....	128
N. 3.477 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 2:057\$900, suplementar á verba 11ª — Casa da Moeda — do orçamento da Fazenda, vigente em 1917, para pagar salarios ao operario Luiz da Silva Almeida .....	128
N. 3.478 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Fixa o subsidio e ajuda de custo dos Senadores e Deputados na legislatura de 1918 a 1920.....	129
N. 3.479 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Autoriza	

Paga\*

- o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 8:400\$, ouro, para pagamento dos premios de viagem conferidos aos bachareis José Soriano de Souza Netto e Abelardo Moreira de Oliveira Lima..... 129
- N. 3.480 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 3:099\$200, para os pagamentos a que tem direito o secretario da Presidencia da Camara dos Deputados e um continuo da Secretaria da mesma Camara..... 130
- N. 3.481 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 6:900\$, para pagamento de gratificações additionaes ao chefe do serviço tachygraphico, Antonio José Vaz, e ao tachygrapho de 1ª classe da Camara dos Deputados, Alcides Marques Pinto..... 130
- N. 3.482 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 2:040\$, para pagamneto de gratificação adicional a um official da Secretaria da Camara dos Deputados..... 131
- N. 3.483 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 1:200\$, para pagamento de gratificação adicional, relativa aos exercicios de 1916 e 1917, ao redactor dos « Annaes » da Secretaria da Camara dos Deputados..... 131
- N. 3.484 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 5:271\$, para pagamento de differença de gratificação adicional não recebida pelo sub-director e pelo porteiro da Secretaria da Camara dos Deputados..... 132
- N. 3.485 — MARINHA — Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Manda reintegrar Ricardo Barbosa no cargo de official de Fazenda da Armada..... 132
- N. 3.486 — FAZENDA — Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 5:699\$874, para occorrer ao pagamento de-

	Pags.
vido ao capitão de corveta Dr. Luiz de Franca Marques de Faria, em virtude de sentença judi- ciaria .....	133
<b>N. 3.487 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES —</b> Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Minis- terio da Justiça e Negocios Interiores, o cre- dito especial de 8:400\$ ouro, para pagamento de premois de viagem ao bacharel Henrique Smith Bayma e ao Dr. João de Barros Barreto	133
<b>N. 3.488 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMER- CIO —</b> Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Au- toriza a abertura ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio do credito especial de 1:795\$955, para pagamento da gratificação ad- icional de 40 % sobre vencimentos do ex-auxi- liar da Inspectoria Agricola do 2º Districto Marcellino Piacentini, relativa ao anno de 1913.	134
<b>N. 3.489 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMER- CIO —</b> Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Au- toriza o Governo a fornecer, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Com- mercio, preparados e aparelhos formicidas aos lavradores inscriptos e ás camaras muni- cipaes pelo preço do custo.....	184
<b>N. 3.490 — FAZENDA —</b> Decreto de 12 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 10:420\$057, para occorrer ao pagamento de- vido ao capitão de corveta Armando Ferreira, em virtude de sentença judiciaria.....	135
<b>N. 3.491 — FAZENDA —</b> Decreto de 15 de janeiro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial 12:871\$120, que se destina ao pagamento de Deodato Pinto dos Santos, em virtude de sen- tença judiciaria.....	135
<b>N. 3.492 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES —</b> Decreto de 19 de janeiro de 1918 — Amnistia todos os individuos envolvidos nos successos de Manaus e Floriano Peixoto, Estado do Ama- zonas, e na região do Contestado, no Paraná e Santa Catharina.....	136
<b>N. 3.493 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES —</b> Decreto de 19 de janeiro de 1918 — Determina que o auditor da Brigada Policial do Districto Federal concorrerá com os de Marinha ás vagas que se derem no Supremo Tribunal Militar...	136
<b>N. 3.494 — GUERRA —</b> Decreto de 19 de janeiro de 1918 — Estabelece nova denominação para os funcionarios dos estabelecimentos militares de ensino, fixando-lhes os vencimentos.....	137

	Pags.
N. 3.495 — GUERRA — Decreto de 19 de janeiro de 1918 — Autoriza a abertura do necessario credito para pagamento das differenças de vencimentos a que teem direito os auditores de guerra da Capital Federal.....	138
N. 3.496 — FAZENDA — Decreto de 19 de janeiro de 1918 — Autoriza a restituição da importancia de 1:560\$, descontada a D. Clotilde da Silva Paranhos do Rio Branco, da dotação conferida a seu pae, o Barão do Rio Branco.....	138
N. 3.497 — GUERRA — Decreto de 24 de janeiro de 1918 — Fixa o numero, vencimentos e diarias dos empregados e operarios da Fabrica de Polvora sem Fumaça.....	139
N. 3.498 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de janeiro de 1918 — Autoriza a abertura do credito especial de 39:249\$561, para pagamento do que fôr devido ao Dr. Asolpho Margarido da Silva e outros pela Prefeitura do Alto Purús.....	140
N. 3.499 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de janeiro de 1918 — Autoriza o Governo a despendar com a organização definitiva dos gabinetes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro até a quantia de cento e cincoenta contos de réis.....	141
N. 3.500 — MARINHA — Decreto de 24 de janeiro de 1918 — Autoriza a abertura do credito de réis 148:657\$, para pagamento de salarios dos operarios, aprendizes e serventes addidos do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e Directoria do Armamento.....	141
N. 3.501 — FAZENDA — Decreto de 24 de janeiro de 1918 — Autoriza a abertura dos creditos de 320:000\$, papel, e 160:000\$, ouro, para pagamento de direitos e impostos indevidamente arrecadados .....	141
N. 3.502 — FAZENDA — Decreto de 24 de janeiro de 1918 — Autoriza a abertura do credito necessario ao pagamento do que fôr devido ao official da Armada Frederico Ferreira de Oliveira, em virtude de sentença judiciaria.....	142
N. 3.503 — FAZENDA — Decreto de 29 de janeiro de 1918 — Reverte em favor de Camilla Vieira Ramos a pensão concedida a sua mãe, Camilla Peixoto Vieira .....	142
N. 3.504 — FAZENDA — Decreto de 29 de janeiro de 1918 — Autoriza o adeantamento de 10:000\$ a D. Virginia Fernandes Monteiro, viuva do contador da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional em Minas Geraes.....	143

	Paga.
N. 3.505 — MARINHA — Decreto de 29 de janeiro de 1918 — Autoriza a concessão de beneficios aos herdeiros dos officiaes da Armada e dos civis que pereceram nos naufragios do « Aquidaban » e do « Guarany » e nas revoltas de 23 de novembro e 10 de dezembro de 1910.....	143
N. 3.506 — MARINHA — Decreto de 29 de janeiro de 1918 — Concede aos herdeiros do 1º tenente do Exercito João Salustiano Lyra e do 2º tenente Eduardo de Abreu Botelho dous terços dos vencimentos totaes de capitão e de 1º tenente, respectivamente .....	144
N. 3.507 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de julho de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao 1º official da Administração dos Correios do Estado do Rio de Janeiro, João Alves de Souza Barreto Machado, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde, com ordenado.....	144
N. 3.508 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de julho de 1918 — Define o delicto da falsificação dos adubos chemicos e regula o seu commercio.....	145
N. 3.509 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de julho de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 9:669\$515, para pagamento de gratificações addicionaes a varios professores da Escola Nacional de Bellas Artes.....	146
N. 3.510 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1918 — Permite nas repartições competentes o registro dos contractos escriptos a machina ou impressos, assignados por quem esteja na disposição e livre administração de seus bens, com duas testemunhas e firmas reconhecidas, sendo rubricadas as respectivas folhas pelos interessados.	146
N. 3.511 — Appendice — Vol. III — Pag. 315.	
N. 3.512 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 6:000\$, para pagamento ao pessoal de conservação do extinto Lazareto de Tamandaré, de vencimentos relativos ao exercicio de 1915.....	147
N. 3.513 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 14:896\$774, para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Alice Gondim Cockrane e sua filha menor Vera, em virtude de sentença judiciaria.....	147

Pags.

- N. 3.514 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao agente fiscal dos impostos de consumo na capital do Estado de Santa Catharina, Americo Gonçalves de Aguiar, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude e com a gratificação de lei..... 148
- N. 3.515 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude, ao collector federal em Pão d'Alho, Estado de Pernambuco, José Antonio Cesar de Vasconcellos..... 148
- N. 3.516 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 14:195\$, para occorrer ás despesas com o empilhamento e guarda de trilhos e ferro velho, pertencentes á União..... 149
- N. 3.517 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 18:394\$751, para pagamento de vencimentos a funcionarios que serviram na extincta comissão de estudos da Estrada de Ferro de Coratá e Tocantins..... 149
- N. 3.518 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas os creditos especiaes de 260:000\$, ouro, e 1:200\$, papel, para occorrer a despesas provenientes de serviços postaes ..... 150
- N. 3.519 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao operario ajudante das officinas da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Cordeiro Coelho, para tratamento de saude, um anno de licença, em prorrogação, com metade da diaria.. 151
- N. 3.520 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Custodio José da Cunha, praticante de machinista do 1º deposito da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis mezes de licença, com metade da diaria, para tratamento de saude..... 151
- N. 3.521 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao guarda-chaves de 2ª classe da 2ª divisão da Estrada de Ferro Cen-

	Pags.
tral do Brasil Joaquim Dias, um anno de licença, com dous terços da diaria, para tratamento de saude.....	152
N. 3.522 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao porteiro, addido, da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria, Fidelis dos Santos Amaral, para tratamento de saude, um anno de licença, em prorrogação e com metade do ordenado.....	152
N. 3.523 — FAZENDA — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Considera de utilidade publica a Associação Commercial do Ceará e a Phenix Caixaerial de Fortaleza .....	153
N. 3.524 — FAZENDA — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Considera de utilidade publica a Associação Commercial do Estado da Parahyba.....	153
N. 3.525 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 2:543\$315, para pagamento de gratificação adicional aos tachygraphos da Camara dos Deputados Lincoln Godinho e José Joaquim da Rocha Junior.....	153
N. 3.526 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 7:731\$930, para pagamento de gratificações additionaes a professores da Escola Nacional de Bellas Artes.....	154
N. 3.527 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Autoriza o Governo a abrir, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem concedido á bacharel Catharina Albura alumna da Faculdade de Direito do Recife.....	155
N. 3.528 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Orlando Fernandes da Silva, praticante de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de saude.....	155
N. 3.529 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao trabalhador de 2ª classe da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil José Marques seis mezes de licença, em prorrogação e com dous terços da diaria, para tratamento de saude.....	156

- N. 3.530 — **VIACÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Carlos Gaertner Filho, 2º official da Administração dos Correios do Estado do Rio Grande do Sul, um anno de licença, em prorrogação e com o ordenado, para tratamento de saude..... 156
- N. 3.531 — **VIACÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 28 de agosto de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios José Freire Telles, para tratamento de saude, um anno de licença, em prorrogação e com metade do ordenado..... 157
- N. 3.532 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 2 de setembro de 1918 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até ao dia 3 de outubro do corrente anno..... 157
- N. 3.533 — **AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, RELAÇÕES EXTERIORES, GUERRA, MARINHA, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 3 de setembro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo, enquanto durar o estado de guerra, a usar da propriedade particular immovel; a desapropriar toda a sorte de bens; a requisitar qualquer quantidade de generos de primeira necessidade, e a tomar outras providencias... 157
- N. 3.534 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Autoriza O Governo a conceder a Genesio de Moura Pegado, secretario da Inspectoria de Saude do Porto de Belém, no Estado do Pará, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude ..... 159
- N. 3.534 A — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 720\$, para pagamento de gratificação addicional a um servente da secretaria da Camara dos Deputados..... 160
- N. 3.535 — **VIACÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder a D. Maria Ignacia dos Reis, ajudante da agencia dos Correios de Todos os Santos, nesta Capital, seis mezes de licença e em prorrogação, com o ordenado, para tratamento de saude..... 160
- N. 3.536 — **VIACÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Autoriza o Presi-



- dente da Republica a conceder ao praticante de conductor de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil Hernani Marcondes de Sá, um anno de licença, em prorrogação, com metade do ordenado, para tratamento de saude. 161
- N. 3.537 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de setembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 55:072\$158, para liquidação de compromissos referentes á construcção e conservação da Estrada de Ferro de Cruz Alta ao Ijuhy, durante o anno de 1915..... 161
- N. 3.538 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de setembro de 1918 — Autoriza o Governo a abrir, pelo Ministerio das Relações Exteriores, um credito especial para attender ás despesas com a viagem do ex-ministro da Allemanha até a fronteira do Uruguay..... 162
- N. 3.539 — Não foi publicado.
- N. 3.540 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Reconhece como associação de utilidade publica o Instituto Hahnemanniano do Brasil..... 162
- N. 3.541 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Publica a resolução do Congresso Nacional approvando os decretos do Poder Executivo que prorogaram o estado de sitio em 1917 e 1918..... 163
- N. 3.542 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Dispõe que os escrivães do alistamento eleitoral nenhuma retribuição tenham por titulo que entregarem ao eleitor, e dá outras providencias. 163
- N. 3.543 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a permittir á Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul a transferencia dos seus contractos, relativos á barra e porto do Rio Grande, ao governo do mesmo Estado.. 164
- N. 3.544 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de outubro de 1918 — Publica a Resolução do Congresso Nacional que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até ao dia 3 de novembro do corrente anno..... 165
- N. 3.545 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir o credito de 10:000\$, para a modificação da inscripção das moedas divisionarias de prata e nickel e cunhagem de novas moedas de nickel de 50 a 20 réis..... 165

Pags.

- N. 3.546 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1918 — Autoriza a elevar a emissão de que trata o decreto n. 12.963, de 10 de abril de 1918, até cinco vezes o valor do fundo metálico, ao câmbio de 27 d. por 1\$, e dá outras providências ..... 166
- N. 3.547 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de outubro de 1918 — Autoriza o Presidente da República a auxiliar com a importância de 50:000\$ a Segunda Conferência da Sociedade Sul-Americana de Higiene, Microbiologia e Pathologia e o Primeiro Congresso de Dermatologia e Syphiligraphia..... 167.
- N. 3.548 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 9 de outubro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito de 2.000:000\$, para a construção do edifício dos Correios na cidade de S. Paulo ..... 167
- N. 3.549 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMER-  
CIO — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Au-  
toriza o Presidente da República a reconhecer  
de utilidade pública as Sociedades de Agricul-  
tura da cidade do Rio de Janeiro e dos Estados  
de S. Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Ge-  
raes e Pernambuco..... 168
- N. 3.550 — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMER-  
CIO — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Au-  
toriza o Presidente da República a reorganizar,  
sem augmento de despesas, a Directoria do  
Serviço de Povoamento dando-lhe a denomina-  
ção de Departamento Nacional do Trabalho.. 168
- N. 3.551 — FAZENDA — Decreto de 16 de outubro de  
1918 — Autoriza o Governo a abrir o crédito  
especial de 28:488\$971, para occorrer ao pa-  
gamento do que é devido a D. Maria Isabel  
Cintra Tigre, em virtude de sentença judi-  
ciaria ..... 171
- N. 3.552 — FAZENDA — Decreto de 16 de outubro de  
1918 — Autoriza o Presidente da República a  
abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito  
especial de 13:541\$765, para pagamento a Dona  
Marcellina Lopes Chaves de Mello e outras, em  
virtude de sentença judiciaria..... 171
- N. 3.553 — FAZENDA — Decreto de 16 de outubro de  
1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir,  
pelo Ministério da Fazenda, o crédito de.....  
300:000\$, ouro, e 1.000:000\$, papel, supple-  
mentar á verba 28ª «Reposições e Restitui-  
ções», do orçamento do mesmo ministério, do  
exercício corrente ..... 172
- N. 3.554 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES —  
Decreto de 16 de outubro de 1918 — Autoriza

	a concessão de um anno de licença, com dous terços da diaria de seu cargo, ao guarda civil, João Nareiso da Motta.....	Pags. 172
N. 3.555	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, além do credito de 1:200\$, suplementar á verba 8ª do art. 2º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro ultimo, os creditos especiaes de 1643:403\$677, 130:235\$335 e 60:566\$713, sendo o 1º para pagamento de differença de diarias, gratificações e etapas ao pessoal empregado nas embarcações da Saude Publica, nos exercicios de 1913 a 1917, o 2º para identico pagamento relativo a 1918, correspondendo o 3º a quotas para alimentação referentes a 1913 e devidas a funcionarios da Escola Premunitoria 15 de Novembro .....	173
N. 3.556	— VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Aristides da Rocha Leão, auxiliar de cabine da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, em prorrogação, com dous terços da diaria, para tratamento de saude.....	174
N. 3.557	— VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos Raul Jansen Ferreira um anno de licença, com metade do ordenado para tratamento de saude; revogadas as disposições em contrario .....	174
N. 3.558	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1918 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até ao dia 3 de dezembro do corrente anno.....	175
N. 3.559	— MARINHA — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de 28:920\$, para occorrer ao pagamento de vencimentos do pessoal do Corpo de Praticos dos Rios da Prata, Baixo-Paraná e Paraguay. ....	175
N. 3.560	— AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Autoriza a abertura ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio do credito suplementar de 16:914\$284 para pagamento de dous lentes da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria no corrente anno.....	176
N. 3.561	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Autoriza	

Pag.

- a concessão de 180 dias de licença, em prorrogação e com o ordenado, ao guarda civil de 1ª classe Saint Clair Guimarães, para tratamento de saúde..... 176
- N. 3.562 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir os créditos supplementares de 103:678\$250 e 29:127\$ às verbas 16ª e 32ª do art. 2º, da lei n. 3.454, de 6 janeiro de 1918, e o especial de 5:902\$130, para pagamento das differenças de gratificações addicionaes devidas a diversos funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados. 177
- N. 3.563 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 1.859:700\$, para pagamento a Trajano de Medeiros & Comp., por fornecimentos feitos em 1916 ..... 177
- N. 3.564 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de novembro de 1918 — Manda abolir o imposto sobre subsidios e vencimentos a partir de 1 de outubro de 1918..... 178
- N. 3.565 — GUERRA — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Dispõe sobre o provimento de vagas no magisterio do Exercito e dá outras providencias ..... 178
- N. 3.566 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 56:172\$420, para occorrer ao pagamento do que é devido á viuva e herdeiros de Delphino Erasmo Saddock de Sá, em virtude de sentença judiciaria. 179
- N. 3.567 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao estafeta distribuidor da Administração dos Correios de São Paulo, Joaquim Fonseca seis mezes de licença, em prorrogação, a contar de janeiro deste anno. 180
- N. 3.568 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, em prorrogação e com ordenado, a Americo Wenegorowis (Brasil, 1º escripturario da secretaria da Estrada de Ferro Oeste de Minas, para tratamento de saúde..... 180
- N. 3.569 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Oscar Cavalcanti Silva, estafeta expresso da Directoria Geral dos Cor-

	Pags.
reios, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de saude.....	181
N. 3.570 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de novembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder cento e oitenta dias de licença, para tratamento de saude, com dous terços da diaria, ao official operario de 4ª classe da 1ª residencia da Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil Francisco Marques da Silva Ferreira.....	181
N. 3.571 — FAZENDA — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 388:937\$204, para pagamento ao Dr. Valentim Antonio da Rocha Bittencourt, ex-thesoureiro da Alfandega da Bahia, em virtude de decisão do Tribunal de Contas.....	182
N. 3.572 — FAZENDA — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Concede ao segundo escripturario da Directoria de Estatistica Commercial Antonio Heraclito Carneiro Campello um anno de licença .....	182
N. 3.573 — FAZENDA — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 410\$833, para occorrer ao pagamento do que é devido ao Dr. Joaquim Cardoso de Mello Reis, em virtude de sentença judicialia.	183
N. 3.574 — FAZENDA — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a considerar como licença, com o ordenado, o tempo decorrido de 14 de junho de 1917 a 20 de novembro do mesmo anno, data da vespéra do fallecimento do ajudante do cartorio do Tribunal de Contas João Sabino Rodrigues Silva .....	183
N. 3.575 — FAZENDA — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, um credito especial de 171:680\$319, para pagamento ao bacharel Arthur de Carvalho Moreira, em virtude de sentença judicialia.....	184
N. 3.576 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de novembro de 1918 — A licença concedida ao ajudante de 1ª classe, nas officinas do Engenho de Dentro, da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel Ferreira, por decreto n. 3.275, de 6 de junho de 1917, é a contar de 23 de novembro de 1915.....	184
N. 3.577 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder quatro mezes de licença, em prorrogação, ao servente de	

	Pags.
3ª classe da 3ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil João dos Santos, com o ordenado.	185
N. 3.578 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao guarda-cancella de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil Olympio Ribeiro da Silva, para tratamento de saude, um anno de licença, em prorrogação e com dous terços da respectiva diaria .....	185
N. 3.579 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de novembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao telegraphista de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil Antonio Vasques da Costa tres mezes de licença, com o ordenado, para tratamento de saude, onde lhe convier.....	186
N. 3.580 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, os creditos de 15:000\$ e 50:404\$235, supplementares á consignação «Material» de cada qual das verbas 6ª e 8ª, respectivamente, do art. 2º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.....	186
N. 3.581 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de novembro de 1918 — Concede a Armando Augusto Seabra de Mello, praticante de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios, um anno de licença, em prorrogação, com direito de perceber dous terços dos vencimentos de seu cargo.	187
N. 3.582 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de novembro de 1918 — Considera de utilidade publica o Centro Caixeral de S. Luiz do Maranhão.....	187
N. 3.583 — MARINHA — Decreto de 25 de novembro de 1918 — Releva a prescripção em que incorreu o direito de DD. Delphina Henriqueta Valladas Garroxo Ferreira e Honorina Celesta Valladas Garroxo ao percebimento do meio soldo deixado por seu irmão, o 2º tenente da Armada Henrique José Pedro Valladas Garroxo.	188
N. 3.584 — MARINHA — Decreto de 26 de novembro de 1918 — Manda considerar como de campanha os serviços prestados, na guerra do Paraguay, pelo capitão-tenente reformado Clemente Cerqueira Lima.....	188
N. 3.585 — FAZENDA — Decreto de 27 de novembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a mandar contar a Horacio Seabra, conferente da Alfandega da Capital Federal, para os effeitos legais, o tempo em que esteve afastado do seu antigo cargo de conferente da Alfandega da Bahia .....	189

	Paga.
N. 3.586 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de novembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 1:030\$, para pagamento de gratificações addicionaes a serventes da Camara dos Deputados .....	189
N. 3.587 — FAZENDA — Decreto de 27 de novembro de 1918 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até ao dia 31 de dezembro do corrente anno.....	190
N. 3.588 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Considera de utilidade publica o Instituto Brasileiro de Contabilidade, com séde na Capital Federal..	190
N. 3.589 — GUERRA — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Autoriza o Governo a nomear segundos tenentes intendentes os dous sargentos classificados na prova oral do ultimo concurso.	190
N. 3.590 — GUERRA — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Autoriza o Governo a dispensar o operário José dos Santos do serviço da Fabrica de Polvora Sem Fumaça.....	191
N. 3.591 — MARINHA — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Autoriza a concessão de um anno de licença, com ordenado, ao terceiro pharoleiro Olavo do Nascimento Badejo, para tratamento de saude.....	191
N. 3.592 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Concede ao guarda civil de 2ª classe Manoel Ramos da Silva 180 dias de licença, com direito a perceber dous terços da diaria, para tratar de sua saude, onde lhe convier.....	192
N. 3.593 — Não foi publicado.	
N. 3.594 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a conceder a Innocencia Gonçalves Euphrasio, agente do Correio de S. Vicente de Paulo, seis mezes de licença, com o ordenado, para tratamento de saude.....	192
N. 3.595 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 1.500:000\$, para occorrer ás despesas com as obras necessarias nos edificios das delegacias fiscaes.....	193
N. 3.596 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1918 — Autoriza a abertura do credito de..... 8:763\$574, para pagamento a Adalberto Augusto da Motta Andrade, de importancia entregue ao Cofre dos Depositos Publicos.....	193

	Paga.
N. 3.597 — FAZENDA — Decreto de 6 de dezembro de 1918 — Autoriza a abertura dos creditos especiaes de 20:833\$283 e de 18:245\$060 para pagamento a D. Maria Lidomilia Teixeira de Souza Mendes e outras e D. Rita Rosa da Costa Rodrigues e outras, em virtude de sentença judiciaria .....	194
N. 3.598 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1918 — Autoriza a concessão de um anno de licença, em prorrogação, a Custodio de Ferreira Bandeira, agente fiscal dos impostos de consumo no Estado de Santa Catharina.....	194
N. 3.599 — FAZENDA — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Releva a prescripção em que incorreu o direito de D. Anna Ermelinda Botelho de Assis, para reclamar a pensão de montepio deixado por seu irmão Manoel Botelho de Mello, machinista da Estrada de Ferro Central do Brasil .....	194
N. 3.600 — GUERRA — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Declara sem applicação os §§ 1º e 2º do art. 192 do actual regulamento da Escola Militar á turma de officiaes que estuda este anno o segundo anno do curso de engenharia da referida escola e dá outras providencias.	195
N. 3.601 — MARINHA — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Marinha, do credito especial de 2:400\$, para pagamento do aluguel do casco do vapor <i>Lucania</i> , em 1917.....	195
N. 3.602 — AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO — Autoriza o Presidente da Republica a mandar contar tempo de serviço ao engenheiro civil Abdon Felinto Milanez, engenheiro de 2ª classe, addido, da Directoria do Serviço de Povoamento .....	196
N. 3.603 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO, GUERRA E MARINHA — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Declara promovidos ao anno ou série immediatamente superior áquelle em que estiverem matriculados todos os alumnos das escolas superiores ou faculdades officiaes, Collegio Pedro II e militares, bem assim dos estabelecimentos de ensino equiparados ou sujeitos a fiscalização.....	196
N. 3.604 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Incorpora ao patrimonio da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a Maternidade das Laranjeiras .....	198
N. 3.605 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Asse-	



	gura uma pensão aos guardas civis que se invalidarem em actos funcçionaes ou em consequencia delles e dá outras providencias....	Pags. 199
N. 3.606	— VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 944:434\$296, para pagamento ao tarefeiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio da Costa Lage.....	199
N. 3.607	— RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1918 — Approva o Tratado de Extradição de criminosos entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, assignado no Rio de Janeiro em 27 de dezembro de 1916....	200
N. 3.608	— FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza a abertura do credito de.... 17:389\$643, para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Isabel de Figueiredo da Gama e Souza em virtude de sentença judiciaria .....	200
N. 3.609	— FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza a abertura do credito de..... 1:585\$783, para occorrer ao pagamento do que é devido á Companhia de Seguros L'Union, em virtude de sentença judiciaria.....	201
N. 3.610	— FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 2:943\$331, para pagamento a Dona Carolina de Mello, em virtude de sentença judiciaria .....	201
N. 3.611	— FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 11:598\$364, para occorrer ao pagamento devido a DD. Cecilia e Maria Olympia Espinola, em virtude de sentença judiciaria .....	201
N. 3.612	— FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 6:140\$, para pagamento das indemnizações devidas a Albino Ferreira Coelho Pereira e Sabrosa & Comp.....	202
N. 3.613	— FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 415:065\$058, para occorrer á distribuição de remanescentes de loterias por diversas instituições publicas.....	202
N. 3.614	— FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a	

	Pags.
abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 62:051\$648, para occorrer ao pagamento devido a L. Cavalcanti de Albuquerque, em virtude de sentença judiciaria.....	203
N. 3.615 — FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de, papel, 800:000\$, supplementar á verba 5ª do orçamento do mesmo ministerio, afim de occorrer ás despesas da sub-consignação «Novas concessões — a) Montepio Civil» .....	203
N. 3.616 — GUERRA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 2:503\$225, para pagamento de ordenados ao secretario aposentado do extincto Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Leocadio Baptista Teixeira.....	204
N. 3.617 — GUERRA — Decreto de 18 de dezembro de 1918 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao bacharel Benjamin Americo de Freitas Pessoa, auditor de guerra da 7ª região militar, para tratamento de saude.....	204
N. 3.618 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1918 — Autoriza o Governo a fazer a paz com a Allemanha, podendo despende até a quantia de 500:000\$000 ouro...	205
N. 3.619 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1918 — Approva a Convenção de Arbitragem Geral Obrigatoria entre o Brasil e o Perú, assignada no Rio de Janeiro em 11 de julho de 1918.....	205
N. 3.620 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1918 — Approva o Tratado para a fixação e liquidação da divida entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, assignado no Rio de Janeiro em 22 de julho de 1918...	206
N. 3.621 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza o Governo a abrir, pelo Ministerio da Guerra, creditos supplementares na importancia de 64:750\$, para pagamento a docentes da Escola Militar e ao auditor de guerra bacharel Jacintho Fernandes Barbosa.....	206
N. 3.622 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza a abertura, ao Ministerio da Guerra, do credito especial de 1:560\$, para pagamento de gratificações addicionaes a Manoel Ignacio da Silva Teixeira e Heitor Hugo de Moraes, primeiro e segundo officiaes do Hospital Central do Exercito.....	207
N. 3.623 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministerio da Viação e	

Obras Publicas, o credito de 12:000\$, para at- tender ás despesas com a reparação da lancha <i>Alpha</i> , do serviço da Inspectoria Federal de Viação Marítima e Fluvial.....	208
N. 3.624 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 14:800\$, para o fim de occorrer ao pagamento devido a D. Maria Emilia Coelho de Freitas Henriques, em virtude de sentença judiciaria .....	208
N. 3.625 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 5:715\$475, para occorrer ao paga- mento devido a D. Emilia Clemente Campbell e outras, em virtude de sentença judiciaria...	209
N. 3.626 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 15:594\$639, para occorrer ao paga- mento devido a D. Adelaide Alves da Silveira e outros, em virtude de sentença judiciaria..	209
N. 3.637 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 8:753\$198, para pagamento a Eduardo Duarte da Silva Junior, em virtude de sentença judiciaria.....	210
N. 3.628 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 1:092\$708, para occorrer ao paga- mento dos vencimentos relativos ao periodo de 9 de maio a 21 de julho de 1913, e devidos ao 3º escripturario do Thesouro Nacional Pedro Rodrigues de Carvalho.....	210
N. 3.629 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 7:670\$960, para pagamento a Dona Maria Amalia de Freitas Dias Lima, em vir- tude de sentença judiciaria.....	211
N. 3.630 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1918 — Fixa o subsídio do Presidente da Republica no pe- riodo presidencial de 1918 a 1922.....	211
N. 3.631 — FAZENDA — Decreto de 27 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a exonerar o thesoureiro geral do Thesouro Na- cional, major Francisco Fonseca, da responsa- bilidade no desdobramento da cautela falsa nu- mero 425, de 100:000\$000.....	212

Pags.

N. 3.632 — GUERRA — Decreto de 28 de dezembro de 1918 — Proroga até o fim do corrente anno o prazo para pagamento do sello de patente dos officiaes da antiga Guarda Nacional.....	212.
N. 3.633 — MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Autoriza o Poder Executivo a abrir os creditos supplementares necessarios para admissão e praça na Escola Naval de 19 conditados approvados em concurso e dá outras providencias .....	213
N. 3.634 — MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Dá as denominações de « ajudantes e sub-ajudantes de machinistas » aos actuaes machinistas extranumerarios ou contractados da Armada, e outras providencias.....	213
N. 3.635 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Manda applicar no Exercito e na Armada aos postos de graduação a idade limite estabelecida para a reforma compulsoria dos postos effectivos correspondentes.....	214
N. 3.636 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Altera o art. 25, do decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915 .....	214
N. 3.637 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Fixa o subsidio para os membros do Conselho Municipal do Districto Federal e dá outras providencias .....	215
N. 3.638 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir o credito de 4:800\$, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, para pagamento do auxilio para aluguel de casa a que tem direito o Dr. Plinio Olyntho, medico alienista e assistente da Colonia de Alienadas do Engenho de Dentro. ....	215
N. 3.639 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir o credito extraordinario de 1:440\$, para pagamento de differença de addicionaes aos redactores de debates Nestor Ascoly e Sertorio de Castro... ..	216
N. 3.640 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, em prorrogação e com o respectivo ordenado, para tratamento de saude, onde lhe convier, ao bacharel Thomaz Miranda de Paula Pessoa, juiz substituto federal na secção do Amazonas.....	216
N. 3.641 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Autoriza	

	o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito de 86:960\$, para pagamento, no exercicio de 1918, de differença de vencimentos a diversos funcionarios da Secretaria do Senado; de 487\$500, para pagamento de gratificação de adicional ao director da Secretaria da Camara dos Deputados, no mesmo exercicio, e de réis 149:160\$, para pagamento no exercicio de 1919 de augmento de vencimentos aos funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados....	217
N. 3.642 —	JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario de 309\$950, para pagamento de gratificação adicional a um amanuense da Secretaria da Camara dos Deputados.....	219
N. 3.643 —	JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Autoriza o Governo Federal a entrar em accordo com o do Estado de Goyaz para vender os bens do espolio do Dr. João Gomes Machado Corumbá.....	219
N. 3.644 —	FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1918 — Orça a Receita Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1919 .....	220
N. 3.644 A —	JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1918 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito suplementar de 67:300\$ á verba numero 28, do art. 2º da lei n. 3.545, de 6 de janeiro de 1918.....	252

# ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

## 1918

---

DECRETO N. 3.448 — DE 2 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de 21:911\$096, para pagamento á viuva do capitão de mar e guerra, honorario, Miguel Ribeiro Lisboa

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de 21:911\$096, para occorrer ao pagamento devido á viuva do capitão de mar e guerra, honorario, Miguel Ribeiro Lisboa, de differença de soldo a que o mesmo tinha direito como instructor da Escola de Marinha Mercante do Pará, nos termos dos arts. 11 e 12 da lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910, e paragrapho unico do art. 61 do decreto n. 6.388, de 23 de fevereiro de 1907, e que o mesmo deixou de receber, não obstante haver o Ministerio da Marinha reconhecido a existencia da divida em aviso n. 1.051, de 17 de março de 1916; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Alexandrino Faria de Alencar.*

---

## DECRETO N. 2.449 — DE 2 DE JANEIRO DE 1918

Fixa a Força Naval para o anno de 1918 e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º A força naval para o anno de 1918 constará:

§ 1.º Dos officiaes do Corpo da Armada e classes annexas, constantes dos quadros estabelecidos pelas leis vigentes.

§ 2.º Dos sub-officiaes e assemelhados, constantes dos respectivos quadros.

§ 3.º De 47 alumnos da Escola Naval, sendo 22 guardas-marinha e 25 aspirantes.

§ 4.º De 5.000 praças do Corpo de Marinheiros Nacionais.

§ 5.º De 1.500 foguistas, marinheiros do Corpo de Marinheiros Nacionais.

§ 6.º De 1.500 foguistas contractados.

§ 7.º De 800 praças do Batalhão Naval.

§ 8.º De 200 alumnos da Escola de Grumetes.

§ 9.º De 1.000 alumnos das Escolas de Aprendizizes Marinheiros.

Art. 2.º Em tempo de guerra a força naval compor-se-á do pessoal que fôr necessario.

Art. 3.º O tempo de serviço dos marinheiros procedentes das Escolas de Aprendizizes será de 15 annos, a contar da data da inclusão na respectiva escola, e o dos voluntarios será de tres annos.

Art. 4.º Os claros que se abrirem no pessoal da Armada, serão preenchidos pela Escola Naval, pelas Escolas de Aprendizizes, pelo voluntariado sem premio, pelo sorteio legalmente regulamentado, na fórma da Constituição.

Paragrapho unico. Na insufficiencia dos meios declarados neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a recrutar pessoal por meio de contracto.

Art. 5.º As praças do Corpo de Marinheiros Nacionais e Batalhão Naval, que completarem tres annos de serviço, com exemplar comportamento, terão uma gratificação igual á metade do soldo simples da classe em que estiverem, sem prejuizo das demais gratificações a que tiverem direito.

Art. 6.º As praças do Corpo de Marinheiros Nacionais e do Batalhão Naval que, findo o tempo de serviço, se engajarem por tres annos, receberão soldo e meio; aquellas que, concluido este prazo, se reengajarem por tres, quatro ou cinco annos, receberão soldo dobrado, supprimidas as gratificações de 125 e 250 réis, anteriormente abonadas.

Art. 7.º As praças do Corpo de Marinheiros Nacionais e do Batalhão Naval que se engajarem ou reengajarem terão direito em cada engajamento ao valor em dinheiro das peças de fardamento gratuitamente distribuidas por occasião de verificarem a primeira praça.

Art. 8.º As praças dos dous corpos acima citados approvadas no curso de especialidades, e as que exercem os cargos definidos no decreto n. 7.399, de 14 de maio de 1909,

terão direito ás gratificações especiaes estabelecidas na tabella annexa ao mencionado decreto, além das demais vantagens que lhes competirem, comtanto que as relativas ás incumbencias não excedam ao limite maximo fixado no Guia para o abono de vencimentos ás praças.

Art. 9.º Serão considerados reservistas navaes os individuos pertencentes á marinha mercante ou a profissões maritimas que apresentarem certificado de habilitação para o serviço da Armada, expedido pelo respectivo Estado Maior.

§ 1.º Os reservistas navaes gosarão das vantagens dos voluntarios para manobras a que se refere o § 2º, art. 61, capitulo I, titulo III, do regulamento para alistamento e sorteio militar.

§ 2.º O Poder Executivo proporcionará a instrucção technica e pratica adequada á obtenção dos certificados a que se refere o paragrapho anterior.

Art. 10. Os reservistas navaes ficam isentos, em tempo de paz, do serviço militar em geral.

Art. 11. Será permittido aos alumnos dos differentes cursos dos 1º e 3º annos da Escola Naval, que em 1915 foram reprovados em uma cadeira, uma vez approvados, em março vindouro, na dita cadeira, ter praça de aspirante, satisfeitas ás exigencias regulamentares.

Art. 12. Aos officiaes amnistiados que, em virtude da lei n. 1.378, de 30 de outubro de 1916, passaram para o quadro Q. F. são asseguradas as mesmas vantagens e direitos ás promoções que aos demais officiaes do quadro ordinario.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Alexandrino Faria de Alencar*

#### DECRETO N. 3.450 — DE 2 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 28:509\$590, para pagamento ao Dr. Antonio Joaquim da Silva Rosado, em virtude de sentença judiciaria, bem como o de 10:171\$733, para pagamento ao escrivão da 6ª Vara Cível João de Souza Pinto Junior

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, por intermedio do Ministerio da Fazenda, o credito especial de 28:509\$590, para pagamento ao Dr. Antonio Joaquim da Silva Rosado, em virtude de sentença judiciaria, e bem assim, ao mesmo ministerio, o credito de 10:171\$733, de accordo com a conta feita pelo contador do juizo e constante de fls. 2.797 dos autos respectivos, com a concordancia do Dr. 2º procurador da Republica, para pagamento ao escrivão da 6ª Vara Cível, João de Souza Pinto Junior, raza e custas



do traslado requerido pela Fazenda Nacional, ao interpor o recurso extraordinario para o Supremo Tribunal Federal, nos autos da liquidação forçada da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

#### DECRETO N. 3.451 — DE 2 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito de 2.481.794\$755, supplementar ás verbas 5.ª, 6.ª, 7.ª, 8.ª, 17.ª, 22.ª e 23.ª do orçamento de 1917

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito de 2.481.794\$755, supplementar ás verbas 5.ª, 6.ª, 7.ª, 8.ª, 17.ª, 22.ª e 23.ª do orçamento de 1917 daquelle ministerio.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Alexandrino Faria de Alencar.*

#### DECRETO N. 3.452 — DE 2 DE JANEIRO DE 1918

Considera de utilidade publica a União dos Criadores do Estado do Rio Grande do Sul e as Associações Commerciaes das cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, no mesmo Estado

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º São reconhecidas de utilidade publica a União dos Criadores do Estado do Rio Grande do Sul e as Associações Commerciaes das cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*J. G. Pereira Lima.*

## DECRETO N. 3.453 — DE 2 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 349:482\$800, para conclusão das obras do Instituto Oswaldo Cruz e instalação de um hospital destinado ao estudo do tratamento das molestias tropicaes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 349:482\$800, destinado á conclusão das obras do Instituto Oswaldo Cruz e á instalação de um hospital em que os technicos se habilitem, com estudos especiaes, para o tratamento das molestias tropicaes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

## LEI N. 3.454 — DE 6 DE JANEIRO DE 1918

Fixa a Despeza Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1918

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte :

Art. 1.º A Despeza Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no exercicio de 1918, é fixada em 84.456:084\$444, ouro, e 461.958:950\$959, papel, que será distribuida pelos ministerios na forma especificada nos seguintes artigos :

Art. 2.º O Presidente da Republica é autorizado a despende, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 12:394\$400, ouro, e a de 48.692:596\$862, papel :

	Ouro	Papel
1. Subsídio do Presidente da Republica.....	.....	120:000\$000
2. Subsídio do Vice-Presidente da Republica.....	.....	36:000\$000
3. Gabinete do Presidente da Republica.....	.....	76:800\$000
4. Despeza com o Palacio da Presidencia da Republica.....	.....	100:000\$000
5. Subsídio dos Senadores.....	.....	774:900\$000

Ouro

Papel

## 6. Secretaria do Senado :

No «Pessoal», diminuida de 12:900\$, sendo: 5:100\$ pela supressão das seguintes sub-consignações : « Gratificação ao official encarregado da acta », « Gratificação ao funcionario que serve de secretario á Comissão de Finanças » e « Gratificação ao continuo que trabalha na mesma Comissão »; 3:000\$, na sub-consignação « Para gratificações addicionaes », supprimida desta sub-consignação as palavras « ao chefe da redacção dos debates », passando o total da mesma sub-consignação a ser de 39:058\$; 4:800\$ na sub-consignação « Salarios de serventes, etc. », que ficará redigida do seguinte modo: « 14 serventes a 2:000\$ de ordenado e 1:000\$ de gratificação, 42:000\$000 ».

Substituida pela seguinte a consignação « Material »: « Impressão e publicação dos debates em cinco mezes no *Diario Official*, 62:500\$; revisão dos debates, 13:800\$; organização dos *Annaes* de 1827 a 1857, 12:000\$; gratificação ao official encarregado das actas, 2:400\$; idem ao funcionario que serve de secretario á Comissão Especial do Codigo Commercial, 2:400\$; idem ao official secretario da Presidencia, 2:400\$; idem ao official secretario da Comissão de Finanças, 2:400\$; idem ao continuo que serve junto a esta Comissão, 600\$; idem ao servente encarregado da sala dos chapéos, 600\$; aluguel de casa aos porteiros da Secretaria e do salão, 2:400\$; salarios de dous *chauffeurs* e dous ajudantes de *chauffeur*, 13:440\$; objectos de expediente, livros, jornaes, revistas, encadernações e publicações, 32:000\$; conservação e limpeza do edificio e dos moveis, comprehendidos a pintura geral daquelle, a substituição das tapeçarias e fardamento para o pessoal subalterno, 26:000\$; custeio o reparação dos automoveis

	Ouro	Papel
do Presidente e do Vice-Presidente, 15:000\$; eventuaes, 25:000\$; consumo de agua, 396\$, e taxa de esgotos, 100\$, 223:436\$000.....		762:290\$800
7. Subsidio dos Deputados.....		2.607:600\$000
8. Secretaria da Camara dos Deputados:		

Augmentada de 43:771\$620, sendo :  
 2:400\$, para o conservador da bibliotheca, ficando assim equiparado aos 1<sup>as</sup> officiaes ; 4:800\$, para o conservador do archivo, equiparado assim ao conservador da bibliotheca ; 4:800\$, sendo 2:400\$ para cada um dos dous tachygraphos de 2<sup>a</sup> classe, cujos vencimentos foram fixados em 9:600\$ ; 4:800\$, sendo 2:400\$ para cada um dos dous tachygraphos de 3<sup>a</sup> classe, cujos vencimentos foram fixados em 7:200\$ ; 1:800\$, para gratificação especial ao funcionario que servir de secretario da Commissão de Constituição e Justiça; 600\$, para gratificação especial ao continuo que serve na sala dos chapéos ; 394\$020 para pagamento de gratificação adicional de 15 % a um continuo que completou 10 annos de serviço em época anterior a 1912, de accôrdo com varias deliberações da Camara ; 15:000\$ na consignação « Pessoal dispensado do serviço », para pagamento do vencimentos ; 3:000\$ de gratificação adicional do superintendente da redacção dos debates, dispensado do serviço, com todas as vantagens do seu cargo, por deliberação da Camara de 29 de outubro de 1917 ; 4:752\$ na mesma consignação, para pagamento de vencimentos, e 1:452\$600 para o de gratificação adicional a um continuo, igualmente dispensado do serviço, com todas as vantagens do seu cargo, por deliberação da Camara de 24 do mesmo mez e anno.

Augmentada ainda de 41:491\$200, ficando assim redigida a consi-

Ouro

Papoi

gnação destinada ás gratificações addicionaes: « Para pagamento de gratificações addicionaes, sendo: de 30 % ao sub-director, ao chefe de secção da acta (este a partir do 1 de maio), ao archivista, ao sub-chefe do serviço tachygraphico, a dous tachygraphos de 1ª classe, a um 1º official, ao conservador da bibliotheca, ao porteiro da secretaria, ao ajudante do porteiro da secretaria, ao ajudante do porteiro do salão e a quatro continuos; de 25 % a um chefe de secção, ao bibliothecario, ao chefe da secção da redacção dos debates, ao redactor dos *Annaes*, ao porteiro do salão, ao chefe de secção da acta (este até 30 de abril), ao chefe do serviço tachygraphico, a um tachygrapho de 1ª classe e a dous continuos; de 20 % ao superintendente da redacção dos debates, ao secretario da Presidencia, a um 1º official, a um 2º official, a um redactor dos debates, a tres tachygraphos de 1ª classe, a sete continuos e a um servente; de 15 % a tres 1ªs officiaes, a um 2º official, a tres redactores de debates, a tres continuos e a quatro serventes. 102:265\$600 ».

Na consignação « Dispensados do serviço »: reduzida de 5:702\$400, de vencimentos e gratificação adicional, a um continuo que falleceu, e augmentada de 6:177\$600 para pagamento de vencimentos, inclusive gratificação adicional, a um continuo dispensado do serviço, por deliberação da Camara de 20 de dezembro de 1916.....

9. Ajudas de custo aos membros do Congresso Nacional.....	1.090:583\$338
10. Secretaria de Estado. Augmentada de 2.400\$ para gratificação especial ao continuo e ao correio em serviço no Gabinete do Ministro, sendo 1:200\$ a cada um. ....	275:000\$000
11. Gabinete do Consultor Geral da Republica. Augmentada de 1:000\$, para gratificação especial	698:441\$118

Ouro

Papel

ao continuo pelo trabalho fóra  
das horas do expediente.....

20:600\$000

12. Justiça Federal. Augmentada de 111:621\$500, sendo: de 12:600\$ para accrescimo de 30 % nos vencimentos do juiz e do substituto, no Territorio do Acre, de accôrdo com a lei n. 2.738, de 4 de janeiro do 1913, e sentenças dos juizes federaes; 3:600\$, para mais um escrivão na Bahia e 3:600\$ para aluguel de casa, expediente, etc., para o juiz suplente da cidade de Santos, S. Paulo; 72:021\$500 no «Material» do Supremo Tribunal Federal, substituida a tabella pela seguinte: «Objectos de expediente, 8:000\$; livros, jornaes, revistas, almanaks e encadernações para a bibliotheca, 10:000\$; aquisição, concerto de moveis, reparos, outros objectos, 5:000\$; iluminação electrica, lampadas e concertos na respectiva rêde, 3:000\$; energia electrica para o elevador, lubrificantes e concertos, 1:000\$; telephones, 3:500\$; impressões e publicações no *Diario Official*, 5:000\$; impressão e publicação em volume da jurisprudencia do Supremo Tribunal Federal, 36:000\$; despesas de prompto pagamento, 2:000\$; taxa de esgoto, 136\$118; consumo de agua, 108\$; obras no edificio, concertos e eventuaes, 20:000\$; 7:200\$ para os vencimentos de um auxiliar, titulado em direito, que, por nomeação do procurador geral da Republica, servirá junto a este; 600\$ no «Pessoal» do Supremo Tribunal Federal para elevar a 3:600\$ os vencimentos do electricista, e 12:000\$ para gratificação especial ao juiz federal em Matto Grosso, commisionado pelo Supremo Tribunal Federal para dar execução á sentença que este proferiu na questão de limites entre aquelle e o Estado do Amazonas. Onde se lê na tabella:— Bahia, Pará e Rio Grande do Sul,— diga-se:— Pará e Rio Grande do Sul, e onde se diz:— Minas Geraes, Pernam-

	Ouro	Papel
bucos e S. Paulo — accrescente-se:— e Bahia —, transferindo se para esta consignação a verba destinada ao pagamento dos vencimentos do juiz e do substituto .....		1.997:593\$148
13. Justiça do Districto Federal. Augmentada de 13:536\$, sendo : 2:100\$ no «Pessoal» da Corte de Appellação, para elevar a 1:500\$ os vencimentos annuaes de dous officiaes de justiça, um correio e dous serventes; 3:000\$ na consignação «Juizes de Direito», para elevar a 1:500\$ os vencimentos annuaes de cinco officiaes de justiça e cinco serventes, e 8:436\$ na consignação «Tribunal do Jury», para elevar a 9:600\$ os vencimentos dos escriptvães do jury (dous terços de ordenado e um terço de gratificação).....	.....	1.395:929\$148
14. Ajudas de custo a magistrados....	.....	7:000\$000
15. Policia do Districto Federal :		
Augmentada de 505:100\$, sendo : 3:600\$ na consignação «Pessoal da Secretaria», para elevar a 1:500\$ os vencimentos annuaes de 12 serventes; 1:500\$ na consignação «Pessoal do Serviço Medico Legal», para elevar a 1:500\$ os vencimentos annuaes de cinco serventes; e 500:000\$ na consignação «Diligencias policiaes», para augmento do pessoal encarregado do serviço de investigações e capturas, emquanto perdurarem as difficuldades internas occasionadas pela guerra e forem precisos a vigilancia e os cuidados especiaes para garantir a segurança publica na Capital.		
Supprimida a consignação de 120:000\$ para reservas da Guarda Civil e reduzida de 92:000\$, no «Material», a consignação «Conducção de enfermos, alienados e cadaveres».		
Destacada da consignação «Diligencias policiaes» a quantia de 13:320\$, sendo : 7:200\$ para pagamento do medico encarregado do serviço do Laboratorio de Anatomia Pathologica e Mi-		

Ouro

Papel

croscopia do Gabinete Medico Legal da Policia, e que exerce o cargo actualmente; 2:400\$, 1:920\$ e 1:800\$ para pagamento, respectivamente, dos vencimentos do medico radiologista, do administrador do necroterio e do assistente do gabinete de anatomia pathologica... .. 6.184:315\$590

#### 16. Brigada Policial :

Na consignação « Empregados nas fachinas dos quartéis, etc. » accrescente-se *in fine* : « inclusive a gratificação de 3:600\$ ao actual desenhista auxiliar do engenheiro ».

Augmentada de 28:628\$ para pagamento dos seguintes reformados : tenente-coronel Marcelino José da Costa, 11:400\$; 1º sargento, enfermeiro-mór, Manoel de Souza Mattoso, 875\$; 2º sargento, contra-mestre de musica, Angelo Manoel Gonçalves, 839\$500; 2º sargento Miguel Protasio de Oliveira Cavalcanti, 1:277\$500; 2º sargento Rosaldo da Costa, 839\$500; 2º sargento Raul Oscar de Souza Dias, 839\$500; cabo Antonio Firmino de Brito, 1:022\$; cabo João Antonio de Oliveira (decreto de 31 de maio de 1917, melhoria de reforma), 255\$500; anspeçada Elpidio de Souza Ribeiro, 730\$; anspeçada Lourenço Ferreira dos Santos, 730\$; soldado Augusto Carvalho de Souza, 730\$; soldado João Clementino dos Santos, 730\$; soldado Alipio José de Andrade, 730\$; soldado José Ildelfonso da Motta, 730\$; 3º sargento corneteiro Hilario Arthur dos Santos, 803\$; cabo de esquadra Gentil Pinto da Silva, 766\$500; anspeçada Antonio Francisco Ferreira, 730\$; soldado Luiz Coutinho, 730\$; 2º sargento Rozendo Gonçalves da Silva, 839\$500; soldado José Coelho da Silva, 730\$; 2º sargento Francisco Anselmo da Costa Franco, 839\$500; anspeçada José Gil da Silva, 730\$; soldado Sebastião de Andrade, 730\$000.



Ouro

Papel

- Diminuida de 7:846\$500, pelo fallecimento dos seguintes reformados : capitão graduado Candido Hippolyto de Azeredo Coutinho, 1:260\$ ; alferes João Pinto Cavalcante, 1:440\$ ; sargento forriell Alfredo Alabano de Carvalho, 876\$ ; cabo Antonio Ferreira de Almeida, 766\$400 ; cabo Manoel Raymundo Lopes da Silva, 657\$ ; cabo Olympio da Fonseca Vianna, 766\$500 ; cabo graduado Manoel José Soares, 620\$500 ; anspeçada Egydio Luiz Felizardo, 730\$ ; soldado Horacio Antonio de Oliveira, 730\$000.
- Destacada da sub-consignação « Medicamentos, etc. », a quantia de 3:600\$, sendo dous terços de ordenado e um terço de gratificação, para pagamento dos vencimentos do medico oculista..... 8.414:381\$500
17. Casa de Detenção. Destacada da sub-consignação « Curativos de presos » a importancia de 6:000\$ annuaes, para custear os serviços profissionaes que desde 1915 presta aos detentos e correcçionaes o medico que ahi exerce o cargo de ophtalmo-oto-rhinolaryngologista..... 778:240\$139
18. Casa de Correcção :
- Substituidas as sub-consignações : « Comedorias aos empregados » e « Sustento dos penitenciarios » pela seguinte : « Alimentação, inclusive do pessoal e dieta dos sentenciados », 143:927\$062.
- Augmentada de 16:000\$, sendo 10:000\$ na sub-consignação « Materia prima », accrescentado, depois de combustivel :—« material rodante », e 6:000\$ para a sub-consignação « Salarios dos sentenciados »..... 391:522\$568
19. Archivo Nacional..... 179:281\$118
20. Assistencia a Alienados :
- Após ás palavras da proposta consignada para — « Pessoal » — diga-se em titulo — Pessoal de nomcação do director e do administrador— e depois das palavras — Instituto de Neuropathologia—,

Outro

Papei

acrescente-se: — para o serviço de dermatologia e syphilographia 6:000\$000 —. No « Material » augmentada de 40:700\$, especificando-se as verbas do seguinte modo: n. 8, aquisição e concertos, etc., 48:127\$; n. 9, conservação do predio, etc., 25:000\$; n. 11, fazendas, calçados, etc., 175:000\$; n. 12, materia prima, etc., 8:000\$; n. 16, para um gabinete anatomo-pathologico do hospital, 10:000\$; n. 17, para um gabinete anatomo-pathologico e photographico do Instituto Neuropathologico e sua conservação technica, 3:200\$; n. 18, para um gabinete de psychologia experimental, etc., 4:000\$000.

Destacada da consignação « Material do Hospicio Nacional », sub-consignação « Aquisição e concerto de moveis, etc. », 6:000\$, e da sub-consignação « Conservação de predios, etc. », 4:800\$; acrescentando-se naquella consignação a seguinte sub-consignação: « Para o serviço technico de cirurgia e ophtalmologia », 10:800\$000.

Destacada da consignação « Material da Colonia de Alienados », sub-consignação « Aquisição e concertos de moveis, etc. », 2:400\$, e da sub-consignação « Fazendas, calçados, etc. », 3:000\$; e acrescentada a seguinte sub-consignação: « Para o serviço technico de gynecologia », 5:400\$000.

Destacada da consignação « Material da Assistencia de Alienados », sub-consignação « Fazendas, calçados e aviamentos, etc. », a quantia de 6:000\$ para o serviço de alienados delinquentes..

2.135:206\$874

## 21. Directoria Geral de Saude Publica:

Na Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia augmentada de 332:363\$, substituindo-se a tabella desde « 15 desinfectadores de 1ª classe », até a palavra « accessorios » do material, pela seguinte: 15 desinfectadores de 1ª classe a 2:400\$, 36:000\$; 15 guardas de 1ª classe a 2:400\$,

Ouro

Papel

36:000\$; 20 desinfectadores de 2ª classe a 2:160\$, 43:200\$; 85 guardas de 2ª classe a 2:160\$, 183:600\$; 100 desinfectadores de 3ª classe a 1:620\$, 162:000\$; quatro escripturarios de zona a 3:600\$, 14:400\$; um escripturario do almoxarifado a 3:000\$, 3:000\$; 16 auxiliares de escripta de zona a 3:000\$, 48:000\$; um guarda do museu de hygiene a 3:000\$, 3:000\$; um encarregado do deposito a 3:600\$, 3:600\$; um ajudante do deposito a 1:500\$, 1:500\$; tres escreventes de obituário a 2:160\$, 6:480\$; dous feitores de cocheira a 3:000\$, 6:000\$; quatro ajudantes de feitores a 2:160\$, 8:640\$; 12 cocheiros de 1ª classe a 1:620\$, 19:440\$; 30 cocheiros de 2ª classe a 1:512\$, 45:360\$; 22 moços de cavallaria a 1:200\$, 26:400\$; seis carroceiros a 1:200\$, 7:200\$; um to-sador a 1:800\$, 1:800\$; 700 serventes desinfectadores a 1:440\$, 1.008:000\$; um guarda portão a 1:800\$, 1:800\$; um vigia a 1:800\$, 1:800\$. Diarias: um carpinteiro a 8\$, 2:920\$; sete carpinteiros a 6\$500, 16:607\$500; dous ajudantes a 5\$, 3:650\$; quatro aprendizes a 1\$500, 2:190\$; um ferreiro a 6\$500, 2:372\$500; um ajudante a 5\$, 1:825\$; um pintor a 6\$500, 2:372\$500; um ajudante a 4\$, 1:460\$; um aprendiz a 1\$500, 547\$500; um bombeiro a 6\$500, 2:372\$500; um bombeiro a 5\$, 1:825\$; um bombeiro a 6\$, 2:190\$; um correeiro a 8\$, 2:920\$; um correeiro ferrador a 6\$, 2:190\$; tres correeiros a 5\$, 5:475\$; um ajudante a 1\$500, 547\$500; um pedreiro a 8\$, 2:920\$; tres pedreiros a 6\$, 6:570\$; quatro machinistas a 6\$500, 9:490\$; um machinista a 5\$500, 2:007\$500; seis foguistas a 5\$, 10:950\$; tres foguistas ajudantes a 4\$, 4:320\$; um mecanico a 14\$, 5:040\$; um ajudante a 5\$, 1:825\$; um torneiro a 6\$, 2:190\$; um limador a 6\$500,

Ouro

Papel

2:372\$500; um electricista a 6\$,  
2:190\$; um ajudante a 5\$,  
1:823\$; dous motoristas a 10\$,  
7:300\$; 12 motoristas a 7\$,  
30:660\$; somma, 1.792:363\$000

— Material: conservação e aquisição do material para o serviço, inclusive o material rodante, desinfectantes, aquisição, sustento e forragens de animaes, combustivel, lubrificantes, iluminação, assignatura de telephones, expediente, asseio e eventuaes, 230:000\$; custeio e aquisição de automoveis, automoveis-caminhões, ambulancias, aparelhos Clayton, gazolina, lubrificantes, concertos e aquisição de pneumaticos e accessorios, 80:000\$; total, 2.122:363\$000.

Augmentada de 9:600\$, substituida a tabella do Serviço de Policia Sanitaria e de Prophylaxia dos portos da Republica pela seguinte:

## RIO DE JANEIRO

### PROPHYLAXIA DO PORTO

#### *Pessoal*

1 inspector com 7:200\$ de ordenado e 3:600\$ de gratificação, decreto n. 9.157, de 29 de novembro de 1911 e lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912, 10:800\$000;

1 mestre de navio de desinfecção com 2:400\$ de ordenado e 1:200\$ de gratificação, idem e lei numero 3.089, de 8 de janeiro de 1916, 3:600\$000;

1 machinista com 2:400\$ de ordenado e 1:200\$ de gratificação, idem, 3:600\$000;

2 foguistas a 2:160\$, ordenado 1:440\$ e gratificação 720\$, idem, 4:320\$000;

6 marinheiros a 5\$ diarios, idem, 10:950\$000;

1 chefe de desinfecção, gratificação, idem, 2:600\$000;

3 desinfectadores, gratificação, idem, 6:960\$900.

Ouro

Papel

## NAVIO DE DESINFECÇÃO « REPUBLICA »

*Pessoal*

- 1 mestre de navio com 2:640\$ de ordenado e 1:320\$ de gratificação, 3:960\$000;
- 1 machinista com 2:640\$ de ordenado e 1:320\$ de gratificação, 3:960\$000;
- 2 foguistas a 2:520\$, ordenado 1:680\$ e gratificação 840\$, 5:040\$000;
- 4 marinheiros a 5\$200 diários, 7:592\$000;
- 1 motorista a 3:600\$, ordenado 2:400\$ e gratificação 1:200\$, decreto n. 9.157, de 29 de novembro de 1911 e lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916, 3:600\$000.

## POLICIA SANITARIA DO PORTO

*Pessoal*

- 7 inspectores de saude a 6:400\$ de ordenado e 3:200\$ de gratificação, decreto n. 9.157, de 29 de novembro de 1911 e lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912, 67:200\$000;
- 4 medicos auxiliares a 4:800\$ de ordenado e 2:400\$ de gratificação, idem, 28:800\$000;
- 1 encarregado do material fluctuante com 4:000\$ de ordenado e 2:000\$ de gratificação, idem, 6:000\$000;
- 1 interprete com 2:800\$ de ordenado e 1:400\$ de gratificação, idem, 4:200\$000;
- 3 guardas sanitarios com 1:600\$ de ordenado e 800\$ de gratificação, idem, 7:200\$000;
- 5 mestres de lancha com 3:240\$, ordenado 2:160\$ e gratificação 1:080\$, idem, 16:200\$000;
- 5 machinistas, idem, ordenado 2:160\$ e gratificação 1:080\$, idem, 16:200\$000;
- 8 foguistas a 2:160\$, ordenado 1:440\$ e gratificação 720\$, idem, 17:280\$000;

Ouro

Papel

25 marinheiros a 5\$ diários, idem  
45:625\$000;

1 servente, gratificação, idem,  
1:700\$000;

Para diárias ao interprete (leis  
ns. 1.617, de 30 de dezembro de  
1906, e 1.841, de 31 de dezembro  
de 1907, e decreto n. 10.821, de  
18 de março de 1914), lei nu-  
mero 3.089, de 8 de janeiro de  
1916, 1:825\$000;

Para gratificação pela visita aos  
navios entrados á noite no porto  
do Rio de Janeiro, sendo ao me-  
dico ajudante 50\$ por noite, ao  
patrão 4\$, ao machinista 4\$, dous  
foguistas a 3\$ cada um, tres re-  
madores e um continuo a 2\$ cada  
um e ao guarda sanitario 5\$, lei  
n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915  
28:105\$. Somma, 151:087\$000.

### Material

Aluguel da casa para a Inspectoria  
do Porto, 3:600\$000;

Expediente, desinfectantes e re-  
spectivos utensilios, aquisição,  
concerto, combustivel, lubrifi-  
cantes, aprestos e demais artigos  
de custeio dos vapores, lanchas e  
escaleres da Capital Federal  
e do Estado do Rio de Janeiro,  
80:000\$000;

Augmentada mais de 5:100\$,  
sendo: 4:200\$ na consignaço  
«Pessoal da Repartiço Central»,  
para elevar a 1:500\$ os venci-  
mentos annuaes de 14 serventes;  
600\$ na consignaço «Pessoal da  
Secção Demographica», para ele-  
var a 1:500\$ os vencimentos an-  
nuaes de dous serventes, e 300\$  
na consignaço «Engenharia Sa-  
nitaria», para elevar a 1:500\$  
os vencimentos annuaes de um  
servente.

Total da verba.....

.....

5.794:322\$000

22. Secretaria do Conselho Superior do  
Ensino. Augmentada de 4:200\$,  
na consignaço «Pessoal», sendo:  
3:600\$ para pagamento dos venci-  
mentos de uma dactylographa; e

	Ouro	Papel
600\$ para elevar a 1:500\$ annuaes os vencimentos de dous serventes.....		76:178\$000
23. Subvenções a institutos de ensino. Supprimida a consignação de 224:527\$764, destinada a instalações de laboratorios do novo edificio em construcção para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.....		4.733:290\$236
24. Escola Nacional de Bellas-Artes. Augmentada de 5:750\$, para distribuição de premios, a juizo do jury da Exposição, sendo : dous premios de 1:000\$, dous de 500\$ e quatro de 250\$ cada um para os melhores trabalhos de pintura; um de 500\$ e um de 250\$ para os melhores trabalhos de esculptura ; um de 500\$ para o melhor trabalho de gravura e um de 500\$ para o melhor trabalho de architectura.....	12:394\$400	304:562\$236
25. Instituto Nacional de Musica. Augmentada de 600\$ na consignação « Pessoal », para elevar a 2:400\$ annuaes os vencimentos do conservador ( 1:600\$ de ordenado e 800\$ de gratificação )...		440:429\$589
26. Instituto Benjamin Constant : Augmentada de 3:600\$, sendo 2:400\$ de ordenado e 1:200\$ de gratificação para mais uma cadeira de leitor em voz alta, para ambos os sexos, e de 2:400\$, de gratificação, para um auxiliar da cadeira de violino. Augmentada mais de 4:200\$ para vencimentos de um dictante-copista.....		422:876\$118
27. Instituto Nacional de Surdos-Mudos.....		157:662\$418
28. Bibliotheca Nacional.....		515:512\$118
29. Soccorros Publicos.....		50:000\$000
30. Obras : Augmentada de 60:000\$ para a conclusão do hospital de moléstias tropicaes, annexo ao Instituto Oswaldo Cruz, e de 30:000\$ para restauração da caixa d'agua do Instituto Benjamin Constant. Divididos em dous terços de ordenado e um terço de gratificação os vencimentos do pessoal.....		340:000\$000

	Ouro	Papel
31. Serviço Eleitoral.....	.....	200:000\$000
32. Corpo de Bombeiros :		
<p>Augmentada de 6:059\$ para a inclusão dos seguintes reformados : soldado Julio Gomes da Fonseca, 31 de janeiro, 730\$ ; soldado Arthur Francisco Coelho, 31 de janeiro, 730\$ ; 1º sargento Manoel José Lopes, 7 de março, 839\$500 ; cabo de esquadra Desiderio Carneiro da Cunha, 14 de março, 766\$500 ; soldado Antonio Oscar Corrêa Martins, 18 de abril, 730\$ ; cabo de esquadra Prudencio Gomes de Lima, 20 de julho, 766\$500 ; 3º sargento Oscar Joaquim de Oliveira, 4 de setembro, 766\$500 ; soldado Manoel Joaquim Pereira, 730\$000.</p> <p>Reduzida de 12:346\$ por terem falecido os seguintes reformados : major Paschoal Romano, 27 de setembro, 7:080\$ ; soldado Alarico Avelino da Conceição, 11 de fevereiro, 730\$ ; cabo de esquadra Victorino Patricio de Souza, 15 de abril, 766\$500 ; soldado Romão Garay, 25 de abril, 730\$ ; 2º sargento Adolpho Ferreira da Silva, 8 de julho, 839\$500 ; soldado Franco Pedro, 21 de julho, 730\$ ; soldado Cito Gallebo, 14 de agosto, 730\$ ; soldado Oscar Lisboa, 29 de dezembro, 730\$000.</p> <p>Augmentada de 665:000\$, sendo 5:000\$ na sub-consignação « Forragem, ferragem, etc. », acrescentado o seguinte : « remonta », e 660:000\$ para aquisição do material e construção da estação de Copacabana e posto de Santa Thereza.</p> <p>Augmentada mais de 37:135\$092 na sub-consignação « Fardamento de praças », à razão de 195\$731. ....</p>		
33. Administração, justiça e outras despesas do Territorio do Acre :		3.406:834\$866
<p>No Tribunal de Appellação augmentada de 4:800\$ na consignação « Pessoal », para mais um amanuense que não ficou em disponibilidade, em virtude do novo regulamento ; reduzida de 1:200\$ nos 4:800\$ destinados a</p>		



Ouro

Papel

um official em disponibilidade, e de 3:200\$ destinados a um amanuense que não ficou em disponibilidade e foi aproveitado no outro Tribunal.

Augmentada de 6:000\$ na consignação « Pessoal em disponibilidade » para pagamento de metade dos vencimentos do adjuncto do promotor publico da comarca de Senna Madureira.

Substituida a tabella do Departamento do Alto Purús pela seguinte :

1 prefeito com a gratificação de 36:000\$ ; um intendente com o subsidio de 12:000\$ ; pessoal (gratificações, salarios e diarias), 170:000\$, somma, 218:000\$000. Material : ajuda de custo do prefeito, 2:500\$ ; transportes, expediente, utensilios, moveis, alugueis de repartições e escolas, combustivel, concertos, limpeza, material para lanchas, ferramentas, accessorios, sementes, material agricola, medicamentos, diligencias policiaes, lubrificantes, asseio, abertura e conservação de varadouros, construção de pontes, comedorias para presos, obras e serviços publicos e eventuaes, 100:000\$, somma, 102:500\$; total, 320:500\$000.

Substituida a tabella do Departamento do Alto Juruá pela seguinte :

1 prefeito com a gratificação de 36:000\$ ; um intendente com o subsidio de 12:000\$ ; pessoal (gratificações, salarios e diarias), 170:000\$, somma, 218:000\$000. Material : ajuda de custo ao prefeito, 2:500\$ ; transportes, expediente, utensilios, moveis, alugueis de repartições e escolas, combustivel, concertos, limpeza, material para as lanchas, ferramentas, accessorios, sementes, material agricola, medicamentos, diligencias policiaes, lubrificantes, asseio, abertura e conservação de varadouros, construção de pontes, comedorias para presos, obras e serviços publicos e

Ouro

Papel

eventuaes, 100:000\$, somma,  
102:500\$; total, 320:500\$000.

Substituida a tabella do Depar-  
tamento de Tarauacá pela se-  
guinte :

1. prefeito com a gratificação de  
36:000\$; um intendente com o  
subsídio de 12:000\$; pessoal  
(gratificações, salarios e diarias),  
170:000\$, somma 218:000\$000.  
Material : ajuda de custo ao pre-  
feito, 2:500\$; transportes, expe-  
diente, utensilios, moveis, alu-  
gueis de repartições e escolas,  
combustivel, concertos, limpeza,  
material para as lanchas, ferra-  
mentas, accessorios, sementes,  
material agricola, medicamentos,  
diligencias policiaes, lubrificantes,  
asseio, abertura e conservação de  
varadouros, construcção de pon-  
tes, comedorias para presos, obras  
e serviços publicos e eventuaes,  
100:000\$, somma, 102:500\$; total,  
320:500\$000.

Total da verba.....	2.926:604\$000
34. Instituto Oswaldo Cruz.....	331:240\$000
35. Serventuarios do Culto Catholico..	60:000\$000
36. Magistrados em disponibilidade...	120:000\$000
37. Guarda Nacional. Augmentada de 12:000\$ na verba « Material », para aquisição do material ne- cessario á instrucção da offi- cialidade, inclusive o jogo de guerra, obstaculos, alvos e linha de tiro do commando geral.....	39:400\$000

#### 38. Subvenções :

Augmentada de 20:000\$ para auxi-  
lio á construcção do Retiro dos  
Jornalistas, a cargo da Associa-  
ção Brasileira de Imprensa,  
depois de iniciada a mesma con-  
strucção ;

Onde se lê : « Ao Patronato de Me-  
nores para a manutenção e  
custeio da Escola de Menores  
Abandonados, cuja direcção lhe  
fica transferida pelo Governo,  
200:000\$000 », substitua-se: « Ao  
Patronato de Menores para a  
manutenção e custeio da Escola  
de Menores Abandonados, que

Ouro

Papel

passará a denominar-se « Casa de Preservação », cuja direcção lhe fica transferida pelo Governo, 200:000\$000 », e accrescente-se : Os saldos porventura realizados pelo Patronato serão empregados no desenvolvimento das officinas da Casa de Preservação, ou na criação e custeio e desenvolvimento dos serviços de uma escola agricola annexa á referida Casa e destinada ao ensino pratico dos menores.....		928:000\$000
39. Eventuaes.....		100:000\$000
	12:394\$400	48.692:596\$862

Art. 3.º E' autorizado o Presidente da Republica :

I. A abrir concorrência para aquisição ou construção de um edificio para o funcionamento do *Forum* desta Capital, correndo a despeza pela receita apurada com a arrecadação da taxa judiciaria, especialmente creada para esse fim ;

II. A mandar imprimir na Imprensa Nacional os 3º e 4º volumes do *Diccionario Chorographico, Historico e Estatistico de Pernambuco*, de Sebastião Vasconcellos Galvão, que foram destruidos no incendio daquella repartição em 1911, ficando pertencente á União metade da edição de 3.000 exemplares e, bem assim, e sob as mesmas condições, o *Diccionario Botanico* (inedito e posthumo) do professor Caminhoá ;

III. A applicar uma parte dos patrimonios e respectivas rendas das diversas instituições subordinadas ao Ministerio da Justiça á conclusão das obras em andamento para melhor installação das mesmas instituições, ouvido sempre e de accordo com o parecer do Conselho dos Patrimonios ;

IV. A contractar, para a Escola Nacional de Bellas-Artes, sem augmento de despeza, professores nacionaes e estrangeiros para o provimento temporario de cadeiras, em falta de candidatos approvados em concurso ;

V. A providenciar para a impressão da producção musical do fallecido compositor nacional Glauco Velásquez, entrando para tal fim em accordo com a sociedade do mesmo nome, com sede na Capital Federal, correndo as despesas, em um ou mais exercicios, por conta da verba 39ª deste orçamento, reservando-se, porém, o Governo o direito á propriedade da obra impressa para o fim de estabelecer permutas por intermedio da Bibliotheca Nacional, podendo, entretanto, entregar até um terço dos exemplares da referida obra impressa á alludida sociedade e vender o restante para occorrer á indemnização das respectivas despesas ;

VI. A despendar 300:000\$ para conclusão das obras do Externato do Collegio Pedro II, devendo ser pago este auxilio á respectiva directoria em duas prestações iguaes em abril e setembro de 1918 ;

VII. A subvencionar com o auxilio em dinheiro de 5:000\$ a Associação Brasileira de Imprensa ;

VIII. A subvencionar com a quantia de 7:000\$ o Instituto dos Advogados ;

IX. A dar nova organização ao Serviço de Prophylaxia e Policia Sanitaria do Porto do Rio de Janeiro, cuja direcção ficara a cargo de um dos inspectores, designado em commissão pelo Governo, sem gratificação além da do cargo de inspector, de accôrdo com a tabella seguinte :

## RIO DE JANEIRO

*Prophylaxia e policia sanitaria do porto*

## Pessoal

- 1 inspector com 7:400\$ de ordenado e 3:600\$ de gratificação, decreto n. 9.157, de 29 de novembro de 1911, e lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912, 11:000\$000.
  - 7 inspectores de saude a 7:400\$ de ordenado e 3:600\$ de gratificação, decreto n. 9.157, de 29 de setembro de 1911, e lei n. 2.544, de 4 de janeiro de 1912, 77:000\$000.
  - 1 mestre de navio de desinfecção com 2:400\$ de ordenado e 1:200\$ de gratificação, idem e lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916, 3:600\$000.
  - 1 machinista com 2:400\$ de ordenado e 1:200\$ de gratificação, idem, 3:600\$000.
  - 2 foguistas a 2:160\$, ordenado 1:440\$ e gratificação 720\$, idem, 3:600\$000.
  - 6 marinheiros a 5\$ diarios, idem, 10:950\$000.
  - 1 chefe de desinfecção, gratificação, idem, 2:600\$000.
  - 3 desinfectadores, gratificação, idem, 6:960\$000.
  - 1 mestre do navio com 2:640\$ de ordenado e 1:320\$ de gratificação, 3:960\$000.
  - 1 machinista com 2:640\$ de ordenado e 1:320\$ de gratificação, 3:960\$000.
  - 2 foguistas a 2:520\$, ordenado 1:680\$ e gratificação 840\$, 5:040\$000.
  - 4 marinheiros a 5\$200 diarios, 8:078\$800.
  - 1 motorista a 3:600\$, ordenado 2:400\$ e gratificação 1:200\$, decreto n. 9.157, de 29 de novembro de 1911, e lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916 3:600\$000.
  - 4 medicos auxiliares a 4:800\$ de ordenado e 2:400\$ de gratificação, idem, 28:800\$000.
  - 1 encarregado do material fluctuante com 4:000\$ de ordenado e 2:000\$ de gratificação, idem, 6:000\$000.
  - 1 interprete com 4:000\$ de ordenado e 2:000\$ de gratificação, idem, 6:000\$000.
  - 1 escrevente com 1:600\$ de ordenado e 800\$ de gratificação, idem, 2:400\$000.
  - 3 guardas sanitarios com 1:600\$ de ordenado e 800\$ de gratificação, idem, 7:200\$000.
  - 5 mestres de lancha com 3:240\$, ordenado 2:160\$ e gratificação 1:080\$, idem, 16:200\$000.
  - 5 machinistas, idem, ordenado 2:160\$ e gratificação 1:080\$, idem, 16:200\$000.
  - 8 foguistas a 2:160\$, ordenado 1:440\$ e gratificação 720\$, idem, 17:280\$000.
  - 25 marinheiros a 5\$ diarios, idem, 45:750\$000.
  - 1 servente, gratificação, idem, 1:700\$000.
- Para gratificação pela visita aos navios entrados á noite, no porto do Rio de Janeiro, sendo, por noite, ao patrão 4\$, ao machinista 4\$, dous foguistas a 3\$ cada um, tres remadores e um continuo a 2\$ cada um e ao guarda sanitario 5\$, lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, 9:855\$000.

## Material

Aluguel da casa, 3:600\$000.

Expediente, desinfectantes e respectivos utensilios, aquisição, concerto, combustivel, lubrificante, aprestos e demais artigos de custeio dos vapores, lanchas e escaleres da Capital Federal e do Estado do Rio de Janeiro, 80:000\$000;

X. A encampar, despendendo para isso até 300:000\$, o material dos serviços para condução de enfermos, alienados e cadaveres, actualmente feitos por contracto, podendo despende, no caso de se não effectuar a encampação, a quantia de 92:000\$, para completar, com os 100:000\$ já consignados no orçamento, os 192:000\$, necessarios á execução do contracto;

XI. A fazer a modificação do quadro do serviço sanitario do Corpo de Bombeiros, para que fique assim constituído: um tenente-coronel, medico, tres majores, sendo um pharmaceutico, sete capitães, sendo um o medico occulista, sem direito a accesso, e dous pharmaceuticos, e um 2º tenente bacteriologista, aproveitado o que tem servido gratuitamente, abrindo o Governo, para esse fim, os necessarios creditos;

XII. A despende até a quantia de 1.000:000\$ para iniciar o serviço de prophylaxia rural no paiz, podendo para isso entrar em accôrdo com os diferentes Estados da Republica, e bem assim a quantia de 100:000\$ com as obras de uma leprosaria modelo que vae fazer a Associação Protetora dos Morpheticos de S. Paulo, entregando tal quantia a essa Associação, depois de iniciadas as obras;

XIII. A abrir o credito de 8:816\$659 para o pagamento de soldos atrasados ao 1º tenente pharmaceutico Victorino Domingues Alves Maia Junior, do Corpo de Bombeiros do Districto Federal, que esteve á disposição do Governador da Bahia, por ordem do Governo da União, durante o periodo de 1913 a 1914;

XIV. A regulamentar o registro de menores, orphãos e interdictos no Districto Federal, providenciando para que a escripturação dos livros necessarios a este serviço, a cargo dos escriptvães privativos das varas orphanologicas e sob a immediata e directa superintendencia dos respectivos juizes, se faça com uniformidade, clareza e simplificação, independentemente de sello e sem onus para o patrimonio dos incapazes, assim como para o Thesouro;

XV. A abrir o credito de 10:000\$ para pagamento da consignação votada na lei n. 2.378, de 4 de janeiro de 1913, para o Lyceu Salesiano da Bahia;

XVI. A despende até a quantia de 300:000\$ annuaes para o serviço de juros do emprestimo que contrahir para a construcção do novo edificio do Senado Federal;

XVII. A rever e reformar os regulamentos das casas de Detenção e de Correccção, colonias e escolas correccionaes, ou preventivas, bem como verificar a situação dos presos e sentenciados pelos juizes sectionaes do Districto Federal e dos Estados, no sentido de uniformizar e de unificar a direcção dos estabelecimentos penaes dependentes do Governo Federal, e de tornar effectivo o regimen penitenciario legal, providenciando a respeito do modo mais conveniente, podendo abrir os necessarios creditos;

XVIII. A abrir, em março de 1918, uma segunda época de exames para os estudantes que se tenham inscripto voluntariamente e feito exercicios militares no Exercito ou na Marinha.

§ 1.º Os estudantes de instrucção secundaria não poderão fazer mais do que o numero regulamentar de quatro exames.

§ 2.º Os estudantes de instrucção superior, aos quaes faltar apenas uma disciplina de qualquer anno, poderão, independente de prova de frequencia,

repetir em qualquer escola superior o exame dessa disciplina e, uma vez nella approvados, fazer os exames do anno seguinte;

XIX. A abrir os credits necessarios para os pagamentos dos premios de viagem aos alumnos das escolas officaes que terminarem os respectivos cursos e forem assim galardoados, na forma dos regulamentos vigentes;

XX. A reorganizar o Instituto Nacional de Musica, afim de melhorar as condições do ensino, sem augmento de despeza;

XXI. A reformar o regulamento do Corpo de Bombeiros do Districto Federal, no sentido de serem exercidos por officaes da propria corporação ou do Exercito os cargos de inspector geral e assistente de material, com os mesmos postos consignados na tabella B do actual regulamento, approvedo pelo decreto n. 9.048, de 18 de outubro de 1911;

XXII. A auxiliar a Santa Casa de Misericordia desta Capital com a importância de 700:000\$000;

XXIII. A abrir os necessarios credits para determinar, por meio de uma comissão, os limites fixados pelo accordo entre os Estados do Paraná e Santa Catharina, approvedo pelo Congresso.

Art. 4.º Fica extensiva ao Juizo Federal no Estado da Bahia a disposição do § 1º do art. 32 do decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890, que prescreve «no Districto Federal e nos Estados de S. Paulo, Minas Geraes e Pernambuco servirão dous escrivães», cabendo privativamente ao escrivão do 1º officio o serviço crime e ao do 2º officio o serviço eleitoral, sendo nos demais feitos o serviço distribuido pelo respectivo juiz.

Art. 5.º Fica consignada a quantia de 10:000\$ para pagamento á viuva do philosopho e escriptor Farias Brito, pela aquisição, para o Estado, da bibliotheca deixada pelo mesmo.

Art. 6.º O *Diario Official* publicará as actas, resoluções e expediente do Conselho Superior do Ensino.

Art. 7.º O Governo enviará, em comissão, ao Estado do Rio Grande do Sul, um assistente do Instituto Oswaldo Cruz, com o fim de installar e organizar no Instituto Borges de Medeiros, desse Estado, um laboratorio de vaccinas e sôros. O tempo dessa comissão não excederá de um anno e o assistente que della fór incumbido receberá, além dos seus vencimentos, uma gratificação ou diaria a que tiver direito pelos regulamentos em vigor, a qual correrá pela verba 39ª deste orçamento.

Paragrapho unico. O Governo poderá auxiliar com 50:000\$ a installação desse laboratorio, abrindo para esse fim o necessario credito.

Art. 8.º Emquanto o Congresso não votar o projecto de lei relativo ao ensino, continuará em pleno vigor o decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, com as seguintes modificações:

a) não se applicam ás escolas de pharmacia e odontologia as disposições do art. 25, nem a exigencia de funcionamento anterior por mais de tres annos;

b) os institutos superiores ou secundarios serão obrigados a cumprir as exigencias do art. 14, da letra e á letra j, sómente a partir do anno em que requererem a nomeação de um inspector;

c) a providencia do art. 90 estende-se a todos os institutos secundarios, superiores ou artisticos, officaes ou equiparados a estes, nada importando que os alumnos do curso particular frequentem ou não as aulas do estabelecimento official;

d) ficam substituidas as palavras «pela congregação» do paragrapho unico do art. 125 por estas: «pelo ministro do Interior»;

e) a fiscalização ou equiparação requerida por qualquer instituto poderá ser negada sómente pelo voto da maioria absoluta do Conselho Superior do Ensino;

f) é permitido que, até junho de 1918, os alumnos das faculdades livres julgadas idoneas pelo ministro do Interior transfiram matriculas para as officias ou equiparadas, desde que renovem, com approvação, os exames das materias do ultimo anno que haviam cursado, com boas notas, no instituto particular;

g) os professores de trabalhos graphicos da Escola Polytechnica serão nomeados pelo Presidente da Republica e no julgamento do concurso serão applicadas as disposições relativas ao concurso para professor substituto.

Art. 9.º Nas pretorias civeis onde houver dous escrivães a distribuição de todos os feitos, e actos de seus officios, inclusive o de casamento, será facultativa, á escolha dos interessados, que indicarão, dos dous funcionarios, o que preferirem, revogadas as disposições do art. 10, § 3º, alinea 5, do decreto n. 9.263, de 28 de dezembro de 1911.

Art. 10. Aos lentes das faculdades de medicina, que foram assistentes, é reconhecido, para todos os effeitos, o direito á contagem de tempo desta funcção, do mesmo modo pelo qual esse direito é assegurado, pelas leis em vigor, aos lentes que foram preparadores.

Art. 11. Haverá em cada secção da Justiça Federal, em que ainda não tenha sido creado, um contador, que accumulará as funcções de distribuidor, onde seja necessario.

Paragrapho unico. Esse funcionario, vitalicio, será nomeado pelo Ministro do Interior.

Art. 12. Continúa em vigor o art. 3º, n. VI, da lei n. 3.233, de 5 de janeiro de 1917.

Art. 13. Nenhum acto, titulo ou documento de qualquer natureza, que fôr apresentado a registro, nos actuaes dous officios de registro facultativo de titulos e documentos, poderá ser validamente registrado, e produzir effeitos, sem haver sido previamente distribuido aos mesmos dous actuaes officios pelo respectivo distribuidor.

Paragrapho unico. Essa distribuição é obrigatoria e alternada, devendo o nome das partes e o conteudo do documento, em resumo, ser reproduzidos no livro competente do distribuidor.

Art. 14. Haverá, no Districto Federal, dous avaliadores privativos das curadorias de Orphãos e Ausentes, que servirão conjunctamente com os avaliadores do Juizo de Orphãos e Ausentes das 1ª e 2ª varas, um em cada vara, nos processos orphanologicos e de arrecadação de bens de defuntos e ausentes, percebendo os emolumentos da secção XII, n. 143, do decreto n. 10.291, de 25 de junho de 1913. Serão esses avaliadores nomeados vitaliciamente pelo ministro do Interior.

Art. 15. Continúa em vigor a autorização concedida ao Governo para reorganizar, sem augmento de despesa, a Policia do Districto Federal, podendo rever os regulamentos em vigor e dar nova organização ao Gabinete Medico Legal, no sentido de subordinar-o directamente ao Ministerio do Interior, e assegurada aos medicos do referido gabinete a funcção de peritos privativos da justiça, assim como da Policia, incumbindo-lhes attender ás requisições judiarias de par com as policiaes.

Art. 16. A renda eventual do Instituto Oswaldo Cruz será aproveitada no desenvolvimento scientifico do mesmo Instituto e no custeio de um hospital para doencas tropicaes, sob a fiscalização do conselho administrativo dos patrimonios dos estabelecimentos a cargo do Ministerio do Interior.

Art. 17. Os promotores publicos servirão no Jury cada um pelo tempo de uma sessão, começando pelo mais antigo até que chegue ao mais moderno,

cabendo sempre ao que tiver de sair do Jury ir exercer as funcções do que o houver de substituir naquelle mistér.

Paragrapho unico. No serviço do Jury os promotores se substituirão reciprocamente.

Art. 18. E' permitido aos guardas civis, que o requeiram, consignarem em folha as prestações devidas á Caixa Beneficente da Guarda Civil, quer por empréstimos contrahidos, quer pelas contribuições mensaes.

Art. 19. E' facultado aos guardas civis a livre contribuição para a Caixa Beneficente da Guarda Civil.

Art. 20. Os inferiores da Força Policial e Corpo de Bombeiros vencerão soldo e uma e meia etapas.

Art. 21. Ficam extensivas aos machinistas da Inspectoria dos Serviços de Prophylaxia as regalias de que gosam os machinistas da Prophylaxia do Porto, ficando os mesmos, em numero de quatro, percebendo os vencimentos de 1:916\$160 de ordenado e 958\$080 de gratificação, transportando-se da verba — Pessoal diarista — para o quadro de funcionarios da mesma a quantia de 11:496\$960, da importancia de 11:497\$300, destinada ao mesmo fim.

Art. 22. Os livres docentes da Escola Polytechnica nomeados na vigencia da Lei Organica do Ensino, que, mediante concurso realizado de accordo com as disposições do decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, forem classificados em primeiro logar, serão nomeados de conformidade com o art. 127 da referida Lei Organica.

§ 1.º Analoga providencia será tomada em relação aos preparadores e auxiliares de ensino, investidos das respectivas funcções na vigencia da Lei Organica do ensino approvada pelo decreto n. 8.659, de 5 de abril de 1911.

§ 2.º Em virtude desta disposição fica prorogado por 120 dias, a contar da data da presente lei, o prazo para encerramento das inscripções para os concursos abertos na Escola Polytechnica.

Art. 23. Os candidatos classificados em segundo logar por maioria absoluta de votos e que não tenham tido um só voto para a inhabilitação nos concursos já realizados na forma dos arts. 43, 44, 45, 46 e 47 do decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, terão direito ao provimento nos cargos de substitutos e ás vantagens respectivas, logo que os actuaes substitutos forem promovidos a cathedra, vigorando durante o exercicio de 1918.

Art. 24. Aos alumnos da Escola Polytechnica que concluirem o 3º anno do curso de engenharia civil será conferido o diploma de engenheiro geographo.

Art. 25. Fica concedida integralmente aos substitutos dos professores cathedraes do Collegio Pedro II a equiparação aos substitutos das faculdades superiores, dada pelo art. 9º da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916, sendo obrigados a reger turmas supplementares, a juizo da Congregação, nos termos da lettra V do art. 38 do decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, e sem augmento de subvenção.

Art. 26. Fica transferido e incorporado ao patrimonio do Instituto Nacional de Musica o proprio nacional em que o mesmo funciona, á rua Joaquim Nabuco n. 98, com todas as suas dependencias, e bem assim a bibliotheca, archivo, instrumentos, e todos os utensilios, devendo ser feitas quaesquer construcções, reconstrucções ou reparos do edificio unicamente com a alienação ou a renda das apolices do patrimonio.

Art. 27. E' concedida ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia de Nitheroy a subvenção annual de seis contos de réis (6.000\$), abrindo o necessario credito.

Art. 28. Continúa em vigor o art. 9º da lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915, accrescida a commissão fiscalizadora de um inspector sanitario.

Paragrapho unico. O relatorio apresentado pela Commissão será remetido, em cópia, acompanhado da respectiva comprovação da despesa, ao Tribunal de Contas, noticiando tambem as circumstancias sanitarias.



Art. 29. Fica convertido em sub-secretario o lugar de official de gabinete a que se refere o decreto n. 1.631, de 3 de janeiro de 1907, sendo-lhe extensivas as disposições do capitulo VII do decreto n. 6.439, de 30 de março de 1907, com os mesmos vencimentos.

Art. 30. Os diplomas conferidos pela Escola de Engenharia de Juiz de Fora são reconhecidos válidos para os effeitos do decreto n. 3.004, de 9 de outubro de 1880.

Art. 31. O lugar de presidente interino do Conselho Superior do Ensino é de livre nomeação do ministro do Interior e dará direito aos vencimentos integraes do cargo, perdendo o professor que o exercer direito a leccionar as materias de sua cadeira e a perceber os proventos do seu cargo vitalicio.

Art. 32. Continuum em vigor o n. X do art. 3º e os arts. 6º, 9º e 10 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.

Art. 33. Fica revogado o § 5º do art. 2º da lei n. 1.631, de 3 de janeiro de 1907.

Art. 34. Enquanto o Congresso se não pronunciar definitivamente sobre modificações das leis ns. 3.139 e 3.208, de 1916, referentes ao alistamento e processo eleitoral, serão estas observadas com as seguintes alterações :

§ 1.º A declaração de proprietarios, directores ou gerentes de estabelecimentos commerciaes, industriaes ou agricolas, affirmando que o alistando exerce um emprego remunerado ou tem contracto de parceria ou interesse na exploração, uma vez constatada a qualidade dos mesmos por duas testemunhas com firmas reconhecidas, bem como os talões de pagamento de impostos federaes, estaduais e municipaes, na circumscrição de alistamento, provam os requisitos exigidos pelas letras b e c do art. 5º da lei n. 3.139.

§ 2.º O eleitor residente em districto ou municipio distante da séde de comarca mais de 20 kilometros e não dispondo de meio facil de transporte, poderá constituir legitimo procurador com instrumento de mandato, nos termos da legislação civil, para o fim especial de assignar recibo e receber o respectivo titulo, ficando a procuração junta aos autos do processo, depois de visado pelo juiz do alistamento. Esta disposição não se applica ao Districto Federal.

§ 3.º Fica elevado a 500 o numero de que trata a alinea 3ª do art. 8º da lei n. 3.208, de 27 de dezembro de 1916 ;

§ 4.º Quando a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Republica coincidir com a de senadores e deputados, será lavrada uma unica acta no livro destinado á eleição destes.

Art. 35. No caso em que o juiz não cumpra o disposto no art. 13 da lei n. 3.139, de 2 de agosto de 1916, quanto ao prazo para a remessa do recurso, a parte poderá apresental-o directamente á junta de recursos.

Art. 36. O Presidente da Republica é autorizado a despende, pelo Ministerio das Relações Exteriores, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 2.696:736\$, ouro, e a de 1.107:200\$, papel :

Ouro

Papel

1. Secretaria de Estado. Augmentada, no « Pessoal », de 14:400\$ para gratificação a funcionarios servindo no Gabinete em trabalho extraordinario, enquanto durar a guerra ; de 10:800\$ para tres continuos ; e, no « Material », de 8:400\$, vencendo cada um dos 20 serventes 195\$ mensaes.....	702:200\$000
2. Empregados em disponibilidade...	55:000\$000
3. Extraordinarias no Interior.....	90:000\$000

	Ouro	Papel
4. Obras.....	.....	30:000\$000
5. Recepções officiaes.....	.....	60:000\$000
6. Congressos e Conferencias.....	30:000\$000	40:000\$000
7. Serviço Telegraphico e Postal.....	100:000\$000	130:000\$000
8. Repartições Internacionais.....	58:736\$000	
9. Corpo Diplomático. Augmentada, no «Pessoal», de 56:000\$ para pagamento de 14:000\$ a cada um dos ministros residentes na Sue- cia, na Noruega, na Grecia e na China, sendo para cada um : ordenado 8:000\$, gratificação 4:000\$ e representação 2:000\$; augmentada de 14:000\$ para pa- gamento ao agente diplomatico no Egypto, sendo: ordenado 8:000\$, gratificação 4:000\$ e representa- ção 2:000\$; augmentada de 4:000\$ para gratificação a dous interpretes, um servindo na Le- gação da China e outro na do Japão, sendo 2:000\$ para cada um, e augmentada, no «Mate- rial», de 7:500\$, sendo 2:000\$ para aluguel de casa para cada uma das chancellarias na China, Egypto e Grecia, e 500\$ para ex- pendente das mesmas.....		1.234:000\$000

## 10. Corpo Consular :

Augmentada de 5:000\$ para os vencimentos de um vice-consul de carreira em Santa Rosa do Alto Purús (Perú), cujo cargo fica creado, e augmentada, ainda, de 4:000\$ para occorrer á despesa com a criação do cargo de chanceller do Consulado Geral do Havre, ora feita, com os vencimentos fixados pelo decreto n. 2.364, de 31 de dezembro de 1910, art. 6º. O chanceller será nomeado dentre os actuaes auxiliares de consulado, não preenchendo o Governo a respectiva vaga.

Distribuida da seguinte fórma a consignação para pagamento dos auxiliares de consulados : 14 auxiliares a 250\$, 42:000\$; 24 auxiliares a 200\$, 57:600\$; 48 auxiliares a 150\$, 86:400\$; total, 186:000\$000.....

838:000\$000

	Ouro	Papel
11. Ajuda de custo.....	200:000\$000	
12. Extraordinarias no Exterior. Reduzida de 14:000\$, correspondentes á despesa com a Agencia Diplomatica no Egypto.....	236:000\$000	
	<u>2.696:736\$000</u>	<u>1.407:200\$000</u>

Art. 37. O Presidente da Republica é autorizado :

I. A denunciar, entre os tratados commerciaes celebrados antes da guerra actual, aquelles que as circumstancias houverem tornado inconvenientes ;

II. A nomear um chanceller para o Consulado de Iquitos, com o vencimento de 5:000\$, ouro, aproveitando para esse cargo um dos actuaes auxiliares de consulado, cuja vaga não será preenchida ;

III. A adquirir em cada exercicio financeiro uma casa para séde de legação do Brasil, pagando o respectivo preço em titulos do emprestimo interno cuja renda seja no maximo igual ao aluguel pago presentemente ;

IV. A accrescer as despezas pelas legações e consulados nos paizes europeus, belligerantes e neutros comvisinhos, proporcionalmente ás contingencias locais, emquanto durar a guerra, tirando esses recursos das autorizações dinheiras concedidas para os fins immediatos da nossa belligerancia e aos efeitos indirectos economicos do conflicto internacional, fixados no maximo de 30 % os accrescimos das despezas com legações e consulados ;

V. A, emquanto durar o estado de guerra e para attender á anormalidade dos encargos que pesam sobre o Ministerio das Relações Exteriores, nomear um sub-secretario com funcções designadas pelo ministro ;

VI. A reformar os serviços e a Secretaria do Ministerio das Relações Exteriores, notadamente a organização diplomatica e consular, de modo a desenvolver o commercio exterior da Republica, submettendo a reforma á approvação do Congresso na sua proxima reunião, sem embargo de sua immediata execução, abrindo os creditos necessarios ;

VII. A entrar em accôrdo com a Republica do Uruguay para fixação do *quantum* de divida daquella Republica e seu emprego pelos dous paizes na fundação e custeio de um Instituto de Trabalho, no qual de um e outro lado da linha fronteira — e de preferencia no Assegua — sob os auspicios dos dous governos, recebam brasileiros e uruguayos em igual numero instrucção scientifica e profissional, sobretudo desenvolvida e aperfeçoada no que se refira aos serviços agricolas, pastoris e ás industrias que lhe são connexas.

Art. 38. Todo o funcionario do Corpo Diplomatico ou do Corpo Consular será obrigado, por acto do Governo, a servir um anno, o minimo, na America ou na Asia, e si não contar um anno, ao menos, de serviço effectivo na America ou na Asia, lhe faltará o requisito de promoção.

§ 1.º As promoções do Corpo Diplomatico ou Consular se farão dous terços por merecimento e um terço por antiguidade, excepção feita dos chefes de missão, que continuarão de livre escolha do Governo.

§ 2.º Para as promoções só se contará o tempo que o funcionario diplomatico ou consular tiver servido effectivamente no exterior.

Art. 39. Fica restabelecido o quadro dos primeiros secretarios de legação, anterior ao decreto n. 12.584, de 20 de julho de 1917.

Art. 40. O Governo distribuirá os primeiros e segundos secretarios pelas legações, attendendo á conveniência do serviço, mas de modo que em cada legação sirva pelo menos um secretario.

Art. 41. Os chefes de missão diplomatica, sempre que se ausentarem de seus postos, para virem em commissão ao Brasil, ou ao estrangeiro, perderão a representação, por conta da qual correrão as gratificações devidas, na fórma da lei em vigor, aos seus substitutos legaes, e receberão, no caso da licença constante do art. 4.º da Nova Consolidação Diplomatica, todos os vencimentos, inclusive a representação em ouro, deduzida tambem a parte que couber ao seu substituto.

§ 1.º Da mesma fórma os 1.ºs e 2.ºs secretarios de Legação e todos os funcionarios do Corpo Consular que vierem em commissão ao Brasil, ou ao estrangeiro, perceberão apenas o ordenado em ouro, perdendo a gratificação, por conta da qual correrão, no todo ou em parte, as gratificações que couberem aos respectivos substitutos, quando os houver.

§ 2.º Estas disposições não alteram o disposto na referida Consolidação, art. 41 e seguintes, sobre as condições das licenças.

Art. 42. O Presidente da Republica é autorizado a despendor, pelo Ministerio da Marinha, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 200:000\$, ouro, e a de 44.312:851\$638, papel :

	Ouro	Papel
1. Gabinete do Ministro e Directoria do Expediente.....	.....	209:315\$000
2. Almirantado, Estado-Maior e Inspectorias.....	.....	144:602\$500
3. Directoria Geral de Contabilidade.....	.....	342:800\$000
4. Auditoria.....	.....	119:200\$000
5. Officiaes e sub-officiaes dos quadros da Armada. Augmentada de 450\$, elevando-se a 15 o numero de aspirantes.....	.....	12.629:408\$920

6. Marinheiros, foguistas e taifa :

Augmentada de 300:000\$ para mais 500 marinheiros contractados, a 50\$ mensaes ; de 1:500\$ para um despenseiro e um criado para a camara do commandante de divisão, sendo 840\$ para o primeiro e 660\$ para o segundo ; de 25:000\$ a consignação para fardamento (materia prima), e de 56:680\$ a dotação da taifa (para a esquadra), substituida pela seguinte a respectiva discriminação da tabella :

Navios: typo *Minas Geraes* (2) — camara : 2 cozinheiros, 2 despenseiros, 2 criados ; praça d'armas : 2 cozinheiros, 2 despenseiros, 32 criados ; sub-officiaes e inferiores : 2 cozinheiros, 2 despenseiros, 20 criados ; guarnição : 2 cozinheiros, 6 ajudantes de cozinha ;

Ouro

Papel

*Typo Deodoro* (2) — camara: 2 despenseiros, 2 criados; praça d'armas: 2 cozinheiros, 2 despenseiros, 12 criados; sub-officiaes e inferiores: 2 cozinheiros, 2 despenseiros, 8 criados; guarnição: 2 cozinheiros, 2 ajudantes de cozinha;

*Barroso* — camara: 1 despenseiro, 1 criado; praça d'armas: 1 cozinheiro, 1 despenseiro, 6 criados; sub-officiaes e inferiores: 1 cozinheiro, 1 despenseiro, 4 criados; guarnição: 1 cozinheiro, 1 ajudante de cozinha;

*Typo Bahia* (2) — camara: 2 despenseiros, 2 criados; praça d'armas: 2 cozinheiros, 2 despenseiros, 12 criados; sub-officiaes e inferiores: 2 cozinheiros, 2 despenseiros, 8 criados; guarnição: 2 cozinheiros, 2 ajudantes de cozinha;

*Tender Ceará* e submersíveis — camara: 1 cozinheiro, 1 despenseiro, 1 criado; praça d'armas: 1 cozinheiro, 1 despenseiro, 9 criados; sub-officiaes e inferiores: 1 cozinheiro, 1 despenseiro, 7 criados; guarnição: 1 cozinheiro, 1 ajudante de cozinha;

*Benjamin Constant* — camara: 1 despenseiro, 1 criado; praça d'armas: 1 cozinheiro, 1 despenseiro, 8 criados; sub-officiaes e inferiores: 1 cozinheiro, 1 despenseiro, 4 criados; guarnição: 1 cozinheiro, 1 ajudante de cozinha;

*Republica* — camara: 1 despenseiro; praça d'armas: 1 cozinheiro, 1 despenseiro, 4 criados; sub-officiaes e inferiores: 1 cozinheiro, 3 criados; guarnição: 1 cozinheiro;

*Tiradentes* — camara: 1 despenseiro; praça d'armas: 1 cozinheiro, 1 despenseiro, 3 criados; sub-officiaes e inferiores: 1 cozinheiro, 2 criados; guarnição: 1 cozinheiro;

*Carlos Gomes* — camara: 1 despenseiro; praça d'armas: 1 cozinheiro, 1 despenseiro, 3 criados;

Ouro

Papel

sub-officiaes e inferiores : 1 cozinheiro, 2 criados; guarnição : 1 cozinheiro ;

*Tymbira* — camara : 1 dispenseiro ; praça d'armas : 1 cozinheiro, 1 dispenseiro, 3 criados; sub-officiaes e inferiores, 1 cozinheiro, 2 criados; guarnição : 1 cozinheiro ;

*Typo Pará* (10) — camara : 10 criados; praça d'armas : 10 cozinheiros, 10 dispenseiros, 20 criados; sub-officiaes e inferiores : 10 criados; guarnição : 10 cozinheiros ;

*José Bonifacio* — camara : 1 dispenseiro; praça d'armas : 1 cozinheiro, 1 dispenseiro, 3 criados; sub-officiaes e inferiores : 1 cozinheiro, 2 criados; guarnição : 1 cozinheiro ;

*Sargento Albuquerque* — camara : 1 dispenseiro; praça d'armas : 1 cozinheiro, 1 dispenseiro, 3 criados; sub-officiaes e inferiores : 1 cozinheiro, 2 criados; guarnição : 1 cozinheiro ;

*Typo Belmonte* (2) — camara : 2 dispenseiros; praça d'armas : 2 cozinheiros, 2 dispenseiros, 6 criados; sub-officiaes e inferiores : 2 cozinheiros, 4 criados; guarnição : 2 cozinheiros ;

*Pernambuco* — camara : 1 criado; praça d'armas : 1 cozinheiro, 1 dispenseiro, 2 criados; sub-officiaes e inferiores : 1 criado; guarnição : 1 cozinheiro ;

*Oyapock* — camara : 1 criado; praça d'armas : 1 cozinheiro, 1 dispenseiro, 2 criados; sub-officiaes e inferiores : 1 criado; guarnição : 1 cozinheiro ;

*Gogaz* — camara : 1 criado; praça d'armas : 1 criado; guarnição : 1 cozinheiro ;

*Typo Acre* (4) — camara : 4 criados; praça d'armas : 4 cozinheiros, 8 criados; sub-officiaes e inferiores : 4 criados; guarnição : 4 cozinheiros ;

*Base da defesa minada* — camara : 1 dispenseiro; praça d'armas : 1 cozinheiro, 1 dispenseiro, 2 cria-

Ouro

Papel

dos; sub-officiaes e inferiores:  
1 cozinheiro, 2 criados; guar-  
nição: 1 cozinheiro;

Avisos mineiros (3) — camara:  
3 criados; praça d'armas: 3 cria-  
dos; guarnição: 3 cozinheiros;

Fortaleza de Santa Cruz — camara:  
1 despenseiro; praça d'armas:  
1 cozinheiro, 1 despenseiro, 2 cria-  
dos; sub-officiaes e inferiores:  
1 cozinheiro, 2 criados; guar-  
nição: 1 cozinheiro.

Cozinheiros: da camara e da praça  
d'armas, a 960\$ annuaes; dos  
sub-officiaes e da guarnição, a  
720\$; despenseiros: da camara  
e da praça d'armas, a 840\$ an-  
nuaes; dos sub-officiaes e infe-  
riores, a 660\$; criados: da ca-  
mara e da praça d'armas, a 660\$  
annuaes; dos sub-officiaes e da  
guarnição, a 540\$; ajudantes  
de cozinha a 720\$; somma  
297:460\$000.

Total da verba.....\* 6.124:275\$800

7. Batalhão Naval. Reduzida de  
6:720\$, substituindo-se na ta-  
bella os calculos correspondentes  
a — Taifa e Material — pelos  
seguintes:

#### TAIFA

- 2 cozinheiros para o commandante  
e os officiaes, a 840\$ por anno;  
1 cozinheiro para sub-officiaes, a  
720\$000;  
1 cozinheiro e um ajudante para  
as praças, importando os salarios  
dos dous em 1:800\$ annuaes;  
2 despenseiros a 720\$, e um a  
540\$000;  
6 criados a 540\$, e seis a 420\$;  
somma, 11:940\$000.

#### MATERIAL

- Fardamento, 140:000\$000;  
Instrumentos de musica e respec-  
tivos concertos, 3:000\$000;

	Ouro	Papel
Impressões e encadernações, 230\$000;		
Expediente, 1:200\$; somma, 144:430\$000.		
Total da verba.....		416:226\$000
8. Arsenaes.....		2.750:404\$687
9. Inspectoria de Portos e Costas. Augmentada de 135:572\$, sendo: 30:120\$ assim distribuidos: para um pratico de 1ª classe, 6:600\$; um pratico de 2ª classe, 4:200\$; cinco praticantes de praticos a 1:800\$, 9:000\$; 20 % sobre 51:600\$, 10:320\$; 2:600\$ na rubrica « Capitania do Porto da Parahyba », para um patrão da lança a vapor; 42:852\$ na con- signação destinada a alugueis dos predios em que funcionam as capitancias dos portos, e 60:000\$ para o serviço de dele- gacias e agencias de capitancias de portos, podendo o Governo conceder a delegados ou agentes, a titulo de vencimentos, porcen- tagens das rendas auferidas nas repartições respectivas, na fórma das leis e regulamentos em vigor.....		562:787\$000
10. Depositos Navaes.....		128:744\$000
11. Hospitaes. Augmentada de 2:400\$ para mais um pratico de phar- macia, e de 4:000\$ a consi- gnação para medicamentos.....		255:070\$000
12. Superintendencia de Navegação. Augmentada de 2:400\$ para um 3º pharoleiro.....		1.417:740\$000
13. Ensino Naval. Augmentada de 20:640\$, sendo de 3:720\$ na con- signação « Escola de Grumetes », substituida a respectiva tabella pela seguinte :		
6 professores normalistas a 4:800\$, 28:800\$000 ;		
1 mestre de gymnastica e natação, 3:600\$000 ;		
1 mestre de musica, 3:600\$000 ;		
4 cozinheiros, sendo dous a 70\$ mensaes e dous a 50\$ mensaes, 2:880\$000 ;		



	Ouro	Papel
6 ajudantes de cozinha a 50\$ mensaes, 3:600\$000 ;		
5 despenseiros, dous a 60\$ mensaes e tres a 45\$ mensaes, 3:060\$000 ;		
2 serventes de enfermaria a 2\$ em 365 dias, 1:460\$000 ;		
2 serventes, ambos a 2\$ em 365 dias, 1:460\$000 ;		
20 criados, 11 a 45\$ e nove a 35\$ mensaes, 9:720\$000 ;		
200 grumetes a 10\$ mensaes, sendo 3\$ de soldo, 24:000\$, 82:180\$000 ;		
e 16:920\$ na consignação « Escola de Aprendizizes Marinheiros », substituida a respectiva tabela pela seguinte :		
37 professores normalistas a 4:800\$, 177:600\$000 ;		
16 professores auxiliares a 3:600\$, 57:600\$000 ;		
17 mestres de gymnastica e nataçao a 3:600\$, 61:200\$000 ;		
17 mestres de musica a 3:600\$, 61:200\$000 ;		
32 cozinheiros a 70\$ mensaes, 26:880\$000 ;		
16 ajudantes de cozinha a 50\$ mensaes, 9:600\$000 ;		
16 despenseiros a 60\$ mensaes, 11:520\$000 ;		
16 despenseiros a 45\$ mensaes, 8:640\$000 ;		
33 criados a 45\$ mensaes, 17:280\$000 ;		
15 criados a 35\$ mensaes, 6:720\$000 ;		
20 serventes de enfermaria a 2\$ em 365 dias, 14:600\$000 ;		
1.000 aprendizizes a 3\$ mensaes, 36:000\$, 488:840\$000.		
Total da verba.....		1.483:968\$984
14. Bibliotheca, Museu, Archivo o Imprensa Naval.....		220:860\$000
15. Directoria do Armamento. Aumentada de 600\$ para accrescimento dos vencimentos de dous serventes que passam a perceber 1:500\$ cada um.....		432:925\$000

	Ouro	Papel
16. Munições de guerra.....		500:000\$000
17. Munições de bocca. Augmentada de 221:415\$, sendo 22:995\$ para mais 45 rações a 1\$400 em 365 dias, 2:555\$ para mais cinco aspirantes, 255:500\$ para mais 500 marinheiros contractados, e 365\$ para mais uma ração de 1\$ em 365 dias para pessoal dos pharões.....		6.847:021\$000
18. Munições navaes. Reduzida de 600:000\$000.....		1.400:000\$000
19. Material de construcção naval. Reduzida de 500:000\$000.....		1.000:000\$000
20. Combustivel. Reduzida de 1.000:000\$000.....		2.000:000\$000
21. Obras. Augmentada de 20:000\$ para a prosecução das obras da Escola de Aprendizizes Marinheiros da Parahyba, inclusive as de adaptação de uma das alas do edificio, afim de ser nella quanto antes installada a Escola.....		270:000\$000
22. Fretes, passagens, ajudas de custo, commissões de saques, etc.....		200:000\$000
23. Despezas extraordinarias.....		282:000\$000
24. Addidos. Augmentada de 12:000\$ para um chefe de secção da extincta Secretaria de Marinha.....		1.051:576\$000
25. Classes Inactivas.....		2.890:926\$747
26. Despezas no Exterior. Reduzida de 800:000\$000.....	200:000\$000	
27. Para pagamento de diarias que deverão perceber, nos domingos e dias feriados, os diaristas de repartições e estabelecimentos navaes.....		634:000\$000
	200:000\$000	44.312:851\$638

Art. 43. O Presidente da Republica é autorizado :

I. A consolidar, constituindo um só regulamento, para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, a Directoria do Armamento, ahi comprehendida, não só as disposições regulamentares actuaes, como tambem as que tiverem provindo de proposições de orçamento, ou de leis outras, actualmente em vigor, adoptando, mais ainda, quanto ao numero de horas de serviço, o que actualmente se adopta, em virtude de praxe, oito horas no maximo.

Nas officinas onde não houver contra-mestre effectivo, nem addido, em condições de ser aproveitado, deverá ser elevado áquella categoria, dentro da somma total da verba da tabella de — Arsenaes —, ou da tabella de —

Addidos—, um operario de 1ª classe, do respectivo officio. Assim tambem, dentro da mesma somma, deverá ser concedida aos actuaes aprendizes gratuito uma diaria de 500 réis, contando-se, para todo o pessoal, o tempo de serviço a partir da data do primeiro vencimento effectivo ;

II. A abrir creditos, papel ou ouro, para as despesas do caracter extraordinario, dentro ou fóra do paiz, sobretudo pelas rubricas de —Material—, do orçamento, de conformidade com o disposto na lei n. 3.316, de 16 de agosto de 1907;

III. A despendar até 50:000\$, abrindo para isso o necessario credito, com a construcção de um pavilhão destinado á installação do serviço de hydro-electroterapia no Sanatorio Naval de Friburgo, uma vez que o custeio do serviço, desta maneira installado, possa realizar-se sem augmento das verbas consignadas á despesa actual do Sanatorio ;

IV. A utilizar-se dos transportes de guerra para o serviço de conducção de mercadorias de commercio, devendo o Ministerio da Marinha recolher ao Thesouro Nacional a renda liquida de cada viagem, renda que o Governo applicará, abrindo creditos correspondentes, em serviços a cargo da Marinha, cumprindo, então, ao Thesouro, fazer a escripturação respectiva em livro especial e remetter ao Congresso, no fim de cada anno, o competente balanço, com todos os detalhes ;

V. A realizar quaesquer operações, inclusive a permuta ou a venda em hasta publica, no todo ou em parte, relativamente aos terrenos de propriedade nacional em Armação, bem como aos dos extinctos arsenaes de Marinha da Bahia e de Pernambuco, e da antiga capitania do porto de Corumbá, de modo, sobretudo, a permitir melhor installação ou provimento de serviços quaesquer attribuidos á administração da Marinha, devendo ser empregado nesses mesmos serviços o producto ou os saldos resultantes de taes operações. Na hypothese de serem applicados, nos termos deste dispositivo, os terrenos de Armação, o Governo fará installar na ilha do Boqueirão todos os serviços adstrictos á Directoria do Armamento ;

VI. A distribuir, mensalmente, á Pagadoria da Marinha, as verbas mensaes correspondentes a despesas miudas de repartições do Ministerio que funcionem nesta Capital, recebendo depois o Thesouro, da mesma Pagadoria, no fim de cada exercicio, a respectiva prestação de contas ;

VII. A transferir para o Corpo de Marinheiros os foguistas contractados, nacionaes, que porventura o quizerem ;

VIII. A realizar contractos, por tempo nunca maior de cinco annos, exclusivamente em relação a alugueis de casas ;

IX. A vender o material reputado inutil, inclusive navios julgados imprestaveis, recolhendo o producto da venda ao Thesouro, e podendo abrir creditos, por conta de tal producto recolhido, para a acquisição de material que considerar indispensavel ao serviço da esquadra e ao reparo de suas unidades ;

X. A entrar em accôrdo com o Estado do Rio Grande do Sul para que passe ao referido Estado o serviço do balisamento e illuminação dos canaes interiores alli existentes, competindo ao Ministerio da Marinha o policiamento da navegação ;

XI. A fornecer, por emprestimo, o fardamento necessario aos reservistas que se incorporarem ás manobras navaes ;

XII. A contractar com quem melhores condições offerecer, no paiz ou no estrangeiro, a construcção de uma barca-pharol para o canal de Bragança, empregando para esse effeito as prestações já adquiridas para tal fim ;

XIII. A abrir os creditos necesarios para execução da lei n. 3.178, de 30 de outubro de 1916 ;

XIV, a rever o regulamento das capitánias dos portos da Republica, no sentido de alterar e regularizar a cobrança dos emolumentos nelle estabelecidos.

Art. 44. As vagas que se forem dando, quer de 2.<sup>as</sup> tenentes extranumerarios, quer de sub-machinistas extranumerarios, no Corpo de Engenheiros Machinistas, não serão preenchidas.

Art. 45. Também não serão preenchidas as vagas que se forem dando no quadro de serralheiros e de caldeireiros, passando, então, os serviços que os mesmos desempenhavam a ser affectos ao quadro de mecanicos navaes.

Art. 46. As vagas que se derem no Corpo de Marinheiros Nacionais, de cabos ou de sargentos, marinheiros ou foguistas, deverão ser occupadas pelos cabos e sargentos excedentes, até que desapareça o excesso verificado.

Art. 47. Enquanto não estiverem completas nas escolas de aprendizes marinheiros, as lotações de menores, propriamente destinados ao serviço da Marinha, o Governo deverá admitir, gratuitamente, como alumnos externos ás mesmas, e sob as condições que prescrever, menores outros, reconhecida-mente pobres, aos quaes distribuirá, sem augmento de despeza, instrucção primaria e militar.

Art. 48. A porcentagem adicional dos funcionarios que servirem na aviação, nos submersiveis e nas ilhas da Trindade e Fernando de Noronha não poderá exceder da que compete aos officiaes que servem em Matto Grosso, Pará e Amazonas, de accordo com o art. 4.<sup>o</sup> e § 2.<sup>o</sup> do art. 28 da lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910, e será custeada pela rubrica «Eventuaes» da verba «Despezas extraordinarias».

Art. 49. Na vigencia desta lei não serão chamados a serviço dos conselhos militares os officiaes reformados.

Art. 50. Installadas que sejam novas agencias ou delegacias de capitánias de portos, no regimen das leis actuaes, dentro da verba para este fim concedida, deverá o Poder Executivo submeter ao Congresso, no inicio da sessão legislativa de 1918, a distribuição que tiver feito da referida verba, ali também contempladas as porcentagens de rendas que porventura houver attribuido a agentes ou delegados das mesmas capitánias.

Art. 51. O Presidente da Republica é autorizado a despende, pelo Ministerio da Guerra, com o serviço designado nas seguintes verbas, a quantia de 100:000\$, ouro, e de 74.498:353\$520, papel:

	Ouro	Papel
1. Administração Central. Augmentada de 14:600\$ para elevar de 4\$ a diaria de 80 serventes braçaes.....	.....	1.237:285\$000
2. Estado-Maior do Exercito.....	.....	110:709\$000
3. Supremo Tribunal Militar e Auditores. Augmentada de 4:560\$ na Secretaria do Supremo Tribunal Militar, para elevar os vencimentos do porteiro a 3:000\$, os dos dous continuos a 2:400\$ e a diaria dos serventes a 4\$000..	.....	401:110\$000
4. Instrucção militar. Diminuida de 48:456\$, sendo: 9:600\$ na consignação «Escola Militar», pela suppressão de um logar de professor que foi posto em disponibilidade; 10:056\$ na consignação «Diversas vantagens», sub-con-		

Ouro

Papel

signação « Adicional de tempo de serviço, etc. », e 28:800\$ na sub-consignação « Professores em disponibilidade » da mesma consignação « Diversas vantagens », pela supressão de tres logares de professores em disponibilidade em virtude de fallecimentos ..... 1.864:978\$000

## 5. Arsenaes :

Augmentada de 16:790\$ na consignação « Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro » — Pessoal director, technico e administrativo — para elevar a 5\$ a diaria de dous encarregados de serventes, a 4\$ a diaria dos 33 serventes de 1ª classe e a 3\$ a diaria dos 22 serventes de 2ª classe.

A' dotação « Maruja » — diga-se :

Matto Grosso : um patrão, além da etapa pela verba 9ª, diaria — 6\$500 ; um machinista, além da etapa pela verba 9ª, diaria — 6\$500. Rio Grande do Sul : um 1º patrão, além da etapa pela verba 9ª, diaria — 6\$500 ; um machinista, além da etapa pela verba 9ª, diaria — 6\$500.....

2.008:866\$765

6. Fabricas..... 1.795:599\$500

## 7. Serviço de Saude :

Augmentada de 113:237\$500 na consignação « Pessoal do Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar », substituida pela seguinte a respectiva tabella de vencimentos :

1 director, pharmaceutico do classe[(verba 8ª);

1 ajudante, idem (verba 8ª);

5 chefes de secção, idem (verba 8ª);

12 coadjuvantes, idem (verba 8ª);

1 escriptuario, 4:800\$, ord., 2:400\$, grat., 7:200\$000 ;

1 agente despachante, 4:800\$, ord., 2:400\$, grat., 7:200\$000 ;

5 escreventes de 1ª classe, a 3:600\$, ord., 1:800\$, grat., 27:000\$000 ;

5 escreventes de 2ª classe, a 3:200\$, ord., 1:600\$, grat., 24:000\$000 ;

Ouro

Papel

- 1 archivista, 3:600\$, ord., 1:800\$, grat., 5:400\$000;
- 1 porteiro, 2:800\$, ord., 1:400\$, grat., 4:200\$000;
- 1 ajudante de porteiro, 2:400\$, ord., 1:200\$, grat., 3:600\$000;
- 1 continuo, 2:400\$, ord., 1:200\$, grat., 3:600\$000;
- 8 manipuladores de 1ª classe a 3:600\$, ord., 1:800\$, grat., 43:200\$000;
- 10 manipuladores de 2ª classe a 3:200\$, ord., 1:600\$, grat., 48:000\$000;
- 12 manipuladores de 3ª classe a 2:800\$, ord., 1:400\$, grat., 50:400\$000;
- 8 aprendizes de 1ª classe a 1:600\$, ord., 800\$, grat., 19:200\$000;
- 8 aprendizes de 2ª classe a 1:280\$, ord., 640\$, grat., 45:360\$000;
- 10 aprendizes de 3ª classe a 1:040\$, ord., 520\$, grat., 15:600\$000;
- 4 encaixotadores a 2:400\$, ord., 1:200\$, grat., 14:400\$000;
- 2 carpinteiros a 2:400\$, ord., 1:200\$, grat., 7:200\$000;
- 1 machinista, 2:400\$, ord., 1:200\$, grat., 3:600\$000;
- 1 foguista a 1:920\$, ord., 960\$, grat., 2:880\$000;
- 16 serventes, diaria de 6\$, ord., e grat., 35:040\$000.

Total da verba.....

887:068\$000

## 8. Soldos e gratificações de officiaes:

Augmentada de 589:860\$, feitas na tabella respectiva as seguintes alterações:

- 83 coroneis, sendo 13 do quadro especial, etc., 1.444:200\$000;
- 101 tenentes-coroneis, sendo seis do quadro especial, etc., 1.454:400\$000;
- 219 maiores, sendo 15 do quadro especial, etc., 2.496:600\$000;
- 606 capitães, sendo 14 intendentes, 84 do Corpo de Saude, dous aggregados á arma de infantaria e 12 do quadro especial, 5.457:000\$000.

	Ouro	Papel
Diversos serviços: additionaes de 20 % aos officiaes das guarnições do Pará, Amazonas e Matto Grosso, 373:260\$000.		
Na consignação « Vencimentos a officiaes reformados » accrescente-se: « gratificação do 150\$ a reformados nomeados para substituir os effectivos em diversas repartições, 430:000\$000.		
Total da verba.....		22.010:459\$692
9. Soldos, etapas e gratificações de praças de pret.....		24.538:556\$260
10. Classes inactivas.....		11.200:507\$303
11. Ajudas de custo.....		150:000\$000
12. Empregados addidos. Augmentada de 2:160\$ para correcção de um erro de somma e diminuida de 8:600\$, sendo 7:200\$ dos vencimentos de dous 3 <sup>os</sup> officiaes, já aproveitados, e 1:400\$ dos vencimentos de um mestre do extincto Arsenal de Guerra de Matto Grosso, posto em disponibilidade.....		232:814\$000
13. Obras militares.....		900:000\$000
14. Material:		
Diminuida de 4:000\$ na sub-consignação « Expediente, etc. » da Escola de Estado Maior.		
Augmentada de 302:000\$, sendo 2:000\$ para a Policlínica, na sub-consignação n. 14 « Utensílios, moveis, etc. », e 300:000\$ na sub-consignação n. 20 « Aquisição de instrumentos, utensílios, etc. », á qual serão accrescentadas as palavras: « colchões e travesseiros ».		
Supprimidas na consignação n. 17 as palavras: « colchões e travesseiros ».		
Redigido da seguinte forma o n. 19 da consignação « Diversas despesas, remonta de cavallos, muares e outros animaes para o Exercito », estabelecendo-se mais dous depositos, á proporção que fôr possível, um no Estado de S. Paulo e outro no Estado de Minas Geraes (zona da Estrada de Ferro Central), criação do cavallo de guerra e desenvol-		

	Ouro	Papel
vimento da invernada nacional de Saycan, sendo applicada toda a sua renda na compra de eguas e potros correspondentes e no desenvolvimento dos seus differentes ramos de serviço, 200:000\$000..	.....	7.160:400\$000
15. Despezas no exterior, differença de vencimentos, pessoal contractado, commissões e outras, inclusive representação dos addidos militares.....	100:000\$000	
	100:000\$000	74.498:353\$520

Art. 52. E' o Presidente da Republica autorizado :

I. A mandar distribuir pela Directoria de Contabilidade e pelas delegacias fiscaes nos Estados as quantias necessarias ás unidades e estabelecimentos militares, para que façam directamente o supprimento dos artigos á conta dos creditos votados para a verba 14<sup>a</sup>, ns. 1 (letras *d, e, f e g*), 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, consignaçoão « Forragens o ferragens ».

Para estas despesas o Ministerio da Guerra fixará, dentro das dotações das verbas para cada estabelecimento ou unidade militar, uma determinada quantia, que será adeantada pela repartição pagadora das alludidas unidades ou estabelecimentos, conforme o Ministerio da Guerra o determinar.

A despesa que exceder da quantia distribuida será attendida pela mesma unidade ou estabelecimento com recursos de que dispuzerem os cofres dos seus conselhos economicos ;

II. A contractar no estrangeiro operarios especialistas para as fabricas de material do Estado, sem augmento de despesa ;

III. A vender as publicações do Estado-Maior do Exercito que não constituam segredo e applicar o producto a melhorar os recursos da Imprensa Militar ;

IV. A manter quatro addidos militares, sendo um nos Estados Unidos da America do Norte, um no Chile, um na Argentina e um na França ;

V. A reformar os arsenaes, dando-lhes caracter technico, reduzindo os quadros, podendo supprir os arsenaes que julgar inuteis aos serviços do Exercito, respeitanto os direitos dos funcionarios e operarios, conforme dispõe o n. IX, art. 43, da lei n. 2.924, de 5 de Janeiro de 1915 ;

VI. A permittir que a Intendencia da Guerra forneça aos officiaes effectivos do Exercito e aspirantes a materia prima para a confecção de seus fardamentos, ou estes já confeccionados, o armamento e demais artigos confeccionados, necessarios ao serviço propriamente militar, mediante pagamento por descontos ou á vista, applicando-se o producto dessas vendas a acquisições successivas para o fornecimento, de accôrdo com as instrucções que o Ministerio expedir ;

VII. A vender os productos das fabricas do Piquete e da Serra da Estrella, dando preferencia, em igualdade de condições, ás propostas feitas em concorrência pelas fabricas nacionaes dos artigos similares, sendo recolhido o saldo, deduzidas as despesas, ao Thesouro Nacional ;

VIII. A aproveitar, nas vagas que se verificarem na Directoria do Expediente da Guerra, respeitados os direitos de promoção no quadro, os actuaes



officiaes civis da Escola de Estado Maior, da Intendencia da Guerra e do Arsenal de Guerra desta Capital, em serviço na mesma Directoria, que tenham mais de 10 annos de serviço publico ;

IX. A entrar em accôrdo com a Mitra Archidiocesana para adquirir a igreja de Ipanema, perto do Forte de Copacabana, abrindo para esse fim o credito especial até a quantia de 80:000\$000 ;

X. A vender a Fazenda da Piedade, pertencente ao Ministerio da Guerra situada no municipio de Campos, que não se presta para deposito de remonta devendo com o seu producto adquirir outra em boas condições, onde possa ser estabelecido um dos novos depositos ;

XI. A despender com a organização, installação e execução dos serviços technicos e administrativos, obras de adaptação e outras despczas (pessoal e material), tudo relativo ao serviço geographico militar, até a quantia de 400:000\$, abrindo para esse fim o necessario credito especial, o qual será distribuido á Contabilidade da Guerra, applicando-lhe as disposições do primeiro numero deste artigo, relativas ao regimen de massas ;

XII. A fazer nas verbas 9ª e 14ª do art. 23 as seguintes alterações :

a) elevar a verba 9ª (Soldos, etapas e gratificações de praças de pret) a 47.575:966\$360, pelo augmento do numero de praças para 52.237, elevando as parcelas de sargentos ajudantes a 126, 1ºs sargentos a 720, 2ºs sargentos a 422, 3ºs sargentos a 2.188, cabos a 6.399, anspeçadas a 5.531, soldados a 35.250 ; modificando a deducção da gratificação correspondente a soldados que se alistarem no correr do anno para 1.590:000\$, correspondentes a 26.250 soldados ; elevando o adicional de 20 % sobre soldos e gratificações nos Estados do Amazonas, Pará e Matto Grosso, nas parcelas relativas a 1ºs sargentos (82, em vez de 40), 2ºs ditos (144, em vez de 53), 3ºs ditos (201, em vez de 94), cabos (580, em vez de 273), anspeçadas (465, em vez de 258), soldados (3.162, em vez de 1.226) ; supprimindo as sub-consignações relativas a sargentos aggregados ; elevando as etapas a 20.853.545 rações e a importancia da respectiva consignação a 31.280:317\$500 ; incluindo 400 sargentos instructores (soldo, etapa, gratificação e diaria), 1.308:000\$000 ;

b) elevar as seguintes sub-consignações da verba 14ª (Material), para attender ás necessidades decorrentes do augmento do effectivo de praças, autorizado na alinea precedente ; 14ª, do Serviço de Saude (Utensilios, etc.) a 120:000\$ ; 15ª (Medicamentos, etc.) a 250:000\$ ; 17ª (Fardamentos) a 6.400:000\$ ; 18ª (Equipamentos e arreios) a 500:000\$ ; 19ª (Remonta de cavallos, etc.) a 400:000\$ ; 20ª (Acquisição de instrumentos, etc.) a 500:000\$ ; 21ª (Luz para quartéis, etc.) a 500:000\$ ; 22ª (Transportes de tropas, etc.) a 1.000:000\$ ; 23ª (Alugueis de casas, etc.) a 300:000\$ ; 27ª (Expediente, etc.) a 93:200\$, devendo, por conta dessa sub-consignação, ser custeadas as viagens de inspecção dos chefes das directorias do Ministerio da Guerra e dos inspectores de regiões ; a sub-consignação « Forragens e ferragens » a 4.800:000\$ ; a sub-consignação « Extraordinarios com as grandes manobras de tropas » a 100:000\$000 ;

c) augmentar de 30:000\$ a consignação 4ª da rubrica 14ª (Material), afim de que o Estado-Maior possa realizar viagens de estudos estrategicos ;

XIII. A organizar uma companhia, isolada, de topographos com o effectivo conveniente de officiaes, inferiores e praças, tirados dos effectivos de infantaria, e tendo por objectivo especial fornecer destacamentos necessarios aos serviços de geodesia e topographia da Commissão da Carta Geral da Republica e do Serviço Geographico Militar.

Paragrapho unico. Os engajamentos e reengajamentos das praças desta companhia serão realizados em condições identicas ás estabelecidas para os artifices militares ;

XIV. A applicar na conservação da Villa Militar e Fazenda de Sapopemba metade da renda desta, sendo o restante recolhido ao Thesouro ;

XV. A nomear, dentre os auxiliares de auditor, sem augmento de despesa, mais um auditor de guerra para a 6ª região, visto dos dous ahi existentes um servir em Matto Grosso e o outro no Paraná, mantido o disposto no art. 58, *in fine*, da lei n. 2.332, de 5 de janeiro de 1917, sobre a remoção de auditores ;

XVI. A augmentar o pessoal operario das officinas da Intendencia da Guerra, quando isso fôr necessario ao serviço, correndo as despesas por conta das verbas de equipamento ou fardamento, conforme a sua natureza ;

XVII. A augmentar na Directoria de Administração dous continuos e dous serventes, sendo aquellos com 2:400\$ de vencimentos annuaes e estes com a diaria de 4\$ ; na Intendencia da Guerra, um ajudante de porteiro com a diaria de 4\$ e um apontador com a de 5\$ e a diminuir 10 serventes braçaes ;

XVIII. A vender em concurrencia publica o edificio do antigo Arsenal de Guerra da Bahia, bem como o tambem antigo forte S. Pedro, applicando o producto resultante na construcção de um quartel para regimento de infantaria em terreno cedido pela intendencia da capital do citado Estado e que fôr julgado conveniente ;

XIX. A rever os regulamentos dos estabelecimentos de ensino militar em geral, de modo que, quanto á Escola Pratica, fique ella unida á Escola Militar, podendo diminuir a duração dos cursos, sem augmento do numero de docentes, em qualquer dos estabelecimentos, obrigando a um anno de pratica de serviço arregimentado os alumnos que concluirem o curso ;

XX. A vender o material bellico inservivel existente nos arsenaes, fortalezas e quartéis, recolhendo o producto ao Thesouro Nacional, acompanhado da factura respectiva, e podendo posteriormente abrir credits limitados pelas quantias recolhidas, para aquisição successiva e reparos de material bellico e desenvolvimento das fabricas encarregadas do preparo desse material ;

XXI. A entrar em accôrdo com o Estado do Paraná para realizar a construcção immediata da estrada estrategica até a foz do Iguassú, podendo despende para isso até a somma de 200:000\$000 ;

XXII. A abrir os credits necessarios até 2.000:000\$ para organizar o serviço de aviação militar, fazer installações, adquirir aeroplanos e o mais material necessario, estabelecer escolas de aviação, contractar professores e operarios e dar regulamento ao serviço ;

XXIII. A permittir mais um anno de matricula aos ex-alumnos dos collegios militares, não desligados por falta disciplinar, correndo as despesas por conta dos interessados ;

XXIV. A declarar em disponibilidade, com os respectivos vencimentos, os ministros do Supremo Tribunal Militar que, tendo mais de 45 annos de serviço no Exercito ou na Armada, sendo pelo menos seis delles de exercicio no Tribunal, por seu estado de invalidez comprovada em inspecção de saude, não puderem continuar a servir no respectivo quadro ;

XXV. A remodelar o gabinete photographico do Estado-Maior do Exercito, dotando-o com installações de photogravura de reprodução photochimica e de impressão photomecanica, de accôrdo com as actuaes exigencias do serviço do Estado Maior do Exercito e dando ao encarregado dos trabalhos photographicos a direcção e responsabilidade technicas e administrativas de todas

as installações, podendo para este fim abrir o credito de 25:200\$, assim discriminados :

Pessoal :

1 encarregado da direcção do gabinete.....	7:200\$000
1 lithographo gravador.....	3:600\$000
1 lithographo transportador.....	4:200\$000
1 lithographo impressor.....	2:160\$000
1 ajudante photographo.....	3:600\$000
Aprendizes.....	1:440\$000

---

22:200\$000

Material para ampliação das installações..... 3:000\$000

---

25:200\$000

XXVI. A nomear pharmaceuticos do Exercito, havendo vaga, os pharmaceuticos que, approvados e classificados em concurso, a partir de 1912, tenham prestado serviços profissionais ao Exercito, por contracto ;

XXVII. A conceder, em março, uma segunda época de exames aos alumnos da Escola Militar que tiverem sido reprovados em uma ou duas cadeiras ou aulas de qualquer dos cursos da referida Escola, desde que não tenham tido mais de uma reprovação em cada cadeira ;

XXVIII. A reduzir de dous annos em cada posto, desde 2º tenente a marechal, nas armas combatentes, a idade para a reforma compulsoria dos officiaes do Exercito Nacional.

§ 1.º As idades para a reforma compulsoria na Marinha Nacional serão, para os quadros combatentes, as mesmas que ficam estabelecidas para os postos correspondentes do Exercito.

§ 2.º Para a execução do disposto neste artigo é o Governo autorizado a abrir os necessarios creditos.

Art. 53. Fica mantido o n. X, art. 40, da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.

Art. 54. Os officiaes do Exercito e da Armada demittidos a pedido contarão, quando em exercicio de cargo publico federal civil, o tempo de serviço militar.

Art. 55. A reforma compulsoria dos officiaes do Exercito e da Armada que contarem mais de 30 annos de effectivo serviço será feita com a patente e o soldo do posto immediatamente superior e nos termos da legislação vigente.

Art. 56. São extensivas ao chefe de machinas do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro as disposições constantes do decreto n. 2.368, de 31 de dezembro de 1910.

Art. 57. Serão incluídos, quando houver vagas no quadro effectivo, os veterinarios aggregados com mais de quatro annos de serviço, que tenham servido a contento.

Art. 58. O tempo de serviço militar activo, a que se refere o regulamento approvedo pelo decreto n. 6.947, de 8 de maio de 1908, para a execução da lei n. 1.860, de 4 de janeiro do mesmo anno, prestado pelos voluntarios especiaes e de manobras incorporados ás unidades do Exercito, será contado, para todos os effectos, como tempo effectivo de praça para aquelles que continuarem no serviço militar activo ou voltarem a servir como officiaes combatentes ou não combatentes (do corpo de saude e de intendentes), ou ainda como praças de pret.

Art. 59. O disposto no art. 1º da lei n. 3.175, de 11 de outubro de 1916, começará a ter execução desde 1 de janeiro de 1919.

Art. 60. Fica incluído no quadro dos empregados civis do Ministerio da Guerra o mecanico technico que serve actualmente na Commissão da Carta Geral do Brasil, percebendo seus vencimentos actuaes e gozando de todas as vantagens e regalias dos demais funcionarios da União.

Terminada esta commissão, elle passará a servir, na mesma qualidade, com as mesmas vantagens, junto ao Estado Maior do Exercito.

Art. 61. Para os conselhos de investigação e de guerra convocados pelo chefe do Departamento do Pessoal da Guerra será utilizada sómente a escala da região em que tiver de reunir-se o conselho, ou a da região mais próxima, si aquella não for sufficiente.

Art. 62. O Governo preencherá por concurso, de accôrdo com o art. 11 da lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910, as vagas que se derem no magisterio do Exercito.

§ 1.º Os docentes de assumptos militares serão nomeados por cinco annos, podendo o Governo reconduzill-os, a juizo do Estado Maior, caso publiquem um trabalho sobre sua aula.

§ 2.º Os actuaes docentes civis militares em commissão, interinos e effectivos, terão preferencia nas nomeações sobre os demais candidatos em igualdade de condições.

§ 3.º Esses docentes serão conservados nas suas aulas com os vencimentos do art. 11 da lei acima citada, até que se verifique o provimento definitivo por concurso.

Art. 63. Os docentes, de que trata o § 3º, quando militares e durante o actual estado de guerra, não ficam isentos de serem aproveitados para outras funções decorrentes dos deveres de seus postos.

Art. 64. Fica extinta a classe dos coadjuvantes do ensino theorico dos collegios militares, passando os actuaes a adjuntos, com as vantagens do art. 11 da lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910.

Art. 65. Só poderão inscrever-se no concurso para intendentes os sargentos que satisfizerem as seguintes condições :

- a) tenham mais de um anno de praça ;
- b) não tenham em sua certidão de assentamento nenhuma nota que os desabone ;
- c) tenham exemplar comportamento ;
- d) tenham mais de 18 e menos de 35 annos de idade ;
- e) tenham robustez physica e não soffram de molestia incuravel, provada em inspecção de saude.

Art. 66. Fica creado no Rio Grande do Sul, com character provisorio, um curso pratico de guerra, afim de proporcionar a instrucção profissional aos alumnos das escolas superiores e ás praças de pret, que requererem, habilitando-se para o accesso do 1º posto de officiaes da reserva do Exercito.

§ 1.º As matriculas para este curso serão realizadas depois de um exame vestibular prestado pelos candidatos, no qual provem possuir habilitações correspondentes ás que são exigidas para as matriculas na actual Escola de Guerra, ficando dispensados desse exame sómente os candidatos que tiverem concluído o curso de qualquer um dos collegios militares da Republica.

§ 2.º O Governo regulamentará esta disposição, estabelecendo o programma do curso de guerra, que deverá ser essencialmente pratico, para o aprendizado das diferentes armas, e restringirá quanto possivel o periodo da referida instrucção, tendo em vista as necessidades determinadas pela guerra actual.

§ 3.º Todas as despesas creadas com a adaptação do Collegio Militar do Porto Alegre, construcção de um polygono de tiro e demais accessorios deverão ser custeadas por conta do saldo de que dispõe o actual conselho administrativo daquelle Collegio, ficando a instrucção a cargo dos docentes do mesmo

instituto, sem accrescimos de vantagens e assim tambem quanto á unidade de administração.

Art. 67. Considera-se comprehendido nas disposições da lei n. 3.178, de 30 de outubro de 1916, que aboliu as restricções consignadas nas leis de amnistia de 1895 e 1898, o capitão Fabio Patricio de Azambuja, tendo-se como não existente a pena da reforma que se lhe impoz.

Art. 68. A etapa diaria dos inferiores asylados fica equiparada á dos inferiores promptos, fixada em 2\$000.

Art. 69. Ficam extensivas aos funcionarios do Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar todas as vantagens de que gosam os funcionarios do Hospital Central do Exercito.

Art. 70. Os saldos dos cofres dos collegios militares serão, a juizo dos respectivos corpos administrativos, empregados em melhoramentos e ampliação dos edificios para maior numero de alumnos.

Art. 71. Os pharmaceuticos militares, diplomados em medicina, serão preferidos, por transferencia, no preenchimento das vagas que se derem no primeiro posto do quadro medico, quando habilitados em concurso para o mesmo quadro.

Art. 72. Continúa em vigor a disposição do art. 49 da lei orçamentaria n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917 (os alumnos do Collegio Militar poderão ser transferidos de um para outro desses estabelecimentos no fim dos annos lectivos, e sómente nessa época, a pedido dos respectivos paes e tutores, correndo por conta destes todas as despesas decorrentes e desde que haja vaga na respectiva classe de gratuito ou contribuinte).

Art. 73. Os professores adjuntos e coadjuvantes do ensino theorico dos collegios militares terão de serviço obrigatorio nas aulas seis horas de trabalho por semana, correndo as despesas com as gratificações da regencia de turmas que excederem dessas seis horas por conta dos cofres dos conselhos administrativos dos mesmos collegios.

Art. 74. Na vigencia desta lei:

a) Sómente serão permittidas consignações até dous terços do soldo ou ordenado, que forem estabelecidas por officiaes e funcionarios civis ás suas familias e instituições que, por disposições especiaes, já gozem desse direito e a casas commerciaes de uniformes militares nesta Capital e nos Estados;

b) Nenhum official poderá receber mais de uma ajuda de custo de um Estado para outro ou para a Capital Federal, salvo por motivo de promoção e consequente transferencia, ou quando marchar com o seu corpo;

c) Não serão chamados a serviço dos conselhos militares os officiaes reformados.

Art. 75. Fica á disposição do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para ultimar as tabellas da Comissão de Linhas Telegraphicas e Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas, um contingente de 250 praças, que será constituido com voluntarios da propria região e contado nos effectivos orçamentarios da arma de engenharia.

Art. 76. As pensões dos alumnos dos collegios militares, filhos de officiaes do Exercito ou da Armada, até o posto de major ou de capitão de corveta, serão pagas mediante desconto que não excederá de 20 % do soldo desses officiaes, quando não prefiram estes ou não possam pagar directamente as mesmas pensões ou adiantamentos.

Art. 77. A etapa em qualquer guarnição nunca poderá exceder ao duplo da etapa média, que serviu de base ao computo orçamentario, salvo a etapa abonada ás praças do contingente de engenharia em comissão nas linhas telegraphicas de Matto Grosso, que póde ser elevada até 3\$300.

Art. 78. Continúa em vigor a disposição do art. 3º da lei n. 1.687, de 13. de agosto de 1907, para pagamento dos saldos devidos aos voluntarios e relativos aos exercicios anteriores ás datas dos reconhecimentos dos direitos

dos alludidos voluntarios aos soldos vitalicios em questão, ficando prorogado o prazo para a habilitação de que cogita o art. 2º da mesma lei.

Art. 79. Aos officiaes promovidos ou graduados serão abonadas, mediante requerimento, as seguintes importancias, para serem descontadas pela decima parte do soldo mensal: de 2ºs tenentes a capitães, 600\$; de majores a coroneis, 800\$; a generaes, 1:200\$000. Desses adeantamentos serão descontadas as dividas que tenham sido contrahidas pelos referidos officiaes.

Nenhum outro abono previsto em lei se fará sinão sob condição de pagamento integral dentro do corrente anno.

Art. 80. Ficam supprimidas, por contravirem a lei de vencimentos militares e salvo tão sómente os direitos adquiridos, reconhecidos pelo Poder Judiciario, todas as gratificações especiaes que a titulo diverso ainda percebem officiaes do Exercito no desempenho de funções de character militar, ou que se prendam a estas, sendo que os officiaes, no desempenho de funções technicas, poderão perceber, durante o tempo em que estiverem de serviço, uma diaria, que lhes será arbitrada pelo Ministerio da Guerra.

Art. 81. E' fixado em 600 o numero de alumnos do Collegio Militar do Rio de Janeiro e em 250 o de cada um dos collegios militares de Porto Alegre e Barbacena. O numero de alumnos gratuitos do Collegio Militar do Rio de Janeiro não poderá exceder de 100 e o dos collegios militares de Porto Alegre e Barbacena de 40 cada um. E' fixado em 60 para o Collegio de Barbacena o numero dos contribuintes com 60 %.

Art. 82. Os vencimentos dos alumnos da Escola Militar serão os seguintes: no curso fundamental — soldo de praça simples; no 1º anno dos cursos especiaes — soldo de 2º sargento; no 2º anno dos mesmos cursos e escolas praticas — soldo de 1º sargento.

Art. 83. O Governo não preencherá as vagas que ocorrerem no pessoal administrativo do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro até que o respectivo quadro fique reduzido ás seguintes proporções: um secretario, um chefe de secção, dous primeiros officiaes, dous segundos officiaes, quatro terceiros officiaes, 14 quartos officiaes, dous guardas, um apontador geral, um ajudante de apontador, um fiel de almoxarife, tres porteiros, quatro continuos, um feitor do serviço geral, um auxiliar tecnico, quatro mestres, 14 contra-mestres e um ajudante de electricista.

Art. 84. Ficam supprimidos no Arsenal de Porto Alegre, á proporção que se derem vagas, os logares de dous chefes de secção, dous quartos officiaes e um agente de compras.

Art. 85. Os medicamentos fornecidos a officiaes e funcionarios civis do Ministerio da Guerra serão pagos em folha, sendo expressamente prohibido o fornecimento gratuito. As importancias provenientes de taes fornecimentos serão recolhidas á Directoria de Contabilidade, onde serão escripturadas sob o titulo — Despeza a annular — para que tenham applicação na aquisição de medicamentos e drogas para o Laboratorio Chimico Pharmaceutico.

Art. 86. Os exames e analyses feitos no Laboratorio de Bacteriologia serão pagos adeantadamente, segundo a tabella de preços organizada pelo Ministerio da Guerra, sendo recolhido o producto á Directoria de Contabilidade e ahí escripturado sob o titulo — Despesas a annular —, para que tenha applicação na aquisição de aparelhos e reactivos para o Laboratorio.

Art. 87. Continuam em vigor os arts. 45, 46, 48, 51 e 52 da lei n. 2.9234, 5 de janeiro de 1915, e o art. 49 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.

Art. 88. Fica vigorando como credito especial, para os mesmos fins para que foi votado, o saldo do credito concedido pelo decreto legislativo n. 2.930, de 6 de janeiro de 1915.

Art. 89. As vagas que se derem no quadro dos auditores deverão ser preenchidas pelos auxiliares de auditor, cujas vagas, entretanto, não serão preenchidas, ficando de então supprimidos os respectivos cargos; antes, porém,

os auditores poderão ser removidos a seu pedido e a juízo do Governo dentro do prazo de 30 dias.

Art. 90. Aos officiaes do Exército e da Armada, que devidamente o requererem, e em numero que, a seu juízo, fôr considerado razoavel, poderá o Governo permittir que, com os respectivos vencimentos, pagos em papel, na Capital da Republica, se ausentem do paiz, uma vez que se destinem a acompanhar, na Europa, as operações militares, sob as condições que o Governo reputar convenientes, entre as quaes deverá figurar a de lhe remetter, opportunamente, um relatório das observações que hajam feito

Art. 91. Os delegados fiscaes do Thesouro Nacional nos Estados remetterão impreterivelmente, por trimestre, até 15 dias depois da terminação de cada um trimestre, ao ministro da Guerra, uma demonstração detalhada das despesas militares pagas pelas repartições pagadoras que lhes forem subordinadas, comprehendendo o estado das diversas verbas, de modo a que com clareza e precisão se possa ir tendo sciencia do que occorre referidas repartições de Fazenda e do estado dos creditos, e na opportunaccasão demonstrar pela mesma forma, isto é, clareza e precisão, por meio de balanços, qual a despesa realizada, quaes as glozas feitas ás despesas illegaes pagas pelas mesmas repartições e qual o saldo restituído ao Thesouro Nacional, por liquidação de cada anno financeiro.

Art. 92. Os ex-alunos das antigas escolas militares e Preparatoria e de Tactica do Realengo e do Rio Pardo, que frequentaram os respectivos cursos durante tres annos, pelo menos, e foram approvados no exame pratico de alguma das armas, serão aproveitados para os primeiros postos de officiaes da segunda linha da reserva do Exército, desde que nos seus assentamentos não tenham nenhuma nota que desabone as suas conductas.

Art. 93. Fica extincto, na Fabrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra, o logar de secretario civil. O actual serventuario passará para o quadro dos funcçionarios addidos, continuando a prestar os seus serviços na Directoria de Contabilidade da Guerra, onde se acha, podendo, porém, o ministro da Guerra aproveitar as suas aptidões como fôr mais conveniente, respeitadas os direitos da promoção no quadro, de accôrdo com as disposições regulamentares.

Art. 94. Ficam extensivas aos netos dos officiaes honorarios do Exército com serviço de campanha do Paraguay as vantagens do art. 75, paragrapho unico, do regulamento dos collegios militares.

Art. 95. Aos juizes togados do Supremo Tribunal Militar fica concedida a graduação honorifica de general de divisão.

Art. 96. O Presidente da Republica é autorizado a despende, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 616:680\$352, ouro, e a de 18.952:818\$610, papel.

Ouro

Papel

1. Secretaria de Estado. Augmentada de 23:318\$, sendo: 2:400\$ na consignação «Gabinete do Ministro», para elevar a 12:000\$ os vencimentos do engenheiro (8:000\$ de ordenado e 4:000\$ de gratificação); 13:920\$, na consignação «Pessoal», para equiparar os vencimentos dos serventes, correios, continuos e ajudante do porteiro aos dos funcçionarios de igual categoria da Secretaria de Estado da Viação; 3:600\$ para equiparar a gratificação do secretario do ministro aos dos se-

	Ouro	Papel
cretarios dos outros ministerios ; 1:398\$ para corrigir o erro de somma verificado na sub-con- signação « Fardamento dos cor- reios » da consignaço « Mate- rial », e 2:000\$ na sub-con- signação « Para despezas miu- das » .....	.....	673:804\$000
2. Pessoal contractado.....	.....	120:000\$000
3. Serviço de Povoamento. Augmen- tada de 66:750\$ na sub-consigna- ção « Fundação e custeio de nu- cleos coloniaes », para obras e custeio de cinco centros agricolas .....	.....	1.159:750\$000
4. Expansão Economica do Brasil....	10:000\$000	
5. Jardim Botanico. Augmentada de 1:800\$ no « Pessoal », para elevar a 4:800\$ os vencimentos do por- teiro.....	1:778\$000	301:800\$000
6. Serviço de Agricultura Pratica:		

Augmentada de 2:400\$ na consi-  
gnação « Pessoal da directoria  
e campos de demonstração »,  
para gratificação adicional ao 1º  
official que servir de secretario.

Augmentada ainda de 9:600\$, sendo  
8:400\$ para um bibliothecario-  
archivista e 1:200\$ para elevar a  
8:400\$ os vencimentos de um  
agronomo.

No « Material » — 4ª consignaço  
—entre as palavras « demonstra-  
ção » e « estações » — accrescen-  
te-se: « inclusive um em Ilhéos,  
Estado da Bahia, para estudos  
especiaes dos cacauheiros e outras  
plantas ».

Augmentada a 7ª consignaço de  
100:000\$ para a estrada de ro-  
dagem de Rio Branco a Manáos.

Auxilio á Associação Commercial  
de Ilhéos, Estado da Bahia, para  
a fundação de uma usina modelo  
de seccagem, esterilizaço e be-  
neficiamento dos fructos de ca-  
caueiro na zona Ilhéos-Itabuna,  
na importancia de 100:000\$, e  
para a Associação dos Agriculto-  
res de Cacau, no Estado da Ba-  
hia, na zona Cannavieiras-Bel-  
monte, para o mesmo fim, na im-  
portancia de 80:000\$, em um e



	Ouro	Papel
outro caso, si fôr pelo governo estadual, ou municipal, ou por particulares doado gratuitamente o immovel necessario, 180:000\$000 .....		3.181:800\$000
7. Escola de Aprendizizes Artifices. Augmentada no «Material», <i>in fine</i> , para a creação de cursos nocturnos de aperfeiçoamento annexo a cada escola de aprendizes artifices, sem augmento de pessoal, 250:000\$, e na sub-consignação «Obras, etc.» de 16:000\$, sendo 6:000\$ para aluguel da casa em que funciona a Escola do Pará, e 10:000\$ para completar as obras do edificio da Escola do Maranhão.....	.....	1.318:000\$000
8. Serviço Geologico e Mineralogico: No «Material», 2ª consignação, accrescentem-se ás palavras «Rio Grande do Sul» as seguintes: «e do norte do Brasil», augmentando-se a verba de 575:000\$000.		
Augmentada para a compra de, pelo menos, quatro sondas, 400:000\$000.....	.....	1.449:000\$000
9. Junta Commercial.....	.....	77:000\$000
10. Directoria Geral de Estatistica. Augmentada no «Pessoal» de 15:960\$, sendo: um linotypista, ordenado, 2:400\$, gratificação, 1:200\$; um encadernador, ordenado, 2:400\$, gratificação, 1:200\$, e dous compositores de 2ª classe, ordenado, 3:840\$, gratificação, 1:920\$, e 3:000\$ para elevar a 3:600\$ os vencimentos de cinco auxiliares dactylographos.....	.....	549:760\$000
11. Directoria de Meteorologia e Astronomia. Augmentada de 350:000\$ a ultima consignação do «Material» do Observatorio Nacional, que ficará assim redigida: «Para a conservação e conclusão das obras do novo observatorio no morro de S. Januario, 360:000\$000.....	.....	897:960\$000
12. Museu Nacional.....	.....	326:240\$000
13. Escola de Minas.....	.....	385:000\$000
14. Serviço de Informaçoes. Augmentada de 17:200\$ no «Material», sendo 4:000\$ na sub-		

Ouro

Papel

consignação « Aquisição, encadernação, etc. », e 13:200\$ na sub-consignação « Impressões e publicações »..... 109:200\$000

#### 15. Serviço de Industria Pastoral :

Augmentada de 59:900\$, sendo :  
 1:200\$ no « Pessoal » da Directoria, para elevar a 4:800\$ os vencimentos do porteiro ;  
 17:400\$ para « Pessoal » de uma fazenda modelo de criação no Estado de Goyaz, onde o Governo julgar mais conveniente, e 41:300\$ para o « Material » da referida fazenda de criação.

Diminuida de 87:400\$ ficando suprimidos os ns. IV, Pessoal, e III, Material, referentes á fiscalização da manteiga.

Augmentada, mais, na consignação n. I do « Material » (Directoria e Inspectoria) da importancia de 69:000\$, sendo : 6:000\$ na consignação « Alugueis de casa, etc. » ; 35:000\$ na consignação « Diarias, etc. », e 28:000\$ na consignação « Custeio do bioterio, etc. ».

No « Material » augmentada de 20:000\$ a 3ª sub-consignação da consignação IV, para aquisição de reproductores para o Posto Zootechnico de Lages.

Na consignação VII (Escola de Lactinios de Barbacena) diminuida de 9:000\$, ficando as sub-consignações assim dotadas :  
 1, 10:000\$ ; 2, 4:500\$ ; 3, 1:400\$ ;  
 4, 5:100\$ ; 5, 500\$ ; 6, 4:500\$000.

Na consignação IX, « Material », accrescente-se : « inclusive os construidos em exercicios anteriores e 10:000\$ ao Instituto de Hygiene, fundado pela Municipalidade de Pelotas, para fabricação de vaccina », augmentada a consignação de 15:000\$000.

Na consignação X, « Material », accrescente-se o seguinte : « Comprehendendo para o serviço de registro genealogico de animaes o auxilio a que se refere o parographo unico do art. 6º do de-

Ouro

Papel

creto n. 11.425, de 13 de janeiro de 1915 »; e substituidas as palavras: « pelas sociedades de agricultura e criação », pelas seguintes: « pelas sociedades ou estações de agricultura e criação e estações zootechnicas », devendo o total desta consignação ficar assim discriminado: 600:000\$, ouro, e 600:000\$, papel.

Accrescente-se um n. XI: « Para auxilio á fundação do primeiro posto zootechnico estadual em cada um dos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Piauh, Parahyba, Rio Grande do Norte, Alagôas, Sergipe, Espirito Santo, Paraná, Goyaz e Matto Grosso, não excedendo de 50:000\$ o auxilio ao governo de cada Estado, e para auxilio á creação de estações de monta ou de fazendas-modelo de criação ás municipalidades ou prefeituras do Brasil, não excedendo de 30:000\$ o auxilio a cada uma, em um e em outro caso mediante prévia approvação do respectivo orçamento pelo ministro da Agricultura, 1.000:000\$000.

Accrescente-se um n. XII: « Auxilio ao primeiro frigorifico de typo semelhante ao de Osasco, Estado de S. Paulo, que se inaugurar no Estado do Piauh ou em qualquer dos seus limitrophes, 300:000\$000.

Total da verba.....

600:000\$000

3.882:300\$000

16. Serviço de Protecção aos Indios. Diminuida de 66:750\$ na sub-consignação « Obras, custeio, etc. », e incorporando-se o restante á sub-consignação « Obras, custeio, etc. », das povoações indigenas, accrescentando-se no final desta sub-consignação as seguintes palavras: « inclusive o antigo Centro Agricola de Passo Fundo, que passará a funcionar como povoação indigena », e augmentada de 52:000\$, sendo 36:000\$ para attender ao desenvolvimento das culturas da povoação indigena de S. Lourenço,

Ouro

Papel

no Estado de Matto Grosso, e ao custeio da lancha *Rosa Bororo*, que faz o serviço de transporte entre a mesma povoação e os portos de Corumbá e Cuyabá, e 16:000\$, na consignação referente á manutenção das inspeções, para serem custeados mais dous postos de indios, já fundados no Estado de Matto Grosso.....

516:750\$000

## 17. Ensino Agronomico:

No « Pessoal », consignação « Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria », augmentada de 9:600\$ para mais um lente.

Na consignação « Aprendizados Agricolas », diminuida de 40:200\$ no « Pessoal », relativo ao aprendizado agricola de Barbacena, e augmentada de 55:200\$ para o « Pessoal » do Aprendizado Agricola de 1ª classe em Barbacena, assim discriminado :

1 director, 8:400\$; 1 auxiliar, agronomo, 6:000\$; 1 medico, 4:800\$; 1 escriptuario, 4:200\$; 1 chefe de culturas, 4:200\$; 1 professor primario, 3:600\$; 1 adjunto de professor, 3:000\$; 1 economo, 3:000\$; 2 conservadores inspectores a 3:000\$, 6:000\$; 1 pratico de industrias agricolas, 3:000\$; 2 mestres de officinas a 3:000\$, 6:000\$; 1 porteiro-continuo, 3:000\$; total 55:200\$000.

Total da verba.....

853:400\$000

18. Estação Sericicola de Barbacena..

31:000\$000

19. Eventuaes.....

200:000\$000

20. Empregados addidos. Augmentada de 403:554\$610, deduzindo-se dahi opportunamente as importancias correspondentes aos vencimentos dos funcionarios que terão de ser aproveitados nos termos da presente lei, comprehendida a quantia de 48:000\$ para pagamento dos auxiliares, em numero de 10, a que se refere o art. 90 da lei n. 2.924,

	Ouro	Papel
de 5 de janeiro de 1915, que ainda não foram aproveitados, como determinou a mesma disposição.....	.....	1.403:554\$610
<b>21. Instituto de Chimica :</b>		
<b>Pessoal:</b>		
1 director, 12:000\$; 2 assistentes, 16:800\$; 3 ajudantes, 18:000\$; 1 secretario, 4:800\$; 1 escripturario dactylographo, 3:600\$; 2 inspectores do fabrico de manteiga, 7:200\$; 3 serventes, 5:400\$; somma, 67:800\$000.		
<b>Material (o necessario ao serviço)</b>		
40:000\$000.....	.....	107:800\$000
<b>22. Junta de Corretores (decreto numero 9.264, de 28 de dezembro de 1911).</b>		
<b>Pessoal:</b>		
1 syndico, grat., 9:600\$; 1 escripturario, ord., 2:400\$, grat., 1:200\$, 3:600\$; 1 auxiliar, ord., 1:600\$, grat., 800\$, 2:400\$; 1 servente (salario mensal de 150\$), 1:800\$; total 17:400\$000.		
<b>Material:</b>		
Aluguel de casa para a secretaria da Junta, objectos de expediente, inclusive machinas de escrever, assignaturas de jornaes, vasilhame de amostras, carros e despezas miudas e eventuaes, 9:000\$000.....	.....	26:400\$000
<b>23. Subvenções e auxilios :</b>		
Augmentada de 695:000\$, sendo :		
Auxilio á Escola de Agricultura Pratica de S. Gabriel, Rio Negro, Estado do Amazonas, 20:000\$000;		
Idem ao Club da Seringueira de Manãos, Estado do Amazonas, 20:000\$000 ;		
Idem á Escola Agronomica de Manãos, 20:000\$000;		
Idem aos collegios de Conceição de Araguaya e de Porto Nacional, Estado de Goyaz, mantidos por irmas religiosas dominicanas, 20:000\$000 ;		

Ouro

Papel

Auxilio á Escola Agricola e Elementar Barão de Suassuna, do Syndicato Regional do Amaragy, Gamelleira e Escada, em Pernambuco, 20:000\$000 ;

Idem á Escola Agricola de Goyana, creada pelo respectivo syndicato, em Pernambuco, 10:000\$000 ;

Idem ao Aprendizado Agricola Samuel Hardmann, em Pernambuco, 8:000\$000 ;

Idem á Escola Agricola da Ordem Benedictina, em Pernambuco, 10:000\$000 ;

Idem ao Lyceu de Artes e Officios do Recife, mantido pela Sociedade dos Artistas Mecanicos e Liberaes, 10:000\$000 ;

Idem á Escola Agricola de Lavras, Estado de Minas Geraes, 20:000\$000 ;

Idem ao Aprendizado Agricola Borges Sampaio, de Uberaba, Estado de Minas Geraes, 10:000\$000 ;

Idem á Escola Agro-Pecuaría, mantida pelo Governo do Ceará na colonia Christina, 20:000\$000 ;

Idem aos campos de demonstração S. Pedro de Alcantara e de Tubarão, mantidos pelo Estado de Santa Catharina, em partes iguaes, 20:000\$000 ;

Idem ao Aprendizado Agricola do Gymnasio Leopoldinense, Estado de Minas Geraes, 20:000\$000 ;

Idem ao Lyceu de Artes e Officios da cidade de S. Paulo, no mesmo Estado, 20:000\$000 ;

Idem á Escola Agricola do Lyceu Salesiano de Campinas, Estado de S. Paulo, 30:000\$000 ;

Idem á Camara Municipal de São Carlos, Estado de S. Paulo, para auxilio ao seu posto zootechnico, 20:000\$000 ;

Idem á Escola Pratica Elementar de Agricultura de Araucaria, Estado do Paraná, 10:000\$000 ;

Idem ao Instituto de Ensino Profissional, mantido pela Escola de

Ouro

Papel

- Engenharia de Bello Horizonte,  
Estado de Minas Geraes,  
30:000\$000 ;
- Auxílio ao Asylo Agrícola Isabel, de  
Juparanã, Estado do Rio,  
10:000\$000 ;
- Idem ao Instituto Lauro Sodré, do  
Pará, 10:000\$000 ;
- Idem ao Instituto de Prata, do  
Pará, 10:000\$000 ;
- Idem ao Campo Experimental de  
Belém, 10:000\$000 ;
- Idem á Escola de Agronomia e Ve-  
terinaria, de Pelotas, Estado do  
Rio Grande do Sul, 10:000\$000 ;
- Idem á Escola Mineira de Agro-  
nomia e Veterinaria, Estado de  
Minas, 10:000\$000 ;
- Idem á Escola de Agricultura Pra-  
tica do Quixadá, Ceará,  
10:000\$000 ;
- Idem á Chacara da Conceição, em  
Silvestre Ferraz, Estado de Minas  
Geraes, 10:000\$000 ;
- Idem ao Instituto Agronomico  
Christino Cruz, Estado do Mara-  
nhão, 20:000\$000 ;
- Idem ao Centro Artistico Operario  
de S. Luiz do Maranhão,  
10:000\$000 ;
- Idem á Escola Profissional Delphim  
Moreira, em Pouso Alegre, Estado  
de Minas Geraes, 10:000\$000 ;
- Idem ao Aprendizado Agrícola Del-  
phim Moreira, em Pouso Alegre,  
Estado de Minas Geraes,  
5:000\$000 ;
- Idem ao Campo de Demonstração  
de Macahyba, Estado do Rio  
Grande do Norte, 10:000\$000 ;
- Idem á Phenix Caixerai do Ceará,  
para manutenção de sua Escola  
de Commercio, em Fortaleza,  
10:000\$000 ;
- Idem á Escola Agrícola de Cachoeira  
de Campos, de Ouro Preto,  
Estado de Minas Geraes,  
10:000\$000 ;
- Idem ao Instituto Commercial do  
Rio de Janeiro, 10:000\$000 ;

	Ouro	Papel
Auxílio á Academia de Commercio do Rio de Janeiro, 10:000\$000 ;		
Idem ao Instituto de Ensino Profissional D. Escolastica Rosa, em Santos, Estado de S. Paulo, 20:000\$000 ;		
Idem á Escola Agricola Coronel José Vicente, em Lorena, Estado de S. Paulo, 10:000\$000 ;		
Idem á Camara de Commercio Internacional do Brasil, com séde no Rio de Janeiro, 12:000\$000 ;		
Idem ao Campo Experimental e Escola Agricola mantidos pelo governo do Estado do Pará, em Igarapé-Assú, 20:000\$000 ;		
Idem á Sociedade Nacional de Agricultura, para manutenção e desenvolvimento do Horto Fructicola da Penha, inclusive secções experimentaes de selecção de plantas, estudos de fibras textis, cultura e conservação de cereaes e forragens, 50:000\$000 ;		
Idem á Escola Agricola do municipio do Rio Grande, destinada ao recolhimento e educação da infancia desvalida, e fundada em 1914, 5:000\$000 ;		
Idem á Escola Profissional Hilario Ribeiro, de Porto Alegre, destinada ao ensino de menores pobres orphãos, 5:000\$000 ;		
Idem á Sociedade Nacional de Agricultura para publicação de relatorios e monographias das conferencias algodoeira, de pecuaria e de cereaes, já realizadas, e outras a realizar no corrente anno, 60:000\$000 ;		
Na tabella anteponha-se ás palavras: « Ao Instituto Oswaldo Cruz, etc. », a seguinte:		
« Idem ».....	4:902\$352	1.382:300\$000
	<hr/> 616:680\$352	<hr/> 18.952:818\$610

Art. 97. E' o Presidente da Republica autorizado :

I. A transferir gratuitamente ao governo do Estado de Minas Geraes, ou á Camara Municipal de Juiz de Fóra o immovel agricola adquirido em Juiz de Fóra para o funcionamento da projectada escola agricola, de que trata o decreto n. 10.131, de 16 de abril de 1913, sob a condição essencial á doação



de ser o immovel applicado ao funcionamento de uma escola ou apprendizado agricola, ou de um campo de experimentação de culturas, ou de um posto zootechnico, podendo auxiliar a fundação de qualquer de taes estabelecimentos com a quantia de 20:000\$, mediante orçamento approved pelo ministro da Agricultura, Industria e Commercio;

II. A conceder subvenção kilometrica, até 2:000\$ por kilometro, de uma só vez por secção de 24 kilometros construidos de estradas de rodagem, proprias para serviço regular de transporte de passageiros e cargas por meio de automoveis ou outros vehiculos.

§ 1.º Essa subvenção será concedida a emprezas ou particulares que construïrem e trafegarem a estrada por automoveis ou outro meio de transporte e gosarem de igual subvenção do governo estadual.

§ 2.º O Governo estabelecerá as condições que deve preencher a estrada para que se torne effectiva a subvenção, e poderá ser concedida tambem aos Estados que empregarem na execução desse trabalho pelo menos o dobro da importancia da contribuição federal e preencham as condições exigidas para um trafego regular.

§ 3.º Para esse fim poderá o Governo Federal despende até 1.000:000\$ no exercicio de 1918, abrindo o credito preciso ou realizando operações de credito;

III. A rever os regulamentos das escolas de aprendizes artifices para, sem exceder as verbas orçamentarias, melhorar-lhes o funcionamento e harmonizal-o com a criação dos cursos nocturnos;

IV. A applicar, da emissão de papel-moeda de que trata a lei n. 3.316, de 16 de agosto de 1917, até a quantia de 60.000:000\$, ao juro de 5 % ao anno ao prazo de 20 annos, em emprestimos a particulares ou emprezas, para a construção das primeiras 20 usinas de assucar, do typo mais moderno conhecido, que se fundarem no paiz.

§ 1.º Os emprestimos serão contractados mediante garantia de primeira hypotheca, sem concurrencia, da usina, seus accessorios e terrenos adquiridos pelo mutuario.

§ 2.º O Governo poderá prestar esse auxilio sob fórmula de subscrição de *debentures* da primeira emissão, sem concurrencia, feita por sociedades anonymas, na fórmula da lei.

§ 3.º Os emprestimos serão reembolsaveis por prestações iguaes annuaes de juros e amortização do capital, e os respectivos contractos conterão as clausulas que o Governo julgar convenientes geralmente adoptados pelos bancos hypothecarios agricolas para garantia e segurança dos direitos creditorios, inclusive as de multa e antecipação de liquidação por impontualidade do devedor.

§ 4.º As notas recebidas dos mutuarios provenientes de suas prestações ou de liquidação anticipada serão immediatamente incineradas.

§ 5.º Caso o Governo não possa dispensar para este destino o papel-moeda que emittir, prestará este auxilio, nas mesmas condições, por meio de emprestimos feitos em apolices papel, juros de 5 %, emittidas e entregues aos mutuarios ao typo de 85 %.

§ 6.º Na hypothese do § 5º, os mutuarios pontuaes, na fórmula dos respectivos contractos, terão o direito de pagar suas prestações, ou liquidações anticipadas, em apolices federaes, salvo quanto a fracções inferiores ao valor de uma apolice, fracções que serão pagas em dinheiro, e taes apolices dadas em pagamento serão immediatamente cancelladas da divida publica;

V. A transferir definitivamente ao Estado do Rio Grande do Norte o Campo de Demonstração de Macahyba, no estado em que se encontra actualmente, exonerada a União de quaesquer encargos decorrentes do custeio e administração do mesmo campo, e supprimida a respectiva verba orçamentaria;

VI. A conceder, mediante accôrdo por venda ou arrendamento, para fins de utilidade publica, ao governo do Estado do Rio de Janeiro, lotes, edificios e

terras devolutas nos nucleos emancipados do Itatiaya e Visconde de Mauá, excluída a área de terrenos devolutos annexos ao pico do Itatiaya e os terrenos e edificios que o Ministerio da Agricultura julgar necessarios ao serviço florestal a cargo do Jardim Botânico e ao serviço meteorologico ;

VII. A transferir, a titulo gratuito, ao Estado de Sergipe os terrenos do Engenho Quissaman, cedidos ao Governo Federal pelo mesmo Estado para instalação de um centro agricola, com as bemfeitorias alli feitas pela União;

VIII. A entrar em accôrdo com os funcionarios de concurso do Ministerio da Agricultura, que foram exonerados sem processo regular e propuzeram dentro de cinco annos, após a exoneração, acção judicial para annullal-a, no sentido de reintegral-os, desistindo os mesmos dos juro da móra e custas das respectivas acções;

IX. A enviar annualmente ao estrangeiro, para aperfeiçoamento technico e profissional, pelo prazo de dous annos, os alumnos, até o numero maximo de 50 e equitativamente divididos pelos Estados e pelo Districto Federal, que tenham concluido o curso de uma escola, lyceu ou instituto de ensino profissional, industrial, agricola ou veterinario mantido ou subvencionado ou auxiliado pela União, por Estado ou por municipio, e que sejam para esse fim indicados pelo corpo docente da escola, lyceu ou instituto onde concluíram seu curso.

§ 1.º Esses alumnos serão escolhidos de modo que um terço, por Estado e pelo Districto Federal, se destine ao aperfeiçoamento nas artes mecanicas ou electricas, um terço nos serviços de agricultura e um terço nos trabalhos veterinarios.

§ 2.º O Governo fará a collocação dos alumnos nos cursos de aperfeiçoamento e nos estabelecimentos industriaes escolhidos pelo interessados e que mereçam a sua approvação.

§ 3.º A cada alumno serão fornecidas passagem de ida e volta e uma mensalidade, não excedendo de 100 dollars para os que forem fixados nos Estados Unidos da America do Norte e de £ 20 para os que forem fixados na Europa.

§ 4.º O Governo baixará instrucções estabelecendo as condições de escolha dos alumnos que tenham de gosar dos favores aqui estabelecidos e as obrigações dos mesmos alumnos, no intuito de obterem o maximo aproveitamento possivel.

§ 5.º O alumno que deixar de cumprir taes obrigações, ou que revelar aproveitamento insufficiente, será intimado a regressar ao paiz dentro do prazo de 60 dias, no maximo, perdendo de então em diante o direito á passagem de volta e á mensalidade acima indicada.

§ 6.º Para occorrer a todas as despesas decorrentes desta disposição fica o Governo autorizado a abrir, em qualquer tempo, os creditos que forem necessarios, até a importancia de 160:000\$, ouro;

X. A transferir para o Estado do Rio Grande do Sul, sem onus de qualquer natureza, as edificações e material pertencentes á ex-Estação Sericicola de Bento Gonçalves, no mesmo Estado, afim de serem utilizados nos serviços da Estação de Agricultura e Criação, recentemente creada na mesma localidade.

XI. A conceder, a titulo precario, á Camara Municipal de Pirapóra, Estado de Minas Geraes, licença para utilizar-se, por sua conta e risco, e gratuitamente, da parte das aguas do rio S. Francisco, no municipio do mesmo nome, necessarias á producção de força motriz até o maximo de 500 kilowats, destinada á iluminação da cidade e á distribuição de força motriz para industrias ;

XII. A fiscalizar a applicação das quantias concedidas como *auxilio* a cada um dos institutos mencionados na verba 21ª — Subvenções e Auxilios — de modo que não sejam taes auxilios empregados sinão em aquisição, ou ada-

ptação, ou ampliação de terrenos e bemfeitorias necessários ao preenchimento dos fins desses institutos, em compra e instalação de machinismos industriaes necessários ao ensino profissional, em fundação ou melhoramento de seus laboratorios, em aquisição de reproductores estrangeiros e deapparelhos de cultura dos campos;

XIII. A vender as lanchas e todo o material adquirido para o serviço de defesa da borracha e outras repartições ou serviços extinctos, ou reduzidos, recolhendo ao Thesouro Nacional o producto das vendas, guardadas as formalidades legais;

XIV. A despende até a quantia de 100:000\$ em auxilio á Prefeitura do Districto Federal, para creação de uma Escola Normal Modelo de instrucção profissional e technica;

XV. A regulamentar e fiscalizar a venda no paiz de adubos mineracs ou animaes e de toxicos insecticidas e fungicidas, de modo a cohibir as fraudes tão communs nessa particular, e normalizar a sua composição, estabelecendo as disposições e penalidades que julgar necessarias;

XVI. A crear typos officiaes para o commercio de algodão;

XVII. A adoptar as providencias que julgar necessarias para impedir officazmente a introdução e a circulação no paiz de sementes e plantas infectadas;

XVIII. A promover de modo geral e sob condições que não permittam o açambarcamento da produção o estabelecimento de usinas de beneficiamento e prensagem para o algodão nas principaes estações das estradas de ferro exportadoras de algodão, ou em pontos adequados do interior, onde ainda não existam installações apropriadas, pela forma que julgar mais conveniente e de accôrdo com os governos dos Estados, mediante uma redução no imposto de exportação sobre o algodão nellas beneficiado, uma vez satisfeitas as prescripções que forem estabelecidas, abrindo para isso os necessarios creditos;

XIX. A facilitar o mais possivel aos pequenos lavradores a aquisição de descarçadores de algodão e de prensas de oleo á mão, mediante o regimen que julgar mais conveniente, e dentro das consignações proprias, constantes do orçamento;

XX. A vender aos governos dos Estados ou emprezas particulares, para fins de reconhecida utilidade publica, lotes nos nucleos coloniaes emancipados;

XXI. A entrar em accôrdo com o governo dos Estados no sentido de serem aproveitados os serviços dos funcionarios locais no levantamento do censo geral da Republica em 1920, sob a superintendencia da Directoria Geral de Estatistica e de conformidade com o plano elaborado por esta repartição, apresentando a proposta da despeza para os exercicios de 1919 e 1920;

XXII. A restituir aos Estados ou aos municipios, onde forem extinctos os estabelecimentos agricolas, os immoveis e pertences que tiverem sido por elles doados para aquelle fim;

XXIII. A despende quanto fôr necessario para adaptação do edificio da Penitenciaria de Manãos, cedido pelo governo do Estado, em um proprio ao funcionamento da Escola de Aprendizizes Artifices, que alli já funcçiona, abrindo para esse fim os creditos necessarios;

XXIV. A conceder o auxilio de 250:000\$ á empreza Auto-Viação Goyana, desde que o Estado de Goyaz, e os municipios que a estrada de rodagem do Roncador á Capital vae servir, concorram para a construcção da mesma estrada;

XXV. A addir no Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, com os vencimentos que percebia quando extinto o respectivo cargo, o ex-sub-director do Jardim Botanico João Barbosa Rodrigues Junior, uma vez pro-

vado que o mesmo contava mais de 10 annos de serviço federal na época em que se deu a extinção do alludido cargo;

XXVI. A auxiliar com a importancia de 4:000\$ por kilometro a construção da estrada de rodagem de Pavuna á Raiz da Serra da Estrella, destinada a facilitar as communicações na Baixada Fluminense;

XXVII. A auxiliar com a quantia de 50:000\$ a empreza que está construindo a estrada para automoveis, entre Macahyba e Seridó, no Rio Grande do Norte, afim de facilitar a sua conclusão, abrindo o necessario credito;

XXVIII. A pagar a Alberto F. Vasques, por si e como socio gerente das firmas sociaes de Vasques & Quadros e Bastos & Vasques e a Freire Aguirre & Barbiero, respectivamente, as quantias de 225:000\$ e 75:000\$, correspondentes aos premios de 15:000\$ por anno, durante cinco annos, a que fizeram jús como plantadores do trigo no Rio Grande do Sul, bem como a outros agricultores nas mesmas condições que satisfaçam as exigencias do decreto n. 7.909, de 17 do maio de 1910, podendo para isso abrir os necessarios creditos ou fazer as operações que julgar convenientes, nos termos do decreto n. 3.316, de 16 do agosto de 1917;

XXIX. A entrar em accôrdo com os herdeiros do Dr. Joaquim Carlos Travassos para mandar imprimir a obra do mesmo sobre peixes da costa do Brasil, podendo despendar para esse fim até 40:000\$000;

XXX. A proteger por meio de premios a cultura intensiva da *hevea* no valle do Amazonas e bem assim fabricas de beneficiamento e de artefactos de borracha que se estabelecerem em Manáos e Belém do Pará, expedindo as instrucções necessarias e abrindo os respectivos creditos;

XXXI. A promover o estabelecimento de syndicatos, cooperativas agricolas, exposições, feiras e estações de monta nos nucleos coloniaes ou centros agricolas, nos termos das disposições de lei em vigor, bem assim a distribuição do premios aos colonos que mais se distinguirem, a juizo do ministro.

As despesas decorrentes de taes encargos correrão por conta da verba 3ª — Material « O necessario ao serviço das inspectorias, etc. »;

XXXII. A mandar, pelo Serviço Geologico e Mineralogico, fazer o estudo das jazidas petroliferas do Estado de Alagôas e outras, afim de verificar a vantagem do seu aproveitamento, trazendo ao conhecimento do Congresso Nacional, após o referido estudo, o que julgar conveniente em beneficio da exploração dessa riqueza;

XXXIII. A transferir a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria para o Districto Federal, sua séde anterior, funcionando seus cursos praticos de agricultura no Campo de Demonstração do Deodoro, podendo remodelar o seu ensino, ampliar, desdobrando, supprimindo ou transformando cadeiras e modificando as condições de admissibilidade dos alumnos. Para attender ás despesas de transporte do material existente em Pinheiro e sua reinstalação nesta Capital poderá o Governo despendar até a quantia de 40:000\$000;

XXXIV. A organizar o serviço de policia sanitaria animal, remodelando, para esse fim, o regulamento que baixou com o decreto n. 11.460, de 27 de janeiro de 1915, provendo ás despesas dahi decorrentes pela consignação X da rubrica — Material —, da verba 15ª.

Art. 98. Ficam considerados addidos, com vencimentos que lhes competirem, os funcionarios do Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionais exonerados por acto de 28 de janeiro de 1914, sem direito a reclamação de quaesquer vantagens concernentes ao lapso de tempo comprehendido entre o acto de exoneração e a vigencia desta lei.

Art. 99. Os funcionarios do Jardim Botânico, tanto os do quadro como os addidos, a partir da vigencia desta lei, perceberão os vencimentos con-

stantes da tabella annexa ao decreto n. 9.216, de 18 de dezembro de 1911, que foi votado pelo Congresso para o exercicio de 1915 em diante, augmentando-se a consignação respectiva.

Art. 100. Os prepostos do Serviço do Povoamento, addidos de accôrdo com o disposto no art. 94 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, e que já contavam mais de 10 annos de serviço publico federal na data em que foram effectivamente aproveitados em cargos de identica categoria, perceberão, da vigencia desta lei em diante, os vencimentos constantes da tabella annexa ao regulamento que baixou com o decreto n. 9.081, de 3 de novembro de 1911.

Art. 101. O Governo auxiliará a criação nacional e a importação do cavallo puro sangue por intermedio das sociedades de corridas hippicas da capital da Republica e dos Estados criadores, incumbindo á Commissão Central dos criadores a fiscalização desse auxilio que correrá por conta da alinea X da verba 1.<sup>a</sup> do respectivo orçamento.

Art. 102. Só poderão distribuir os premios instituidos na Capital da Republica as sociedades que organizarem provas classicas ou grandes premios destinados a animaes nacionaes com a dotação total minima do 60 contos aos vencedores em primeiro logar, mantendo nos programmas de todas as suas reuniões, ordinarias ou extraordinarias, pelo menos dous pareos destinados a animaes nacionaes, independentemente das provas classicas ou grandes premios constantes dos mesmos programmas.

Art. 103. Serão reservados aos animaes nacionaes da turma de dous annos oito premios de 5:000\$ na distancia de 1.000 metros, sendo successivamente eliminados da inscripção os vencedores em primeiro logar em qualquer dos prados da Capital.

§ 1.º Serão deduzidos desses premios 10 %, destinados ao criador do animal vencedor.

§ 2.º As entradas e inscripções dessas provas e de um modo geral de todas as provas custeadas pelo Ministerio da Agricultura serão integralmente reservadas aos premios dos animaes segundo e terceiro, collocados na proporção de dous para um.

Art. 104. Um grande premio de 25:000\$, denominado « Taça dos Productos », será disputado na milha pelos animaes collocados em primeiro, segundo e terceiro logares nas provas eliminatorias referidas no art. 109.

Paragrapho unico. Um premio especial de 5:000\$ será reservado ao criador do animal vencedor da « Taça dos Productos ».

Art. 105. Um grande premio de 15:000\$, denominado « Presidente da Republica », será destinado aos animaes nacionaes de quatro annos na época de inscripção, na distancia de 3.000 metros.

Art. 106. Um grande premio de 10:000\$, denominado « Importação », será proporcionado aos animaes estrangeiros de dous annos, podendo concorrer os nacionaes da mesma idade na época de inscripção, com descarga de peso.

Art. 107. Um grande premio de 20:000\$, denominado « Taça Nacional », será designado aos animaes estrangeiros que não tenham corrido em annos anteriores. A distancia será de 2.400 metros, pesos proporcionaes á idade, só podendo concorrer animaes de tres a seis annos. Os nacionaes poderão se inscrever com uma descarga de tres a cinco kilos para cavallos e eguas respectivamente.

Art. 108. Duas provas classicas no valor de 5:000\$ cada uma serão reservadas ás eguas de qualquer idade importadas no anno ou no 2º semestre do anno anterior, não tendo corrido sinão na estação sportiva em que forem as provas disputadas. Estes pareos serão corridos na milha com pesos proporcionaes á idade, podendo concorrer as eguas nacionaes com uma descarga de tres kilos.

Art. 109. Cada uma das sociedades hippicas beneficiadas com os premios previstos nestas disposições legais designará um delegado para funcionar na Comissão Central de Criadores de Cavallos de Puro Sangue, de que tambem fará parte um representante effectivo de cada governo de Estado criador do puro sangue, que terá séde na capital da Republica, será presidida por um representante especial, nomeado pelo Ministerio da Agricultura.

§ 1.º Compete a essa commissão, que funcionará graciosamente, organizar e fiscalizar o *stud-book* nacional com o subsidio dos *stud-books* actualmente existentes, procedendo á inscripção official de todos os animaes de puro sangue nacionaes e estrangeiros.

§ 2.º Os veterinarios do Ministerio da Agricultura devem prestar, quando requisitado pela Comissão Central dos Criadores, o seu concurso aos trabalhos de verificação e fiscalização do *stud-book* nacional.

§ 3.º Compete mais á Comissão Central dos Criadores de Cavallo Puro Sangue fiscalizar a distribuição e applicação dos premios officiaes, decidindo de accôrdo com as directorias das sociedades hippicas todos os detalhes relativos á execução desta lei.

Art. 110. A Comissão Central dos Criadores de Cavallo Puro Sangue organizará annualmente uma lista das eguas importadas e premiará com 12:000\$ e 8:000\$ os importadores, segundo um programma que organizará annualmente de accôrdo com as necessidades da criação nacional.

Art. 111. O Poder Executivo conferirá ás sociedades de corridas dos Estados que se propuzerem a distribuir annualmente com os proprios recursos tres premios pelo menos de 3:000\$ cada um, para animaes nacionaes, dous grandes premios denominados « Taça dos Productos » e « Taça Nacional », no valor de 10:000\$ cada um.

Paragrapho unico. Com esses premios, que não podem exceder de 20:000\$ para cada Estado, fica o Governo autorizado a despendere até 100:000\$ por anno.

Art. 112. As 20ª e 21ª cadeiras do curso da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria terão a seu cargo leccionar, apenas e respectivamente, a hygiene e policia sanitaria animaes e a pathologia e clinica medica animaes, passando as demais materias que lhes estão affectas a fazer parte do objecto do ensino da 23ª cadeira, no 4º anno de medicina veterinaria — therapeutica, pharmacodynamica e toxicologia, cujo professor ficará com os mesmos vencimentos dos demais cathedrauticos da referida escola.

Art. 113. O Governo fará adaptar-se ao transporte de animaes de raça um dos navios do Lloyd, não podendo elle ser empregado em outros transportes sem prévia annuência do Ministerio da Agricultura.

Art. 114. A renda arrecadada pelos postos zootechnicos, fazendas de criação, aprendizados e escolas agricolas, laboratorio de analyses da Directoria da Industria Pastoril, campos de demonstração e de experiencia, estações geraes de experimentação, nucleos coloniaes, centros agricolas, postos e povoações indigenas e Jardim Botânico poderá ser applicada ao custeio dos proprios estabelecimentos, até a importancia correspondente a 80 % das respectivas dotações orçamentarias, mediante prévia autorização do ministro e prestações de contas, na fôrma da lei.

Paragrapho unico. O producto da venda dos animaes reproductores dos postos zootechnicos e fazendas de criação, bem assim a renda dos estabelecimentos de sericicultura e lacticinios, poderão ser empregados integralmente na compra de animaes estrangeiros e de casulos e materia prima para os mesmos estabelecimentos, observadas as disposições deste artigo.

Art. 115. O Governo não restituirá em dinheiro o preço das passagens dos immigrantes espontaneos; credital-os-ha, depois de localizados, pelo valor das mesmas, como adeantamento do preço da aquisição do lote de terras que cada um occupar. No caso do valor do lote, casa e bemfeitorias nelle existentes ser

inferior ao custo total das passagens pagas pelos imigrantes, o excedente ser-lhes-ha entregue em sementes, ferramentas ou machinismos agricolas.

Art. 116. A percentagem a que se refere o art. 84 do regulamento aprovado pelo decreto n. 9.081, de 3 de novembro de 1911, para a concessão de lotes a trabalhadores nacionaes nos nucleos coloniaes, poderá ser alterada pelo ministro, de accôrdo com as conveniencias do serviço publico.

Art. 117. As estações geraes de experimentação, os campos de demonstração, os aprendizados agricolas, os postos zootechnicos, as fazendas-modelo de criação e demais estabelecimentos que disponham de terras para culturas, além das indispensaveis aos estudos, experiencias e demonstrações regulamentares, poderão cultivar e explorar essas terras por meio de ajustes de parceria, cujas condições ficarão, em cada caso, dependendo de approvação do ministro para que se tornem effectivas.

Esses ajustes, que serão feitos por prazos nunca maiores de tres annos, ficarão sem effecto sempre que o ajustante se tornar inconveniente á boa ordem do estabelecimento ou abandonar suas culturas, por mais de tres mezes, sem causa justificada, a criterio do Governo.

A annullação dos ajustes dependerá de actos do ministro e não dará direito a indemnização alguma, a não ser a do valor dos fructos pendentes ou das plantações que, pelo seu estado e desenvolvimento, possam, a juizo da administração, offerecer vantagens ao estabelecimento.

O valor da indemnização será arbitrado por dous lavradores da zona em que se achar o estabelecimento, sendo um escolhido pelo respectivo director e outro pela parte interessada. Os dous, de commun accôrdo, escolherão um desempatador e, si não chegarem a accôrdo nessa escolha, cada um indicará dous nomes e a sorte designará entre os quatro o que deva prevalecer.

O Governo, sempre que dispuzer de recursos ou de material apropriado, auxiliará as construcções ruraes de que precisarem os ajustantes e fornecer-lhes-ha, gratuitamente, mudas, sementes, adubos, correctivos, insecticidas e, por emprestimo, machinas, instrumentos e ferramentas agricolas e animaes de trabalho.

Art. 118. Fica transferida da verba 16ª — Serviço de Protecção aos Indios e Localização do Trabalhadores Nacionaes —, sub-consignação « Obras, custeio, conservação e desenvolvimento dos centros agricolas, etc. », para a verba 3ª — Serviço de Povoamento — consignação. « Fundação e custeio dos nucleos coloniaes, etc. », a importancia de 66:750\$ para o custeio dos centros agricolas do Maranhão, Piahy, Parahyba, Alagôas, Sergipe e Bahia, que passarão a funcionar sob a jurisdicção do Serviço de Povoamento, excluindo-se do titulo da verba 16ª as palavras « e Localização de Trabalhadores Nacionaes ».

O Centro Agricola de Passo Fundo, actualmente occupado por indios Coroados, passará a funcionar como povoação indigena, nos termos do regulamento do Serviço de Protecção aos Indios, transferindo-se para esse fim da alludida sub-consignação « Obras, custeio, conservação e desenvolvimento dos centros agricolas, etc. », para a sub-consignação « Obras, custeio, e desenvolvimento das povoações indigenas, etc. », a importancia de 33:350\$000.

Art. 119. A Directoria de Meteorologia e Astronomia poderá admittir para suas estações meteorologicas e pluviometricas, e sómente emquanto não conseguir funcionarios especiaes que acceitem a nomeação, os serviços dos funcionarios dos Telegraphos, dos Correios e de outras repartições federaes, civis ou militares, sem prejuizo dos trabalhos de seus cargos, podendo despende-los como pagamento *pro tecnico labore* a cada um desses funcionarios até a quantia destinada pela verba 11ª, II, a gratificação a cada observador ou ajudante.

Art. 120. Ficam restabelecidos os vencimentos do agronomo, addido da Directoria de Agricultura Pratica, de accôrdo com a tabella annexa ao decreto n. 8.360, de 9 de novembro de 1910, mantida pelos decretos ns. 9.213, de 15 de dezembro de 1911, e 11.519, de 10 de março de 1915.

Art. 121. As patentes concedidas para invenções que interessem ao Exército e à Armada produzirão todos os seus efeitos, independente da publicação dos respectivos relatórios.

Paragrapho unico. A dispensa dessa publicação, mesmo que se trate de privilegio requerido por particular, será solicitada pelos Ministerios da Guerra e da Marinha ao da Agricultura, Industria e Commercio, sempre que o julgarem conveniente.

Art. 122. O prazo de que tratam o art. 5º, § 2º, n. 1, da lei n. 3.129, de 14 de outubro de 1882, e o art. 58, n. 1, do regulamento que baixou com o decreto n. 8.820, de 30 de dezembro do mesmo anno, para o uso effectivo das invenções que dependam de machinismos especiaes, cuja obtenção ou fabricação sejam impossiveis no proprio paiz, a juizo do Governo, considera-se suspenso por todo o tempo que durar a conflagração européa e será contado novamente da data em que ficar restabelecido sem impecilhos o commercio marítimo entre o Brasil e os paizes europeus.

Paragrapho unico. Para esse fim os interessados farão perante o poder competente a necessaria representação, devendo ser annotado na respectiva carta-patente o despacho favoravel.

Art. 123. As despesas que interessarem á intensificação da produção nacional, desenvolvimento da pecuaria, transporte de pessoal em objecto de serviço, pagamento de pessoal assalariado ou diarista e outras do Ministerio da Agricultura — julgadas urgentes pelo respectivo ministro de Estado — poderão ser feitas por meio de adiantamentos, tanto na Capital Federal como em qualquer outro ponto do paiz ou do estrangeiro, independentemente das restricções estabelecidas no art. 22 da lei n. 1.144, de 30 de dezembro de 1903, e no art. 89 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

Art. 124. Durante o estado de guerra o Governo poderá deixar de conceder privilegio para as invenções que possam affectar o interesse publico, principalmente quando se referirem a substancias alimentares.

Art. 125. As publicações do Ministerio da Agricultura que interessarem directamente ao desenvolvimento da lavoura e da pecuaria e outras que, pela sua urgencia, não puderem, a juizo do ministro, ser feitas na Imprensa Nacional, sel-o-hão em typographias particulares, precedendo concurrencia publica, sempre que a despesa exceder de 2:000\$000.

Art. 126. Si os recursos consignados nas verbas 2ª, 3ª, 6ª, 15ª (consignações de vacinas, medicamentos, etc.) forem insufficientes para attender ao desenvolvimento da pecuaria e á intensificação da produção nacional, o Governo fica autorizado a reforçar as referidas verbas e a utilizar-se dos recursos estabelecidos na lei n. 3.316, de 16 de agosto de 1917, para o que abrirá os necessários creditos.

Art. 127. Ao Instituto de Chimica, creado pela presente lei, caberão não só as funções do actual serviço de Fiscalização da Manteiga, comprehendidas no decreto n. 12.025, de 19 de abril de 1916, mas também a fiscalização de adubos, insecticidas e fungicidas, de accôrdo com o art. 65, n. IX, da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917, o estudo de forragens e analyses que interessem á agricultura e á pecuaria, bem assim o ensino da chimica, tendo em vista o preparo de technicos para as repartições officiaes ou estabelecimentos industriaes e as analyses commerciaes que forem solicitadas por particulares, ficando sujeitas ás taxas que pelo Governo forem estipuladas para tal fim.

A renda do Instituto de Chimica proveniente de multas ou analyses será applicada ao custeio do proprio estabelecimento, recolhendo-se ao Thesouro, como receita da União, os saldos verificados no encerramento de cada exercicio, deduzidos 50 % na parte referente ás analyses, que serão distribuidos pelo pessoal technico do instituto, segundo a tabella que fór estabelecida pelo Governo.



Para o preenchimento dos cargos creados na verba 21ª serão aproveitados os funcionarios effectivos do Laboratorio da Manteiga e os addidos que tiverem mais de seis mezes de exercicio no mesmo laboratorio.

Na falta desses funcionarios, o preenchimento se fará por meio de concurso, tendo preferencia, em igualdade de condições, os funcionarios addidos.

O curso de chimica, previsto nesta disposição, será realizado fóra das horas do expediente ordinario, não cabendo ao pessoal do instituto que se incumbir desse serviço nenhuma remuneração especial por conta das verbas orçamentarias, mas tão sómente as gratificações que puderem ser attendidas com os recursos provenientes da matricula e mensalidades dos alumnos, de accôrdo com a tabella que fór estabelecida pelo Governo.

\* Art. 128. Os edificios e outros bens existentes nos nucleos coloniaes que forem emancipados pelo Governo, e que forem julgados desnecessarios ao serviço publico, serão vendidos em hasta publica, conservando-se como reservas florestaes as mattas disponiveis e que para esse fim se prestarem.

Os lotes vagos e os que se desoccuparem serão vendidos a nacionaes ou estrangeiros, mediante os preços e condições de venda approvados pelo ministrio, sob proposta da Directoria do Serviço de Povoamento.

Os nucleos coloniaes ou centros agricolas emancipados ficarão a cargo de diaristas, que agenciarão a cobrança da divida dos colonos, de conformidade com as instrucções que lhes forem expedidas.

Aos colonos desses centros ruraes, que estiverem com as prestações de lotes em dia, será concedida uma redução sobre as prestações restantes, desde que sejam pagas de uma só vez, nas seguintes proporções e prazos, a contar da data do decreto de emancipação:

25 % si forem liquidadas dentro de tres mezes ;

20 % si forem liquidadas dentro de seis mezes ;

15 % si forem liquidadas dentro de doze mezes.

Nos nucleos coloniaes ou centros agricolas emancipados as terras requoridas pelos colonos, que ainda estiverem por medir e demarcar, sel-o-hão por conta dos novos adquirentes, ficando a cargo da Directoria do Serviço de Povoamento a expedição das instrucções para isso necessarias.

Art. 129. O Presidente da Republica é autorizado a despendar, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 30.002:644\$920, ouro, e a de 148.307:167\$431, papel:

	Ouro	Papel
1. Secretaria de Estado. Augmentada de 1:800\$ para aluguel de casa do porteiro.....	.....	698:965\$000
2. Correios:		

Na Sub-Directoria do Trafego e Serviço Postal, em vez de : « 130 carteiros de 3ª classe », diga-se : « 20½ carteiros de 3ª classe a 2:400\$, 489:600\$ ». Supprimidos: 14 carteiros de agencias de 1ª classe. 30:800\$, 58 carteiros de agencias de 2ª classe, 116:000\$, e dous carteiros de agencias de 3ª classe, 2:400\$000.

No « Material », consignação « Artigos de expediente », reduzida de 28:400\$000.

Ouro

Papel

Substituída pela seguinte a tabella da consignação « Vencimentos e gratificações diversas »:

Agentes, ajudantes e thesoureiros  
3.530:000\$000 ;

Ajuda de custo e passagens,  
90:000\$000 ;

Condução de malas por contracto ou administração, comprehendendo a collecta das caixas urbanas e districtos ruraes mais populosos; diarias aos conductores, estafetas, ditos internos e distribuidores, lanchas e escale-res, aos auxiliares empregados das lanchas e escaleres, ao machinista do elevador e seus ajudantes; ditas de pernoites, de accôrdo com o § 1º do art. 402 do regulamento, 4.000:000\$000 ;

Gratificação adicional de 10, 20 e 30 % aos actuaes empregados do quadro da Directoria Geral, das administrações, sub-administrações, agencias especiaes, ditas de 1ª e 2ª classes, e diarias additionaes a serventes dessas repartições que já estiverem no gozo dessa vantagem e contarem mais de 10, 20 e 25 annos de effectivo serviço postal, a qual será accrescentada aos respectivos vencimentos e salarios na proporção estabelecida nos arts. 400, 401 e 402 do regulamento, 490:000\$000 ;

Gratificação aos empregados dos correios ambulantes, do serviço marítimo e aos agentes embarcados, abonada de accôrdo com o art. 402 do regulamento; dita por serviços executados em commissão ou fóra das horas do expediente ordinario; dita de accôrdo com os arts. 397, 403 e 404 do regulamento e por substituições, 550:000\$000.

Augmentada de 58:600\$ na consignação « Pessoal » da Directoria Geral, para pagamento de mais dous amanuenses, 13 praticantes de 1ª classe, e tres praticantes de 2ª classe.

Ouro

Papel

Augmentada mais de 15:000\$ na mesma consignação, para elevar a 2:400\$ os vencimentos de 25 continuos do serviço postal geral.

Augmentada ainda de 18:000\$ na consignação « Pessoal » da Administração dos Correios do Estado do Rio de Janeiro, para elevar a 3:600\$ os vencimentos de seis carteiros effectivos de 1ª classe ; a 3:000\$ os vencimentos dos nove carteiros effectivos de 2ª classe e a 2:400\$ os vencimentos dos 15 carteiros effectivos de 3ª classe.

« Material » :

Artigos de expediente, escriptorio, fórmulas diversas, livros e revistas interessando ao serviço, jornaes, impressões, publicações e encadernações; aquisição, conservação e reparação de moveis e do necessario para o recebimento, transporte, processo e distribuição de correspondencias e malas ; material fluctuante e o relativo ao serviço, 1.400:000\$000;

Acquisição de sellos e outras fórmulas de franquia e cheques postaes, 50:000\$, ouro, 50:000\$, papel ;

Aluguel e conservação de casas para as repartições postaes, iluminação, consumo de agua, telegrammas e despesas miudas e de prompto pagamento, inclusive a adaptação do armazem da Alfandega, cedido para a agencia da cidade do Rio Grande e outros proprios nacionaes para repartições postaes, 1.250:000\$000 ;

Transito territorial e maritimo de correspondencias e malas para os paizes da União Postal Universal ; quota da Secretaria Internacional (art. 4º da Convenção Principal e XXXVIII do respectivo regulamento) ; fornecimento de publicações postaes feitas pela mesma secretaria e despesas com o serviço de valores declarados para o exterior, nos termos do accôrdo firmado em Roma, em 26 de maio de 1906 ; por saldo em francos ao cambio de 27 d., 300:000\$000..

350:000\$000

23.383:759\$000

Ouro

Papel

## 3. Telegraphos :

Augmentada de 396:160\$, accrescentando-se :

Na consignaço « Districtos telegraphicos »:—Material para linhas e estações :

Expediente, luz e agua, etc., mais 10:160\$000 ;

Alugueis de casa, inclusive gratificação de 150\$ mensaes aos encarregados das estações telegraphicas da Camara dos Deputados, do Senado e da Chefatura de Policia e inclusive a adaptação do armazem da Alfandega do Rio Grande, destinado á estação telegraphica dessa cidade e a adaptação de outros proprios nacionaes para estações telegraphicas, mais 36:000\$000 ;

Ferramentas, etc., mais 30:000\$000;

Material com formulas impressas, mais 150:000\$000 ;

Reconstrucção e consolidação de linhas : pessoal, mais 50:000\$ ; material, 50:000\$000 ;

Linhas pneumaticas, etc.: pessoal, mais 5:000\$ ; material, mais 5:000\$000 ;

Linhas telephonicas : pessoal, mais 10:000\$ : material, mais 5:000\$000 ;

Transformação e conservação de electrogencos : pessoal, mais 1:000\$ ; material, mais 4:000\$000 ;

Serviço radio-telegraphico : pessoal, mais 10:000\$ ; material, mais 10:000\$000 ;

Conservação e reparo de proprios nacionaes, sendo : 5:000\$ para pessoal e 15:000\$ para material, 20:000\$000.

Accrescente-se onde convier:—para a construcção ou conclusão de novas linhas, pessoal e material, 200:000\$000 ;

Na Sub-Directoria Technica, « Material », augmentada de 90:000\$ para custear o serviço de determinação de posições geographicas

	Ouro	Papel
pelo pessoal da Repartição dos Telegraphos, como subsidio á construcção da Carta Geographica do Brasil, commemorativa do 1º Centenario da Independencia, que está sendo organizada pelo Club de Engenharia...	405:786\$666	19.786:975\$000
4. Subvenção ás companhias de navegação.....	.....	3.029:243\$400
5. Garantias de juros.....	8.200:626\$796	2.155:780\$056
6. Estradas de ferro federaes :		
I — Estrada de Ferro Central do Brasil, destacada da verba «Eventuaes» a quantia de 4:800\$, para perfazer a de 22:800\$, de vencimentos a que tem direito o intendente da Estrada.....	.....	57.399:560\$000
II — Estrada de Ferro Oeste de Minas, augmentada de 30:000\$ a consignação «Eventuaes». Accrescente-se no «Pessoal da 1ª divisão», entre as consignações «Contabilidade» e «Almo-xarifado», a seguinte: «Agencia de compras na Capital Federal, 6:000\$», reduzindo-se dessa importancia a verba «Pessoal operario o jornaleiro de todas as divisões».....	.....	4.874:681\$100
III — Estrada de Ferro Itapura a Corumbá.....	.....	2.776:017\$500
IV — Rêde de Viação Ferrea Ceará-Piauhý, augmentada de 100:000\$, substituindo-se a tabella pela seguinte, approvada por portaria de 30 de junho de 1917:		

**Quadro do pessoal da Rêde de Viação  
Cearense**

**ESTRADA DE FERRO DE BATURITÉ**

*Primeira divisão*

Administração central

Directoria :

- 1 director (servindo tambem de director da Rêde do Viação Cearense, 2:000\$, 24:000\$000 ;
- 1 chefe de gabinete (grat.), 100\$ — 1:200\$000 ;

Ouro

Papel

2 auxiliares (grat.), 50\$, 100\$ —  
1:200\$; somma, 26:400\$000.

## Secretaria :

1 official maior, 400\$ — 4:800\$000 ;  
1 official, 250\$ — 3:000\$000 ;  
1 escriptuario de 2ª classe, 180\$  
— 2:160\$000 ;  
1 escriptuario de 4ª classe, 135\$  
— 1:620\$000 ;  
1 archivista, 120\$ — 1:440\$000 ;  
Pessoal jornaleiro, 4:200\$; somma,  
17:220\$000.

## Contabilidade :

1 chefe da contabilidade, 600\$ —  
7:200\$000 ;  
1 contador, 400\$ — 4:800\$000 ;  
1 guarda-livros, 300\$ — 3:600\$000 ;  
1 ajudante de contador, 300\$ —  
3:600\$000 ;  
2 escriptuarios de 1ª classe, 220\$  
— 5:280\$000 ;  
3 escriptuarios de 2ª classe, 180\$  
— 6:480\$000 ;  
3 escriptuarios de 3ª classe, 150\$  
— 5:400\$000 ;  
4 escriptuarios de 4ª classe, 135\$  
— 6:480\$000 ;  
4 amanuenses, 120\$ — 5:760\$000 ;  
Pessoal jornaleiro, 7:200\$; somma,  
55:800\$000.

## Thesouraria :

1 thesoureiro, 360\$ — 4:320\$000 ;  
1 pagador, 260\$ — 3:120\$; som-  
ma, 7:440\$000.

## Almoxarifado :

1 almoxarife, 550\$ — 6:600\$000 ;  
1 ajudante do almoxarife, 300\$ —  
3:600\$000 ;  
1 fiel, 275\$ — 3:300\$000 ;  
1 despachante, 240\$ — 2:880\$000 ;  
2 escriptuarios de 2ª classe, 180\$  
— 4:320\$000 .  
1 escriptuario de 3ª classe, 150\$  
— 1:800\$000 ;

Ouro

Papel

1 escriptuario de 4ª classe, 135\$  
— 1:620\$000 ;  
1 amanuense, 120\$ — 1:440\$000 ;  
Pessoal jornalheiro, 5:220\$ ;  
somma, 30:780\$; total,  
137:640\$000.

*Segunda divisão*

## Trafego

## Escriptorio central :

1 chefe do trafego, 900\$ —  
10:800\$000 ;  
1 ajudante, 350\$ — 4:200\$000 ;  
1 escriptuario de 2ª classe, 180\$  
— 2:160\$000 ;  
1 escriptuario de 3ª classe, 150\$  
— 1:800\$000 ;  
1 amanuense, 120\$ — 1:440\$000 ;  
Pessoal jornalheiro, 7:380\$ ; som-  
ma, 27:780\$000.

## Movimento :

1 inspector, 500\$ — 6:000\$000 ;  
1 fiscal de 1ª classe, 130\$ —  
1:560\$000 ;  
1 fiscal de 2ª classe, 100\$ —  
1:200\$000 ;  
2 conductores de 1ª classe, 200\$ —  
4:800\$000 ;  
2 conductores de 2ª classe, 180\$ —  
4:320\$000 ;  
2 conductores de 3ª classe, 150\$ —  
3:600\$000 ;  
9 conductores de 4ª classe, 115\$ —  
12:420\$000 ;  
7 bagageiros, 100\$ — 8:400\$000 ;  
Pessoal jornalheiro, 38:720\$ ;  
somma, 81:020\$000.

## Telegrapho :

1 telegraphista - chefe, 170\$ —  
2:040\$000 ;  
1 telegraphista de 1ª classe, 115\$  
— 1:380\$000 ;  
3 telegraphistas de 2ª classe, 90\$  
— 3:240\$000 ;

Ouro

Papel

3 telegraphistas de 3ª classe, 75\$  
— 2:700\$000 ;

9 telegraphistas de 4ª classe, 60\$  
— 6:480\$000 ;

Pessoal jornaleiro, 9:360\$ ; somma,  
25:200\$000.

Conservação da linha telegra-  
phica :

1 inspector, 300\$ — 3:600\$000 ;

1 ajudante, 200\$ — 2:400\$000 ;

4 guarda-fios, 100\$ — 4:800\$000 ;

Pessoal jornaleiro, 5:760\$ ; somma,  
16:560\$000.

Estações :

1 agente especial de 1ª classe,  
450\$ — 5:400\$000 ;

1 agente especial de 2ª classe,  
300\$ — 3:600\$000 ;

1 agente especial de 3ª classe,  
275\$ — 3:300\$000 ;

2 agentes especiaes de 4ª classe,  
220\$ — 5:280\$000 ;

1 agente de 1ª classe, 200\$ —  
2:400\$000 ;

3 agentes de 2ª classe, 170\$ —  
6:120\$000 ;

3 agentes de 3ª classe, 150\$ —  
5:400\$000 ;

3 agentes de 4ª classe, 135\$ —  
4:860\$000 ;

5 agentes de 5ª classe, 125\$ —  
22:500\$000 ;

5 agentes de 6ª classe, 100\$ —  
6:000\$000 ;

1 ajudante de agente especial, 200\$  
— 2:400\$000 ;

1 ajudante do agente, 150\$ —  
1:800\$000 ;

1 fiel de 1ª classe, 200\$ —  
2:400\$000 ;

3 fieis de 2ª classe, 150\$ —  
2:400\$000 ;

1 fiel de 3ª classe, 130\$ —  
1:560\$000 ;

1 fiel de 4ª classe, 125\$ —  
1:500\$000 ;



Ouro

Papel

8 conferentes de 1ª classe, 190\$ —  
2:280\$000 ;  
2 conferentes de 2ª classe, 150\$ —  
3:600\$000 ;  
1 conferente de 3ª classe, 125\$ —  
1:500\$000 ;  
6 conferentes de 4ª classe, 100\$ —  
7:200\$000 ;  
3 conferentes de 5ª classe, 90\$ —  
3:240\$000 ;  
Pessoal jornalheiro, 56:344\$;  
somma, 154:284\$ ; total,  
304:844\$000.

*Terceira divisão*

## Locomoção

## Escriptorio central :

1 chefe de locomoção, 900\$ —  
10:800\$000 ;  
1 ajudante, 390\$ — 4:680\$000 ;  
1 encarregado de expediente, 300\$  
— 3:600\$000 ;  
2 escripturarios de 1ª classe, 220\$  
— 5:280\$000 ;  
1 escriptuario de 3ª classe, 150\$  
— 1:800\$000 ;  
2 amanuenses, 120\$ — 2:880\$000 ;  
Pessoal jornalheiro, 792\$ ; somma,  
29:832\$000.

## Tracção :

1 chefe de deposito, 340\$ —  
4:080\$000 ;  
1 ajudante, 300\$ — 3:600\$000 ;  
5 machinistas de 1ª classe, 240\$ —  
14:400\$000 ;  
2 machinistas de 2ª classe, 215\$ —  
5:160\$000 ;  
8 machinistas de 3ª classe, 180\$ —  
17:280\$000 ;  
1 foguista de 1ª classe, 130\$ —  
1:560\$000 ;  
6 foguistas de 2ª classe, 103\$ —  
7:416\$000 ;  
6 foguistas de 3ª classe, 85\$ —  
6:120\$000 ;  
14 foguistas de 4ª classe, 70\$ —  
11:760\$000 ;  
Pessoal jornalheiro, 22:467\$ ; somma,  
93:843\$000.

Ouro

Papel

*Officinas :*

- 1 mestre geral, 350\$ — 4:200\$000 ;  
 1 contra-mestre, 320\$ — 3:840\$000;  
 1 mestre fundidor, 300\$ —  
 3:600\$000 ;  
 1 chefe de deposito de carros, 200\$  
 — 2:400\$000 ;  
 Pessoal jornalheiro, 151:500\$ ;  
 somma, 165:540\$ ; total  
 289:215\$000 ;

*Quarta divisão**Via permanente**Escriptorio central :*

- 1 chefe de linha, 900\$ —  
 10:800\$000 ;  
 2 engenheiros auxiliares, 750\$ —  
 18:000\$000 ;  
 1 ajudante, 500\$ — 6:000\$000 ;  
 1 official, 250\$ — 3:000\$000 ;  
 1 escriptuario de 1ª classe, 220\$  
 — 2:640\$000 ;  
 2 amanuenses, 120\$ — 2:880\$000 ;  
 Pessoal jornalheiro, 1:560\$ ; somma,  
 44:880\$000.

*Conservação da linha :*

- 1 inspector, 300\$ — 3:600\$000 ;  
 8 mestres de linha, 240\$ —  
 23:040\$000 ;  
 Pessoal jornalheiro, 160:483\$ ;  
 somma, 187:123\$ ; total,  
 232:003\$000.

*ESTRADA DE FERRO DE SOBRAL**Quinta divisão**1ª secção**Administração central:**Directoria :*

- 1 director, 1:500\$ — 18:000\$000 ;  
 1 auxiliar de gabinete (grat.), 50\$  
 — 600\$ ; somma, 18:600\$000.

*Secretaria :*

- 1 official, 340\$ — 4:080\$000 ;  
 1 escriptuario de 1ª classe, 210\$  
 — 2:520\$000 ;  
 Pessoal jornalheiro, 1:860\$ ; somma,  
 8:460\$ ; total, 27:060\$000.

Ouro

Papel

## 2ª secção

## Contadoria :

- 1 contador, 580\$ — 6:960\$000 ;
  - 1 ajudante de contador, 240\$ — 2:880\$000 ;
  - 2 escripturarios de 3ª classe, 170\$ — 4:080\$000 ;
  - 3 escripturarios de 4ª classe, 150\$ — 5:400\$; somma, 19:320\$000.
- Thesouraria :
- 1 thesourheiro, 350\$ — 4:200\$ ;
  - total, 23:520\$000.

## 3ª secção

## Almoxarifado :

- 1 almoxarife, 290\$ — 3:480\$000 ;
  - 1 fiel, 120\$ — 1:440\$000 ;
  - 1 distribuidor de materiaes, 100\$ — 1:200\$000 ;
- Pessoal jornalheiro, 1:440\$; somma, 7:560\$000.

## 4ª secção

## Trafego:

## Movimento :

- 2 conductores de 1ª classe, 170\$ — 4:080\$000 ;
  - 2 conductores de 2ª classe, 136\$ — 3:240\$000 ;
  - 1 conductor de 3ª classe, 110\$ — 1:320\$000 ;
  - 3 bagageiros, 75\$ — 2:700\$000 ;
- Pessoal jornalheiro, 10:188\$; somma, 21:528\$000.

## Telegraphos :

- 1 telegraphista-chefe, 170\$ — 2:040\$000 ;
- 2 telegraphistas de 1ª classe, 130\$ — 3:600\$000 ;
- 1 telegraphista de 2ª classe, 130\$ — 1:560\$000 ;
- 2 telegraphistas de 3ª classe, 110\$ — 2:640\$000 ;
- 1 telegraphista de 4ª classe, 105\$ — 1:260\$000 ;

Ouro

Papel

- 1 telegraphista de 5ª classe, 100\$  
— 1:200\$000 ;  
2 telegraphistas de 6ª classe, 90\$  
— 2:160\$000 ;  
Pessoal jornalheiro, 11:700\$; somma,  
26:160\$000.

Conservação da linha telegra-  
phica :

- 1 inspector, 280\$ — 3:360\$000 ;  
1 guarda-fio, 90\$ — 1:080\$000 ;  
Pessoal jornalheiro, 1:008\$; somma,  
5:448\$000.

Estações :

- 1 agente especial de 1ª classe,  
300\$ — 3:600\$000 ;  
1 agente especial de 2ª classe,  
190\$ — 2:280\$000 ;  
1 agente especial de 3ª classe,  
180\$ — 2:160\$000 ;  
2 agentes especiaes de 4ª classe,  
160\$ — 3:840\$000 ;  
3 agentes de 1ª classe, 150\$ —  
5:400\$000 ;  
3 agentes de 2ª classe, 140\$ —  
5:040\$000 ;  
1 agente de 3ª classe, 135\$ —  
1:620\$000 ;  
2 agentes de 4ª classe, 110\$ —  
2:640\$000 ;  
1 agente de 5ª classe, 105\$ —  
1:260\$000 ;  
1 conferente de 1ª classe, 170\$ —  
2:040\$000 ;  
1 conferente de 2ª classe, 160\$ —  
1:920\$000 ;  
1 conferente de 3ª classe, 130\$ —  
1:560\$000 ;  
1 conferente de 4ª classe, 115\$ —  
1:380\$000 ;  
2 conferentes de 5ª classe, 90\$ —  
3:240\$000 ;  
2 fiéis de 1ª classe, 120\$ —  
2:880\$000 ;  
1 fiel de 2ª classe, 105\$ —  
1:260\$000 ;  
Pessoal jornalheiro, 21:060\$; somma,  
63:180\$; total, 116:316\$000.

Ouro

Papel

## 5ª secção

Locomoção:

Escriptorio:

1 engenheiro auxiliar, 750\$ —  
9:000\$000;1 escriptuario de 2ª classe, 190\$ —  
2:280\$000;

1 amanuense, 90\$ — 1:080\$000;

Pessoal jornaleiro, 1:548\$; somma,  
13:908\$000.

Tracção:

1 chefe do deposito, 195\$ —  
2:340\$000;1 machinista de 1ª classe, 180\$ —  
2:160\$000;4 machinistas de 2ª classe, 165\$ —  
7:920\$000;1 machinista de 3ª classe, 135\$ —  
1:620\$000;3 foguistas de 1ª classe, 103\$ —  
2:520\$000;7 foguistas de 2ª classe, 85\$ —  
7:140\$000;3 foguistas de 3ª classe, 51\$ —  
1:836\$000;Pessoal jornaleiro, 12:384\$; somma,  
37:920\$000.

Officinas:

1 mestre geral, 380\$, 4:560\$000;

Pessoal jornaleiro, 55:050\$; somma,  
59:610\$; total, 111:438\$000.

## 6ª secção

Via permanente:

10 mestres de linha, 140\$ —  
16:800\$000;Pessoal jornaleiro, 97:000\$; somma,  
114:600\$000

ESTRADA DE FERRO DE BATURITÉ

Despeza com o pessoal, 963:702\$000

ESTRADA DE FERRO DE SOBRAL

Despeza com o pessoal, 400:494\$000.

Total com o pessoal, 1.364:196\$000.

Eventuaes (50 %), 68:209\$800.

Material: o necessario para as duas es-  
tradas, 467:594\$200

Total da verba..... 1.900:000\$000

	Ouro	Papel
7. Inspectoria das Obras contra as Seccas.....		1.734:320\$000
8. Repartição de Aguas e Obras Publicas.....		4.242:400\$000
9. Inspectoria do Esgotos da Capital Federal.....	3.136:398\$146	139:025\$000
10. Inspectoria Geral de Illuminação..	2.144:395\$000	2.367:412\$500
11. Inspectoria Federal das Estradas..		†.635:393\$875
12. Inspectoria Federal de Viação Maritima e Fluvial.....	2:400\$000	132:975\$000
13. Fiscalização de serviços diversos...		48:000\$000
14. Eventuaes.....		120:000\$000
15. Empregados addidos.....		2.800:000\$000
16. Inspectoria de Portos, Rios e Canaes :		
Augmentada de 2:500\$ na consignação « Pessoal », para elevar a 7:200\$ os vencimentos do ajudante do contador.		
Augmentada de mais 30:000\$ para as obras do rio Paraguassú, na cidade de Cachoeira, porto da Bahia ; de 45:000\$ para arrasamento da pedra do Pasto, na barra da Laguna, porto de Santa Catharina (pessoal e material), e de 47:000\$ para elevar a 80:000\$ na consignação « Material » a sub-consignação « O necessario ao serviço do porto de S. Luiz do Maranhão ».....	10.850:000\$000	4.632:160\$000
<i>Despeza por conta de depositos :</i>		
Estrada de Ferro de Goyaz.....	4.913:038\$312	
Rêde de Viação Cearense — Elevada a 2.900:000\$, destinando-se 700:000\$ ás linhas de Amarração a Campo Maior e Cratheús a Theresina e 400:000\$ para o proseguimento da construcção do ramal de Icó, da Estrada de Ferro de Baturité.....		2.900:000\$000
<i>Despeza em apolices.</i>		
Construcção de estradas de ferro.....		12.000:000\$000
	30.002:644\$920	148.307:167\$431

Art. 130. O Presidente da Republica é autorizado :

I. A estabelecer uma linha postal de Goyaz a Porto Nacional, passando por Pilar, Amaro Leite, Descoberto e Peixe, com seis viagens mensaes, fazendo-se a despeza pela verba 2ª, — Correios — ;

II. A adquirir uma lancha para o serviço da Administração dos Correios do Estado da Bahia e a adquirir e fazer installar um elevador electrico no edificio em que funciona essa repartição, correndo a despeza pela consignação da verba 2<sup>a</sup> — «Correios» que a possa supportar ;

III. A construir a ponte, já iniciada em Pirapora, sobre o rio São Francisco, para a qual foi adquirida a superstructura metallica, podendo despendor no corrente exercicio até 500:000\$ e abrindo para esse fim os necessarios creditos ;

IV. A contractar com quem mais vantagens offerecer, sem onus para a União, o prolongamento da Estrada de Ferro Mogyana, da estação de Canôas á cidade de Monte Santo, passando pela séde do municipio de Arceburgo, no Estado de Minas Geraes ;

V. A promover a ligação, por estrada de ferro, entre os Estados de Sergipe e Alagoas, mediante revisão, para esse fim, dos contractos das rêdes Bahiana e da Great Western, sem novos encargos para o Thesouro ;

VI. A mandar desobstruir o canal de Macahé a Campos, despendendo até a quantia de 270:000\$, e o rio Mamanguape, da cidade do mesmo nome ao litoral, gastando até 20:000\$, do modo que julgar mais conveniente, e abrindo para esse fim os necessarios creditos ;

VII. A mandar fazer os reparos de que carece a draga *Marechal Hermes* e transportal-a para o porto de S. Luiz do Maranhão, em cujos melhoramentos será empregada, e incluindo para esse fim um credito de 80:000\$ na consignação «Porto do Maranhão» ;

VIII. A ceder ao Estado do Pará, por emprestimo, uma das dragas de sua propriedade e que trabalharam na Baixada Fluminense, afim de ser utilizada no serviço de dragagem do rio Arary, ilha de Marajó, e uma ao Estado de Santa Catharina para ser utilizada no serviço de dragagem dos rios Cachoeira e Baixo Itapocú, correndo todas as despezas, inclusive a de transporte, por conta do governo de cada um dos Estados ;

IX. A organizar, com os addidos technicos, commissões para procederem a estudos que forem julgados uteis e necessarios, sem outras vantagens além das que tiverem como addidos, excepto diarias ;

X. A empregar os meios mais adequados e efficazes para que se continue a construcção, actualmente interrompida, do ramal ferreo de Montes Claros, da Estrada de Ferro Central do Brasil, até que se faça, no ponto mais conveniente, a ligação dessa via ferrea com a Estrada de Ferro Central da Bahia, aproveitando, para esse fim, os trabalhos já executados.

§ 1.º E' o Governo igualmente autorizado a providenciar de modo que seja accelerada a construcção da parte da rêde bahiana do estradas de ferro que, segundo o plano actual, venha a servir para a ligação desta rêde com a Estrada de Ferro Central do Brasil, assim como a conclusão da linha de Theophilus Ottoni a Arassuahy, no Estado de Minas, ramal da Rêde da Viação Bahiana.

§ 2.º Para a execução da autorização aqui conferida o Governo poderá fazer as operações de credito que julgar necessarias, bem como contractar a construcção do ramal de Montes Claros com quem melhores vantagens offerecer, concedendo os favores pecuniarios conducentes áquelle fim, resguardados os interesses do Thesouro Nacional, podendo igualmente, si julgar mais conveniente, entrar em accôrdo com a Rêde da Viação Bahiana para a construcção do trecho de Tremedal a Montes Claros, em substituição ao de Lenções a Brotas ;

XI. A mandar fazer o lastramento de pedra britada no ramal de Barra Mansa, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, da estação de Barra Mansa á es-

tação de Arantes, do mesmo modo que se fez serviço identico no ramal de Bello Horizonte, abrindo para esse fim os necessarios creditos ;

XII. A conceder, a quem maiores vantagens offerecer, a construcção de uma estrada de ferro que, partindo da cidade de Labrea, no Estado do Amazonas, vá á Villa Rio Branco, no Departamento do Alto Acre, com ramaes para Senna Madureira, no Alto Purús, e cidade do Xapury, sem garantia de juros, subvenção kilometrica, ou quaesquer outros onus para o Thesouro Nacional ;

XIII. A fazer aos Estados que lhe requererem concessão para a construcção e melhoramentos de portos situados nas respectivas costas e rios navegaveis do dominio da União, com os onus e favores da lei n. 1.646, de 13 de outubro de 1869, decretos ns. 3.314, de 16 de outubro de 1886, 6.368, de 14 de fevereiro de 1907, e mais leis e decretos em vigor ;

XIV. A prolongar o ramal do Pará na Estrada de Ferro Oeste de Minas e a entrar em accôrdo com o Estado de Minas Geraes no sentido de adquirir o material, leito e obras de arte da ex-concessão da Estrada de Ferro de Paracatú, da estação de Martinho Campos a Bom Despacho, abrindo para esse fim os necessarios creditos ;

XV. A entrar em accôrdo com os actuaes contractantes das construcções de estradas de ferro, portos e obras publicas, com o intuito de reduzir os encargos do Thesouro, podendo prorogar o prazo para a conclusão das obras ou suspender as que possam ser adiadas, rescindir os contractos que já estejam em execução, ou deixar de celebrar aquelles que, devidamente autorizados, ainda se estejam processando, harmonizar clausulas contractuaes, sem que de nada disso advenha augmento de onus para o Thesouro, supprimir a construcção de linhas ou trechos de linhas e limitar, da melhor fórma, a responsabilidade do mesmo Thesouro, no maximo de onus até agora decorrente dos depositos autorizados e effectuados em relação ás obras sujeitas a esse regimen, indemnizar os interessados dentro dos limites das leis em vigor e abrir os necessarios creditos.

Poderá, igualmente, no accôrdo com os arrendatarios de estradas de ferro, e sempre sem augmento de onus actual para o Thesouro, e conservadas as vantagens actuaes das emprezas arrendatarias, autorizar, pela só modificação dos contractos, o respectivo prolongamento e alterações no traçado das linhas. Tratando-se, porém, de companhias apenas arrendatarias, no accôrdo feito em taes condições será permittido alterar as actuaes taxas de arrendamento, desde que se estabeleça a obrigatoriedade da construcção dos prolongamentos ;

XVI. A contractar com quem maiores vantagens efferecer, sem onus para a União, excepto o privilegio de zona, a construcção, uso e gozo, no prazo minimo de 60 annos, de uma estrada de ferro, bitola de um metro, que, partindo da cidade de Bragança, no Pará, tome mais ou menos o rumo geral de sudeste, atravesse o rio Gurupy e grande extensão do Estado do Maranhão até entroncar com a Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias, em Codó, ou em outro ponto mais conveniente no valle do Itapicurú. No contracto será estatuido o prazo maximo de cinco annos para inicio da construcção, esgotados os quaes será caduca a concessão ;

XVII. A conceder ao cidadão Virgilio Rodrigues da Cunha, ou a quem mais vantagens offerecer, sem onus e sem qualquer responsabilidade para os cofres da União, a construcção, uso e gozo de uma ponte metallica ou de madeira sobre o rio Paranahyba, no porto do canal de S. Simão (art. 30, n. IX, da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915).

O Governo no respectivo contracto, além das condições technicas, estabelecerá o prazo maximo da concessão e a taxa para passagem de cada cabeça de gado ;



XVIII. A tomar as providencias que considerar opportunas, dentro dos recursos do orçamento, no sentido de regularizar o serviço das communicações telegraphicas com o Estado do Amazonas, pelas linhas a cargo da União ou por ella subvencionadas ;

XIX. A concluir a linha telegraphica de Santa Rita do Parnahyba ou de Palmeiras ao Rio Verde e Jatahy, no Estado de Goyaz ;

XX. A proceder á revisão e reforma do contracto celebrado em virtude do decreto n. 1.804, de 21 de julho de 1910, com a Companhia Estrada de Ferro do Dourado, para libertar a União dos encargos delle decorrentes e consistentes em subvenção kilometrica e isenção de imposto de importação, sem direito a reclamação quanto ás quotas de subvenção não recebidas pela concessionaria, e bem assim quanto á restituição de impostos por ella pagos pela importação de materiaes, continuando em vigor nas demais clausulas a respectiva concessão ;

XXI. A entregar aos institutos Parobé (de ensino technico e profissional) e de Electrotechnica de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, para o ensino e aprendizagem technica e profissional de seus alumnos, um kilometro de trilhos de 25 kilogrammas, com os respectivos accessorios, e uma das locomotivas que serviram para a construcção da linha de S. Pedro a Jaguarý, no referido Estado. Esse material será entregue nos pontos em que se encontrarem e não poderá ter outro destino que o indicado acima ;

XXII. A fazer o trafego por administração da Estrada de Ferro de Cruz Alta a Santo Angelo, sob a direcção do commandante do batalhão de engenharia encarregado da construcção dessa estrada, logo que ficar concluida essa linha até a villa de Santo Angelo. Para occorrer ás despezas de custeio desse trafego serão applicados até cincoenta por cento (50 %) da renda bruta desse trecho de Cruz Alta a Santo Angelo, devendo ser applicados os saldos na construcção do prolongamento dessa mesma linha até o rio Uruguay ;

XXIII. A mudar a estação inicial da Estrada de Ferro Rio d'Ouro da Ponta do Cajú para a Praia Formosa (Alfredo Maia) e reparar o leito e obras de arte de toda a estrada, tomando as providencias necessarias afim de tornar effectiva essa mudança, abrindo-se o credito necessario ;

XXIV. A modificar a clausula contractual pela qual a Companhia Docas de Santos é obrigada a construir naquella cidade um edificio para Correios e Telegraphos.

A companhia construirá nos terrenos em Paquetá um edificio para alfandega, levando o seu custo á conta de capital. O edificio em que actualmente funciona a Alfandega será destinado ás repartições de Correios e Telegraphos ;

XXV. A entrar em accôrdo com as companhias de navegação subvencionadas pela União para que o transporte do carvão nacional seja reduzido ao minimo possivel ;

XXVI. A abrir os creditos necessarios para dar cumprimento ao contracto das obras da barra do Rio Grande do Sul ;

XXVII. A ceder ao governo do Estado do Rio Grande do Sul ou ás associações pastoris desse Estado, bem assim ás empresas frigorificas que o requererem, os terrenos necessarios e de que possa dispôr, junto ao porto da cidade do Rio Grande, para o estabelecimento de matadouros frigorificos, mediante condições que lhe parecerem mais convenientes ;

XXVIII. A conceder ás companhias e empresas de navegação existentes no paiz os favores concedidos ao Lloyd Brasileiro, enquanto era sociedade anonyma, excepto a subvenção, com a condição de que façam exclusivamente a navegação de cabotagem, obriguem-se a não alienar navio algum sem prévia autorização do Governo e sujeitem-se ás demais obrigações em contractos congeneres, inclusive a fiscalização ;

XXIX. A adquirir o carvão estrangeiro necessario ao serviço da Estrada de Ferro Central do Brasil, devendo restringir o consumo ao minimo, pelo emprego, quer do carvão nacional, quer da lenha, adquirindo os ultimos combustiveis directamente aos industriaes ou fazendeiros, estes situados á margem das linhas da estrada de ferro, e abrindo o credito que fôr necessario pela insufficiencia da verba consignada neste orçamento ;

XXX. A rever o contracto de que trata o decreto n. 7.704, de 2 de dezembro de 1909, celebrado com a antiga Companhia Viação Ferrea Sapucahy, para o fim de separar os serviços actualmente a cargo da Companhia Mogyana de Estrada de Ferro e Navegação, ficando esta como cessionaria e arrendataria dos prolongamentos constantes do n. III, lettras *a* e *b*, da clausula I do precitado decreto n. 7.704, pelos prazos de arrendamento e construção e pela mudança de traçado que forem determinados pelo Governo.

Paragrapho unico. A Companhia Mogyana é, porém, obrigada a completar o capital necessario á construção dos alludidos prolongamentos, seja qual fôr o preço da unidade, sem garantia de juros ou subvenção kilometrica, sem augmento de privilegio de zona ou de outra qualquer vantagem pecuniaria, ainda que indirecta ;

XXXI. A prorogar por mais cinco annos o prazo constante do decreto numero 7.148, de 8 de outubro de 1908, para a Companhia Mogyana de Estrada de Ferro e Navegação construir o prolongamento de sua linha até a cidade e porto de Santos, observadas as mesmas disposições do alludido decreto n. 7.148, supra citado ;

XXXII. A conceder aos navios que fizerem linhas regulares de navegação nos portos, rios, canaes e lagos do paiz os favores enumerados nos ns. 1 a 8 do art. 157 do decreto n. 10.524, de 23 de outubro de 1913, desde que sejam observadas as disposições dos arts. 158 e 159 do mesmo decreto ;

XXXIII. A promover melhoramentos nos serviços de illuminação publica e particular da Capital Federal, reduzindo os respectivos preços, podendo para esse fim renovar contractos, alterar condições e clausulas e dilatar prazos, mantida a isenção de direitos aduaneiros, na forma do contracto actual ;

XXXIV. A conceder a Rogerio Cesar de Andrade, ou a quem mais vantagens offerecer, sem onus e sem qualquer responsabilidade para os cofres da União, o estabelecimento, uso e gozo de uma linha de navegação a vapor no rio Parnahyba, desde a ponte do Anhanguera e Estrada de Ferro de Goyaz, até o porto de S. Jeronymo, inclusive seus affluentes, rio das Velhas, Corumbá, Meia Ponte e dos Bois.

O Governo no respectivo contracto, além das condições technicas, estabelecerá o prazo maximo da concessão ;

XXXV. A conceder a Rogerio Ricardo de Toledo, ou a quem mais vantagens offerecer, sem onus e sem qualquer responsabilidade para os cofres da União, a construção, uso e gozo de uma ponte de madeira ou metallica, ou outro systema de travessia, ligando ao municipio de Barretos, no Estado de S. Paulo, o de Fructal, no Estado de Minas Geraes, sobre o rio Grande ;

XXXVI. A abrir os creditos necesarios ou a realizar as operações de credito precisas para indemnização de prejuizos causados a particulares, a empresas, municipios ou a Estados por incendios nas estradas de ferro custeadas pela União, uma vez legalmente verificada a procedencia da reclamação ;

XXXVII. A abrir o credito de 5:862\$296, para pagamento de vencimentos a José Henrique Aderne, actual sub-director do Trafego dos Correios, relativos ao periodo de 23 de setembro a 31 de dezembro de 1894, uma vez que verifique a procedencia da sua reclamação ;

XXXVIII. A rever o quadro do pessoal da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá, para occorrer ao serviço accrescido pela incorporação da Estrada

de Ferro Noroeste do Brasil, abrindo para esse fim e para as mais despesas de custeio os necessarios creditos ;

XXXIX. Para intensificar o transporte e embarque do carvão nacional, sem prejuizo do trafego de outras mercadorias, a providenciar para que seja devidamente augmentado o material rodante da Estrada de Ferro D. Thereza Christina, para que seja construida uma estação maritima, convenientemente aparelhada, no porto de Laguna, e bem assim para que sejam construidas as obras de abrigo, cáes, installações e outras necessarias á navegação do porto de Imbituba, podendo, quanto a este, autorizar a realização das obras, mediante concessão a quem maiores vantagens offerecer, de accôrdo com as condições habituaes, mas sem subvenção, garantia de juros ou qualquer outro auxilio pecuniario, reduzidas as taxas de accôrdo com as possibilidades de cada producto e fixadas as do carvão no total maximo de 1\$ por tonelada ;

XL. A entrar em accôrdo com a Companhia Victoria a Minas, para o fim de incorporar á Estrada de Ferro Central do Brasil o ramal de Curralinho a Diamantina, permutando-o por outra linha que melhor se ligue ao systema de viação de que é concessionaria aquella companhia, ou empregando outro meio conveniente, que não traga onus superiores aos que resultam dos juros garantidos ao capital empregado naquella ramal ;

XLI. A restabelecer os logares de carteiros que foram suprimidos no exercicio de 1917, em diferentes agencias dos Correios, correndo a despesa por conta da verba respectiva ;

XLII. A, no caso em que o governo do Estado de Pernambuco organize o serviço de navegação costeira e fluvial entre os portos da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará, conceder-lhe a subvenção annual de 270:000\$, nos mesmos termos em que fez identica concessão aos Estados da Bahia e do Maranhão ;

XLIII. A reorganizar a Inspectoria de Esgotos da Capital Federal, creando um logar de contador, que será exercido por um dos funcionarios da mesma inspectoria em comissão, e os escripturarios, lançadores e serventes indispensaveis, comtanto que da reforma não resulte augmento de despesa superior a 40:000\$, podendo para esse fim abrir o necessario credito até essa importancia ;

XLIV. A contractar, sem onus para a União, as obras de irrigação no valle do Jaguaribe ;

XLV. A abrir os necessarios creditos para a conclusão das obras relativas ao alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brasil para Bello Horizonte ;

XLVI. A construir um ramal que, partindo da estação de Santa Barbara, Estrada de Ferro Central do Brasil, vá á cidade de S. Domingos do Prata ;

XLVII. A mandar construir linhas telegraphicas de Lafayette a Viçosa, passando pelo Alto Rio Doce, villa Espera e Pyranga de S. Domingos do Prata á cidade de Caratinga, e de Marianna a Aymorés, onde se ligará á linha de S. Manoel do Mutum, pertencente ao Estado de Minas, e que, com o pessoal na mesma empregado e sem indemnização alguma, o Governo fica igualmente autorizado a receber, incorporando-a ao patrimonio nacional ;

XLVIII. A abrir os necessarios creditos para os pagamentos que teem de ser feitos em dinheiro de accôrdo com o contracto celebrado em virtude do decreto n. 8.648, de 31 de março de 1911, relativo ao arrendamento e construcção das estradas de ferro da Rêde de Viação Geral da Bahia, tudo nos termos da mensagem do Presidente da Republica de 24 de outubro de 1917 ;

XLIX. A entrar em accôrdo com o engenheiro civil Gastão da Cunha Lobão, afim de pagar as despesas que tiverem sido effectivamente feitas com

a. construcção da estrada de rodagem ligando Senna Madureira a Bagé, no Territorio do Acre, abrindo para isso os necessarios creditos ;

L. A adquirir o material de dragagem, em bom estado, especialmente as dragas fluviaes, que foi empregado na baixada fluminense, correndo o pagamento respectivo por uma ampliação da emissão de apolices destinada ao serviço já realizado ;

LI. A entrar em accôrdo com a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande para a construcção, no prazo de 18 mezes, de um ramal que, partindo do ponto mais conveniente nas proximidades das estações Fernandes Pinheiro e Teixeira Soares, se dirija á região carbonifera do municipio de Imbituva, no Estado do Paraná, para facilitar a exploração das respectivas azidas, abrindo para isso os creditos que forem necessarios ;

LII. A despendar até 50:000\$ para a continuação dos trabalhos da estrada de rodagem da cidade de Floriano á de Gerumenha, ambas no Piahy-abrindo para isso o necessario credito ;

LIII. A mandar estender a toda a zona dos bairros de Ipanema e Leblon, que ainda a não possui, a rede de distribuição de agua, por pennas, podendo abrir os necessarios creditos até a quantia de 400:000\$000 ;

LIV. A abrir o credito necessario para execução do decreto legislativo n. 3.245, de 10 de fevereiro de 1917 ;

LV. A despendar, durante o exercicio, até a quantia de 200:000\$ para a conclusão do ramal de Abaeté, na Estrada de Ferro Oeste de Minas ;

LVI. A entrar em accôrdo com a Camara Municipal de Lavras para a venda ou arrendamento dos bôndes electricos da mesma cidade ;

LVII. A abrir creditos até 3.500:000\$ para pagamento de diarias, nos domingos e dias feriados, aos jornaleiros da Estrada de Ferro Central do Brasil ;

LVIII. A innovar os contractos com a *The Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited*, sómente para o fim de commetter á Inspectoria de Esgotos da Capital Federal a faculdade que nesses contractos foi conferida á Camara Municipal do então Municipio Neutro para imposição de multas creadas pela postura de 7 de maio de 1867, podendo elevar o algarismo dessas multas, conforme convier ao publico interesse.

Paragrapho unico. Feita a innovação dos contractos, a importancia das multas reverterá em beneficio dos cofres da União ;

LIX. Abrir os creditos necessarios, até a importancia de 150:000\$, para mandar proceder á medição final das obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamore, de accôrdo com a mensagem presidencial de 23 de julho de 1915 ;

LX. A mandar estudar o porto de Tambaú, no Estado da Parahyba, fazendo organizar pela Inspectoria de Portos o projecto de melhoramento e o orçamento respectivo, e abrindo credito para as despezas necessarias até a importancia de 30:000\$000 ;

LXI. A entrar em accôrdo com os empreiteiros das obras de saneamento da baixada fluminense, afim de que estas sejam concluidas, sem novos onus para o Thesouro, e a entrar em accôrdo com o governo do Estado do Rio de Janeiro, para ser transferida a este, sem despezas para a União, a conservação dos melhoramentos realizados. Enquanto essa transferencia se não fizer, o Governo Federal providenciara para a conservação, podendo, para esse fim e para a fiscalização das obras, abrir os necessarios creditos ;

LXII. A construir uma linha ferrea economica, de preferencia electrica, que ligue os pontos extremos navegaveis das bacias do Alto Paraguay e do Guaporé, sendo a bitola de um metro e as condições technicas limites : 50 me-

tros para raio minimo e 7 % a rampa maxima e a subvencionar a navegação entre Porto Esperança e o ponto inicial da linha ferrea e entre o ponto terminal da mesma linha ferrea e Guaporé-mirim, termino da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré ;

LXIII. A empregar os meios mais convenientes para que seja continuada a construcção, interrompida, dos ramaes da Estrada de Ferro Central do Brasil de Marianna a Ponte-Nova, de Palmyra a Piranga, de Santa Barbara a Itabira, de Penido a Lima Duarte e de Mangaratiba a Angra dos Reis, abrindo para esse fim os necessarios creditos ;

LXIV. A continuar a construcção da Estrada de Ferro de S. Pedro a S. Luiz, com um ramal para S. Borja, do ponto terminal actual, na margem do rio Jaguarý ;

LXV. A concluir a construcção, interrompida, da ligação da Estrada de Ferro Oeste de Minas a Barbacena e construir o ramal de Camapuan á cidade de Entre-Rios, com 21 kilometros já estudados, abrindo para esse fim o credito necessario ;

LXVI. A ceder á Camara Municipal de Pirapora o edificio, não utilizado, que se destinava á estação da Estrada de Ferro Central do Brasil naquella villa, para terminar a sua construcção e dar-lhe o destino conveniente, com a condição de restituí-lo á União quando tiver necessidade de occupal-o ;

LXVII. A conceder aos contractantes de construcção de portos e estradas de ferro, concedidos sem onus para o Thesouro Nacional, a suspensão da execução de seus contractos enquanto durar o actual estado de guerra e até seis mezes depois do seu termo ;

LXVIII. A entrar em accôrdo com a Companhia Estrada de Ferro Minas de S. Jeronymo para a construcção do prolongamento de sua linha ferrea até o kilometro n. 60 dos estudos já approvados, attingindo assim a região das minas de ferro, do modo que julgar mais conveniente, e podendo mais conceder a essa empresa quaesquer favores que forem dados a outras empresas de fabricação de ferro, abrindo para esse fim os necessarios creditos.

Art. 131. Fica o Governo autorizado :

a) a entrar em accôrdo com a Companhia do Porto do Rio Grande do Sul para antecipar a encampação de todas as obras e serviços constantes do seu contracto ;

b) a transferir, por arrendamento ou pelo regimen da lei de 1869, ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, a exploração do porto do Rio Grande e a conservação da barra ;

c) a fazer as operações de credito que forem necessarias para esse fim, desde que o governo daquelle Estado assumna a responsabilidade da parte correspondente á encampação do porto, ficando a actual taxa de 2 %, ouro, sobre a importação, reservada para occorrer ás despesas da construcção da barra e á amortização das quantias nesta despendidas ;

d) a entrar em accôrdo com os concessionarios e contractantes das obras de melhoramentos dos demais portos da Republica que gozam da garantia de juros, para antecipar a encampação de todas as obras e serviços constantes de seus contractos, com o fim de eliminar a mesma garantia, fazendo as necessarias operações de credito ou emissão de titulos nas condições e com as garantias que julgar necessarias, adoptando para a exploração dos respectivos serviços o regimen que parecer mais conveniente.

Art. 132. Gozarão do abatimento nas passagens da Estrada de Ferro Central do Brasil, concedido aos alumnos das escolas primarias dos suburbios e ramal de Santa Cruz, os alumnos das escolas profissionais e municipaes.

Art. 133. Continúa em vigor o n. XXIX do art. 75 do actual orçamento da Viação, que autoriza a concessão, sem onus para o Thesouro, do prolon-

gamento da Estrada de Ferro de Mossoró a Alexandria, no Estado do Rio Grande do Norte, até a cidade de Souza, na Parahyba.

Art. 134. Fica aprovado o contracto de 24 de novembro de 1916, autorizado pelo decreto n. 12.088, de 31 de maio desse anno, e celebrado entre o ministro da Viação e o governo do Estado da Bahia, concedendo á Navegação Bahiana a subvenção annual de duzentos e setenta contos de réis (270:000\$000) pelo periodo de cinco annos, que, para os effeitos do respectivo pagamento, será contado de 1 de janeiro do dito anno.

Art. 135. Continúa em vigor o art. 75, n. 4, da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917, que se refere á celebração de contractos de alugueis de casa e de conducção de malas até tres annos.

Art. 136. Continúa em vigor a disposição do art. 69 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914, mandado revigorar pelo art. 92 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916, quanto á applicação das sobras do credito destinado a vencimentos dos funcionarios postaes daquellas repartições.

Art. 137. Os praticantes de conductor de trem, de conferentes, de telegraphistas e de bagageiros, que já o eram ao baixar o decreto n. 8.610, de 15 de março de 1911, que approvou o regulamento para a Estrada de Ferro Central do Brasil, e que continuam a exercer aquellas funcções, são considerados como taes para todos os effeitos, applicada aos mesmos a disposição do art. 121 do citado regulamento. A classe dos praticantes constituirá a primeira categoria.

Art. 138. O quadro dos operarios de 3ª classe das officinas da Repartição Geral dos Telegraphos será organizado tendo-se em vista o disposto no art. 2º do decreto n. 1.628, de 2 de janeiro de 1907.

Art. 139. As empresas de estradas de ferro, navegação e portos, com ou sem garantia de juros, subvenção ou fiança, e bem assim as arrendatarias de estradas e portos de propriedade da União, não poderão incorporar qualquer despesa ao respectivo capital sinão depois de effectivamente realizada e depois de verificada e approvada pelo Governo.

§ 1.º Para a verificação das rendas e despesas publicas resultantes dos serviços de estradas e portos, das despesas a serem levadas á conta de capital, bem como para a fiscalização dos lançamentos relativos á renda bruta ou á receita e despesa annuaes, afim de se determinar tanto a receita bruta como a receita liquida, para os effeitos da redução de tarifas ou apuração de lucros, as empresas mencionadas neste artigo continuam obrigadas a proporcionar ao Governo da União, mediante ordem directa do ministro, por intermedio das repartições competentes, os esclarecimentos de que estas possam precisar, franqueando-lhes o exame dos seus livros e documentos sempre que as mesmas repartições o reclamarem.

§ 2.º A's empresas que se recusarem ao cumprimento das obrigações impostas no paragrapho anterior o Governo Federal poderá impor multas de 2:000\$ até 10:000\$, para cada recusa, sem prejuizo do direito de promover contra ellas a acção de exhibição integral dos livros e documentos, ficando neste caso sujeitos ás comminações do art. 223 do decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890, os directores, superintendentes ou gerentes que recusarem a apresentação.

Art. 140. O Governo permittirá ligações telephonicas interestaduaes, mediante providencias que assegurem o regular e perfeito funcionamento das communicações, ficando os concessionarios sujeitos ao regimen da livre concorrência, devidamente acautelados os interesses da União.

Art. 141. E' prohibida a concessão de passes nas estradas de ferro custeadas pela União, salvo aos delegados das estradas que entre si mantenham serviço de trafego mutuo, mediante contracto, aos ex-directores e sub-directores aposentados em cada uma das estradas e aos funcionarios publicos em serviço, caso em que o passe deverá declarar, além do nome do funcionario,

a repartição a cujo serviço viajar. Em caso de remoção do funcionario, o passe será extensivo á sua familia.

§ 1.º Igual prohibição se estenderá á concessão de passes em quaesquer outras estradas ou em companhias de navegação, por conta da União.

§ 2.º Os violadores dessas disposições responderão pelas importancias das passagens correspondentes aos passes que concederem abusivamente.

Art. 142. Os empregados, titulados ou não, que vierem a ser admittidos nos serviços da Estrada de Ferro Central do Brasil serão demissiveis *ad nutum*, assim como o são o das estradas de ferro Oeste de Minas e Itapura a Corumbá, e da Rêde de Viação Ferrea Cearense.

Paragrapho unico. Tratando-se, porém, de funcionarios titulados que contarem mais de 10 annos de serviço, observar-se-ha o disposto no art. 125 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, já incorporado á nossa legislação.

Art. 143. Fica em vigor o art. 73, n. XXVIII, da lei de orçamento de 1917.

Art. 144. Fica elevada a 25 annos a idade fixada no § 3º do art. 330 do regulamento que baixou com o decreto n. 11.520, de 10 de março de 1915.

Paragrapho unico. Aos mensageiros que tenham attingido a 25 annos no corrente exercicio será permitido continuarem durante o anno de 1918.

Art. 145. Ficam considerados dentro do que preceitúa a ultima parte do art. 323, § 2º, do regulamento que baixou com o decreto n. 11.520, de 10 de março de 1915, referente aos engenheiros auxiliares, os telegraphistas que forem diplomados pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro ou pelas a ella equiparadas, e que já contarem mais de dous annos de exercicio na mesma repartição.

Art. 146. Os jornaleiros da Fiscalização das Obras do Porto do Rio de Janeiro que contarem mais de 10 annos de serviço só por faltas no cumprimento do dever, apuradas administrativamente, poderão ser dispensados, e terão as diarias que actualmente percebem. O Governo supprimirá os logares desnecessarios, quando occorram vagas.

Art. 147. Ficam considerados addidos, de accôrdo com a legislação vigente, com os vencimentos que tinham, a contar de 1 de janeiro de 1918, os funcionarios do Serviço da Baixada Fluminense, constantes do quadro organizado com as instrucções para o mesmo serviço, isto é, dous chefes de secção, dous engenheiros ajudantes, quatro auxiliares technicos, um desenhista, um auxiliar de escriptorio, um almoxarife, dous auxiliares, um medico e um porteiro, e que foram dispensados, de accôrdo com o art. 94 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916, por ter sido extincta a commissão pelo decreto n. 12.112, de 28 de junho do mesmo anno.

Art. 148. Para a canalização de agua para Sepetiba, Realengo, estações Bento Ribeiro, Engenheiro Neiva, Rio das Pedras e Ricardo de Albuquerque e para concluir as obras de abastecimento de agua da ilha do Governador, nos logares denominados Flecheiras, Ribeira, Cabaceiro e Engenhoca, fica o Governo autorizado a abrir os creditos necessarios.

Art. 149. Fica extensivo ás administrações dos Correios de 1ª classe o disposto no art. 397, combinado com o § 2º do art. 452 do regulamento que baixou com o decreto n. 9.080, de 3 de novembro de 1911.

Art. 150. Ficam revigorados, no exercicio de 1918, os saldos dos creditos abertos pelos decretos ns. 12.410 e 12.589, de 7 de março e 1 de agosto de 1917, destinados á conclusão de obras contra a secca no Nordeste Brasileiro.

Art. 151. As importancias provenientes da cessão dos materiaes, a que so referem os arts. 28 e 50, § 2º, do decreto n. 12.330, de 27 de dezembro de 1916, ficarão depositadas, para que a repartição competente possa adquirir novos materiaes, no sentido de evitar que por falta de verba fiquem inexequiveis os citados dispositivos legais.

Art. 152. O Governo intimará os empreiteiros da construção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias a restabelecerem incontinentemente os trabalhos de conservação da parte construída da estrada, fazendo as reparações necessárias, e a concluírem a construção no prazo de seis mezes; e caso faltem a qualquer uma destas obrigações, decretará a caducidade do contracto e concluirá o serviço por administração, abrindo para esse fim os necessários créditos.

Art. 153. No Correio as vagas de agentes de 1ª e 2ª classe, bem como as de agentes especiaes, serão sempre providas por ajudantes das respectivas classes.

Art. 154. As agencias de 2ª classe, servidas por senhoras, e que, excedendo á previsão do § 2º do art. 365 do regulamento postal, teem dado renda superior a 250:000\$ annuaes, poderão ter vencimento de 1ª classe, conservada, embora, a categoria de 2ª.

Art. 155. Passa definitivamente a pertencer á Directoria Geral dos Correios, a cujo serviço já se acha por emprestimo, a lancha *Merity*.

Art. 156. No intuito de intensificar o trafego das estradas de ferro administradas pela União e de prover do melhor modo á defesa economica e militar do paiz, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os creditos que forem necessários para pessoal, material e combustivel, podendo adquirir, concertar ou reparar o material fixo e rodante, construir ligações, prolongamentos, ramaes e desvios e organizar, conforme as circumstancias o exigirem, o serviço de vigilancia das linhas, pontes, viaductos, tunneis e obras de arte das mesmas estradas.

Art. 157. Continuam em vigor os dispositivos do art. 75, ns. XIII e XXXII, da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917, sobre o arrendamento, a quem maiores vantagens offerecer, das estradas de ferro Oeste de Minas e Baurú a Corumbá.

Art. 158. Ficam elevadas á categoria de especiaes, sem augmento de despesa, as agencias do Correio de Petropolis e de Juiz de Fóra.

Art. 159. O cargo de ajudante de contador da administração central da Inspectoria Federal dos Portos, Rios e Canaes fica equiparado, para todos os effeitos, ao de contador da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

Art. 160. Ficam equiparados em vencimentos os carteiros effectivos da Administração dos Correios do Estado do Rio de Janeiro aos carteiros effectivos da Directoria Geral, respeitadas as differenças pelas categorias.

Art. 161. O Presidente da Republica é autorizado a despendar, pelo Ministerio da Fazenda, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 50.827:628\$772, ouro, e a de 126.087:962\$898, papel :

	Ouro	Papel
1. Juros, amortização e mais despesas da divida externa. Augmentada de 444:444\$445, ouro, para pagamento de juros de 5 % sobre o emprestimo de 25.000.000 de francos contrahido pela Companhia Estrada de Ferro de Goyaz, <i>ex-vi</i> dos decretos numeros 12.133, de 30 de agosto de 1916, e 12.530, de 28 de junho de 1917.....		43.737:615\$999
2. Idem e amortização do emprestimo externo para o resgate das estradas de ferro encampadas....		6.276:576\$593
3. Idem idem dos emprestimos internos. Augmentada de 2.830:000\$ para pagamento de juros das		



	Ouro	Papel
apolices emittidas em virtude dos contractos para a construção de estradas de ferro e da encampação das estradas de ferro Centro Oeste da Bahia e Baurú a Itapura (Noroste do Brasil).....		18.166:440\$000
4. Idem da Divida Interna Fundada..		33.756:084\$000
5. Inactivos, pensionistas e beneficiarios do monte-pio.....		26.172:419\$088
6. Thesouro Nacional. Augmentada de 3:600\$ para um dactylographo no gabinete do procurador geral da Fazenda Publica, aproveitando-se um addido; de 2:400\$ para a gratificação de 200\$ ao auxiliar da Directoria do Patrimonio; de 2:400\$ pela elevação a 17:940\$ de gratificação aos empregados da thesouraria geral, e de 41:800\$, em virtude da criação da secção especial de escripturação por partidas dobradas, sendo: 15:000\$ para o logar tecnico de guarda-livros, aproveitado o funcionario que desempenha as funcções de chefe da Contabilidade da Caixa de Conversão; 2:000\$ para accrescimo na sub-consignação « Expediente, livros, papel, pennas, etc. », da Directoria Geral da Contabilidade; 4:800\$, para gratificação a dous encarregados das sub-seccões do serviço, e 20:000\$ para gratificação semestral aos empregados da secção creia e que no termo de cada semestre contem na mesma, no minimo, 120 dias de effectivo serviço.....		2.161:515\$000
7. Tribunal de Contas:		
Assim modificada a denominação no pessoal: onde se diz: « directores, tres — ordenado, 19:500\$, gratificação, 9:750\$, total, 87:750\$ », diga-se: « ministros, tres — ordenado, 19:500\$, gratificação, 9:750\$, total, 87:750\$ »; onde se diz: « sub-directores, tres — ordenado, 8:000\$, gratificação, 4:000\$, total, 36:000\$ e secretario um — ordenado, 8:000\$, gratificação, 4:000\$, total, 12:000\$ », diga-se:		

	Ouro	Papel
« directores, sendo um da secretaria, secretario do Tribunal, e tres das directorias, quatro — ordenado, 8:000\$, gratificação, 4:000\$, total, 48:000\$000 » ;		
Augmentada de 15:000\$ a sub-consignação « Gratificação para tomada de contas fóra das horas do expediente ».....		681:450\$000
8. Recebedoria do Districto Federal..		644:780\$000
9. Caixa de Conversão. Diminuida de 15:000\$ pela suppressão do logar de chefe da Contalidade, passando as attribuições desse cargo a ser desempenhadas pelo funcionario que actualmente occupa esse logar.....		140:380\$000
10. Caixa de Amortização. Augmentada de 4:500\$, papel, sendo : 1:500\$ para elevar a 2:500\$ a quantia que percebe annualmente, a titulo de quebras, o thesoureiro da Divida Publica e 1:000\$, tambem para quebras, a cada um dos tres fieis do mesmo thesoureiro.....	60:000\$000	528:414\$000
11. Casa da Moeda. Augmentada de 7:800\$, sendo 6:600\$ para um mestre da officina de fundição de ferro, que ficou desligado da fundição de ligas, sendo 4:400\$ de ordenado e 2:200\$ de gratificação, e 1:200\$ para elevar a 6:600\$ os vencimentos do mestre da secção de reparos e obras...		989:816\$600
12. Imprensa Nacional e <i>Diario Official</i> : Accrescentadas na verba « Material » depois das palavras: « Impressão da <i>Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro</i> » as seguintes: « e encadernação dos livros da bibliotheca do mesmo instituto », e supprimida a tabella B, ficando incluídos os respectivos serventuarios na tabella A, em igualdade de condições, como as demais existentes, sem augmento de despesas; e ficando o quadro de escripturarios composto de dous 1 <sup>as</sup> , sete 2 <sup>as</sup> e sete 3 <sup>as</sup> escripturarios, com os vencimentos da tabella actual, e sendo no mesmo incorporados		

	Ouro	Papel
os actuaes 10 escreventes por ordem de merccimento e por antiguidade, o apontador geral e o archivista, cujos logares se supprimem, passando tambem para a tabella C, sem augmento de vencimentos, sete dos auxiliares de escripta mais antigos do estabelecimento, o auxiliar do inspector tecnico e os dous encarregados de modelos, por contarem todos mais de 10 annos de serviço; e ainda ficando incluidos no quadro do pessoal permanente do <i>Diario Official</i> os ajudantes de paginação que figuram no pessoal amovivel.		
Augmentada de 336:000\$ para pagamento dos operarios nos domingos e dias feriados.....	.....	3.092:680\$000
13. Laboratorio Nacional de Analyses. Augmentada de 1:500\$ a subconsignação «Despezas extraordinarias, etc.», que ficará assim redigida: «Despezas extraordinarias e eventuaes, inclusive gaz e electricidade, 3:500\$ », e de 5:340\$, sendo na consignação «Pessoal» 2:340\$ para salario a mais um servente; na consignação «Material» 1:000\$ para livros, jornaes scientificos, etc., 2:000\$ para aquisição de reactivos, instrumentos, etc.....	.....	169:100\$000
14. Administração e custeio dos proprios nacionaes. Augmentada de 50:000\$, sendo: 30:000\$ para o serviço de retombamento das propriedades do Estado e 20:000\$ para pagamento de diarias e despesas de transporte do pessoal da Directoria do Patrimonio Nacional, quando em serviço externo.....	.....	162:840\$000
15. Delegacia do Thesouro em Londres.	68:400\$000	
16. Delegacias Fiscaes. Augmentada de 4:800\$ para um logar de pagador da Delegacia Fiscal do Minas Geraes.....	.....	2.937:194\$000
17. Alfandegas :		
Augmentada do 4:000\$ para elevação a nove dos fics da Alfandega do Rio de Janeiro, recti-		

Ouro

Papel

ficada assim a tabella ; de 1:200\$ para aluguel do predio onde funciona a Alfandega de Santa Anna do Livramento e de 6:000\$ para aluguel da casa da Alfandega de Porto Alegre.

Reduzida de 6:500\$ a consignação « Material », sendo : 1:000\$ na consignação « Expediente », 500\$ na de « Moveis, compras e concertos » e 5:000\$ na de « Aquisição, reparos e conservação », na Alfandega do Maranhão.

Augmentada de 7:200\$ para elevar a 2:100\$ os vencimentos dos 2<sup>os</sup> officiaes aduaneiros da Alfandega de Sant'Anna do Livramento.

Augmentada ainda de 9:343\$040 para elevar a 3 % a razão das quotas do pessoal da mesma alfandega.

Augmentada de 8:300\$, sendo : 6:300\$ para pagamento do pessoal da lancha *Vossio Brigido*, assim discriminado : um machinista, 3:240\$; um foguista, 1:620\$; um patrão, 1:440\$, na Alfandega do Rio Grande, e 2:000\$ para reforço da sub-consignação « Expediente », da mesma alfandega.

Diminuida de 2:060\$ na sub-consignação « Expediente », da Alfandega de Porto Alegre, e de 21:390\$ na do Rio Grande, de despesa com um rebocador de alto bordo, que passou para a Alfandega de Santos.

Augmentada mais, na Alfandega do Rio de Janeiro, de 30:836\$460, sendo : 24:570\$ para pagamento a mais 13 marinheiros e 4:745\$ de gratificação aos mesmos marinheiros, de serviço marítimo nocturno, rectificada assim a tabella, e de 1:521\$460 por passar o encarregado das embarcações a perceber o ordenado de 6:400\$ e 12 quotas, em vez de soldo e gratificação, como actualmente.

Augmentada mais de 8:303\$010, na Alfandega de Uruguayana, para

	Ourc	Papel
dous conferentes á razão de 3:000\$ de ordenado e 15 quotas cada um.....	.....	12.726:859\$363
18. Agencias aduaneiras, collectorias, mesas de rendas :		
Augmentadas na sub-consignação « Mesas de rendas », Estado da Bahia, Ilhéos, como na de Cananéa, de : quatro guardas a 1:440\$, 5:760\$ ; trabalhadores de capatazias, 2:280\$ ; marinheiros, 3:180\$ ; material : para aquisição e custeio de escaleres e expediente, 10:000\$000.		
Augmentada mais de 2:599\$200 para elevar a 1:300\$ os salarios annuaes dos guardas das mesas de rendas de Itaqui, S. Borja e Quarahy, em numero de quatro em cada uma, dos de Jaguarão, em numero de cinco e dos de Santa Victoria do Palmar, em numero de tres.		
Diminuida de 41:125\$ pela suppresão na consignação « Material », de 8:225\$ para aquisição de canôas, motogodilles e mobiliarios, etc., em cada uma das cinco agencias aduaneiras no Territorio do Acre, visto já ter sido feita a aquisição do material necessario á installação das mesmas agencias, ficando assim redigida a referida consignação para cada uma : « Material, combustiveis e lubrificantes » 1:000\$000.....	.....	5.324:692\$998
19. Empregados de repartições e logares extinctos e addidos em virtude de sentença :		
Augmentada de 4:800\$ para pagamento dos seguintes empregados do extincto Lazareto de Tamandaré, no Estado de Pernambuco, a cargo do Patrimonio Nacional: Estevão Teixeira Ferrão de Albuquerque, almoxarife, 2:400\$ ; Joaquim do Lago Rebello, guarda, 1:200\$ ; Manoel Gomes Pereira de Araujo, guarda, 1:200\$000.		
Augmentada mais de 36:938\$650, sendo 38:327\$400 para elevar a 9:614\$300 os vencimentos de 16		

Ouro

Papel

fieis de armazem e dous ajudantes de administrador da Alfandega do Rio de Janeiro; 15:463\$266 para elevar a 8:823\$762 os vencimentos do administrador das capatazias; a 6:662\$926 os vencimentos do ajudante do administrador, e de oito fieis de armazem, todos da Alfandega da Bahia; e 3:147\$984 para elevar a 9:132\$386 os vencimentos do fiel da Alfandega do Pará, Narciso Ferreira Borges.

Augmentada ainda de 4:408\$163 para pagamento dos vencimentos do 1º escripturario da Alfandega de Paranaguá, Benjamin Cesar Carneiro.

Diminuida de 19:999\$960, sendo 13:999\$960 pelo fallecimento do inspector, extinto, da Alfandega de Pernambuco, bacharel Alexandre de Souza Pereira do Carmo e de 6:000\$ pela exoneração de Lafayette Rodrigues dos Santos do logar de escrivão, extinto, da Mesa de Rendas de Itacoatiara.....

452:077\$843

20. Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo e de transporte.....		2.914:700\$000
21. Ajudas de custo.....		130:000\$000
22. Juros dos bilhetes do Thesouro....	50:000\$000	50:000\$000
23. Idem dos empréstimos do cofre de orphãos.....		600:000\$000
24. Idem dos depositos das caixas economicas e montes de soccorro...		9.500:000\$000
25. Idem diversos.....		50:000\$000
26. Commissões e corretagens.....	60:000\$000	28:000\$000
27. Despesas eventuaes.....	100:000\$000	150:000\$000
28. Reposições e restituções.....	50:000\$000	100:000\$000
29. Exercicios findos.....	100:000\$000	1.000:000\$000
30. Obras. Augmentada de 280:000\$, ficando o Governo autorizado a mandar reconstruir o antigo edificio da Alfandega de Victoria, no Espirito Santo, de modo a ser nelle installada tambem a Delegacia Fiscal, podendo para isso gastar até a quantia de 250:000\$, inclusive a importancia de		

	Ouro	Papel
200:000\$, destinada á conclusão das obras do edificio em construcção para a Alfandega de Porto Alegre.....	.....	880:000\$000
31. Creditos especiaes.....	325:036\$180	
32. Directoria de Estatistica Commercial. Augmentada na consignação « Material », — machinas : aquisição, aluguel e concerto, de 28:000\$, sendo 22:000\$ para aquisição de dous monotypos, necessarios ao serviço, e 6:000\$ para despesas de cartões.....	.....	627:400\$000
33. Inspectoria de Seguros. Augmentada de 3:600\$ na consignação « Material », para o encarregado do serviço de cópias e dactylographia.....	.....	277:120\$000
34. Inspecção das repartições de Fazenda e outros serviços extraordinarios.....	.....	144:000\$000
35. Para pagamento dos operarios nos domingos e dias feriados, reduzida de 970:000\$000.....	.....	1.530:000\$000
	50.827:628\$772	126.087:962\$898

*Appliação da renda especial*

1. Fundo de resgate do papel-moeda. ....		\$
2. Idem de garantia do papel-moeda. ....	\$	
3. Idem para a caixa de resgate das apolices das estradas de ferro encampadas.....	.....	\$
4. Idem de amortização dos emprestimos internos.....	.....	\$
5. Idem do montepio dos empregados publicos, novos contribuintes... ..	\$	\$
6. Idem para as obras de melhoramentos dos portos.....	\$	\$
Somma.....	\$	\$

Art. 162. Fica o Governo autorizado :

I. A abrir, no exercicio de 1918, creditos supplementares, até o maximo de 3.000:000\$, ás verbas indicadas na tabella que acompanha a proposta. A's verbas « Soccorros publicos » e « Exercicios findos » poderá o Governo abrir creditos supplementares em qualquer mez do exercicio, contanto que sua totalidade, computada com a dos demais creditos abertos, não exceda do maximo fixado, respeitada, quanto á verba « Exercicios findos », a disposição

da lei n. 3.230, de 3 de setembro de 1884, art. 11. No maximo fixado por este artigo não se comprehendem os creditos abertos aos ns. 5, 6, 7 e 8 do orçamento do Ministerio do Interior e ns. 1, 2, 3, 4 e 20 do orçamento do Ministerio da Fazenda ;

II. A liquidar os debitos dos bancos, provenientes do auxilio a lavoura ;

III. A conceder aos navios que forem construidos nos portos da Republica os seguintes premios :

De 100\$ por tonelada de deslocamento computada no calado maximo, segundo as tabellas do *Lloyd Register*, a partir de 80 até 1.500 toneladas;

De 150\$ por tonelada que exceder de 1.500 até 10.000.

§ 1.º Esses premios serão garantidos ás empresas e firmas constructoras por prazo não superior a 15 annos, comtanto que ellas se obriguem, por termo assignado no Thesouro, a construir, nesse prazo, 20 navios de mais de 80 toneladas cada um, e a não vender os navios assim construidos ao estrangeiro sem prévia autorização do Governo e prévia restituição das sommas que a titulo de premios tiverem recebido do Thesouro.

§ 2.º Para desempenho do compromisso assumido pelo Governo, a que se refere a clausula XI do ajuste de 14 de junho de 1917, o Governo abrirá o credito necessario para concorrer com a metade das despezas para a construção da carreira e estaleiros da Companhia Nacional de Navegação Costeira, na ilha do Vianna, obrigando-se essa companhia a restituir a somma que assim lhe é adeantada construindo e concertando navios do Governo com o abatimento de 24 % sobre os preços communs ;

IV. A mandar cunhar moeda divisionaria de nickel e cobre na Casa da Moeda desta Capital ;

V. A entrar em accôrdo com a Municipalidade do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro, para o fim de lhe transferir, mediante pagamento do respectivo valor, os terrenos de propriedade da União annexos ao Posto Zootechnico de Pinheiro, e onde se acha estabelecido o povoado do mesmo nome, respeitadas os direitos de terceiros em geral, e especialmente os dos donos de bemfeitorias existentes nos mesmos terrenos ;

VI. A supprimir dos respectivos quadros, por decreto, todos os logares que forem vagando e cujo provimento julgue desnecessario ao serviço publico ;

VII. A supprimir, á medida que se forem vagando, os 44 logares de conferentes de descarga da Alfandega do Rio de Janeiro ;

VIII. A elevar á categoria de alfandega, moldado o respectivo quadro pela de S. Francisco, em Santa Catharina, a Mesa de Rendas de Ilhéos, no Estado da Bahia, habilitando e dotando o respectivo posto dos necessarios recursos para regular funcionamento dessa nova alfandega no extenso littoral desse Estado, podendo abrir o credito que fór preciso para taes despezas no exercicio de 1918 ;

IX. A entrar em accôrdo com o governo do Estado do Piahy para o fim de transferir a esse Estado a propriedade das fazendas nacionaes de criação e seus accessorios, situadas no seu territorio, obrigando-se o mesmo Estado ao pagamento de quaesquer reclamações do actual arrendatario, julgadas procedentes pelo Poder Judiciario ou pela administração federal ;

X. A arrendar, mediante concorrência publica, as fazendas nacionaes do Rio Branco, no Estado do Amazonas, excluida a de S. Marcos, que continuará, como até aqui, sob a jurisdição do Ministerio da Agricultura ;

XI. A entrar em accôrdo com os governos dos Estados para o fim de regularizar os respectivos debitos ao Thesouro Nacional, da forma que melhor consultar os interesses do Thesouro ;



XII. A vender em hasta publica o edificio em que funcionava a extincta enfermaria militar. na capital do Estado de Alagoas, e com o respectivo producto adquirir ou construir um predio destinado á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional na mesma cidade ;

XIII. A ceder definitivamente á Prefeitura do Districto Federal o terreno, já cedido pelo Ministerio da Guerra, a titulo precario, para os serviços da Escola Profissional Municipal Visconde de Mauá, bem assim o terreno anexo, situado entre o já cedido á escola acima referida e a rua Vicente de Souza, que separa essa escola da Villa Proletaria Marechal Hermes ;

XIV. A innovar os contractos de emprestimos feitos ao Banco do Brasil para o fim de destinar 30.000:000\$ (trinta mil contos de réis) dos mesmos a emprestimos de credito agricola por intermedio do mesmo banco e suas agencias ;

XV. A julgar válidos para os effeitos fiscaes, nas alfandegas de Santos e de Victoria, os exames feitos no Laboratorio Municipal de Analyses, de Santos, e no Instituto Bacteriologico e de Analyses, de Victoria, emquanto não forem installados junto das mesmas alfandegas laboratorios identicos ao que funciona na Alfandega da Capital Federal, pagando-se a esses estabelecimentos as taxas estabelecidas nos respectivos regulamentos e tabellas ;

XVI. A entregar em arrendamento a ilha Santa Barbara, para o fim estipulado na clausula XXXVI do contracto de arrendamento do novo Cães do Porto do Rio de Janeiro (decreto n. 8.062, de 9 de junho de 1910) e arrecadar a respectiva renda ;

XVII. A fazer cessão á Caixa Economica Federal do Estado de Minas Geraes do predio em que funciona aquelle estabelecimento em Bello Horizonte, á rua Alagoas n. 349, si não preferir estipular um prazo para, mediante prestações annuaes razoaveis, ser o mesmo predio adquirido e pago pela mesma caixa autonoma, sendo taes prestações descontadas do juro de 1/2 % que o Thesouro Nacional paga sobre os depositos respectivos ;

XVIII. A entrar em accôrdo com o Estado de Sergipe para lhe ceder a titulo gratuito a utilização dos terrenos de marinha na cidade de Aracajú, que forem necesarios ao saneamento da mesma cidade, reservado o dominio da União ;

XIX. A expedir o novo regulamento :

a) consolidando as disposições vigentes sobre escriptorios ou casas de emprestimos sobre penhores ;

b) adoptando as medidas que julgar convenientes para regularidade do funcionamento dessas casas e fiscalização de suas operações, sem prejuizo da parte propriamente policial, a cargo do Ministerio da Justiça, mantidos os fiscaes actuaes para esse fim ;

c) creando agencias do Monte de Soccorro no numero e nos logares que forem convenientes e habilitando-as a attender efficazmente ás necessidades da população ;

d) transferindo para o Ministerio da Fazenda a autorização para o estabelecimento das casas de penhores ;

XX. A organizar a reforma dos montopios civil e militar, creando um novo instituto, com personalidade juridica e gestão autonoma, que assuma a responsabilidade do serviço das pensões actuaes e ao qual elle entregará, em apolices, o necessario para constituição do fundo que for indispensavel. O novo instituto será organizado segundo as regras geraes do mutualismo ; poderá empregar seus saldos disponiveis em emprestimos aos mutualistas, que poderão fazer consignações para desconto em folha de pagamento ; terá um conselho de administração eleito em assembléa geral pelos mutualistas, que poderão se fazer representar por procuradores especiaes, e um director geral, que será

nomeado pelo Governo, por escolha entre os mutualistas, e poderá funcionar no Thesouro ou nas delegacias fiscaes, fóra das horas do expediente.

§ 1.º Aos actuaes contribuintes que não quizerem aceitar a responsabilidade do novo instituto o Governo restituirá em apolices a importancia das joias e contribuições com que tenham entrado para o cofre da instituição e mais os juros de 4 1/2 %, capitalizados semestralmente, sobre a dita importancia.

§ 2.º O Governo submeterá essa reforma á approvação do Congresso Nacional, na proxima sessão legislativa.

§ 3.º Preliminarmente, o Governo ordenará a revisão do quadro dos pensionistas, para o fim de excluir os possiveis abusos do pagamento de pensões em nome de funcionarios nomeados e fallecidos no espaço de tempo em que as inscripções do montepio civil estiverem encerradas;

XXI. A reduzir nas estradas de ferro da União e no Lloyd Brasileiro as tarifas de transporte para o carvão nacional, e a entrar em accôrdo com as estradas de ferro arrendadas e as companhias de navegação subvencionadas, afim de obter as mesmas reduções de fretes.

Paragrapho unico. Fica igualmente autorizado a adquirir, em concorrência publica, a quantidade de carvão nacional que fôr possível utilizar nos diversos serviços publicos, podendo fazer contracto por tres annos e podendo conceder ás empresas que explorarem as jazidas conhecidas os favores que julgar convenientes ;

XXII. A reorganizar o Thesouro Nacional, de modo a simplificar o processo administrativo, sem augmento de despeza ;

XXIII. A conceder licença, por um ou mais annos, sem vencimentos, a todos os funcionarios publicos civis que a requererem ;

XXIV. A abrir os creditos que forem necessarios, até a importancia de 5.000:000\$, para a conclusão das obras contra a secca, ficando, para esse fim, revigorada a autorização constante da lei n. 3.041, de 9 de dezembro de 1915.

§ 1.º Em caso algum poderá ser concedida aos empregados em taes serviços diaria que exceda de 10%, devendo o pessoal nomeado ser escolhido dentre os addidos de todos os ministerios. No caso de funcções que exijam conhecimentos technicos especializados, serão designados em commissão profissionais competentes pa a o desempenho daquelles serviços, ficando entendido que não gozarão dos predicamentos de funcionario publico, não se estendendo a esses especialistas a limitação acima estatuida para a diaria que houverem de perceber.

§ 2.º Por conta do credito de 5.000:000\$ poderão correr tambem as despesas com as construcções das estradas de rodagem de Malhada, Caetitê, Estado da Bahia, e da Alagôa Grande á Areia, Estado da Parahyba, cujos estudos foram approvados por acto do ministro da Viação, e as para concluir o assentamento das linhas telegraphicas para Alto Longá, Miguel Alves e Porto Alegre, passando pela villa do Retiro da Boa Esperança, Estado do Piahy ;

XXV. A promover, por accôrdo, a liquidação do debito da Associação Commercial do Rio de Janeiro para com o Thesouro Nacional. Esse accôrdo deve ser feito de modo que fique estipulado o pagamento integral, com ou sem juros, do referido debito, estabelecendo-se, por outro lado, que durante todo o prazo da amortização continuará o edificio daquella instituição a responder pela divida, mediante a competente hypotheca, primeira e unica ;

XXVI. A crear, neste porto, um entreposto para a entrada livre de sal de producção nacional, sob a direcção do Lloyd Brasileiro e immediata fiscalização da Alfandega.

O imposto de consumo que incide sobre esse producto será cobrado no momento em que se effectuar a sua retirada do entreposto, ficando o Lloyd

autorizado a cobrar a taxa mensal de 1\$500 por tonelada de sal armazenado sob a sua guarda.

As despesas da criação e manutenção do entreposto correrão por conta do Lloyd Brasileiro e as de fiscalização por conta da Alfandega ;

XXVII. A consolidar as disposições legislativas concernentes ao Tribunal de Contas, reorganizando esse instituto sobre as seguintes bases :

§ 1.º Haverá junto ás delegacias fiscaes nos Estados, bem como junto ás repartições de contabilidade dos ministerios, dos Correios, Telegraphos, estradas de ferro pertencentes á União, do Lloyd e outras repartições analogas, delegações do Tribunal, desde que a importancia e o movimento das repartições fiscalizadas o justifiquem.

a) Essas delegações serão nomeadas pelo Tribunal em camaras reunidas e quando collectivas deliberarão em junta. Os seus membros serão designados por deliberação do Tribunal pleno dentre funcionarios do mesmo Tribunal, ou do Ministerio da Fazenda, dependendo, quanto a estes, de acquiescencia do ministro.

§ 2.º Mantida a sua estrutura fundamental delinçada nas leis ns. 392, de 8 de outubro de 1893, e 2.511, de 20 de dezembro de 1911, o Tribunal de Contas funcionará :

1º, como fiscal da administração financeira, para o effeito de apreciar a execução das leis da receita e da despesa publica ;

2º, como tribunal de justiça, para o fim de julgar as contas dos responsáveis, estabelecendo a situação juridica entre os mesmos e a Fazenda Publica ;

3º, o pessoal do Tribunal de Contas constituirá quatro corpos distinctos : o deliberativo, o especial, o instructivo e o Ministerio Publico.

a) O corpo deliberativo constará de nove juizes com a denominação de ministros do Tribunal de Contas, para o que ficam creados mais cinco logares nesse Tribunal, devendo ser preenchidos por nomeação do Presidente da Republica, de accôrdo com a Constituição de 24 de fevereiro de 1891.

1º, o Tribunal se dividirá em duas camaras, sob as designações de primeira e segunda, presididas ambas por um dos ministros eleito annualmente por seus pares em tribunal pleno, do qual tambem será o presidente, tendo sómente o voto de desempate.

As camaras se constituirão pelos ministros que para cada uma forem sorteados annualmente, verificando-se o sorteio em sessão do Tribunal, presentes os representantes do Ministerio Publico ;

2º, incumbe á primeira camara a fiscalização da administração financeira, nos termos do n. 1 do § 2º, exceptuadas as attribuições commettidas ao tribunal pleno, e á segunda a tomada de contas, nos termos do n. 2 do mesmo § 2º ;

3º, o Tribunal funcionará em camaras reunidas, competindo-lhe o disposto no art. 69, § 1º, do decreto n. 2.409, de 23 de dezembro de 1896.

Cabe-lhe, em relação á despesa, o disposto nos §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 70 do mesmo decreto n. 2.409 ;

b) O corpo especial constará de oito auditores, aos quaes compete relatar perante a segunda camara os processos de tomada de contas e substituir os ministros de qualquer das camaras nas suas faltas e impedimentos.

1º, os auditores serão nomeados pelo Presidente da Republica dentre bachareis em direito, não podendo ser demittidos sinão em virtude de sentença judicial, e terão os vencimentos de 18:000\$ annuaes ;

c) O corpo instructivo do Tribunal, encarregado do serviço do expediente, ficará sob a immediata direcção da primeira camara e se comporá do pessoal

actualmente em serviço, accrescido de mais seis primeiros escripturarios, seis segundos, mais quatro terceiros e mais cinco quartos escripturarios, de livre nomeação do Governo, que dará preferencia aos funcionarios addidos e extinctos das repartições dos diversos ministerios, quando tenham habilitações para aquellas funcções ;

d) o Ministerio Publico constará dos seus dous actuaes membros, sob a denominação de primeiro e segundo representantes, com igual categoria e iguaes vencimentos, funcçãoando um perante a primeira camara e o outro perante a segunda, servindo aquelle perante o tribunal pleno.

Cada um delles terá o seu auxiliar, tambem formado em direito, aos quaes incumbirá o serviço commettido pelo representante, sendo nomeados pelo Presidente da Republica, tendo os vencimentos de 18:000\$ annuaes.

O Governo poderá abrir os necessarios creditos para a execução desta lei ;

XXVIII. A abrir um credito especial, até a quantia de 200:000\$, para restituir á *Continental Products Company* a importancia que houver a mesma indevidamente pago de direitos aduaneiros pela importação de machinismos e demais materiaes destinados á instalação do frigorifico de Osasco, no Estado de S. Paulo, feita no regimen do decreto n. 8.592, de 8 de março de 1911, e da lei n. 2.909, de 31 de dezembro de 1914;

XXIX. A transferir para a Municipalidade do Rosario, Estado do Maranhão, mediante o pagamento da quantia de 3:000\$, as terras pertencentes á União e que foram da extincta Ordem Carmelitana, no referido municipio, e onde se encontram as fontes abastecedoras de agua potavel á população daquella antiga villa, sem prejuizo de quaesquer serviços que o Governo da União nellas precisar executar, quer para a construcção, quer para a exploração da Estrada de Ferro S. Luiz a Caxias ;

XXX. A propôr em assemblêa geral do Banco do Brasil a reforma dos seus estatutos ;

XXXI. A reformar, sem prejuizo dos actuaes serventuarios, o serviço de fiscalização de loterias, clubs de mercadorias e casas de penhores, expedindo novo regulamento para esse serviço, no sentido de melhora-lo quanto possivel, sob a direcção do Ministerio da Fazenda ;

XXXII. A mandar executar o projecto de saneamento e melhoramento da lagôa Rodrigo de Freitas, approvado a 13 de julho de 1914, sendo entregues gratuitamente á Prefeitura do Districto Federal os terrenos de propriedade da União, marginaes da mesma lagôa, afim de que sejam saneados, dando-lhes depois a Prefeitura o destino que julgar conveniente ;

XXXIII. A ceder gratuitamente á Prefeitura do Districto Federal um terreno de 200×200 metros entre as estações de Deodoro e Ricardo de Albuquerque, terreno este desmembrado da fazenda de Sapopemba, pertencente ao Ministerio da Guerra, para o fim unico e exclusivo da construcção de um cemiterio e respectivas dependencias ;

XXXIV. A reintegrar o cidadão Izidro Torres de Souza Valente no mesmo logar ou em cargo de segunda entrancia, como exercia na antiga Thesouraria de Fazenda de S. Paulo na época em que foi exonerado, reintegração essa que é conferida com todos os direitos e vantagens que della decorrem, menos o recebimento dos vencimentos do cargo durante o tempo em que delle esteve afastado, ficando o Presidente da Republica autorizado a abrir o necessario credito para o dito fim, si isso fôr preciso ;

XXXV. A abrir o credito necessario para occorrer á restituição a que tem direito a Escola de Engenharia de Bello Horizonte de direitos pagos com a importação, em 1914 e 1915, de machinas, estruturas metallicas e materiaes para as diversas officinas destinadas ao ensino profissional ;

XXXVI. A aproveitar nas primeiras vagas de quartos escripturarios que se verificarem no quadro da Alfandega do Rio de Janeiro os dous segundos escripturarios do Laboratorio Nacional de Analyses, habilitados por concurso ;

XXXVII. A mandar imprimir na Imprensa Nacional a *Revista* da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro e o *Boletim* da Cruz Vermelha Brasileira ;

XXXVIII. A dar ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro 40 x 50 metros de terreno sito no local onde existiu o antigo morro do Senado, para que a dita associação levante alli o edificio destinado aos fins previstos nos seus estatutos, revertendo o dito terreno e suas bemfeitorias á Fazenda Nacional, caso o instituto venha a cessar totalmente a sua actividade ;

XXXIX. A fazer aos herdeiros (viuva, pae ou mãe invalidos, e filhos menores) dos tripulantes dos navios do Lloyd Brasileiro e dos navios de propriedade do Governo, ou ao mesmo arrendados, que forem mortos em desastre, naufragio ou combate, em consequencia de ataque ou de engenhos de destruição do inimigo, o pagamento dos vencimentos que os mesmos percebiam em vida, durante tres annos, a contar da data do sinistro, correndo as despesas por conta do Lloyd Brasileiro ;

XL. A mandar contar como de effectivo exercicio o tempo decorrido entre a demissão e a reintegração, aos 6 de abril de 1911, do Dr. Hilario de Gouvêa no cargo de professor cathedratico da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, abrindo-lhe folha de pagamento, podendo entrar em accôrdo com o mesmo sobre o pagamento dos vencimentos correspondentes áquelle tempo, ficando relevada qualquer prescripção em que hajam incorrido os seus direitos e podendo abrir os necessarios creditos ;

XLI. A completar a installação e continuar o custeio do ensino profissional para a Marinha Mercante Nacional, de accôrdo com a organização e regulamento já approvados, correndo a despeza pelo Lloyd Brasileiro ;

XLII. A expedir uma nova regulamentação das companhias de seguros nacionaes e estrangeiras, sendo remodelado o serviço de fiscalização, de maneira a ser o mais efficiente e dotado de pessoal technico necessario, e a abrir para isso o necessario credito ;

XLIII. A subvencionar com 10:000\$ a Escola Superior de Commercio do Rio de Janeiro, com a obrigação de manter 10 alumnos gratuitos designados pelo Ministerio da Agricultura ;

XLIV. A reorganizar os serviços da Imprensa Nacional e *Diario Official*, incluindo na tabella C os actuaes revisores e conferentes de ambos, e estabelecendo, dentro da respectiva verba, um quadrô do pessoal jornaleiro, cujos logares deverão ser preenchidos com o pessoal actual, observada a antiguidade de cada um, e preferindo-se, nas vagas que occorrerem, os que já tenham servido naquella repartição ;

XLV. A abrir os necessarios creditos para pagamento dos vencimentos dos encarregados e escrivães dos postos fiscaes do Acre, addidos por effeito do art. 136 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916 ;

XLVI. A entrar em accôrdo com a Companhia Nacional de Industria e Commercio para o fim de pagar-lhe os alugueis dos terrenos occupados pelas colonias de alienados da ilha do Governador, por encontro de contas com o Banco do Brasil, até a concurrencia do debito dessa companhia, ou abrindo o credito preciso, contando que incorpore definitivamente ao Patrimonio Nacional, sem outros onus para a União, esses terrenos, abrangendo uma área de 1.000.000 de metros quadrados ;

XLVII. A conceder na vigencia desta lei aos funcionarios da Delegacia do Thesouro em Londres uma gratificação até 30 % dos seus vencimentos actuaes ;

XLVIII. A conceder gratuitamente ao Estado de Minas Geraes, para delle fazer o uso que lhe convier, o Jardim Botanico de Ouro Preto ;

XLIX. A reorganizar as agencias aduaneiras, delegacias fiscaes, collectorias, mesas de rendas, postos e registros fiscaes, determinando a classificação de cada estação arrecadadora, de accordo com os seus respectivos rendimentos, uniformizando as vantagens dos funcionarios das mesmas e supprimindo as que não forem convenientes aos interesses do Thesouro ;

L. A abrir o credito especial de 13:095\$ para pagamento dos vencimentos officiaes devidos ao engenheiro Joaquim Ignacio Ribeiro de Lima, funcionario effectivo da Inspectoria de Obras contra as Seccas, desde 1 de fevereiro de 1910, que, *ex-vi* de deficiência de verba orçamentaria, delles ficara privado de 1 de janeiro de 1914 a 19 de fevereiro de 1915 ;

LI. A prorogar por mais oito mezes o prazo para a terminação do edificio da Alfandega de Porto Alegre.

Art. 163. Aos fieis de armazem e administradores e ajudantes de administradores das capatazias das alfandegas, cujos cargos tenham sido extinctos, serão garantidos os ordenados e gratificação, calculada sobre a média das quotas dos tres ultimos exercicios, liquidadas ao tempo dessa extincção, ficando o Governo autorizado a abrir os necessarios creditos.

Art. 164. No quadro do pessoal administrativo das alfandegas abaixo indicadas far-se-hão as seguintes alterações:

Manáos:

Em logar de seis 1<sup>os</sup> escripturarios, cinco.

Pará :

Em logar de 10 conferentes, oito ;

Em logar de nove 2<sup>os</sup> escripturarios, oito.

Maranhão:

Guardamoria, um guarda-mór, apenas.

Bahia:

Em logar de 10 2<sup>os</sup> escripturarios, oito ;

Em logar de 12 3<sup>os</sup> escripturarios, 10.

Rio de Janeiro:

Em logar de 22 1<sup>os</sup> escripturarios, 20 ;

Em logar de 26 2<sup>os</sup> escripturarios, 25 ;

Em logar de 38 3<sup>os</sup> escripturarios, 35 ;

Em logar de 40 4<sup>os</sup> escripturarios, 35.

Paranaguá:

Em logar de cinco 1<sup>os</sup> escripturarios, quatro ;

Em logar de 12 2<sup>os</sup> escripturarios, nove.

Corumbá :

Em logar de tres conferentes, dous ;

Em logar de sete 1<sup>os</sup> escripturarios, seis ;

Em logar de nove 2<sup>os</sup> escripturarios, oito.

Paragrapho unico. O Governo, á medida que se forem dando vagas nos cargos acima mencionados, supprimirá os logares respectivos, até que as diferentes classes attinjam aos limites aqui estabelecidos.

Art. 165. Fica prorogado por tres annos o prazo para amortização do emprestimo de 50.000:000\$ feito ao Banco do Brasil em consequencia da lei de 28 de agosto de 1915.

Art. 166. Aos directores das secretarias do Senado e da Camara dos Deputados, Mordomia do Palacio da Presidencia da Republica e Secretaria do Supremo Tribunal Federal serão entregues em quatro prestações iguaes, adeantadas, no começo dos mezes de janeiro, abril, junho e outubro, mediante requisição competente, as quantias destinadas ao material das mesmas repartições, incluidas na presente lei, o integralmente as concedidas em creditos concernentes á mesma verba « Material ».

Art. 167. O Governo cederá á Municipalidade da Bahia, a titulo gratuito, a área correspondente ao edificio, que foi demolido, da alfandega velha, daquella capital, sob a condição de destinar-se a logradouro publico.

Art. 168. O Governo abrirá desde logo á verba 5.<sup>a</sup> do orçamento da despesa dosto ministerio os creditos que se tornarem necessarios para dar cumprimento ao disposto no § 6.<sup>o</sup> do art. 3.<sup>o</sup> do regulamento annexo ao decreto n. 11.447, de 20 de janeiro de 1915, approvedo pelo art. 132, VI, da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

Art. 169. Os uniformes do Exercito, Armada, policias militarizadas da União, bombeiros e tiros, estabelecidos pelo Governo Federal, não poderão ser alterados sinão por decreto presidencial, subscripto por todo o ministerio.

Art. 170. Nos serviços, contractos e obras da União será adoptada a concorrência publica, salvo em caso de urgencia comprovada, quando da demora possa resultar a paralysação de serviços, com prejuizo publico ou para a ordem social.

§ 1.<sup>o</sup> O Poder Executivo estabelecerá em regulamento as regras a serem observadas em todos os ministerios e repartições dependentes, para a conveniente execução do principio da concorrência, devendo ser esse regulamento submettido á approvação do Congresso Nacional na proxima sessão legislativa.

§ 2.<sup>o</sup> Nos editaes de concorrência serão determinadas as quantidades e os preços maximos, além dos quaes não serão acceitas as propostas.

Art. 171. E' permittido aos funcionarios civis federaes, activos ou inactivos, aos militares e aos operarios e diaristas da União, que fizerem parte de associações e caixas beneficentes constituídas pelas proprias classes, e de sociedades cooperativas de credito, constituídas de accôrdo com o decreto n. 1.637, de 5 de janeiro de 1900, consignar mensalmente a estas instituições até dous terços dos seus ordenados ou diarias, para pagamento das contribuições e compromissos a que se obrigarem para com as mesmas associações e caixas, na forma dos respectivos estatutos.

Art. 172. Continúa em vigor o art. 91 da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914 ficando autorizado o Governo a abrir os necessarios creditos supplementares ás rubricas respectivas nos orçamentos da despesa.

Art. 173. Todos os pagamentos de despesa de material serão centralizados no Thesouro e delegacias fiscaes, com excepção dos que forem feitos pelas secretarias do Congresso, Palacio do Governo, Supremo Tribunal Federal, Supremo Tribunal Militar e Repartição Geral dos Telegraphos, e mantida, porém, a disposição contida no art. 32 da lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900.

Art. 174. As futuras propostas de leis do orçamento conterão, para consignação dos fundos necessarios, a relação completa dos creditos especiaes precisos á realização ou ultimação dos serviços até agora contractados, e dos que o forem, desta data em diante, autorizados e concedidos por leis especiaes.

Art. 175. O Governo não poderá ordenar, por nenhum dos ministerios, o pagamento de serviço algum sem que na lei que o houver autorizado estejam consignados os fundos correspondentes á despesa.

Art. 176. E' prohibido imputar a qualquer rubrica do orçamento despesa que nella não esteja comprehendida, de accôrdo com as tabellas explicativas do Governo e as alterações nella feitas pelo Congresso.

Art. 177. O Governo conservará addidos os funcionarios que já se encontram nessa situação e aquelles cujos logares foram supprimidos por esta lei ou vierem a ser em consequencia de reformas agora autorizadas.

§ 1.º A' proporção que forem occorrendo vagas nos novos quadros, serão ellos aproveitados nessas vagas, obrigatoriamente, si se derem nas repartições a que pertenciam e nos mesmos logares que exerciam anteriormente ás reformas realizadas; e, com exclusão de quaesquer pessoas estranhas em repartições differentes do mesmo ou de outro ministerio, nos logares equivalentes em vencimentos, desde que preencham as condições exigidas nos regulamentos respectivos.

Exceptuam-se os logares que exijam fiança, os de direcção dos departamentos administrativos e os da confiança pessoal do Presidente da Republica e dos ministros de Estado.

§ 2.º Os addidos serão aproveitados nas vagas que se derem nas repartições tanto desta Capital como dos Estados, importando na perda dos direitos que ora lhes são assegurados a recusa da nomeação, salvo nos casos seguintes: não ser o cargo de categoria semelhante, ou de vencimentos inferiores.

§ 3.º Mediante requerimento e sem prejuizo do disposto no § 1º, o Governo poderá aproveitar o addido em cargo de vencimentos inferiores e de natureza diversa.

§ 4.º Aos funcionarios addidos que requererem, poderá o Governo declarar em disponibilidade, sem outro direito que não seja a percepção do ordenado. Occorrendo, porém, a hypothese de seu aproveitamento, nas condições previstas na lei, ser-lhes-ha applicavel o disposto no § 2º, quanto á perda dos direitos de funcionario.

§ 5.º Serão considerados como incursos na pena prevista nos §§ 2º e 4º os funcionarios que não assumirem o exercicio do cargo para que forem nomeados, na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º, dentro do prazo de 30 dias, contados da data da publicação, no *Diario Official*, do acto de sua nomeação. Esse prazo poderá ser prorogado até 90 dias, a juizo do Governo.

§ 6.º Os funcionarios addidos poderão ser exonerados nas mesmas condições dos effectivos (art. 127 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915).

§ 7.º Em caso algum serão pagos a addidos vencimentos maiores do que os percebidos pelos funcionarios effectivos de igual categoria.

§ 8.º Cada ministerio enviará ao Congresso Nacional, no começo da sessão legislativa de 1918, uma lista de todos os funcionarios addidos, acompanhada do tempo de serviço de cada um delles.

§ 9.º Os funcionarios addidos são obrigados ao ponto regimental e á permanencia nas repartições respectivas durante as horas do expediente.

§ 10. Para as vagas que se derem no Ministerio das Relações Exteriores terão preferencia os funcionarios em disponibilidade.

Art. 178. Das contribuições cobradas nesta Capital aos maritimos do embarcações nacionaes, de accôrdo com o art. 607 da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, será destacada annualmente a quantia de 150:000\$ (cento e cinquenta contos de réis) para ser entregue á Directoria do Hospital Maritimo, creado pela Federação Maritima Brasileira.

Paragrapho unico. A entrega dessa quantia será feita em quatro prestações e sempre á requisição da referida directoria.

Art. 179. A concessão da autorização para o restabelecimento de escriptorios ou casas de empréstimos sobre penhores e a sua fiscalização passarão para o Ministerio da Fazenda. O Presidente da Republica fica autorizado a expedir novo regulamento consolidando as disposições vigentes e adoptando as medidas que entender convenientes para a regularidade do funcionamento das casas de penhores e fiscalização das suas operações, continuando a parte propriamente policial a cargo do Ministerio da Justiça.



Art. 180. Ficam supprimidas no paiz as verbas para alugueis de casas e de auxilios para alugueis de casa, salvo para aquelles funcionarios que tiverem residencia obrigatoria junto ás repartições onde servirem, e na falta de accomodações nessas repartições.

Art. 181. As despesas com custeio de automoveis serão licitas sómente nos casos e nas repartições para as quaes existir verba especificadamente assignalada na tabella explicativa e no orçamento approved pelo Congresso Nacional para o respectivo ministerio.

§ 1.º O Governo mandará descontar dos vencimentos do funcionario que transgredir essa prohibição a importancia correspondente ao custeio desses vehiculos, sempre que tiver noticia de que em qualquer repartição publica o respectivo chefe ou seus subordinados persistem na utilização pessoal de automoveis officiaes subrepticamente custeados por titulos de despesas de outras denominações.

§ 2.º Nas repartições publicas para as quaes tenha sido expressamente votada verba destinada ao custeio de automoveis officiaes não poderão ser estes utilizados sinão em serviço publico e nas horas de expediente, não sendo de tolerar-se a utilização desses vehiculos para transporte de familias e analogos serviços particulares.

Art. 182. Continúa em vigor o dispositivo do art. 95 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917, abonando-se, pela revisão, aos funcionarios das alfandegas, no minimo, o valor das quotas determinadas na tabellas orçamentarias. O Governo poderá rever tambem os regulamentos relativos a impostos de consumo e de renda, estabelecendo medidas tendentes a melhor fiscalização, inclusive nova divisão de circumscripções, fixando aos agentes fiscaes percentagens na proporção da renda de cada circumscripção, autorizado, para esse fim, a modificar os actuaes regulamentos.

Art. 183. Fica prohibida a concessão de diarias aos funcionarios civis e militares cujos trabalhos se executem na séde das respectivas repartições, entendendo-se por séde a cidade, villa ou localidade onde as mesmas estiverem situadas.

Paraphrased unico. O Poder Executivo organizará uma tabella das diarias, a serem concedidas aos funcionarios que trabalharem fóra das sédes de suas respectivas repartições e a submeterá á aprovação do Congresso Nacional.

Art. 184. Nos leilões realizados nas alfandegas e suas dependencias, o arrematante pagará sobre o preço da arrematação a commissão de 5 %, a qual será assim distribuida : 1 % para o presidente do leilão, 1 % para o escrivão e 3 % para os continuos que servem de leiloeiro.

Art. 185. Nenhuma gratificação poderá ser concedida a quem quer que seja a titulo de serviços extraordinarios ou trabalho fóra das horas do expediente, ou sob qualquer outro pretexto, cabendo tão sómente aos funcionarios publicos a retribuição especificadamente prevista nas tabellas explicativas da despesa de cada ministerio.

Paraphrased unico. A distribuição em fim de anno ou em qualquer outra occasião dos saldos de qualquer dotação orçamentaria como gratificações extraordinarias sujeita os funcionarios que as tiverem recebido e os ministros ou directores de repartição que as tiverem autorizado a indemnizarem uns e outros a Fazenda Nacional, dentro do exercicio, por descontos mensaes nos seus vencimentos da importancia correspondente a taes pagamentos illegaes, accrescida da multa de 20 % sobre essa importancia.

Art. 186. O Governo não poderá, sem autorização expressa do Poder Legislativo, fazer contractos por tempo excedente do anno financeiro que estiver correndo, nem para serviços não contemplados na lei do orçamento.

Art. 187. Os juros das apolices serão pagos nas épocas proprias pelas delegacias fiscaes do Thesouro Nacional nos Estados, independente de concessão

de creditos, a qual, sujeita ao registro *a posteriori* do Tribunal de Contas, sera feita antes do encerramento do exercicio financeiro respectivo, devendo para esse fim ser enviada semestralmente á Directoria da Despesa Publica a demonstração da importancia despendida.

Art. 188. Continuam em vigor : o art. 63 e seu paragrapho unico da lei n. 2.841, de 31 de dezembro de 1913, com a modificação constante do n. XX, do art. 101, da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915; arts. 120 e 124 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915; e arts. 109, 110, 112, 114 e 115 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

Art. 189. Fica revogado o art. 89, n. XXI, da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917, que autoriza o Governo a substituir as cedulas do Thesouro Nacional de 1\$ e 2\$ e facultar o troco das cedulas de 5\$ a 20\$, onde escassearem essas moedas, e a retirar da circulação as moedas de prata e nickel do antigo cunho, e as de cobre, marcando um praso razoavel para a sua substituição, podendo empregar o cobre recolhido na liga de outras moedas.

Art. 190. O Governo abrirá, na vigencia desta lei, o credito preciso para pagamento da gratificação de 30 %, incorporada aos vencimentos dos auxiliares de escripta da Alfandega do Rio de Janeiro e da Imprensa Nacional pelo art. 123 da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

Art. 191. O Governo mandará entregar á Casa de Caridade do Rosario, Estado de Sergipe, todas as quotas em deposito de beneficio de loterias instituidas a favor da mesma casa pelas leis ns. 953, de 9 de dezembro de 1902 (art. 2º), e 2.321, de 30 de dezembro de 1910 (art. 31), referentes ao periodo em que o citado estabelecimento não funcçãoou por falta de recursos.

Art. 192. O limite maximo da pensão, de que trata o art. 37 do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, deve ser assim entendido :

Os pensionistas civis de que trata o art. 33, §§ 1º a 5º, do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, podem accumular mais de uma pensão, embora de origem militar, comtanto que a importancia de todas ellas não exceda de 3:600\$ annuaes.

Art. 193. Terão preferencia para a nomeação de fiscaes de consumo os candidatos classificados em concurso que houverem exercido aquelle cargo interinamente ou tiverem mais de cinco annos de serviço effectivo em repartição federal.

Art. 194. Ficam supprimidos na Alfandega de Uruguayana quatro logares de escripturarios, sendo dous de primeiros.

§ 1.º Para os logares de conferentes, creados por esta lei, serão aproveitados os dous primeiros escripturarios mais antigos da mesma repartição.

§ 2.º Os dous funcionarios excedentes serão aproveitados em outras repartições do Ministerio da Fazenda, á proporção que forem occorrendo as respectivas vagas, visto tratar-se de logares de primeira entrança.

Art. 195. Fica revogada a disposição do art. 8º, § 2º, da lei n. 3.070, de 31 de dezembro de 1915.

Art. 196. São considerados como 2º officiaes aduaneiros os guardas da Alfandega de Porto Alegre não aproveitados quando foi extincta aquella alfandega, com as habilitações legais exigidas naquella época e que tenham mais de 10 annos de serviço publico.

Art. 197. As vagas de continuo que se abrirem por fallecimento ou aposentadoria serão sempre preenchidas pelos serventes que tenham habilitação.

Art. 198. A's empresas ou companhias de engenhos centraes de fabricação de assucar fundados antes desta lei e que tenham gosado de garantia de juros, prestada pela União, e a cuja restituição sejam obrigadas, fica concedida a faculdade de realizar esse pagamento em 20 annos, em prestações annuaes, iguaes.

§ 1.º O Governo levantará a conta da garantia de juros paga e que deve ser restituída, sem lhe contar juros e, ouvida sobre essa conta as emprezas e companhias interessadas, fixar-lhes-ha a data em que devem, em cada anno, fazer o pagamento, sobre cuja importancia poderá cobrar os juros legaes em caso de mora.

§ 2.º Considerar-se-hão vencidas e exigiveis todas as prestações annuaes, no caso de não pagamento de uma, no prazo fixado, salvo força maior, a juizo do Governo.

§ 3.º Os devedores poderão antecipar o pagamento das prestações annuaes. O pagamento antecipado de todas ou de quatro ou mais prestações poderá ser feito em dinheiro, com o abatimento de 10 % em cada uma.

§ 4.º Os engenheiros contraes a que se refere esta disposição nenhuma outra obrigação terão para com o Thesouro Nacional, em virtude de seus contractos, podendo livremente operar sobre os seus bens, resalvado o privilegio e preferencia da Fazenda Nacional, pelo seu credito.

§ 5.º Para gozar da faculdade estabelecida por este artigo deverão os engenheiros contraes, dentro da data de seis mezes, contados da desta lei, declarar perante o Ministerio da Fazenda que a aceitam e della querem se utilizar, seguindo-se a providencia do § 1º.

Findo o prazo aqui marcado, o Governo providenciará para tornar effectiva a restitução, nos termos dos contractos existentes.

Art. 199. Fica concedido a D. Maria Luiza Pimentel Brandão o beneficio resultante do principio consagrado no preceito legal relativo ás filhas solteiras, casadas e viúvas de militares, relevando a prescripção para que possa ella se habilitar, em virtude do acto do Congresso Nacional.

Art. 200. Na contagem de tempo de serviço federal para effeito da aposentadoria será computado o periodo, não excedente de uma legislatura, em que o funcionario publico tiver interrompido o exercicio do cargo para poder desempenhar o mandato de membro do Congresso Nacional.

Art. 201. O beneficio de loterias instituido pela lei n. 2.321, de 30 de dezembro de 1910, art. 31, para a Estação Experimental de Escada, Estado de Pernambuco, reverte, desde a data da citada lei, á Escola Agricola Barão de Suassuna, mantida pelo Syndicato Agricola de Gameleira, Amaragy e Escada.

Art. 202. As vagas de porteiros, ajudantes de porteiros, continuos e correios, que de ora em diante se verificarem nos quadros dos differentes ministerios, serão preenchidas tendo-se em vista a hierarchia desses empregados e observando-se para as promoções o seguinte criterio: uma por antiguidade e outra por merecimento. Quanto ás vagas da última categoria, as nomeações serão feitas dentre os serventes que tiverem as precisas habilitações e obedecendo ao mesmo criterio.

Art. 203. Terão direito ao passe de que trata o art. 141 desta lei collectores federaes, ou os que suas vezes fizerem, quando em viagem para recolhimento de saldos ás repartições fiscaes respectivas.

Art. 204. Na acceitação de cargos no magisterio official não se applicará aos funcionarios lentes dos institutos de ensino superior o art. 132 do decreto legislativo n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916, e sim o disposto no art. 2º da lei n. 44 B, de 2 de junho de 1892.

Art. 205. O registro *a posteriori* de qualquer despesa sujeita a esse regimen poderá ser feito pelo Tribunal de Contas até 30 de setembro do anno seguinte ao que dá nome ao exercicio financeiro respectivo.

Art. 206. Ficam abolidas as alçadas das alfandegas e delegacias fiscaes e revogados os arts. 44 e 45 das instrucções annexas ao decreto n. 3.529, de 15 de dezembro de 1889, cabendo em todas as questões e decisões, impondo multa ou pena de prohibição de entrada, recurso ordinario e voluntario interposto para a autoridade que for competente, na forma da lei.

Art. 207. Os remanescentes das loterias, no valor de 30:000\$ annuaes, a que allude o art. 2º, n. 6, do regulamento junto ao decreto n. 8.597, de

8 de março de 1911, pertencentes, até 1910, ás instituições mencionadas no art. 2º, n. XIV, letra L, da lei n. 953, de 29 de dezembro de 1912, e cuja applicação, depois dessa data, ficou ao arbitrio do Congresso, pelo disposto no art. 3º, § 2º, do mesmo regulamento, serão divididos, a partir de 1911, pelos cinco estabelecimentos desta Capital, indicados na referida lei n. 953, a saber: Maternidade da Capital Federal, Liga Brasileira contra a Tuberculose, Instituto de Protecção e Assistência á Infancia do Rio de Janeiro, Asylo Gonçalves de Araujo e Lyceu de Artes e Offícios e Gymnasio Jaraguense, não se applicando a nenhum desses beneficios a disposição do art. 35 da lei n. 2.524, de 31 de dezembro de 1911.

Art. 208. Fica definitivamente incorporada á Directoria Geral da Contabilidade do Thesouro Nacional a secção de escripturação por partidas dobradas, comprehendendo duas sub-secções, sendo creado o cargo tecnico de guardalivros, ao qual competirá a chefia immediata da secção e aproveitado para esse logar o chefe da Contabilidade da Caixa de Conversão, com os vencimentos annuaes de 15:000\$000.

Paragrapho unico. Das sub-secções serão encarregados primeiros e segundos escripturarios do quadro do Thesouro nas mesmas condições dos actuaes encarregados de secções da Directoria do Gabinete.

Art. 209. Fica restabelecido o Conselho de Fazenda, composto de todos os directores do Thesouro e do procurador geral da Fazenda Publica, sob a presidencia do ministro da Fazenda, ou, na sua ausencia, sob a do director geral chefe do Gabinete.

§ 1.º O Conselho de Fazenda será apenas consultivo, cabendo a deliberação ao ministro da Fazenda ou ao director geral, nos termos do art. 7º do decreto legislativo n. 2.083, de 30 de julho de 1909.

O Conselho de Fazenda será consultado :

1º, obrigatoriamente :

a) nos questões, quer em gráo de recurso, quer em consulta ou reclamações relativas á applicação, cobrança, fiscalização e restituição de impostos, direitos, taxas ou quaesquer rendas publicas ;

b) nos recursos e reclamações sobre multas ou penas impostas por infracção ou em virtude de leis ou regulamentos fiscaes ;

c) nos inqueritos e processos administrativos instaurados ou abertos para apurar responsabilidades ou falta de exacção funcional de qualquer empregado do Ministerio da Fazenda ;

d) nos projectos de regulamentos e instrucções relativos á receita e despesa publicas que tenham de ser expedidos pelo Thesouro ;

2º, facultativamente, quando o ministro julgar conveniente, em qualquer outro assumpto não comprehendido no n. 1.

§ 2.º O ministro da Fazenda expedirá as instrucções precisas para a execução deste dispositivo.

Art. 210. Continúa em vigor o disposto no art. 34 da lei n. 2.321, de 30 de dezembro de 1910, modificada, porém, nos termos do art. 41 da lei n. 2.841, de 31 de dezembro de 1913, a applicação do beneficio das quotas lotericas não reclamadas, em favor das seguintes instituições : 20:000\$, para o Hospital de S. Vicente de Paulo, da cidade de Pouso Alegre ; 20:000\$, para a Casa de Caridade de Paraisopolis, e 10:000\$, para a Casa de Caridade da cidade de Caldas, todas no Estado de Minas Geraes.

Art. 211. Os empregados inferiores, patrões, marinheiros e outros excluidos, nos exercicios de 1915, 1916 e 1917, do serviço das alfandegas a que pertenciam sem causa originada de falta commetida, serão preferencialmente e na ordem de antiguidade admittidos nas vagas de diaristas ou jornaleiros que occorrerem.

Art. 212. Fica relevada a prescrição em que tenha incorrido Manoel Luiz Alexandre Ribeiro, lançador da Recebedoria do Rio de Janeiro, exonerado depois de 25 annos de serviço publico, para, perante o Poder Judiciario, pleitear reparação á injustiça que presume lhe foi feita.

Art. 213. Continuam em vigor os arts. 116, 119 e 121 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.

Art. 214. Os concursos para os empregos de Fazenda, inclusive os do Tribunal de Contas, não prescreverão enquanto vigorar, quanto ao processo e ás materias exigidas, a lei sob cujo regimen forem prestados, observados os limites da idade ora estabelecidos pela nomeação.

Paragrapho unico. Este dispositivo applica-se aos concursos já prescriptos, desde que em relação a elles se observem as mesmas condições.

Art. 215. São fixados, de accôrdo com a lei (dous terços ordenado e um terço gratificação), os vencimentos do pessoal do Laboratorio Nacional de Analyses no *quantum* consignado na respectiva tabella.

Art. 216. Fica extensivo ao Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro a permissão legal concedida ao Banco dos Funcionarios Publicos, assim como ao Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, a respeito dos funcionarios federaes.

Art. 217. Ficam incorporadas á legislação vigente, e applicaveis, ainda, ao exercicio de 1917, as seguintes disposições :

1) O Tribunal de Contas só registrará ordens de pagamento pelo Thesouro Nacional ou de concessões de credito por conta de um exercicio até o dia 20 de maio do anno immediato, só lhe podendo ser submittidos os respectivos processos até o dia 15 do mesmo mez. O pagamento das despesas já registradas ou sujeitas a registro *a posteriori* continuará a ser feito pelo Thesouro e demais repartições até 31 do alludido mez;

2) As importancias descontadas dos vencimentos dos funcionarios publicos, civis ou militares, a titulo de consignações para indemnização de emprestimos, aluguel de casa ou fornecimentos, quando não recebidos dentro do exercicio respectivo, serão escripturados no titulo especial « Consignações não recebidas no exercicio de..... », a cuja conta serão pagas as quantias posteriormente reclamadas dentro de cinco annos, contados da data em que se tornaram devidas, sob pena de prescrição.

Art. 218. O Governo abrirá o credito de 14:400\$ para pagamento das gratificações de 300\$ mensaes, de 1 de janeiro de 1898 a 30 de dezembro de 1901, devidas ao escriptuario da extincta Comissão de construcção de Tamandaré Lazareto, Felipe Nery da Silva.

Art. 219. Ficam approvados os creditos na somma de 150:000\$, ouro, e 9.735:922\$076, papel, constantes da tabella A.

Art. 220. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.

## TABELLA A

Leis ns. 589, de 9 de setembro de 1850, art. 1º, § 6º, e n. 2.348, de 25 de agosto de 1873, art. 20

Creditos abertos de 1º de janeiro de 1916 a 31 de maio de 1917 por conta do exercicio de 1916

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

*Decreto n. 12.205, de 20 de setembro de 1916*

Papel

Abre por conta do exercicio de 1916 o credito suplementar de 30:500\$, sendo: 12:500\$ á verba « Secretaria do Senado » e 18:000\$ á verba « Secretaria da Camara dos Deputados » .....	30:500\$000
---	-------------

*Decreto n. 12.206, de 20 de setembro de 1916*

Abre por conta do exercicio de 1916 o credito suplementar de 825:000\$, sendo: 189:000\$ á verba « Subsidio dos Senadores » e 636:000\$ á verba « Subsidio dos Deputados » .....	825:000\$000
--	--------------

*Decreto n. 12.242, de 25 de outubro de 1916*

Abre por conta do exercicio de 1916 o credito suplementar de 883:000\$, sendo: 195:300\$ á verba « Subsidio dos Senadores » e 657:200\$ á verba « Subsidio dos Deputados », 12:500\$ á verba « Secretaria do Senado » e 18:000\$ á verba « Secretaria da Camara dos Deputados » .....	883:000\$000
---	--------------

*Decreto n. 12.278, de 22 de novembro de 1916*

Abre por conta do exercicio de 1916 o credito suplementar de 855:500\$, sendo: 189:000\$ á verba « Subsidio dos Senadores », 636:000\$ á verba « Subsidio dos Deputados », 12:500\$ á verba « Secretaria do Senado » e 18:000\$ á verba « Secretaria da Camara dos Deputados » .....	855:500\$000
--	--------------

*Decreto n. 12.312, de 13 de dezembro de 1916*

Abre o credito especial, destinado ao pagamento de despesas provenientes do serviço de colleccionar todos os trabalhos referentes ao Codigo Civil e publical-os em uma edição de 1.000 exemplares .....	60:000\$000
---	-------------

*Decreto n. 12.319, de 20 de dezembro de 1916*

Abre o credito suplementar de 800:500\$ por conta do exercicio de 1916, sendo: 176:400\$ á verba « Subsidio dos Senadores » e 593:600\$ á verba « Subsidio dos Deputados », 12:500\$ á verba « Secretaria do Senado » e 18:000\$ á verba « Secretaria da Camara dos Deputados » .....	800:500\$000
---	--------------

---

3.454:500\$000

*Decreto n. 2.384, de 25 de janeiro de 1917*

Papa

Abre o credito extraordinario para occorrer ás despesas com as providencias em prol da garantia da ordem e tranquillidade publicas, originadas em virtude da intervenção no Estado de Matto Grosso.....

80:000\$000

---

3.534:500\$000

---

## Ministerio da Guerra

*Decreto n. 12.224, de 4 de outubro de 1916*

Abre o credito especial para occorrer ao pagamento de soldo vitalicio a mais 266 voluntarios da Patria.....

573:551\$187

## Ministerio da Marinha

*Decreto n. 12.163, de 9 de agosto de 1916*

Abre, de accôrdo com o decreto legislativo n. 3.133, de 5 de julho de 1916, o credito especial para pagamento á viuva do capitão de mar e guerra Francisco Speridião Rodrigues Vaz.....

24:410\$276

## Ministerio da Viação e Obras Publicas

*Decreto n. 11.948, de 9 de fevereiro de 1916*

Abre o credito destinado a occorrer ao pagamento dos vencimentos que competem no exercicio de 1916 aos inspectores addidos, de portos, rios e canaes, das estradas de ferro e de obras contra as seccas.....

81:000\$000

*Decreto n. 12.360, de 10 de janeiro de 1917*

Abre o credito para occorrer ao pagamento devido á Companhia Estrada de Ferro Santa Catharina em virtude de decisão arbitral.....

231:670\$284

---

312:670\$284

---

## Ministerio da Fazenda

*Decreto n. 12.108, de 28 de junho de 1916*

Abre o credito para pagamento das despesas do 2º semestre do corrente anno, da Mesa de Rendas em Porto Esperança, Estado de Matto Grosso.....

37:080\$080

*Decreto n. 12.132, de 12 de julho de 1916*

Abre o credito papel e ouro suplementar á verba 30ª, — Exercicios findos —, do orçamento do mesmo ministerio, do corrente

	Ouro	Papel
exercício, para pagamento de dividas comprehendidas nos efeitos do art. 4º da lei n. 3.313, de 16 de outubro de 1886, e art. 37 da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.....	100:000\$000	3.000:000\$000
<i>Decreto n. 12.230, de 7 de outubro de 1917</i>		
Abre o credito supplementar á verba 30ª, — Exercícios findos —, do orçamento vigente do mesmo ministerio, para pagamento de dividas comprehendidas nos efeitos do art. 4º da lei n. 3.313, de 16 de outubro de 1886, e art. 37 da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905.....	.....	1.150:000\$000
<i>Decreto n. 12.260, de 16 de novembro de 1916</i>		
Abre os creditos ouro e papel supplementares á verba 30ª, — Exercícios findos —, do orçamento do mesmo ministerio, para o exercício corrente.....	50:000\$000	500:000\$000
<i>Decreto n. 12.353, de 10 de janeiro de 1917</i>		
Abre o credito supplementar á verba 22ª, — Ajudas de custo —, do orçamento do mesmo ministerio, para o exercício de 1916 .....	.....	80:000\$000
<i>Decreto n. 12.366, de 17 de janeiro de 1917</i>		
Abre o credito, papel, supplementar á verba 5ª, — Inactivos, pensionistas e beneficiarios do montepio —, do orçamento do mesmo ministerio, do exercício de 1916 .....	.....	160:000\$000
<i>Decreto n. 12.390, de 7 de fevereiro de 1917</i>		
Abre o credito supplementar á verba 20ª, — Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo —, do orçamento do mesmo ministerio, do exercício de 1916... ..	.....	159:209\$729
<i>Decreto n. 12.394, de 14 de fevereiro de 1917</i>		
Abre o credito supplementar á verba 21ª, «Commissão de 2 % aos vendedores de estampilhas», do orçamento do mesmo ministerio, do exercício de 1916.....	.....	204:500\$000
	<u>150:000\$000</u>	<u>5.290:789\$729</u>



**Recapitulação**

	Ouro	Papel
Ministerio da Justiça e Negocios Interiores..	.....	3.543:500\$000
Ministerio da Marinha.....	.....	42:410\$276
Ministerio da Guerra.....	.....	573:551\$787
Ministerio da Viação e Obras Publicas.....	.....	312:670\$284
Ministerio da Fazenda.....	150:000\$000	5.290:789\$729
	<hr/> 150:000\$000	<hr/> 9.735:922\$076

Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1918.— *Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

**TABELLA B**

Verbas do orçamento para as quaes o Governo poderá abrir credito supplementar no exercicio de 1917, de accôrdo com as leis ns. 589, de 9 de setembro de 1950, 2.348, de 25 de agosto de 1873, e 429, de 16 de dezembro de 1896, art. 8º, n. 1, e art. 23 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, e lei n. 560, de 31 de dezembro de 1898, art. 54, n. 1.

**MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES**

*Soccorros publicos.*

*Subsidios aos Deputados e Senadores* — Pelo que fôr preciso durante as prorogações.

*Secretaria do Senado e da Camara dos Deputados* — Pelo serviço steno-graphico e de redacção e publicação dos debates durante as prorogações.

**MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

*Extraordinarias no exterior.*

**MINISTERIO DA MARINHA**

*Hospitales* — Pelos medicamentos e utensilios.

*Classes inactivas* — Pelo soldo de officiaes e praças.

*Munições de bocca* — Pelo sustento e dieta das guarnições dos navios da Armada.

*Munições navaes* — Pelos casos fortuitos de avaria, naufragios, alijamento de objectos ao mar e outros sinistros.

*Frete* — Para commissão de saque, passagens autorizadas por lei, fretes de volumes e ajudas de custo.

*Eventuaes* — Para tratamento de officiaes e praças em portos estrangeiros e em Estados onde não ha hospitales e enfermarias e para despezas de entorramento e gratificações extraordinarias determinadas por lei.

**MINISTERIO DA GUERRA**

*Serviço de saude* — Pelos medicamentos e utensilios a praças de pret.

*Soldo, etapas e gratificações de praças* — Pelas que occorrerem além da importancia consignada.

*Classes inactivas* — Pelas etapas das praças invalidas e soldo de officiaes e praças reformados.

*Ajudas de custo* — Pelas que se abonarem aos officiaes que viajam em commissão de serviço.

*Material* — Diversas despesas pelo transporte de tropas.

#### MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

*Garantia de juros de estradas de ferro e portos* — Pelo que exceder ao decretado.

#### MINISTERIO DA FAZENDA

*Juros e amortização e mais despesas da divida externa.*

*Juros da divida interna fundada* — Pelos que occorrerem no caso de fundar-se parte da divida fluctuante ou de se fazerem operações de credito.

*Juros e amortização dos emprestimos internos.*

*Juros da divida inscripta, etc.* — Pelos reclamados além do algarismo orçado.

*Inactivos, pensionistas e beneficiarios dos montepios* — Pelas aposentadorias, pela pensão, meio soldo, montepio e funeral, quando a consignação não fôr sufficiente.

*Caixa de Amortização* — Pelo feitto e assignatura de notas.

*Recebedoria* — Pelas porcentagens aos empregados e commissões aos cobradores, quando as consignações não forem sufficientes.

*Alfandegas* — Pelas porcentagens aos empregados, quando as consignações excederem ao credito votado.

*Mesas de rendas e collectorias* — Pelas porcentagens aos empregados, quando não bastar o credito votado.

*Fiscalização e mais despesas de impostos de consumo e de transporte* — Pelas porcentagens, diarias, passagens e transporte.

*Commissão aos vendedores particulares de estampilhas* — Quando a consignação votada não chegar para occorrer ás despesas.

*Ajudas de custo* — Pelas que forem reclamadas além da quantia orçada.

*Juros diversos* — Pelas importancias que forem precisas além das consignadas.

*Juros de bilhetes do Thesouro* — Idem idem.

*Commissões e corretagens* — Pelo que fôr necessario além da somma concedida.

*Juros dos emprestimos do Cofre dos Orphãos* — Pelos que forem reclamados, si a sua importancia exceder á do credito votado.

*Juros dos depositos das caixas economicas e dos montes de soccorro* — Pelos que forem devidos além do credito votado.

*Exercicios findos* — Pelas aposentadorias, pensões, ordenados, soldos e outros vencimentos marcados em lei o outras despesas, nos termos do art. 11 da lei n. 2.330, de 3 de setembro de 1884.

*Reposições e restituições* — Pelos pagamentos reclamados, quando a importancia dellas exceder á consignação.

*Laboratorio Nacional de Analyses* — Pelas porcentagens aos empregados, quando as consignações excederem ao credito votado.

Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1918.—Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.

DECRETO N. 3.455 — DE 7 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.120:000\$, supplementar á verba «Exercicios findos»

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 2.120:000\$, supplementar á rubrica n. 29 «Exercicios findos», da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

DECRETO N. 3.456 — DE 7 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Governo a mandar pagar ao secretario do extinto Arsenal de Guerra do Pará, João Vicente da Silva Ferreira, os vencimentos a que tiver direito

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a mandar pagar ao secretario do extinto Arsenal de Guerra do Pará, João Vicente da Silva Ferreira, os vencimentos a que tiver direito, desde a data da extincção daquelle arsenal até a em que foi mandado addir a outra repartição militar, podendo para isso abrir o necessario credito.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*José Caetano de Faria.*

DECRETO N. 3.457 — DE 7 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Guerra, do credito especial de 1:857\$, para pagamento de gratificação adicional a Alfredo Mathias, almoxarife do Hospital Central do Exercito

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de réis 1:857\$, importancia da gratificação adicional de 10 % a

que tem direito Alfredo Mathias, almoxarife do Hospital Central do Exército, sobre 300\$ dos vencimentos do cargo de fiel, por elle exercido, quando completou, em 1912, dez annos de effectivo serviço.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*José Caetano de Faria.*

### DECRETO N. 3.458 — DE 7 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Guerra, do credito especial de 136:927\$651, para pagamento de differenças de vencimentos a varios docentes militares

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de réis 136:927\$651, destinado ao pagamento das differenças de vencimentos dos seguintes docentes militares:

Professor major Augusto Pedro de Alcantara....	18:725\$508
Professor coronel reformado Arthur Eduardo Pereira .....	20:128\$366
Professor major Alvaro de Paula Guimarães....	18:784\$262
Professor Dr. José Gunecindo Guimarães Padilha.	23:966\$347
Herdeiros do professor tenente-coronel Manoel Joaquim Machado.....	15:944\$310
Herdeiros do professor major Fernando Gomes Ferraz .....	13:655\$213
Adjunto tenente-coronel graduado José Malaquias Cavalcanti de Lima.....	8:459\$584
Adjunto Dr. Joaquim da Silva Gomes.....	15:093\$118
Adjunto major Apollinario Pereira Bustamante..	2:203\$443

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*José Caetano de Faria.*

## DECRETO N. 3.459 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a conceder ao official operario de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil Carlos de Oliveira Gomes um anno de licença, com dous terços da diaria, para tratamento de saude

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao official operario de 4ª classe das officinas da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil Carlos de Oliveira Gomes um anno de licença, com dous terços da diaria, para tratamento de saude.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

---

## DECRETO N. 3.460 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, em prorrogação e com metade do ordenado, ao praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios Paulo Level, para tratamento de saude

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, em prorrogação e com metade do ordenado, ao praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios Paulo Level, para tratamento de saude; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

---

## DECRETO N. 3.461 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao cidadão José Marcos da Motta, auxiliar da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde, e com metade da diaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao cidadão José Marcos da Motta, auxiliar da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde e com metade da diaria; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

## DECRETO N. 3.462 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas os creditos necessarios para a satisfação de compromissos da Estrada de Ferro Central do Brasil durante os exercicios de 1915 e 1916

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, os creditos necessarios para a satisfação dos compromissos abaixo especificados, da Estrada de Ferro Central do Brasil, durante os exercicios de 1915 e 1916, a que se referem a mensagem do Presidente da Republica de 21 de novembro de 1917 e a exposição documentada do ministro da Viação ao Presidente da Republica, dessa mesma data:

Moeda nacional . . . . .	5.843:466\$000
Libras esterlinas . . . . .	46.180-18-2,6
Dollars . . . . .	\$179.739,04

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

## DECRETO N. 3.463 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, por intermedio do Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 146:392\$434, para occorrer a pagamento ao ex-tarefeiro da Estrada de Ferro Central do Brasil Leopoldo Cunha Filho

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, por intermedio do Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 146:392\$434, para occorrer a pagamento ao ex-tarefeiro da Estrada de Ferro Central do Brasil Leopoldo Cunha Filho, de igual quantia que lhe foi indevidamente descontada do valor total de materiaes de sua propriedade, por elle adquiridos para a construcção de diversos trechos no ramal de Itacurussá.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

## DECRETO N. 3.464 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 82:262\$370, para pagamento a Pedro Virginio Orlandini, em virtude de sentença judiciaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 82:262\$370, para pagamento a Pedro Virginio Orlandini, em virtude de sentença que annullou a sua aposentadoria, decretada illegalmente a 28 de abril de 1894, no cargo de 1.º official da Secretaria do Ministerio da Marinha.

Paragrapho unico. Serão deduzidas daquella importancia as contribuições do montepio e as porcentagens do imposto sobre vencimentos, relativos aos exercicios mencionados na decisão judiciaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

## DECRETO N. 3.465 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito especial de 20:269\$173, para pagamento a D. Elvira Dodsworth de Souza, em virtude de sentença judiciaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o credito especial de 20:269\$173, para effectuar o pagamento do que é devido, em virtude de sentença judiciaria, a D. Elvira Dodsworth de Souza.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

## DECRETO N. 3.466 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir os creditos especiaes de 81:821\$676, ouro, e 1.879:199\$099, papel, para occorrer ao pagamento de dividas de exercicios findos, de diversos ministerios

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir os creditos especiaes de 81:821\$676, ouro, e 1.879:199\$099, papel, para occorrer ao pagamento de dividas de exercicios findos, assim discriminadas pelos diversos ministerios:

	Ouro	Papel
Relações Exteriores.....	81:472\$222	
Agricultura, Industria e Comercio .....	349\$464	
Justiça e Negocios Interiores .....	—	247:329\$543
Relações Exteriores.....	—	194\$790
Marinha .....	—	105:752\$597
Guerra .....	—	612:623\$896
Viação e Obras Publicas..	—	80:078\$579
Agricultura, Industria e Comercio .....	—	74:314\$985
Fazenda .....	—	788:904\$709
	<hr/> 81:821\$676	<hr/> 1.879:199\$099

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*



## DECRETO N. 3.467 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 17:960\$, supplementar á verba 7ª — Tribunal de Contas — do orçamento do mesmo ministerio de 1917

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 17:960\$, supplementar á verba 7ª — Tribunal de Contas — do orçamento do mesmo ministerio, no exercicio de 1917, destinado ao pagamento de gratificações, para tomada de contas, fóra das horas do expediente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

## DECRETO N. 3.468 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 2.671:655\$166, supplementar á verba 20ª — Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo — na consignação « Porcentagens, diarias, passagens », do orçamento do mesmo ministerio

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 2.671:655\$166, supplementar á verba 20ª — Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo — na consignação « Porcentagens, diarias, passagens », do orçamento do mesmo ministerio; revoga-das as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

## DECRETO N. 3.469 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 1.281:025\$399, para occorrer ao pagamento devido a John Crashley, em virtude de sentença judiciaria, e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 1.281:025\$399, para occorrer ao pagamento devido a John Crashley, em virtude de sentença judiciaria.

Art. 2.º E' ainda o mesmo poder autorizado a abrir, pelo dito ministerio, o credito preciso para attender ao pagamento dos juros da móra acrescidos até á data da liquidação da vida.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

## DECRETO N. 3.470 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 11:237\$768, para pagamento de igual quantia ao capitão de corveta Hermann Carlos Palmeira, em virtude de sentença judiciaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, por intermedio do Ministerio da Fazenda, o credito especial de 11:237\$768, para pagamento de igual quantia ao capitão de corveta Hermann Carlos Palmeira, em virtude de sentença judiciaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

## DECRETO N. 3.471 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Concede um anno de licença, para tratamento de saude, a Antonio Marcellino Regueira Costa, collectôr federal em Torres, no Estado de Pernambuco

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, para tratamento de saude, a Antonio Marcellino Regueira Costa, collectôr federal em Torre, no Estado de Pernambuco.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

## DECRETO N. 3.472 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 23:998\$921, para occorrer ao pagamento devido a D. Elvira Accioly Pereira Franco Rebello, em virtude de sentença judicialia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 23:998\$921, para occorrer ao pagamento devido a D. Elvira Accioly Pereira Franco Rebello, em virtude de sentença judicialia.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

## DECRETO N. 3.473 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, por intermedio do Ministerio da Fazenda, o credito especial de 38:075\$558, para pagamentos aos herdeiros do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, conselheiro Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares, em virtude de sentença judicialia

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, por intermedio do Ministerio da Fazenda, o credito especial de

38:075\$553, para pagamento aos herdeiros do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, conselheiro Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares, em virtude de sentença judiciaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

DECRETO N. 3.474 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 20:797\$425, para occorrer ao pagamento devido a D. Julieta Emilia Borlido, em virtude de sentença judiciaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:  
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 20:797\$425, para occorrer ao pagamento devido a D. Julieta Emilia Borlido, em virtude de sentença judiciaria; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

DECRETO N. 3.475 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 117:523\$344, ouro, e 228:786\$493, papel, para o fim de ser restituída a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company a importancia de taxas do expediente pagas de 1912 a 1913

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:  
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 117:523\$344, ouro, e 228:786\$493, papel, para o fim de ser restituída a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company a importancia de taxas de expediente que indevidamente pagou nos exercicios de 1912 a 1913.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

## DECRETO N. 3.476 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 100:000\$, supplementar á verba 21<sup>a</sup> — Ajuda de custo — do orçamento do ministerio do corrente exercicio

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.<sup>o</sup> E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 100:000\$, supplementar á verba 21<sup>a</sup> — Ajuda de custo — do orçamento do mesmo ministerio no corrente exercicio.

Art. 2.<sup>o</sup> Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97<sup>o</sup> da Independencia e 30<sup>o</sup> da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

## DECRETO N. 3.477 — DE 9 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 2:057\$900, supplementar á verba 11<sup>a</sup> — Casa da Moeda — do orçamento da Fazenda, vigente em 1917, para pagar salarios ao operario Luiz da Silva Almeida

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 2:057\$900, supplementar á verba 11<sup>a</sup> — Casa da Moeda — do orçamento da Fazenda, vigente em 1917, destinado ao pagamento de salarios ao operario de 1<sup>a</sup> classe da officina de fundição daquelle estabelecimento Luiz da Silva Almeida, relativos ao mez de dezembro de 1916 e ao exercicio de 1917; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1918, 97<sup>o</sup> da Independencia e 30<sup>o</sup> da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

## DECRETO N. 3.478 — DE 10 DE JANEIRO DE 1918

Fixa o subsidio e a ajuda de custo dos Senadores e Deputados na legislatura de 1918 a 1920

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Na legislatura de 1918 a 1920, será de 100\$ o subsidio diario de cada Senador ou Deputado, durante as sessões, e de 1:000\$ a ajuda de custo; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

---

## DECRETO N. 3.479 — DE 10 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 8:400\$, ouro, para pagamento dos premios de viagem conferidos aos bachareis José Soriano de Souza Netto e Abelardo Moreira de Oliveira Lima

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 8:400\$, ouro, importancia de dous premios de 4:200\$, conferidos, pela Faculdade de Direito do Recife, aos bachareis José Soriano de Souza Netto, classificado primeiro alumno da turma de 1915, e Abelardo Moreira de Oliveira Lima, igualmente classificado primeiro alumno da turma de 1911.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

---

## DECRETO N. 3.480 — DE 10 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 3:099\$200, para os pagamentos a que tem direito o secretario da Presidencia da Camara dos Deputados e um continuo da Secretaria da mesma Camara

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 3:099\$200, sendo 1:040\$, para o pagamento a que tem direito, em virtude de deliberação da Camara dos Deputados, de 10 de agosto de 1917, o secretario da Presidencia da mesma casa do Congresso, Sr. Otto Prazeres, á razão de 80\$ mensaes, correspondentes ao periodo de 1 de dezembro de 1916 a 31 de dezembro de 1917; e 2:059\$200, para pagamento do gratificação adicional a um continuo da Secretaria da mesma Camara, sendo 792\$ a partir de 1 de agosto de 1914 a 1 de maio de 1915, á razão de 20 % sobre os respectivos vencimentos; 792\$, de 1 de maio a 31 de dezembro de 1915, á razão de 25 %, e 475\$200, nos exercicios de 1916 e 1917, de differença de 20 % para 25 % sobre a gratificação adicional, tudo de accôrdo com deliberação da Camara; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

## DECRETO N. 3.481 — DE 10 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 6:906\$, para pagamento de gratificações additionaes ao chefe do serviço tachygraphico, Antonio José Vaz, e ao tachygrapho de 1ª classe da Camara dos Deputados, Alcides Marques Pinto

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 6:906\$, sendo 4:788\$ para pagamento a Antonio José Vaz, da gratificação adicional de 30 % sobre seus vencimentos como chefe do serviço tachygraphico, no periodo de 1 de janeiro de 1912 a 31 de dezembro do mesmo anno, a que fez jús, nos termos do parecer n. 48, de dezembro de 1916, e 2:118\$ para pagamento a Alcides Marques Pinto, tachygrapho de 1ª classe da Camara dos Deputados, da diffe-

rença de 5 % sobre seus vencimentos, a contar de 19 de junho de 1914, por ter completado 15 annos de serviço, ficando, assim, elevada a 20 % a gratificação adicional a que tem direito, nos termos da deliberação desta casa que regula a materia.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

---

DECRETO N. 3.482 — DE 10 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 2:040\$, para pagamento de gratificação adicional a um official da Secretaria da Camara dos Deputados

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, um credito especial de 2:040\$, para pagamento de gratificação adicional de 15 % sobre os vencimentos a um official da Secretaria da Camara dos Deputados, no periodo decorrido de 3 de agosto de 1916 a 31 de dezembro de 1917; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

---

DECRETO N. 3.483 — DE 10 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1:200\$, para pagamento de gratificação adicional, relativa aos exercicios de 1916 e 1917, ao redactor dos « Annaes » da Secretaria da Camara dos Deputados

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 1:200\$, para occorrer ao pagamento de gratificação adicional de 25 % sobre a differença de vencimentos augmen-



tados de 7:200\$ para 9:600\$ annuaes, ao redactor dos *Annuaes* da Secretaria da Camara dos Deputados, nos exercicios de 1916 e 1917.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

---

#### DECRETO N. 3.484 -- DE 10 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o credito especial de 5:271\$, para pagamento de differença de gratificação additional não recebida pelo sub-director e pelo porteiro da Secretaria da Camara dos Deputados

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio do Interior, o credito especial de 5:271\$, em quanto importa a differença da gratificação additional de 25 % para 30 %, não recebida pelo sub-director o pelo porteiro da Secretaria da Camara dos Deputados.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

---

#### DECRETO N. 3.485 -- DE 12 DE JANEIRO DE 1918

Manda reintegrar Ricardo Barbosa no cargo de official de Fazenda da Armada

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a reintegrar Ricardo Barbosa no cargo de official de Fazenda da Armada, contando, para effeito tão sómente de aposentadoria, todo o tempo de serviço desde a data de sua demissão

até a de reintegração, sem direito, porém, a quaesquer vantagens pecuniarias ou vencimento algum atrasado; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Alexandrino Faria de Alencar.*

---

DECRETO N. 3.486 — DE 12 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 5:690\$871, para occorrer ao pagamento devido ao capitão de corveta Dr. Luiz de Franca Marques do Faria, em virtude de sentença judiciaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Poder Exeentivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 5:690\$871, para occorrer ao pagamento devido ao capitão de corveta Dr. Luiz de Franca Marques de Faria, em virtude de sentença judiciaria; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

DECRETO N. 3.487 — DE 12 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito especial de 8:400\$, ouro, para pagamento de premios de viagem ao bacharel Henrique Smith Bayma e ao Dr. João de Barros Barreto

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justica e Negocios Interiores, o credito especial de 8:400\$, ouro, que se destina ao pagamento dos premios de viagem ao bacharel Henrique Smith Bayma, primeiro alumno da turma de 1911 da Faculdade de Direito de São

Paulo, e ao Dr. João de Barros Barreto, primeiro alumno da turma de 1912 da Faculdade de Medicina do Rio, de Janeiro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

---

DECRETO N. 3.488 — DE 12 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza a abertura ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio do credito especial de 1:795\$955, para pagamento da gratificação adicional de 40 % sobre vencimentos do ex-auxiliar da Inspectoria Agricola do 2.º Districto Marcellino Piacentini, relativa ao anno de 1913

“O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, o credito de 1:795\$955, para pagamento de igual quantia ao ex-auxiliar da Inspectoria Agricola do 2.º Districto Marcellino Piacentini, correspondente á gratificação adicional de 40 % sobre seus vencimentos, relativa ao anno de 1913, a que o mesmo tem direito, em virtude do decreto n. 9.213, de 15 de dezembro de 1911, e respectivo regulamento.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*J. G. Pereira Lima.*

---

DECRETO N. 3.489 — DE 12 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Governo a fornecer, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, preparados e apparatus formicidas aos lavradores inscriptos e ás camaras municipaes pelo preço do custo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, a fornecer ás camaras municipaes e aos lavradores inscriptos nesse ministerio preparados e apparatus formicidas pelo preço do custo, mediante deposito das importancias dos pedidos nas collectorias federaes.

Art. 2.º As despesas dos transportes correrão por conta dos cofres da União.

Art. 3.º As primeiras aquisições de preparados e aparelhos formicidas correrão por conta das verbas destinadas á compra destes productos, no Ministerio da Agricultura, devendo, porém, ser feito o pagamento das aquisições posteriores com o producto das proprias vendas realizadas aos interessados.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*J. G. Pereira Lima.*

---

DECRETO N. 3.490 — DE 12 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 10:420\$057, para occorrer ao pagamento devido ao capitão de corveta Armando Ferreira, em virtude de sentença judiciaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 10.420\$057, para occorrer ao pagamento devido ao capitão de corveta Armando Ferreira, em virtude de sentença judiciaria; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

DECRETO N. 3.491 — DE 15 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 12:871\$120, que se destina ao pagamento de Deodato Pinto dos Santos, em virtude de sentença judiciaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de

12:871\$120, que se destina ao pagamento de Deodato Pinto dos Santos, em virtude de sentença judiciaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

#### DECRETO N. 3.492 — DE 19 DE JANEIRO DE 1918

Amnistia todos os individuos envolvidos nos successos de Manãos e Floriano Peixoto, Estado do Amazonas, e na região do Contestado, no Paraná e Santa Catharina

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que a presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1.º São amnistiados todos os individuos implicados ou processados como tal, nos successos de Manãos e Floriano Peixoto, Estado do Amazonas, em principio de 1917, sendo a referida amnistia ampla, tanto a civis como a militares, nos mesmos successos envolvidos.

Paragrapho unico. Igual amnistia é concedida a todos os implicados, civis e militares, nos movimentos sediciosos que, até á presente data, occorreram na região do Contestado, no Paraná e Santa Catharina.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 19 de janeiro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,

Vice-Presidente.

#### DECRETO N. 3.493 — DE 19 DE JANEIRO DE 1918

Determina que o auditor da Brigada Policial do Districto Federal concorrerá com os de Marinha e Guerra ás vagas que se derem no Supremo Tribunal Militar

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que a presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1.º O auditor da Brigada Policial do Districto Federal concorrerá com os auditores de Marinha e Guerra ás vagas que se derem no Supremo Tribunal Militar, ficando-lhe extensiva assim a parte do art. 2.º do decreto n. 149, de 18 de julho de 1893.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 19 de janeiro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,

Vice-Presidente.

## DECRETO N. 3.494 — DE 19 DE JANEIRO DE 1918

Estabelece nova denominação para os funcionarios civis dos estabelecimentos militares de ensino, fixando-lhes os vencimentos

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1.º Os escripturarios, amanuenses e auxiliares de escripta dos institutos militares de ensino passarão a ter, respectivamente, as denominações de primeiros, segundos e terceiros officiaes e os inspectores de alumnos e guardas as de inspectores de primeira classe e inspectores de segunda classe.

Art. 2.º Os vencimentos annuaes dos funcionarios civis dos estabelecimentos militares de ensino serão os da presente tabella, constituindo dous terços o ordenado e um terço a gratificação.

Coadjuvante civil do ensino theorico .. . . .	5:400\$000
Mestre de musica .. . . .	5:400\$000
Mestre de gymnastica .. . . .	5:400\$000
Primeiro official .. . . .	5:400\$000
Preparador-conservador .. . . .	5:400\$000
Bibliothecario .. . . .	5:400\$000
Porteiro .. . . .	4:200\$000
Segundo official .. . . .	4:200\$000
Inspector de 1ª classe .. . . .	3:600\$000
Terceiro official .. . . .	3:000\$000
Inspector de 2ª classe .. . . .	3:000\$000
Fiel .. . . .	3:000\$000
Roupeiro .. . . .	3:000\$000
Continuo .. . . .	2:400\$000
Feitor .. . . .	2:400\$000
Enfermeiro .. . . .	2:400\$000
Pratico de pharmacia .. . . .	2:400\$000

Art. 3.º Os serventes desses estabelecimentos perceberão a diaria de 4\$500.

Art. 4.º Fica supprimido o logar de roupeiro dos collegios militares, passando os serventuarios que exercem essa função a inspectores de 2ª classe, nas primeiras vagas que se derem.

Art. 5.º Os vencimentos dos enfermeiros e praticos de pharmacia e as diarias dos serventes serão pagos nos collegios militares pelas verbas dos mesmos.

Art. 6.º O logar de bibliothecario actualmente exercido por funcionarios civis será, na vaga destes, occupado por officiaes reformados subalternos com a gratificação de 100\$000.

Art. 7.º As vagas que se derem de terceiros officiaes serão preenchidas de ora avante por concurso, constando este das seguintes materias:

- a) portuguez;
- b) arithmetica até proporções, inclusive;
- c) redacção official;
- d) dactylographia.

Paragrapho unico. Em igualdade de condições, terão preferencia para o preenchimento dessas vagas os funcionarios de outras categorias dos institutos militares de ensino.

Art. 8.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os necessários créditos para a execução desta lei.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 19 de janeiro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,

Vice-Presidente.

---

#### DECRETO N. 3.495 — DE 19 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza a abertura do necessario credito para pagamento das differenças de vencimentos a que tem direito os auditores de guerra da Capital Federal

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial necessario ao pagamento das differenças de vencimentos a que tem direito os Drs. Joaquim de Moraes Jardim, João Paulo Barbosa Lima, Mario Tiburcio Gomes Carneiro e Eugenio de Sá Pereira, auditores de guerra da Capital Federal, de accordo com os arts. 20 e 21 da lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910, e art. 41, rubrica 3ª, da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 19 de janeiro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,

Vice-Presidente.

---

#### DECRETO N. 3.496 — DE 19 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza a restituição da importancia de 1:560\$, descontada a D. Clotilde da Silva Paranhos do Rio Branco, da dotação conferida a seu pae, o Barão do Rio Branco,

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que a presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1.º O Poder Executivo fica autorizado a restituir a D. Clotilde da Silva Paranhos do Rio Branco a importancia de 1:560\$, que lhe foi descontada da dotação conferida a seu pae, o Barão do Rio Branco, pela lei n. 754, de 30 de dezembro de 1910, abrindo para isso o necessario credito.

Art. 2.º A disposição do artigo anterior é extensiva ás outras filhas do Barão do Rio Branco, uma vez que o requeiram ao Thesouro.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 19 de janeiro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,

Vice-Presidente.

---

## DECRETO N. 3.497 — DE 24 DE JANEIRO DE 1918

Fixa o número, vencimentos e diarias dos empregados e operarios da Fabrica de Polvora, sem Fumaça

Antonio Francisco do Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1.º O numero e os vencimentos e diarias dos empregados e operarios da Fabrica de Polvora sem Fumaça são os das tabellas desta lei, ficando revogadas e por estas substituidas as tabellas C e D do decreto n. 8.215, de 15 de setembro de 1910.

Art. 2.º Ao preparador de laboratorio são applicaveis as disposições regulamentares referentes aos auxiliares de chimico, supprimidos pela lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914.

Art. 3.º A partir da data da promulgação da presente lei vigorarão as seguintes tabellas:

## TABELLA C

Categorias	Vencimentos	
	Mensaes	Annuaes
1 primeiro chimico civil (1).	1:000\$000	12:000\$000
1 segundo chimico militar...	200\$000	2:400\$000
3 segundos chimicos civis...	500\$000	18:000\$000
1 preparador de laboratorio..	250\$000	3:000\$000
1 encarregado geral de electricidade . . . . .	450\$000	5:400\$000
1 encarregado geral de machinas . . . . .	450\$000	5:400\$000
1 almoxarife . . . . .	400\$000	4:800\$000
1 escrivão . . . . .	450\$000	5:400\$000
1 apontador geral . . . . .	250\$000	3:000\$000
3 amanuenses de 1ª classe...	350\$000	12:600\$000
3 amanuenses de 2ª classe...	300\$000	10:800\$000
1 fiel almoxarife . . . . .	200\$000	2:400\$000
1 feitor das matias.....	250\$000	3:000\$000
1 guarda geral . . . . .	250\$000	3:000\$000
1 enfermeiro . . . . .	120\$000	1:440\$000
1 pratico de pharmacia.....	120\$000	1:440\$000
		<b>93:880\$000</b>

---

(1) O primeiro chimico, sendo militar, além de seus vencimentos militares, terá a gratificação de 500\$000 mensaes.



## TABELLA D

Categorias	Diarias	Vencimento annual
3 mestres de 1ª classe.....	372\$000	13:392\$000
10 mestres de 2ª classe.....	360\$000	43:200\$000
13		56:592\$000
Em um anno de 365 dias:		
7 operarios de 1ª classe.....	9\$000	22:995\$000
10 operarios de 2ª classe.....	8\$000	29:200\$000
23 operarios de 3ª classe.....	7\$000	58:755\$000
19 operarios de 4ª classe.....	6\$000	41:310\$000
14 operarios de 5ª classe.....	5\$000	25:550\$000
8 aprendizes de 1ª classe.....	2\$000	5:840\$000
22 aprendizes de 2ª classe.....	1\$500	12:045\$000
43 serventes de 1ª classe.....	3\$000	47:085\$000
23 serventes de 2ª classe.....	2\$500	20:987\$500
169		264:977\$500

Art. 4.º O Presidente da Republica fica autorizado a abrir o credito supplementar necessario á immediata execução da presente lei.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 24 de janeiro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO.

## DECRETO N. 3.498 — DE 24 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza a abertura do credito especial de 39:249\$561, para pagamento do que for devido ao Dr. Astolpho Margarido da Silva e outros pela Prefeitura do Alto Purús

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um credito especial na importancia de 39:249\$561, para o pagamento das importancias devidas ao Dr. Astolpho Margarido da Silva, José Laurentino Santiago, Manoel Luiz de Medeiros Filho, Raymundo Barbosa e Adelino Fernandes, pela Prefeitura do Alto Purús, apurando prévia e rigorosamente o direito de cada qual.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 24 de janeiro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO.

## DECRETO N. 3.499 — DE 24 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o Governo a despendar com a organização definitiva dos gabinetes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro até a quantia de cento e cinquenta contos de réis

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a despendar, com a organização definitiva dos gabinetes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, até a quantia de cento e cinquenta contos de réis; revogadas as disposições em contrario.

Senado Federal, 24 de janeiro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO.

## DECRETO N. 3.500 — DE 24 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza a abertura do credito de 148:657\$, para pagamento de salarios dos operarios, aprendizes e serventes addidos do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e Directoria do Armamento

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que a presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio dos Negocios da Fazenda, o credito de 148:657\$, supplementar á verba 36ª da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917, destinado ao pagamento dos operarios, aprendizes e serventes addidos do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e Directoria do Armamento, correspondente aos domingos e feriados no exercicio de 1917.

Art. 2.º Fica o Governo autorizado a elevar de \$500 para 1\$600 a actual diaria dos aprendizes do Arsenal de Marinha desta Capital, abrindo os necessarios creditos.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 24 de janeiro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO.

## DECRETO N. 3.501 — DE 24 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza a abertura dos creditos de 320:000\$, papel, e 160:000\$, ouro, para pagamento de direitos e impostos indevidamente arrecadados

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que a presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, os creditos de 320:000\$, papel, e 160:000\$, ouro, supplementares á verba 28ª da lei n. 3.232.

de 5 de janeiro de 1917, destinados ao pagamento de direitos e impostos indevidamente arrecadados; revogadas as disposições em contrario.

Senado Federal, 24 de janeiro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO.

---

DECRETO N. 3.502 — DE 24 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza a abertura do credito necessario ao pagamento do que fôr devido ao official da Armada Frederico Ferreira de Oliveira, em virtude de sentença judiciaria

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber, aos que a presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial da importancia que necessaria fôr para pagamento da somma a que tem direito o official da Armada Frederico Ferreira de Oliveira, correspondente á differença de soldo e ás vantagens inherentes ao posto de capitão de fragata, com os juros da lei e custas, nos termos da sentença do Poder Judiciario; revogadas as disposições em contrario.

Senado Federal, 24 de janeiro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,

Vice-Presidente.

---

DECRETO N. 3.503 — DE 29 DE JANEIRO DE 1918

Reverte em favor de Camilla Vieira Ramos a pensão concedida a sua mãe,  
Camilla Peixoto Vieira

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber, aos que a presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Artigo unico. Reverterá em favor de Camilla Vieira Ramos a pensão que, por decreto de 22 de setembro de 1869, fôra concedida a sua mãe, Camilla Peixoto Vieira; revogadas as disposições em contrario.

Senado Federal, 29 de janeiro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,

Vice-Presidente.

---

## DECRETO N. 3.504 — DE 29 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza o adiantamento de 10:000\$ a D. Virginia Fernandes Monteiro, viuva do contador da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional em Minas Geraes

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que a presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a adiantar, por emprestimo, a D. Virginia Fernandes Monteiro, viuva do contador da Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional em Minas Geraes, a quantia de 10:000\$, para a construcção de uma casa, observadas as garantias e condições de pagamento estipuladas no art. 35, n. XII, da lei numero 1.617, de 30 de dezembro de 1906.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 29 de janeiro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,  
Vice-Presidente.

## DECRETO N. 3.505 — DE 29 DE JANEIRO DE 1918

Autoriza a concessão de beneficios aos herdeiros dos officiaes da Armada e dos civis que pereceram nos naufragios do « Aquidaban » e do « Guarany » e nas revoltas de 23 de novembro e 10 de dezembro de 1910.

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado. Faço saber aos que a presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, a contar da data da concessão e de accôrdo com os trabalhos então vigentes, ás viuvas e filhos menores ou, na ausencia dos mesmos, aos paes invalidos, ou reconhecidamente pobres, dos officiaes inferiores da Armada que pereceram no naufragio do encouraçado *Aquidaban*, e dos officiaes, guardas-marinha, empregados civis e contractados, marinheiros, foguistas, taifeiros e assemelhados mortos no naufragio do rebocador *Guarany*, que o requererem, beneficios identicos aos que foram facultados pelo decreto n. 2.542, de 3 de janeiro de 1912 e em harmonia com os dispositivos do decreto n. 198 A, de 30 de dezembro de 1889, aos herdeiros dos officiaes victimados no desastre do encouraçado *Aquidaban* e nas revoltas de 23 de novembro e de 10 de dezembro de 1910, podendo, para esse fim, abrir os necessarios creditos.

Paragrapho unico. Os herdeiros dos empregados civis a que se refere este artigo perceberão pensão correspondente á metade dos vencimentos que os ditos empregados, respectivamente auferiam.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 29 de janeiro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,  
Vice-Presidente.

## DECRETO N. 3.506 — DE 29 DE JANEIRO DE 1918

Concede aos herdeiros do 1º tenente do Exército João Salustiano Lyra e do 2º tenente Eduardo de Abreu Botelho dous terços dos vencimentos totaes de capitão e de 1º tenente, respectivamente

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que a presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1.º Aos herdeiros do 1º tenente João Salustiano Lyra e do 2º tenente Eduardo de Abreu Botelho, ambos officiaes do Exército, fallecidos em desastre occorrido quando exploravam o rio Sepotuba, desde suas cabeceiras, o primeiro como ajudante e o segundo como auxiliar da Commisão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas, ficam concedidas as vantagens correspondentes a dous terços dos vencimentos totaes a que teriam direito na actividade e nos postos de capitão e de 1º tenente, respectivamente, pela actual tabella de vencimentos.

Art. 2.º As vantagens de que trata o art. 1º são concedidas sem prejuizo do montepio militar a que terão direito os mesmos herdeiros em virtude do fallecimento dos citados officiaes.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 29 de janeiro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,  
Vice-Presidente.

## DECRETO N. 3.507 — DE 3 DE JULHO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao 1º official da Administração dos Correios do Estado do Rio de Janeiro, João Alves de Souza Barreto Machado, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude, com ordenado

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. O Presidente da Republica fica autorizado a conceder ao 1º official da Administração dos Correios do Estado do Rio de Janeiro, João Alves de Souza Barreto Machado, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude, com o ordenado; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.  
*Augusto Tavares de Lyra.*

## DECRETO N. 3.508 — DE 10 DE JULHO DE 1918

Define o delicto da falsificação dos adubos chimicos e regula o seu commercio

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Fago saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Vender ou explorar a venda de adubos chimicos, illudindo ou tentando illudir o comprador, seja quanto á natureza, origem ou procedencia dos referidos productos, sua composição ou dosagem dos elementos uteis que contemham, seja pela designação de um nome que, conforme o uso, é dado a outras substancias fertilizantes.

Pena de multa de 15 a 30 % sobre o valor da quantidade vendida e de 50\$ a 100\$ pela exhibição fraudulenta; o dobro na reincidencia.

Art. 2.º O fabricante ou negociante deverá consignar no contracto ou conta de venda todas as indicações necessarias sobre a constituição dos adubos vendidos, sendo que a sua composição ou título em principios fertilizantes deve ser expressa pelos pesos de azoto, acido phosphorico e de potassa contidos em cem kilogrammas de mercadoria facturada, tal qual é vendida, com a indicação da natureza ou do estado de combinação desses corpos, segundo as prescripções do regulamento a que se refere o art. 4.º desta lei.

Aos infractores, pena de multa de 5 a 20 % sobre o valor da quantidade vendida; o dobro na reincidencia.

Art. 3.º As disposições dos artigos anteriores não se applicam áquelles que venderem, sob a sua denominação usual, materias estercoraes, residuos de matadouros ou de fabricas diversas, matna, vasa, conchas, calcareos communs, cinzas, fuligem proveniente de oleos e outros combustiveis.

Art. 4.º O Poder Executivo, no regulamento que expedir para a conveniente execução da presente lei, estatuirá o registo gratuito dos fabricantes e negociantes de adubos chimicos, presereverá os processos de analyse a seguir para a determinação das materias fertilizantes, bem como as regras para a fiscalização e defesa commercial dos referidos productos.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*J. G. Pereira Lima.*

## DECRETO N. 3.509 — DE 17 DE JULHO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 9:669\$515, para pagamento de gratificações addicionaes a varios professores da Escola Nacional de Bellas Artes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 9:669\$515, destinado ao pagamento das gratificações addicionaes a que teem direito os professores da Escola Nacional de Bellas Artes Gastão Bahiana, Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, Dr. Ernesto da Cunha de Araujo Vianna, Adolpho Morales de los Rios, Drs. José Pereira da Graça Couto, Carlos Cianconi, João Ludovico Maria Berna, José Medeiros de Albuquerque, Dr. Cincinato Americo Lopes, Modesto Brocos e João Baptista da Costa.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

---

## DECRETO N. 3.510 — DE 31 DE JULHO DE 1918

Permitte nas repartições competentes o registro dos contractos escriptos a machina ou impressos, assignados por quem esteja na disposição e livre administração de seus bens, com duas testemunhas e firmas reconhecidas, sendo rubricadas as respectivas folhas pelos interessados

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' permittido nas repartições competentes o registro dos contractos escriptos a machina ou impressos, assignados por quem esteja na disposição e livre administração de seus bens, com duas testemunhas e firmas reconhecidas, sendo rubricadas as respectivas folhas pelos interessados.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

---

DECRETO N. 3.511 — Não foi publicado.

---

DECRETO N. 3.512 — DE 16 DE AGOSTO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 6:000\$, para pagamento ao pessoal de conservação do extinto Lazareto de Tamandaré, de vencimentos relativos ao exercicio de 1915

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 6:000\$, que se destina ao pessoal de conservação do extinto Lazareto de Tamandaré, importancia de vencimentos não pagos no exercicio de 1915, por falta de verba na respectiva lei orçamentaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

DECRETO N. 3.513 — DE 16 DE AGOSTO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 14:896\$774, para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Alice Gondim Cockrane e sua filha menor Vera, em virtude de sentença judiciaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 14:896\$774, destinado ao pagamento a que tem direito dona Alice Gondim Cockrane e sua filha menor Vera, em virtude de sentença judiciaria, e referente ás differenças de pensões de montepio que deixaram de receber, desde 17 de outubro de 1910 até 31 de dezembro de 1916; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---



## DECRETO N. 3.544 — DE 16 DE AGOSTO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao agente fiscal dos impostos de consumo na capital do Estado de Santa Catharina, Americo Gonçalves de Aguiar, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude e com a gratificação de lei

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Americo Gonçalves de Aguiar, agente fiscal do imposto de consumo na capital do Estado de Santa Catharina, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude, e com gratificação, na fórma da lei; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

## DECRETO N. 3.545 — DE 16 DE AGOSTO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude, ao collecter federal em Pão d'Alho, Estado de Pernambuco, José Antonio Cesar de Vasconcellos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude, a José Antonio Cesar de Vasconcellos, collecter federal em Pão d'Alho, no Estado de Pernambuco.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

## DECRETO N. 3.516 — DE 16 DE AGOSTO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 14:195\$, para occorrer, ás despesas com o empilhamento e guarda de trilhos e ferro velho, pertencentes á União

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 14:195\$, para attender ás despesas com o empilhamento e guarda de 2.900 toneladas de trilhos e 200 de ferro velho, que pertencem á União e se acham em Periperi e Calçada, estações da via ferrea da Bahia a S. Francisco.

Art. 2.º O Governo providenciará sobre a venda opportuna do alludido material, caso não tenha necessidade de utilisal-o no serviço daquello ou de qualquer outro ministerio.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares, de Lyra.*

## DECRETO N. 3.517 — DE 16 DE AGOSTO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 18:394\$751, para pagamento de vencimentos a funcionarios que serviram na extincta comissão de estudos da Estrada de Ferro de Coroadá a Tocantins

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito extraordinario de 18:394\$751, afim de serem pagos os vencimentos do engenheiro Getulio Lins da Nobrega, Pedro Alexandrino de Araujo, Francisco Nobrega e Jayme Guimarães,

membros da extincta commissão de estudos da via ferrea de Coroaá a Tocantins.

Paragrapho unico. O mesmo credito ficará reduzido á quantia exactamente necessaria, caso exista saldo na verba de 80:000\$, consignada pelo decreto n. 11.402, de 30 de dezembro de 1914, á liquidação das commissões de estudo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

---

DECRETO N. 3.518 — DE 21 DE AGOSTO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas os creditos especiaes de 260:000\$, ouro, e 1:200\$, papel, para occorrer a despezas provenientes de serviços postaes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, os creditos especiaes de 260:000\$, ouro, para attender, nos termos do artigo 3º da lei n. 3.271, de 28 de setembro de 1888, revogado pelo art. 5º, da lei n. 2.842, de 3 de janeiro de 1914, á solução dos compromissos indicados e de outros de menor quantia que ainda possam ser verificados, com relação aos serviços providos pela sub-consignação «Transito territorial e maritimo», de conformidade com o art. XXXVII do regulamento da Convenção Postal Universal a que se referem os decretos n. 1.720, de 16 de setembro de 1907 e n. 3.896, de 19 de março de 1908; e de 1:200\$, papel, para gratificação de 50\$ mensaes a cada um dos tres carteiros que servem na agencia da Camara dos Deputados, de 1 de maio a dezembro de 1917.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

---

## DECRETO N. 3.519 — DE 21 DE AGOSTO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao operario ajudante das officinas da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Cordeiro Coelho, para tratamento de saude, um anno de licença, em prorrogação, com metade da diaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao operario ajudante das officinas da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, João Cordeiro Coelho, para tratamento de saude, um anno de licença, em prorrogação, com metade da diaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

---

## DECRETO N. 3.520 — DE 21 DE AGOSTO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Custodio José da Cunha, praticante de machinista do 1º deposito da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis mezes de licença, com metade da diaria, para tratamento de saude

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Custodio José da Cunha, praticante de machinista do 1º deposito da 4ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil, seis mezes de licença, com metade da diaria, para tratamento de saude; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. COMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

---

## DECRETO N. 3.521 — DE 21 DE AGOSTO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao guarda-chaves de 2ª classe da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil Joaquim Dias um anno de licença, com dous terços da diaria, para tratamento de saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao guarda-chaves de 2ª classe da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil Joaquim Dias um anno de licença, com dous terços da diaria, para tratamento de saude; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

## DECRETO N. 3.522 — DE 28 DE AGOSTO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao porteiro, addido, da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria, Fidelis dos Santos Amaral, para tratamento de saude, um anno de licença, em prorrogação e com metade do ordenado

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço sabêr que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao porteiro, addido, da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria, Fidelis dos Santos Amaral, para tratamento de saude, um anno de licença, em prorrogação, e com metade do ordenado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*J. G. Pereira Lima.*

## DECRETO N. 3.523 — DE 28 DE AGOSTO DE 1918

Considera de utilidade publica a Associação Commercial do Ceará e a Phenix Caixeiral de Fortaleza

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Ficam consideradas de utilidade publica a Associação Commercial do Ceará e a Phenix Caixeiral de Fortaleza; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

## DECRETO N. 3.524 — DE 28 DE AGOSTO DE 1918

Considera de utilidade publica a Associação Commercial do Estado da Parahyba

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' considerada de utilidade publica a Associação Commercial do Estado da Parahyba.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

## DECRETO N. 3.525 — DE 28 DE AGOSTO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 2:543\$316, para pagamento de gratificação addicional aos tachygraphos da Camara dos Deputados Lincoln Godinho e José Joaquim da Rocha Junior

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, um

credito especial de 2:543\$316, sendo 1:593\$316 para pagamento a Lincoln Godinho, tachygrapho de 1ª classe da Camara dos Deputados, correspondente a 5 % de augmento da gratificação adicional a que fez jús, a contar de 4 de maio de 1915 a 31 de dezembro de 1917, por ter completado 15 annos de serviço, e 950\$ a José Joaquim da Rocha Junior, tambem tachygrapho de 1ª classe, por igual motivo e á mesma razão de 5 %, a contar de 1 de junho de 1916 a 31 de dezembro de 1917; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

---

DECRETO N. 3.526 — DE 28 DE AGOSTO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 7:731\$930, para pagamento de gratificações additionaes a professores da Escola Nacional de Bellas Artes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 7:731\$930, para occorrer ao pagamento de gratificação adicional a que teem direito os professores da Escola Nacional de Bellas Artes no periodo de 16 de outubro de 1915 a 31 de dezembro de 1916, de accôrdo com o art. 33 do regulamento a que se refere o decreto n. 11.749, de 13 de outubro de 1915.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

---

## DECRETO N. 3.527 — DE 28 DE AGOSTO DE 1918

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem concedido á bacharel Catharina Moura, alumna da Faculdade de Direito do Recife.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 4:200\$, ouro, que se destina ao pagamento do premio de viagem a que tem direito D. Catharina Moura, bacharel em sciencias juridicas e sociaes, por haver sido classificada em primeiro logar, na turma de 1912, pela congregação da Faculdade de Direito do Recife.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

---

## DECRETO N. 3.528 — DE 28 DE AGOSTO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Orlando Fernandes da Silva, praticante de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Orlando Fernandes da Silva, praticante de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de saude; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

---



## DECRETO N. 3.529 — DE 28 DE AGOSTO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao trabalhador de 2ª classe da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil José Marques seis mezes de licença, em prorrogação e com dous terços da diaria, para tratamento de saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao trabalhador de 2ª classe da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil José Marques seis mezes de licença, em prorrogação e com dous terços da diaria, para tratamento de saude.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1918, 97ª da Independencia e 30ª da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

---

## DECRETO N. 3.530 — DE 28 DE AGOSTO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Carlos Gaertner Filho, 2º official da Administração dos Correios do Estado do Rio Grande do Sul, um anno de licença, em prorrogação e com o ordenado, para tratamento de saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Carlos Gaertner Filho, 2º official da Administração dos Correios do Estado do Rio Grande do Sul, um anno de licença, em prorrogação e com o ordenado, para tratamento de saude; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1918, 97ª da Independencia e 30ª da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

---

## DECRETO N. 3.531 — DE 28 DE AGOSTO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios José Freire Telles, para tratamento de saude, um anno de licença, em prorrogação e com metade do ordenado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao praticante de 1ª classe da Directoria Geral dos Correios José Freire Telles, para tratamento de saude, um anno de licença, em prorrogação e com metade do ordenado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1918, 97ª da Independencia e 30ª da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

## DECRETO N. 3.532 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1918

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até ao dia 3 de outubro do corrente anno

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolve prorogar a actual sessão legislativa até ao dia 3 de outubro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1918, 97ª da Independencia e 30ª da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

## DECRETO N. 3.533 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo, emquanto durar o estado de guerra, a usar da propriedade particular immovel; a desapropriar toda a sorte de bens; a requisitar qualquer quantidade de generos de primeira necessidade, e a tomar outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado, emquanto durar o estado de guerra, a usar da propriedade particular im-

movel, até onde o bem publico o exija (art. 591 do Código Civil), a desapropriar toda a sorte de bens e a requisitar qualquer quantidade de generos, que, na forma dos regulamentos expedidos para a execução desta lei, forem considerados de primeira necessidade.

Paragrapho unico. Independente de quaesquer formalidades de direito commum, o Poder Executivo poderá tomar posse do uso quanto baste, ou mesmo do dominio ou propriedade, quando seja necessario para emprego do bem publico, mediante pagamento, ao proprietario, do preço fixado pelo proprio Poder Executivo, ou, no caso de desaccôrdo quanto ao preço, mediante deposito deste, reservados neste ultimo caso os direitos para se deduzirem opportunamente.

Art. 2.º Durante o mesmo prazo, poderá o Governo, para os fins do artigo anterior:

1º, suspender a importação, ou exportação de mercadorias; regular o emprego e a distribuição dos generos de consumo e das materias primas, bem como sujeitar a um regimen especial de licenças o commercio das mercadorias, que forem discriminadas, para tal fim, nos regulamentos;

2º, fixar os fretes marítimos ou terrestres, assim como os preços maximos de vendas dos generos alimenticios ou das mercadorias, que, a juizo do mesmo Governo, forem julgadas de primeira necessidade;

3º, assumir a administração de toda ou parte de qualquer empresa ou meio de transporte terrestre, marítimo ou fluvial;

4º, requisitar de qualquer companhia, estrada de ferro ou de qualquer empresa de transporte todas ou parte de suas linhas, material rodante ou de outra natureza, para utilizar-os directamente ou por intermedio de outras empresas;

5º, determinar a intensificação ou alterações do trafego, que lhe parecer necessario, bem como determinar a rota, escalas e a distribuição de praças de todos os navios ou barcos nacionaes, tendo preferencia para o embarque os productos de armazenagem mais antiga, ou os pedidos segundo a ordem em que tenham sido feitos, — salvo determinação em contrario por motivos superiores, a juizo do Poder Executivo;

6º, suspender o trafego de quaesquer mercadorias e praticar quaesquer actos tendentes a normalizar a circulação e distribuição dos productos.

Art. 3.º As providencias determinadas nesta lei e todas quantas forem necessarias para a sua boa execução ficam a cargo do Commissariado da Alimentação Publica, creado por decreto do Poder Executivo n. 13.069, de 12 de junho de 1918, ou dos órgãos actuaes da administração que o Governo julgar conveniente, podendo o Presidente da Republica abrir os necessarios creditos.

Paragrapho unico. Fóra do Districto Federal, essas providencias serão executadas por funcionarios administrativos federaes do quadro actual, que para tal fim forem commissiionados pelo Poder Executivo, com os mesmos vencimentos dos respectivos cargos, podendo, todavia, ser confiada a respectiva execução, ou parte desta, aos Governos dos Estados, mediante annuencia destes.

Art. 4.º Todas as autoridades, ou funcionarios federaes, estaduaes, ou municipaes, sociedades commerciaes, ou civis, companhias, emprezas, associações, firmas, ou pessoas particulares ficam sob as penas do artigo seguinte, além das outras em que possam incorrer por infracção da lei criminal relativa ás especulações commerciaes prohibidas em tempo de guerra, obrigados a prestar ao Commissariado as informações que lhes forem solicitadas para a fiel execução das medidas decretadas pelo Poder Executivo, com o caracter de necessarias á defesa e segurança da Republica, e tendentes ao proseguimento da guerra, aprovisionamento dos nossos allia-dos, ou regularização do supprimento geral dos artigos de primeira necessidade, de modo a impedir a especulação para a alta artificial dos preços.

Art. 5.º Nos regulamentos que forem expedidos para mais completa efficiencia da acção do Commissariado, poderá o Governo impôr aos infractores as penas de multa de 200\$ até 50:000\$, de prisão de um mez a um anno e de suspensão do cargo por igual tempo, si os agentes infractores forem funcionarios publicos.

Art. 6.º Resguardados os direitos de terceiros, é o Poder Executivo autorizado a estabelecer zonas francas, ou conceder a particulares o seu estabelecimento separadamente ou em globo, nos portos em que julgar conveniente.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRÁZ P. GOMES.

*J. G. Pereira Lima.*

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

*Nilo Peçanha.*

*José Caetano de Faria.*

*Alexandrino Faria de Alencar.*

*A. Tavares de Lyra.*

---

DECRETO N. 3.534 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1918

Autoriza o Governo a conceder a Genesio de Moura Pegado, secretario da Inspectoria de Saude do Porto de Belém, no Estado do Pará, um anno de licença, em prorrogação, para tratamento de saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Genesio de Moura Pegado, secretario da Inspe-

etoria de Saude do Porto de Belém, no Estado do Pará, um anno de licença, em prorrogação, e com o respectivo ordenado, para tratamento de saude; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

---

#### DECRETO N. 3.534 A—DE 6 DE SETEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 720\$, para pagamento de gratificação adicional a um servente da secretaria da Camara dos Deputados

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 720\$, para pagamento de gratificação adicional de 15 % a que tem direito o servente da Secretaria da Camara dos Deputados Manoel de Siqueira, a partir de 1 de janeiro de 1916 a 31 de dezembro de 1917, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

---

#### DECRETO N. 3.535 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder a D. Maria Ignacia dos Reis, ajudante da agencia dos Correios de Todos os Santos, nesta Capital, seis meses de licença e em prorrogação, com o ordenado, para tratamento de saude

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a D. Maria Ignacia dos Reis, ajudante da agencia

dos Correios de Todos os Santos, nesta Capital, seis mezes de licença, em prorrogação, com o ordenado, para tratamento de saúde; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

---

DECRETO N. 3.536 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao praticante de conductor de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil Hernani Marcondes de Sá, um anno de licença, em prorrogação, com metade do ordenado, para tratamento de saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:  
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. O Presidente da Republica fica autorizado a conceder ao praticante de conductor de trem da Estrada de Ferro Central do Brasil Hernani Marcondes de Sá um anno de licença, em prorrogação, com metade do ordenado, para tratamento de saúde; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

---

DECRETO N. 3.537 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viagão e Obras Publicas o credito de 55:072\$158, para liquidação de compromissos referentes á construcção e conservação da Estrada de Ferro de Cruz Alta ao Ijuhy, durante o anno de 1915

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:  
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viagão e Obras Publicas, o credito de 55:072\$158, destinado á liquidação de compromissos referentes á construcção e á conservação da Estrada de Ferro de Cruz Alta ao Ijuhy, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o anno de 1915; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

---

## DECRETO N. 3.538 --- DE 8 DE SETEMBRO DE 1918

Autoriza o Governo a abrir, pelo Ministerio das Relações Exteriores, um credito especial para attender ás despesas com a viagem do ex-ministro da Alemanha até a fronteira do Uruguay.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir um credito especial de 40:455\$140, para occorrer, pelo Ministerio das Relações Exteriores, ao pagamento das despesas feitas com a viagem do ex-ministro da Alemanha, Adolpho Paoli, e de sua comitiva até a fronteira com o Uruguay.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRÁZ P. GOMES.

*Nilo Peçanha.*

## DECRETO N. 3.539 -- Não foi publicado.

## DECRETO N. 3.540 --- DE 25 DE SETEMBRO DE 1918

Reconhece como associação de utilidade publica o Instituto Hahnemanniano do Brasil

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Instituto Hahnemanniano do Brasil reconhecido como associação de utilidade publica.

Art. 2.º Além dos medicos formados pelas escolas officiaes ou equiparadas, a clinica homoeopathica será exercida pelos profissionais habilitados pelo Instituto Hahnemanniano.

Art. 3.º Nenhuma pharmacia homoeopathica poderá funcionar sem a direcção tecnica de pharmaceutico habilitado pelo Instituto Hahnemanniano, ou pelas escolas officiaes ou equiparadas.

Art. 4.º O Instituto Hahnemanniano fica sujeito ao regimen estatuido pela reforma do ensino vigente.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRÁZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

## DECRETO N. 3.541 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1918

Publica a resolução do Congresso Nacional approvando os decretos do Poder Executivo que prorogaram o estado de sítio em 1917 e 1918

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta a seguinte resolução:

Art. 1.º Ficam approvados os decretos do Poder Executivo ns. 12.787, de 31 de dezembro de 1917, e 12.902, de 6 de março de 1918; o primeiro, que prorogou até 26 de fevereiro do corrente anno o estado de sítio declarado, em virtude de resolução legislativa, pelo decreto executivo n. 12.716, de 17 de novembro de 1917, para o Districto Federal e Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul; o segundo, que declarou em estado de sítio o mencionado Districto e referidos Estados, de 6 de março a 31 de dezembro do corrente anno.

Art. 2.º São approvados os actos e medidas de excepção praticadas pelo Poder Executivo no decurso do estado de sítio, a contar do decreto n. 12.716, de 17 de novembro de 1917, até á data de 6 de junho de 1918, que é a da mensagem presidencial referente ao mesmo estado de sítio.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAO BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

## DECRETO N. 3.542 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1918

Dispõe que os escriptores do alistamento eleitoral nenhuma retribuição tenham por título que entregarem ao eleitor, e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Os escriptores do alistamento eleitoral nada receberão por título que entregarem ao eleitor nem mesmo no caso de nova via, de que trata o art. 28 da lei n. 3.139, de 2 de agosto de 1916.

Art. 2.º As carteiras de identificação que os eleitores juntarem para instrucção dos seus requerimentos de alistamento, deverão ser restituídas a esses eleitores, por occasião do recebimento do título eleitoral.



Art. 3.º O prazo para preenchimento de vaga que se abrir, na Camara ou no Senado, quando o Congresso já estiver funcionando em prorrogação de sessão, poderá ser ampliado até o dia fixado pelo art. 1.º da lei n. 3.208, de 27 de dezembro de 1916.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1918, 97.º da Independência e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

---

DECRETO N. 3.543 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a permitir á Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul a transferencia dos seus contractos, relativos á barra e porto do Rio Grande, ao governo do mesmo Estado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Fago saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º O Poder Executivo permittirá á Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul a transferencia ao governo do Estado do Rio Grande do Sul dos seus contractos relativos á barra do Rio Grande e porto do mesmo nome, na conformidade do que fór ou houver sido convencionado entre o Presidente do Estado e os representantes da Compagnie, observadas as seguintes condições:

a) o Poder Executivo entregará ao do Estado do Rio Grande do Sul o producto das taxas de 2 % e de 0,7 %, ouro, cobradas de accordo com as leis vigentes, o qual será exclusivamente destinado a occorrer ás despesas da conclusão e conservação das obras da barra, sendo estas taxas reduzidas ao minimo indispensavel ás despesas com a conservação das obras da barra, logo que o Estado do Rio Grande do Sul, em primeiro logar e a União, em seguida, tiverem sido indemnizados das despesas effectuadas com a sua conclusão;

b) o Poder Executivo pagará á Compagnie, em titulos ouro, emitidos ao par, ao juro maximo de 6 %, ou em dinheiro, na hypothese de se tornar effectiva a transferencia dos contractos, a importancia das despesas realmente feitas com as obras da barra, descontados os pagamentos já realizados;

c) o governo do Estado do Rio Grande do Sul renunciará á garantia de juros de que goza o porto do Rio Grande, desde a assignatura do contracto da transferencia;

d) subsistirão em favor da União os direitos que lhe cabem pelos seus contractos com a companhia.

Art. 2.º Fica o Governo autorizado a abrir os creditos necessarios á execução da presente lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

---

DECRETO N. 3.544 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1918

Publica a Resolução do Congresso Nacional que proroga, novamente, a actual sessão legislativa até ao dia 3 de novembro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1.º do art. 17 da Constituição Federal, resolve prorogar, novamente, a actual sessão legislativa até ao dia 3 de novembro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

---

DECRETO N. 3.545 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir o credito de 10:000\$000, para a modificação da inscripção das moedas divisionarias de prata e nickel e cunhagem de novas moedas de nickel de 50 a 20 réis

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir o credito de 10:000\$, papel, para:

a) modificar a inscripção das moedas divisionarias de prata e nickel, conservando o peso e a composição das actuaes;

b) cunhar moedas de nickel de 50 a 20 réis, com os pesos respectivamente de tres e duas grammas e os modelos de 17 e 15,5 millímetros.

Paragrapho unico. O Presidente da Republica fica autorizado a recolher as moedas de nickel cunhadas sob regimem dos decretos ns. 1.817, de 3 de setembro de 1870, e 4.822, de 18 de novembro de 1871, e bem assim as moedas de bronze de 40, 20 e 10 réis, fixando um prazo para sua circulação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

#### DECRETO N. 3.546 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1918

Autoriza a elevar a emissão de que trata o decreto n. 12.563, de 10 de abril de 1918, até cinco vezes o valor do fundo metalfico, ao cambio de 27 d. por 1\$, e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e em sancção a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado:

1º, a elevar a emissão de que trata o decreto n. 12.963, de 10 de abril de 1918, até cinco vezes o valor do fundo metalfico nelle referido, ao cambio de 27 d. por 1\$000;

2º, a emittir, na mesma proporção, sobre o ouro existente no Thesouro ou que for por elle adquirido;

3º, a emittir, ainda na mesma proporção, sobre o ouro depositado no estrangeiro, em conta do Thesouro.

§ 1.º O ouro a que se referem os ns. 1º e 2º será levado á conta do fundo de garantia e depositado na Caixa de Amortização sob a guarda e sob a responsabilidade pessoal dos respectivos inspector e thesoureiro, que não lhe poderão dar sabida, sem lei expressa que a autorize, sob as penas prescriptas no art. 4º do decreto n. 6.267, de 13 de dezembro de 1906.

§ 2.º As notas emittidas no caso do n. 3º serão incineradas sempre que forem feitos saques contra os fundos a que se referem.

§ 3.º Sem prejuizo das autorizações constantes de leis vigentes, o Governo applicará, das emissões autorizadas por esta lei, as sommas que lhe parecerem necessarias á defesa da produção agricola e extractiva, de accordo com os planos e instruções que organizar, destinando-se a quantia de 50.000:000\$ para regularizar e valorizar o mercado da bor-

racha nos Estados do Pará, Amazonas e Matto Grosso, ou intervir na compra e venda desse producto, por intermedio do Banco do Brasil ou de outros institutos de credito, a juizo do Governo, mediante as instrucções que por este forem decretadas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada,*

---

DECRETO N. 3.547 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a auxiliar com a importancia de 50:000\$ a Segunda Conferencia da Sociedade Sul-Americana de Hygiene, Microbiologia e Pathologia e o Primeiro Congresso de Dermatologia e Syphiligraphia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a auxiliar com a importancia de 50:000\$ a Segunda Conferencia da Sociedade Sul-Americana de Hygiene, Microbiologia e Pathologia e o Primeiro Congresso de Dermatologia e Syphiligraphia, a realizar-se, no Rio de Janeiro, conjuntamente com o VIII Congresso Brasileiro de Medicina, a 13 de outubro do corrente anno; aberto o credito necessario e revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos,*

---

DECRETO N. 3.548 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Vição e Obras Publicas, o credito de 2.000:000\$, para a construcção do edificio dos Correios na cidade de São Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Vição e Obras Publicas, credito até a importancia de dous mil contos de réis (2.000:000\$), destinados ao paga-

mento de todas e quaesquer despesas, inclusive as de desapropriações, que hajam de ser feitas para a construção do edificio da Administração dos Correios na cidade de São Paulo, podendo, para esse fim, realizar operações de credito que forem necessarias.

Paragraphe unico. A parte das despesas referentes á construção do edificio propriamente dita poderá ser paga em títulos de divida publica interna, emitidas ao par.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1918, 97.º da Independencia e 36.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

---

DECRETO N. 3.549 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a reconhecer de utilidade publica as Sociedades de Agricultura da cidade do Rio de Janeiro e dos Estados de S. Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Pernambuco

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. São reconhecidas instituições de utilidade publica a Sociedade Nacional de Agricultura, com sede no Rio de Janeiro, a Federação das Associações Rurales do Rio Grande do Sul, a Sociedade Paulista de Agricultura, a Sociedade Mineira de Agricultura e a Sociedade Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1918, 97.º da Independencia e 36.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*J. G. Pereira Lima.*

---

DECRETO N. 3.550 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a reorganizar, sem augmento de despesas, a Directoria do Serviço de Povoamento dando-lhe a denominação de Departamento Nacional do Trabalho.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica autorizado o Presidente da Republica a reorganizar a Directoria do Serviço de Povoamento, dando-lhe a denominação de Departamento Nacional do Trabalho, despendendo até o maximo de 508:920\$000.

Art. 2.º Os fins desse órgão administrativo serão:

a) preparar e dar execução regulamentar ás medidas referentes ao trabalho em geral;

b) dirigir e proteger as correntes emigratorias que procurarem o paiz e amparar as que se formarem dentro do mesmo;

c) superintender a colonização nacional e estrangeira;

d) executar todas as medidas attinentes ao serviço das terras devolutas do Acre, a que se referem os decretos n.ºs 10.105 e 10.320, de 5 de março e 7 de julho de 1915, exercendo, para isso, as attribuições que deveriam ser conferidas á Directoria de Terras Publicas, conforme o disposto no primeiro dos alludidos decretos;

e) regulamentar e inspecionar o Patronato Agrícola.

Art. 3.º Para execução dessa lei, constará o Departamento Nacional do Trabalho de tres divisões, que comprehendirão:

1.ª divisão — Legislação, Inspeção e Estatística do Trabalho;

2.ª divisão — Serviços technicos em geral, Colonização e Terras Publicas;

3.ª divisão — Imigração, Emigração, Repatriação, Patronato Agrícola, Expediente e Contabilidade.

Art. 4.º Cada uma dessas divisões, compor-se-ha de duas secções.

Art. 5.º Os mistéres de cada secção ficarão assim distribuidos;

§ 1.º A primeira secção da primeira divisão competirá:

O estudo e preparo da regulamentação da legislação operaria em geral; a organização de uma bibliotheca especial e de um museu contendo os trabalhos mais modernos sobre as questões sociaes, que serão franqueados ao publico; a organização de trabalhos comparados das diversas legislações.

§ 2.º A' segunda secção da primeira divisão competirá:

A organização de instrucções e regulamentos referentes á inspecção do trabalho; coordenação de dados estatísticos precisos para organização definitiva da estatística do trabalho.

§ 3.º A' primeira secção da segunda divisão competirá:

A organização de todos os trabalhos technicos, quer quanto á colonização, quer quanto á imigração, quer quanto ao serviço de terras.

§ 4.º A' segunda secção da segunda divisão competirá:

O trabalho de colonização official e particular, bem como a superintendencia das terras devolutas da União.

§ 5.º A' primeira secção da terceira divisão competirá:

Tratar de todos os encargos relativos ao Patronato Agrícola, Imigração, Emigração e Repatriação.

§ 6.º A' segunda secção da terceira divisão competirá:

O expediente e a contabilidade do Departamento Nacional do Trabalho e de todos os serviços que lhe forem correlativos.

Art. 6.º Em virtude dessa reforma ficam supprimidas a Intendencia de Immigração no Porto do Rio de Janeiro, que passará a constituir a primeira secção da terceira divisão, e a Directoria da Hospedaria de Immigrantes da Ilha das Flores, cuja administração será exercida pelo chefe da terceira divisão auxiliado por um 1.º official designado pelo director do Departamento.

Art. 7.º Aos actuaes chefes de secção da Directoria do Serviço de Povoamento serão conferidas as funções respectivas de chefes de divisão.

Art. 8.º O pessoal do Departamento Nacional do Trabalho será o seguinte:

- 1 director;
- 3 chefes de divisão;
- 6 chefes de secção;
- 1 engenheiro;
- 1 ajudante engenheiro;
- 2 desenhistas;
- 2 inspectores no Districto Federal;
- 1 patrono;
- 6 primeiros officiaes;
- 2 traductores;
- 1 interprete;
- 2 interpretes auxiliares;
- 10 segundos officiaes;
- 16 terceiros officiaes;
- 3 dactylographos;
- 1 archivista-bibliothecario;
- 1 ajudante de archivista;
- 2 embarcadores de colonos;
- 1 porteiro;
- 3 continuos;
- 1 correio;
- 3 serventes.

Art. 9.º Além desse pessoal, terá o Departamento Nacional do Trabalho o pessoal que o Poder Executivo julgar necessario, tendo em vista as necessidades do serviço, na Hospedaria de Immigrantes da Ilha das Flores, nas inspectorias e nos nucleos coloniaes nos Estados.

Art. 10. Para o preenchimento dos cargos serão aproveitados os actuaes funcionarios effectivos da Directoria e do Serviço de Povoamento. Os claros abertos em virtude da presente lei serão preenchidos primeiramente com os addidos do Serviço de Povoamento, e, si esses não forem sufficientes, com os addidos do Ministerio da Agricultura e de outros ministerios, uma vez verificada a equivalencia de cargos e de vencimentos, bem como a competencia tecnica dos funcionarios.

Art. 11. As nomeações do pessoal do Departamento Nacional do Trabalho obedecerão aos seguintes principios:

a) serão nomeados: pelo Presidente da Republica, os funcionarios cujos vencimentos annuaes forem superiores a 7:200\$; por portaria do ministro, os de vencimentos acima de 2:400\$; pelo director do Departamento Nacional do Trabalho, os de vencimentos iguaes ou inferiores a 2:400\$000.

b) o decreto de nomeação de director do Departamento Nacional de Trabalho, será referendado não só pelo ministro da Agricultura, Industria e Commercio, mas, tambem, pelo ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*J. G. Pereira Lima.*

---

DECRETO N. 3.554 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Autoriza o Governo a abrir o credito especial de 28:488\$971, para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Maria Isabel Cintra Tigre, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Governo autorizado a abrir o credito especial de 28:488\$971, para pagamento do que é devido a D. Maria Isabel Cintra Tigre, em virtude de sentença judiciaria; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

DECRETO N. 3.552 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 13:541\$765, para pagamento a D. Marcellina Lopes Chaves de Mello e outras, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 13:541\$765, para o fim de occorrer ao pagamento devido ás DD. Marcel-



lina Lopes Chaves de Mello, Zuleika Brasiense de Almeida Mello e Alice Brasiense de Almeida Mello, em virtude de sentença judiciaria, sendo: a primeira, 9:677\$693; e a cada uma das ultimas, a quantia de 1:932\$286.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

#### DECRETO N. 3.553 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 300:000\$, ouro, e 1.000:000\$, papel, suplementar á verba 28.ª “Reposições e Restituições”, do orçamento do mesmo ministerio, do exercicio corrente

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 300:000\$, ouro, e réis 1.000:000\$, papel, suplementar á verba 28.ª, «Reposições e Restituições» do orçamento do mesmo ministerio, no exercicio corrente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.*

---

#### DECRETO N. 3.554 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Autoriza a concessão de um anno de licença, com dous terços da diaria de seu cargo, ao guarda civil, João Narciso da Motta

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, para tratamento de saude, com dous terços da diaria de seu cargo, a João Narciso da Motta, guarda civil n. 197, de 1.ª classe; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

---

## DECRETO N. 3.555 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, além do credito de 1:200\$, supplementar á verba 8ª do art. 2º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro ultimo, os creditos especiais de 643:403\$677, 130:235\$335 e 60:566\$713, sendo o 1º para pagamento de differença de diarias, gratificações e etapas ao pessoal empregado nas embarcações da Saude Publica, nos exercicios de 1913 a 1917, o 2º para identico pagamento relativo a 1918, correspondendo o 3º a quotas para alimentação referentes a 1913 e devidas a funcionarios da Escola Premunitoria 15 de Novembro

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 643:403\$677, para o fim de occorrer ao pagamento da differença de diarias, gratificações e etapas aos remadores, foguistas, patrões e machinistas das embarcações da Saude Publica, nos exercicios de 1913 a 1917, em virtude do disposto nos arts. 6º e 7º da lei n. 2.738, de 4 de janeiro de 1913.

Paragrapho unico. Esse pagamento se realizará depois que os interessados houverem desistido de quaesquer accções ou procedimentos judiciais, que hajam proposto contra a União Federal e á vista de requerimento, em que renunciem a quaesquer reclamações.

Art. 2.º E' ainda o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo mesmo Ministerio, o credito especial de 130:235\$335, para pagamento de despesa identica no exercicio de 1918.

Art. 3.º E' igualmente autorizado a abrir, pelo mesmo ministerio, o credito especial de 60:566\$713, para pagamento aos funcionarios da Escola Premunitoria 15 de Novembro, das «quotas de alimentação», correspondentes ao exercicio de 1913, que deixaram de receber, por falta de verba no respectivo orçamento, e a que tinham direito, reconhecido em todos os demais exercicios anteriores e posteriores áquelle, até o exercicio de 1916, conforme disposição taxativa da tabella B, do regulamento que baixou com o decreto n. 81203, de 8 de setembro de 1910.

Art. 4.º E' igualmente o Presidente da Republica, autorizado a abrir, pelo mesmo ministerio, o credito de 1:200\$, supplementar á verba 8ª, art. 2º, da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, para completar o salario de cinco jardineiros, fixado em 150\$ mensaes a cada um, á vista da insufficiencia da respectiva verba.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRÃO P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

## DECRETO N. 3.556 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Aristides da Rocha Leão, auxiliar de cabine da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, em prorrogação, com dous terços da diaria, para tratamento de saude

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Aristides da Rocha Leão, auxiliar de cabine da Estrada de Ferro Central do Brasil, um anno de licença, em prorrogação, com dous terços da diaria a que tem direito, para tratamento de saude; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

## DECRETO N. 3.557 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao telegraphista de 4ª classé da Repartição Geral dos Telegraphos Raul Jansen Ferreira um anno de licença, com metade do ordenado, para tratamento de saude; revogadas as disposições em contrario

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos Raul Jansen Ferreira um anno de licença, com metade do ordenado, para tratamento de saude; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

## DECRETO N. 3.558 --- DE 31 DE OUTUBRO DE 1918

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até ao dia 3 de dezembro do corrente anno

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolve prorogar, novamente, a actual sessão legislativa até ao dia 3 de dezembro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

---

## DECRETO N. 3.559 --- DE 6 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de 28:920\$, para occorrer ao pagamento de vencimentos do pessoal do Corpo de Praticos dos Rios da Prata, Baixo-Paraná e Paraguay

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Marinha, um credito especial de 28:920\$, para pagar os vencimentos do pessoal do Corpo de Praticos dos Rios da Prata, Baixo-Paraná e Paraguay, correspondentes ao exercicio de 1917; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Alexandrino Faria de Alencar.*

---

## DECRETO N. 3.560 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza a abertura ao Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio do credito supplementar de 16:914\$284 para pagamento de dous lentes da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria no corrente anno

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir o credito de 16:914\$284, supplementar á verba 17ª do organimento do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, importancia destinada ao pagamento no actual exercicio de dous lentes da Escola de Agricultura e Medicina Veterinaria, nomeados de accordo com as alterações feitas no regulamento do mesmo instituto de ensino pelo decreto n. 12.878, de 11 de fevereiro de 1918.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*J. G. Pereira Lima.*

## DECRETO N. 3.561 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza a concessão de 180 dias de licença, em prorrogação e com o ordenado, ao guarda civil de 1ª classe Saint Clair Guimarães, para tratamento de saúde

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder 180 dias de licença, em prorrogação e com o ordenado, a Saint Clair Guimarães, guarda civil de 1ª classe da Inspectoria Geral deste Districto, para tratamento de saúde; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

## DECRETO N. 3.562 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir os creditos supplementares de 103:678\$250 e 29:127\$ às verbas 16ª e 32ª do art. 2º, da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, e o especial de 5:902\$130, para pagamento das differenças de gratificações additionaes devidas a diversos funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a mandar abrir os creditos de 103:678\$250 e 29:127\$, supplementares às verbas 16ª e 32ª do art. 2º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, destinados ao pagamento de mais meia etapa aos inferiores da Brigada Policial e do Corpo de Bombeiros do Districto Federal, augmento esse concedido pelo art. 20 da referida lei.

Art. 2.º Fica igualmente aberto, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 5:902\$130, para pagamento das differenças de gratificações additionaes devidas, até 31 de dezembro de 1917, ao chefe e ao sub-chefe do serviço tachygraphico da Camara dos Deputados e aos tachygraphos de 1ª classe Olyntho Modesto, Francisco Diogo Capper e Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, sendo ao primeiro 922\$130; ao segundo, 1:080\$; ao terceiro, 900\$; ao quarto, 900\$, e ao quinto, 2:100\$, por terem completado, o primeiro 20 annos de serviço em 4 de novembro de 1916; o segundo, o terceiro e o quarto, 25 annos em 30 de junho de 1914, tudo de conformidade com as anteriores deliberações da mesma Camara dos Deputados.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.*

## DECRETO N. 3.563 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 1.859.700\$, para pagamento a Trajano de Medeiros & Comp., por fornecimentos feitos em 1916

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 1.859.700\$, destinado ao pagamento de Trajano de

Medeiros & Comp., somma das parcelas de 1.260:500\$ e 599:200\$, provenientes de material rodante fornecido em 1916, mediante ajustes e contractos, á Estrada de Ferro Central do Brasil.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

#### DECRETO N. 3.564 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1918

Manda abolir o imposto sobre subsidios e vencimentos a partir de 1 de outubro de 1918

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica abolido o imposto sobre subsidios e vencimentos constante do n. 34, art. 1º, da lei n. 3.446, de 31 de dezembro de 1917, cuja cobrança é feita de accôrdo com o decreto n. 3.343, de 26 de setembro de 1917.

Art. 2.º A disposição do artigo anterior começará a vigorar a contar de 1 de outubro do corrente anno.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

#### DECRETO N. 3.565 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1918

Dispõe sobre o provimento de vagas no magisterio do Exercito e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º O Governo proverá por concurso e de accôrdo com o art. 11 da lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910, as vagas que se derem no magisterio do Exercito:

a) os docentes de assumptos essencialmente militares, que só podem ser militares effectivos, serão nomeados por cinco annos, podendo o Governo reconduzill-os, a juizo do Estado Maior, caso publiquem um trabalho sobre sua aula;

b) os demais docentes serão nomeados vitaliciamente, desde que, quando militares, solicitem sua reforma, que lhes será concedida nos termos do art. 6º da lei n. 193 A, de 30 de janeiro de 1890;

c) os actuaes docentes civis e militares, interinos, effectivos ou em commissão, são dispensados do concurso e providos nos seus cargos, e reformados, de accôrdo com a letra b deste artigo, logo que completem ou tenham completado cinco annos de serviço no magisterio, sendo, porém, exceptuados da reforma e da vantagem da vitaliciedade os professores de materias essencialmente militares, providos nos termos do art. 1.º, lettra a, desta lei.

Art. 2.º Os cargos de mestre de musica dos institutos militares de ensino serão providos por concurso com a categoria de adjuntos.

Os actuaes mestres de musica desses institutos que contarem mais de cinco annos de serviço no referido magisterio ou sejam laureados pelo Instituto Nacional de Musica são dispensados de concurso e considerados na categoria de adjuntos, sem alteração dos vencimentos que actualmente percebem como mestres, podendo ser reconduzidos de cinco em cinco annos.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*José Cactano de Faria.*

#### DECRETO N. 3.566 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 56:172\$420, para occorrer ao pagamento do que é devido á viuva e herdeiros de Delphino Erasmo Sadock de Sá, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 56:172\$420, para occorrer ao pagamento devido á viuva e aos herdeiros de Delphino Erasmo Sadock de Sá, D. Gertrudes Maria Sadock de Sá, Domingos de Azevedo Costa, por cabeça de sua mulher D. Menemosine Sadock de Azevedo Costa, D. Arminda de Sá Pinto Cerqueira, Joaquim Viriato de Freitas, por cabeça de sua mulher D. Felippa Izabel Sadock de Freitas, capitão de mar e guerra Henrique Teixeira Sadock de Sá, Jefferson Davis Sadock de Sá e Sebastião Sadock de Sá, em virtude de sentença judiciaria; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*



## DECRETO N. 3.567—DE 13 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao estafeta distribuidor da Administração dos Correios de S. Paulo Joaquim Fonseca seis mezes de licença, em prorrogação, a contar de janeiro deste anno

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao estafeta distribuidor da Administração dos Correios de S. Paulo Joaquim Fonseca seis mezes de licença, em prorrogação, a contar de janeiro deste anno.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1918, 97ª da Independencia e 30ª da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

## DECRETO N. 3.568 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, em prorrogação e com ordenado, a Americo Wenegorowis Brasil, 1º escriptuario da secretaria da Estrada de Ferro Oeste de Minas, para tratamento de saúde

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, em prorrogação, com o ordenado, a Americo Wenegorowis Brasil, 1º escriptuario da secretaria da Estrada de Ferro Oeste de Minas, para tratamento de saúde; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1918, 97ª da Independencia e 30ª da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

## DECRETO N. 3.569 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a conceder a Oscar Cavalcanti Silva, estafeta expresso da Directoria Geral dos Correios, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de saúde

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Oscar Cavalcanti Silva, estafeta expresso da Directoria Geral dos Correios, um anno de licença, com o ordenado, para tratamento de saúde; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

## DECRETO N. 3.570 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder cento e oitenta dias de licença, para tratamento de saúde, com dous terços da diaria, ao official operario de 4ª classe da 1ª residencia da Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil Francisco Marques da Silva Ferreira

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder cento e oitenta dias de licença, para tratamento de saúde, com dous terços da diaria, ao official operario de 4ª classe da 1ª residencia da Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil Francisco Marques da Silva Ferreira.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES.

*Augusto Tavares de Lyra.*

## DECRETO N. 3.571 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 388:937\$204, para pagamento ao Dr. Valentim Antonio da Rocha Bittencourt, ex-thesoureiro da Alfandega da Bahia, em virtude de decisão do Tribunal de Contas

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 388:937\$204, para pagamento ao Dr. Valentim Antonio da Rocha Bittencourt, ex-thesoureiro da Alfandega da Bahia, de accôrdo com a decisão do Tribunal de Contas de 3 de novembro de 1917, mediante quitação e desistencia de toda e qualquer reclamação relativa ao sequestro, venda, adjudicação e demais actos praticados sobre os bens do referido ex-thesoureiro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

## DECRETO N. 3.572 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1918

Concede ao segundo escripturario da Directoria de Estatistica Commercial Antonio Heraclito Carneiro Campello um anno de licença

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao 2.º escripturario da Directoria de Estatistica Commercial Antonio Heraclito Carneiro Campello, para tratamento de saude, um anno de licença, em prorrogação e com o ordenado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

## DECRETO N. 3.573 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 410\$833, para occorrer ao pagamento do que é devido ao Dr. Joaquim Cardoso de Mello Reis, em virtude de sentença judiciaria.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 410\$833, para occorrer ao pagamento do que é devido ao Dr. Joaquim Cardoso de Mello Reis, em virtude de sentença judiciaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

---

## DECRETO N. 3.574 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a considerar como licença, com o ordenado, o tempo decorrido de 14 de junho de 1917 a 20 de novembro do mesmo anno, data da vespera do fallecimento do ajudante do cartorio do Tribunal de Contas João Sabino Rodrigues Silva

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a considerar como licença, com o ordenado, o tempo decorrido de 14 de junho de 1917 a 20 de novembro do mesmo anno, data da vespera do fallecimento do ajudante do cartorio do Tribunal de Contas João Sabino Rodrigues Silva; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

---

## DECRETO N. 3.575 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, um credito especial de 171:680\$319, para pagamento ao bacharel Arthur de Carvalho Moreira, em virtude de sentença judicialia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, um credito especial de 171:680\$319, para occorrer ao pagamento devido ao bacharel Arthur de Carvalho Moreira, em virtude de sentença judicialia.

Art. 2.º Revogam-se os disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIM MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

---

## DECRETO N. 3.576 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1918

A licença concedida ao ajudante de 1ª classe, nas officinas do Engenho de Dentro, da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel Ferreira, por decreto n. 3.275, de 6 de junho de 1917, é a contar de 23 de novembro de 1915

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Artigo unico. A licença concedida ao ajudante de 1ª classe, nas officinas do Engenho de Dentro, da Estrada de Ferro Central do Brasil, Manoel Ferreira, por decreto n. 3.275, de 6 de junho de 1917, é a contar de 23 de novembro de 1915, ficando revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIM MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Afranio de Mello Franco.*

---

## DECRETO N. 3.577 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder quatro mezes de licença, em prorrogação, ao servente de 3ª classe da 3ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil João dos Santos, com o ordenado.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder quatro mezes de licença, em prorrogação, ao servente de 3ª classe da 3ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil João dos Santos, com o ordenado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Afranio de Mello Franco.*

---

## DECRETO N. 3.578 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao guarda-cancella de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil Olympio Ribeiro da Silva, para tratamento de saude, um anno de licença, em prorrogação e com dous terços da respectiva diaria.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao guarda-cancella de 2ª classe da 2ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil Olympio Ribeiro da Silva, para tratamento de saude, um anno de licença, em prorrogação e com dous terços da respectiva diaria; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Afranio de Mello Franco.*

---

## DECRETO N. 3.579 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao telegraphista de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil Antonio Vasques da Costa tres mezes de licença, com o ordenado, para tratamento de saude, onde lhe convier

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao telegraphista de 4ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil Antonio Vasques da Costa tres mezes de licença, com o ordenado, para tratamento de saude, onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se os disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO;

*Afranio de Mello Franco.*

## DECRETO N. 3.580 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, os creditos de 15:000\$ e 50:404\$235, supplementares á consignação "Material" de cada qual das verbas 6ª e 8ª, respectivamente, do art. 2º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decreton e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito de 15:000\$, supplementar á consignação «Material», da rubrica 6ª, Secretaria do Senado, do art. 2º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

Art. 2.º E' igualmente autorizado a abrir, pelo mesmo ministerio, o credito de 50:404\$235, supplementar á verba 8ª, Secretaria da Camara dos Deputados, consignação «Material», art. 2º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

## DECRETO N. 3.581 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1918

Concede a Armando Augusto Seabra de Mello, praticante de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios, um anno de licença, em prorrogação, com direito de perceber dous terços dos vencimentos de seu cargo

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' concedido a Armando Augusto Seabra de Mello, praticante de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios, um anno de licença, em prorrogação, com o direito de perceber dous terços dos vencimentos de seu cargo; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Afranio de Mello Franco.*

---

## DECRETO N. 3.582 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1918

Considera de utilidade publica o Centro Caixaeral de S. Luiz do Maranhão

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio.

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica sendo considerada instituição de utilidade publica o Centro Caixaeral de S. Luiz do Maranhão, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

---



## DECRETO N. 3.583 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1918

Releva a prescrição em que incorreu o direito de DD. Delphina Henriqueta Valladas Garroxo Ferreira e Honorina Celesta Valladas Garroxo e percebimento do meio-soldo deixado por seu irmão, o 2º tenente da Armada Henrique José Pedro Valladas Garroxo

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que o presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica relevada a prescrição em que incorreu o meio-soldo deixado às DD. Delphina Henriqueta Valladas Garroxo Ferreira e Honorina Celesta Valladas Garroxo, irmãs do 2º tenente da Armada Henrique José Pedro Valladas Garroxo, para que o possam receber do Thesouro Nacional, a contar da data do fallecimento daquelle official até á em que se habilitaram, na fórma da lei.

Art. 2.º Ficam abertos os necessarios creditos; revogadas as disposições em contrario.

Senado Federal, 25 de novembro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,

Vice-Presidente.

## DECRETO N. 3.584 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1918

Manda considerar como de campanha os serviços prestados, na guerra do Paraguay, pelo capitão-tenente reformado Clemente Cerqueira Lima

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que o presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a considerar como de campanha, na guerra do Paraguay, afim de gosar os favores da lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910, os serviços prestados por Clemente Cerqueira Lima, capitão-tenente reformado, no commando do navio de guerra *Cachoetra* e na defesa da cidade de Jaguarão, em 27 de janeiro de 1865.

Paragranho unico. O beneficio concedido por esta lei começará da data em que for promulgada.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 26 de novembro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,

Vice-Presidente.

## DECRETO N. 3.585 -- DE 27 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a mandar contar a Horacio Seabra, conferente da Alfandega da Capital Federal, para os effeitos legais, o tempo em que esteve afastado do seu antigo cargo de conferente da Alfandega da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionou a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a mandar contar a Horacio Seabra, conferente da Alfandega da Capital Federal, para os effeitos legais, o tempo em que esteve afastado do seu antigo cargo de conferente da Alfandega da Bahia, a contar de 15 de maio de 1894 a 24 de junho de 1896, e a lhe pagar os vencimentos correspondentes a este periodo, de accordo com as tabellas então em vigor, abrindo para isso o necessario credito.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

---

## DECRETO N. 3.586 -- DE 27 DE NOVEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 1:030\$, para pagamento de gratificações addicionaes a serventes da Camara dos Deputados.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionou a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, um credito especial de 1:030\$, para pagamento de gratificações addicionaes a que tem direito os serventes da Camara dos Deputados, Pedro Cordeiro de Souza e Anselmo Rosa, sendo 490\$ ao primeiro e 540\$ ao segundo; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

---

## DECRETO N. 3.587 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1918

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga, novamente, a actual sessão legislativa até ao dia 31 de dezembro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:  
Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolve prorogar, novamente, a actual sessão legislativa até ao dia 31 de dezembro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

---

## DECRETO N. 3.588 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1918

Considera de utilidade publica o Instituto Brasileiro de Contabilidade, com sede na Capital Federal

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' considerado de utilidade publica o Instituto Brasileiro de Contabilidade, com sede nesta Capital; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

---

## DECRETO N. 3.589 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Governo a nomear segundos tenentes intendentes os dous sargentos classificados na prova oral do ultimo concurso

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a nomear segundos tenentes intendentes, nas vagas existentes, os

dous sargentos classificados na prova oral do ultimo concurso realizado, na conformidade do que foi publicado no Boletim do Exercito, n. 141, de 10 de janeiro de 1918.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Alberto Cardoso de Aguiar.*

---

DECRETO N. 3.590 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Governo a dispensar o operario José dos Santos do serviço da Fabrica de Polvora Sem Fumaça

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a dispensar do serviço da Fabrica de Polvora Sem Fumaça o operario José dos Santos, com dous terços da diaria a que tem direito, como operario de quarta classe, na forma determinada no art. 60, § 3º, do regulamento que baixou com o decreto n. 8.215, de 15 de setembro de 1910.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Alberto Cardoso de Aguiar.*

---

DECRETO N. 3.591 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza a concessão de um anno de licença, com ordenado, ao terceiro pharoleiro Olavo do Nascimento Badejo, para tratamento de saude.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Olavo do Nascimento Badejo, terceiro pharoleiro do pharol de Torres, no Estado do Rio Grande do Sul, um anno de licença, com o ordenado, e em prorrogação, para tratamento de saude; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Antonio Coutinho Gomes Pereira.*

---

## DECRETO N. 3.592 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1918

Concede ao guarda civil de 2ª classe Manoel Ramos da Silva 180 dias de licença, com direito a perceber dous terços da diaria, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' concedida ao guarda civil n. 953, de 2ª classe, Manoel Ramos da Silva, a licença de 180 dias, com direito a perceber dous terços da diaria, para tratar de sua saúde, onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Urbano Santos da Costa Araujo.*

---

## DECRETO N. 3.593 — Não foi publicado.

## DECRETO N. 3.594 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a conceder a Innocencia Gonçalves Euphrasio, agente do Correio de S. Vicente de Paulo, seis mezes de licença, com o ordenado, para tratamento de saúde.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Innocencia Gonçalves Euphrasio, agente do Correio de S. Vicente de Paulo, no Estado do Rio de Janeiro, seis mezes de licença, com o ordenado, para tratamento de saúde; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Afranio de Mello Franco.*

---

## DECRETO N. 3.595 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 1.500:000\$, para occorrer ás despesas com as obras necessarias nos edificios das delegacias Fiscaes

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 1.500:000\$, para occorrer ás despesas com as obras necessarias nos edificios das Delegacias Fiscaes dos Estados da Bahia, Pernambuco, Parahyba, Maranhão, Alagoas, Pará, Amazonas e Minas Geraes, bem como na ponte da Alfandega do Ceará e construção de um armazem para a mesma ponte; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1918, 97° da Independência e 30° da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

## DECRETO N. 3.596 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza a abertura do credito de 8:763\$574, para pagamento a Adalberto Augusto da Motta Andrade, de importancia entregue ao Cofre dos Depositos Publicos

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado Federal:

Faço saber aos que o presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 8:763\$574, que se destina ao pagamento de Adalberto Augusto da Motta Andrade, de importancia entregue ao Cofre dos Depositos Publicos, nos termos da carta precatória de 17 de setembro de 1917, do Juizo dos Feitos da Fazenda Municipal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 5 de dezembro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,  
Vice-Presidente,

## DECRETO N. 3.597 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza a abertura dos credits especiaes de 20:833\$283 e de 18:245\$060 para pagamento a D. Maria Lidomilia Teixeira de Souza Mendes e outras e D. Rita Rosa da Costa Rodrigues e outras, em virtude de sentença judiciaria.

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que o presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda os credits especiaes de 20:833\$283 e de 18:245\$060, destinados ao pagamento, em virtude de sentença judiciaria, de D. Maria Lidomilia Teixeira de Souza Mendes e outras e de D. Rita Rosa da Costa Rodrigues e outras.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 6 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,  
Vice-Presidente.

## DECRETO N. 3.598 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza a concessão de um anno de licença, em prorrogação, a Custodio de Ferreira Bandeira, agente fiscal dos impostos de consumo no Estado de Santa Catharina.

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que o presente virem, que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Custodio de Ferreira Bandeira, agente fiscal dos impostos de consumo no Estado de Santa Catharina, um anno de licença, em prorrogação e com a respectiva gratificação, para tratamento de saude; revogadas as disposições em contrario.

Senado Federal, 9 de dezembro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,  
Vice-Presidente.

## DECRETO N. 3.599 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1918

Releva a prescripção em que incorreu o direito de D. Anna Ermelinda Botelho de Assis, para reclamar a pensão de montepio deixado por seu irmão Manoel Botelho de Mello, machinista da Estrada de Ferro Central do Brasil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico—E' concedido o relevamento da prescripção em que incorreu o direito de D. Anna Ermelinda Botelho de Assis para re-

clamar a pensão de montepio deixado por seu irmão Manoel Botelho de Mello, machinista da Estrada de Ferro Central do Brasil, relativamente ao tempo decorrido entre a morte do mesmo machinista e o em que ella foi julgada habilitada a perceber a mesma, pagando as contribuições atrasadas; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti*

---

DECRETO N. 3.600 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1918

Declara sem applicação os paragraphos 1° e 2° do art. 192 do actual regulamento da Escola Militar á turma de officiaes que estuda este anno o segundo anno do curso de engenharia da referida escola e dá outras providencias

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.° Os paragraphos 1° e 2° do art. 192 do actual regulamento da Escola Militar não terão applicação á turma de officiaes que estuda este anno o segundo anno do curso de engenharia da referida escola.

Art. 2.° Os officiaes desligados em virtude desses paragraphos e os que o foram por ordem superior, não motivada na disciplina escolar, tendo todos o primeiro anno de engenharia pelo regulamento n. 1.913, poderão concluir o curso, mediante exames vagos ou matriculando-se novamente em 1919, com as vantagens do art. 1° da presente lei.

Art. 3.° Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Alberto Cardoso de Aguiar.*

---

DECRETO N. 3.601 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza a abertura, pelo Ministerio da Marinha, do credito especial de 2:400\$, para pagamento do aluguel do casco do vapor *Lucania*, em 1917.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.° E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito especial de 2:400\$,



para occorrer ao pagamento dos alugueis, durante 24 dias do anno de 1917, do casco do vapor *Lucania*, de propriedade de Nicolaus & Comp., que serviu de barca-pharol do canal de Bragança, no Estado do Pará.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Antonio Coutinho Gomes Pereira.*

#### DECRETO N. 3.602 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a mandar contar tempo de serviço ao engenheiro civil Abdon Felinto Milanez, engenheiro de 2.ª classe, addido, da Directoria do Serviço de Povoamento

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e tu sancionou a seguinte resolução:

Artigo unico. Será contado ao engenheiro civil Abdon Felinto Milanez o tempo decorrido de 31 de dezembro de 1896 a 19 de agosto de 1907, menos o intercalado de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1897, que já lhe foi contado, como util para a sua aposentadoria, nos termos do § 5.º do art. 6.º da lei n. 429, de 1 de dezembro de 1896, combinada com a de n. 4.153, de 6 de abril de 1868, art. 24; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*J. G. Pereira Lima.*

#### DECRETO N. 3.603 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1918

Declara promovidos ao anno ou série immediatamente superior áquelle em que estiverem matriculados todos os alumnos das escolas superiores ou faculdades officiaes, Collegio Pedro II e militares, bem assim dos estabelecimentos de ensino equiparados ou sujeitos a fiscalização.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Ficam promovidos, independente de exames, ao anno ou série immediatamente superior áquelle em que se acharem matriculados nas escolas ou faculdades officiaes de quaesquer ministerios, nas escolas militares de mar e terra,

na Escola Nacional de Bellas-Artes, no Instituto Nacional de Musica, no Instituto Benjamin Constant, no Collegio Pedro II e nos collegios militares e bem assim nos estabelecimentos de ensino a esses equiparados ou já sujeitos a fiscalização e na Academia de Commercio desta Capital, os respectivos alumnos, considerando inexistentes quaesquer exames prestados de outubro em diante até esta data.

§ 1.º A mesma disposição é applicavel aos alumnos matriculados condicionalmente em um anno por dependerem de uma materia do anno anterior e aos alumnos das escolas superiores officiaes ou equiparadas que já as tinham frequentado e por qualquer circumstancia não se tenham matriculado na época legal, ou de um preparatorio, tratando-se de curso annexo, bem como aos que, estando nas condições previstas pelo art. 8º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro deste anno, se inscreveram como ouvintes em qualquer das escolas superiores da Republica e provarem frequencia assidua em aulas e exercicios praticos e não terem podido regularizar a sua situação por não terem sido realizados os exames de julho, de que cogita aquelle artigo de lei.

§ 2.º São tambem considerados approvados os alumnos que frequentam o 1º anno das escolas militares de terra e mar.

§ 3.º O alumno de qualquer dos estabelecimentos de ensino, a que se refere a presente lei, que estiver matriculado no ultimo anno ou série do curso respectivo será igualmente considerado approvado nas materias constitutivas do referido anno ou série.

§ 4.º Fica dispensado dos exames vestibulares o alumno que houver terminado o curso de preparatorios até 31 de março de 1919.

Art. 2.º Ficam creadas duas épocas de exames, uma em dezembro e outra em abril de 1919, destinadas aos candidatos que não quizerem gosar das promoções previstas na presente lei, sendo que os ditos exames serão regulados pela legislação actualmente vigente.

§ 1.º São considerados validos, para a matricula em todos os estabelecimentos de ensino, os exames de preparatorios feitos perante a banca nomeada pela Escola de Minas, de Ouro Preto.

§ 2.º São considerados validos para todos os effeitos os exames de preparatorios prestados perante a Faculdade de Medicina e Escola Polytechnica de S. Paulo.

§ 3.º São considerados validos para todos os effeitos os exames já prestados nos cursos mantidos pela Associação dos Empregados do Commercio de Pernambuco (Academia de Commercio de Pernambuco).

Art. 3.º Será facultado na 1ª ou 2ª época de exames, conforme indica esta lei, e em dezembro de 1919, aos preparatorianos que não se quizerem utilizar da medida relativa ás promoções, prestarem exame até seis disciplinas.

Art. 4.º Em abril de 1919 será permittido aos alumnos approvados ou dispensados do exame vestibular prestarem exame do 1º anno da mesma época.

Art. 5.º São considerados approvados nas materias para as quaes requereram exames na época normal os alumnos de

estabelecimento particular não equiparado ao Collegio Pedro II e ao qual haja sido concedida commissão de examinadores.

Paragrapho unico. São também considerados approvados, até em quatro materias, para as quaes, de accôrdo com a legislação vigente, requererem exames, dentro do prazo de 30 dias, contado da publicação da presente lei no *Diario Official*, os candidatos que o fizerem perante o Collegio Pedro II, no Districto Federal, ou, nos Estados, perante os estabelecimentos de ensino em que tenham sido prestados exames parcellados de preparatorios.

Art. 6.º Os alumnos beneficiados pela presente lei não ficam isentos do pagamento das taxas de matricula, de frequencia e de exame, nos termos do decreto n. 11.530, de 18 março de 1915.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Urbano Santos da Costa Araujo.*

*J. G. Pereira Lima.*

*Antonio Coutinho Gomes Pereira.*

*Alberto Cardoso de Aguiar.*

---

DECRETO N. 3.604 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1918

Incorpora ao patrimonio da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a Maternidade das Laranjeiras

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica incorporada ao patrimonio da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a Maternidade das Laranjeiras, sendo alli installadas as clinicas obstetrica e gynecologica da mesma Faculdade, sem outras despesas para a União que as consignadas nas verbas orçamentarias; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Urbano Santos da Costa Araujo.*

---

## DECRETO N. 3.605 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1918

Assegura uma pensão aos guardas civis que se invalidarem em actos funcioneaes ou em consequencia delles e dá outras providencias

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Aos guardas que se invalidarem em consequencia de ferimentos ou lesões soffridas em conflicto com delinquentes, quando em perseguição destes, ou em actos funcioneaes de que resultem desastres, ou em consequencia de molestia resultante das exigencias do serviço diurno e nocturno a que são obrigados, uma vez provada a invalidez em inspecção medica, regulamentada pelo Poder Executivo, será assegurada uma pensão igual a dous terços dos respectivós vencimentos.

Paragrapho unico. Será garantida igual pensão á viuva ou aos filhos menores e filhas solteiras do guarda civil que fallecer nas condições estatuidas por este artigo.

Art. 2.º Aos guardas civis quando enfermos será concedida licença para tratamento de saude mediante inspecção medica e nas mesmas condições definidas pela legislação relativa aos funcionarios publicos.

Paragrapho unico. Só poderão ser admittidos ao serviço da Guarda Civil individuos que, em severa inspecção medica, demonstrem possuir a necessaria robustez e perfeita saude, exigida pelas condições em que se exerce essa função policial.

Art. 3.º Os guardas civis só poderão ser excluidos do quadro quando commetterem falta grave, a juizo do chefe de Policia.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1918, 97º da Independencia e 50º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Urbano Santos da Costa Araujo.*

## DECRETO N. 3.606 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 944:434\$296, para pagamento ao tarefeiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio da Costa Lage.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, um cre-

dito especial de 944:4348296, destinado a completar o pagamento devido ao tarefeiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, Antonio da Costa Lage.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Afranio de Mello Franco.*

#### DECRETO N. 3.607 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1918

Approva o Tratado de Extradicação de criminosos entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, assignado no Rio de Janeiro em 27 de dezembro de 1916.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica approvedo o "Tratado de Extradicação de criminosos celebrado entre o Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da Republica Oriental do Uruguay, concluido e assignado na cidade do Rio de Janeiro, em 27 de dezembro de 1916, pelos plenipotenciarios das referidas Nações general de brigada Dr. Lauro Müller, ministro das Relações Exteriores do Brasil, e o Dr. D. Balthazar Brum, ministro das Relações Exteriores do Uruguay.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1918, 97 da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Domicio da Gama.*

#### DECRETO N. 3.608 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza a abertura do credito de 17:389\$643, para occorrer ao pagamento do que é devido a D. Isabel de Figueiredo da Gama e Souza em virtude de sentença judicilaria.

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que o presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução :

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 17:389\$643, para occorrer ao pagamento devido a D. Isabel de Figueiredo da Gama e Souza e a seus filhos, em virtude de sentença judiciaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 18 de dezembro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,

*Vice-Presidente.*

## DECRETO N. 3.609 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza a abertura do credito de 1:585\$783, para occorrer ao pagamento do que é devido á companhia de seguros L'Union, em virtude de sentença judiciaria.

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente do Senado, faço saber aos que o presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 1:585\$783, para o fim de occorrer ao pagamento devido á companhia de seguros L'Union, em virtude de sentença judiciaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 11 de dezembro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,  
Vice-Presidente.

## DECRETO N. 3.610 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 2:943\$331, para pagamento a D. Carolina de Mello, em virtude de sentença judiciaria.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 2:943\$331, para occorrer ao pagamento devido a D. Carolina de Mello, viuva do Dr. Martinho de Freitas Vieira de Mello, em virtude de sentença judiciaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIM MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

## DECRETO N. 3.611 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 11:598\$364, para occorrer ao pagamento devido a DD. Cecilia e Maria Olympia Espinola, em virtude de sentença judiciaria.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 11:598\$364,

para occorrer ao pagamento devido a DD. Cecilia Espinola e Maria Olympia Espinola, filhas do fallecido ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. Manoel José Espinola, e proveniente de differenças de pensões de montepio que deixaram de receber no periodo de 7 de outubro de 1912 a 31 de dezembro de 1913, sendo 5:799\$182 a cada uma, tudo em virtude de sentença judiciaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIM MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

---

#### DECRETO N. 3.612 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 6:140\$, para pagamento das indemnizações devidas a Albino Ferreira Coelho Pereira e Sabrosa & Comp.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir o credito especial de 6:140\$, para attender ao pagamento das indemnizações devidas a Albino Ferreira Coelho Pereira e Sabrosa & Comp., pelas desapropriações de um terreno e benfeitorias, procedidas para ultimação do prolongamento do becco da Moeda; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIM MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

---

#### DECRETO N. 3.613 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 415:065\$058, para occorrer á distribuição de remanescentes de loterias por diversas instituições publicas

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 415:065\$058, para occorrer á distribuição de remanescentes de loterias re-

lativos ao periodo de 1903 a 1917, pelas seguintes instituições publicas: Liga Brasileira contra a Tuberculose, Maternidade da Capital Federal, Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro, Asylo Gonçalves de Araujo, Lyceu de Artes e Officios e Gymnasio Jaraguense, sendo que ao ultimo só caberá na distribuição a quota correspondente ao periodo de 1911 a 1917.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

---

#### DECRETO N. 3.614 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 62:051\$648, para occorrer ao pagamento devido a L. Cavalcanti de Albuquerque em virtude de sentença judiciaria.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 62:051\$648, para occorrer ao pagamento devido a L. Cavalcanti de Albuquerque, em virtude de sentença do juizo federal da 2.ª Vara do Districto Federal, de 7 de junho de 1913, confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, em accordão n. 2.452, de 30 de dezembro de 1914, e accordão, de igual numero, de 28 de julho de 1915.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

---

#### DECRETO N. 3.615 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de papel, 800:000\$, suplementar á verba 5.ª do orçamento do mesmo ministerio, afim de occorrer ás despesas da sub-consignação "Novas concessões — a) Montepio Civil"

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 800:000\$, papel,



suplementar á verba 5ª do orçamento do mesmo ministerio, afim de occorrer ás despesas da sub-consignação "Novas concessões — a) Montepio Civil".

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1918, 97ª da Independencia e 30ª da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

DECRETO N. 3.616 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 2:503\$225, para pagamento de ordenados ao secretario aposentado do extinto Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Leocadio Baptista Teixeira

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 2:503\$225, destinado ao pagamento ao secretario aposentado do extinto Arsenal de Guerra de Matto Grosso, Leocadio Baptista Teixeira, do ordenado que deixou de receber durante o tempo decorrido de 15 de dezembro de 1910 a 31 de dezembro de 1911: revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1918, 97ª da Independencia e 30ª da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Alberto Cardoso de Aguiar.*

DECRETO N. 3.617 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao bacharel Benjamin Americo de Freitas Pessoa, auditor de guerra da 7ª região militar, para tratamento de saúde

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado

a conceder ao bacharel Benjamin Americo de Freitas Pessoa, auditor de guerra da 7ª região militar, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de saúde; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Alberto Cardoso de Aguiar.*

---

DECRETO N. 3.618 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Governo a fazer a paz com a Alemanha, podendo despende  
até a quantia de 500:000\$000 ouro

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a fazer a paz com a Alemanha, podendo despende, para esse fim, até a quantia de 500:000\$, ouro, para o que abrirá desde a promulgação desta lei, os respectivos creditos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Domicio da Gama.*

---

DECRETO N. 3.619 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1918

Approva a Convenção de Arbitragem Geral Obrigatoria entre o Brasil e o Perú, assignada no Rio de Janeiro em 11 de Julho de 1918

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte.

Art. 1.º Fica approvada a Convenção de Arbitragem Geral Obrigatoria entre os Estados Unidos do Brasil e a Republica do Perú, ass-

gnada no Rio de Janeiro a 11 de Julho de 1918, de conformidade com o art. 19 da primeira Convenção de Haya, de 29 de Julho de 1899, e 40 da segunda Convenção de Haya, de 18 de Outubro de 1907.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de Dezembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Domicio da Gama.*

---

DECRETO N. 3.620—DE 23 DE DEZEMBRO DE 1918

Approva o Tratado para a fixação e liquidação da divida entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, assignado no Rio de Janeiro em 22 de Julho de 1918.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' approvedo o Tratado assignado entre os Plenipotenciarios do Brasil e da Republica Oriental do Uruguay, nesta Capital, a 22 de Julho de 1918, de accôrdo com a autorização concedida pelo art. 37, n. VII, da lei n. 3.454, de 6 de Janeiro do mesmo anno, para fixação e liquidação da divida por esta contrahida em virtude de convenções e ajustes celebrados nos annos de 1831, 1834, 1838, 1865, 1867 e 1868.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Domicio da Gama.*

---

DECRETO N. 3.621 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Governo a abrir pelo Ministerio da Guerra creditos supplementares na importancia de 64:750\$, para pagamento a docentes da Escola Militar e ao auditor de guerra bacharel Jacintho Fernandes Barbosa

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, por intermedio do Ministerio da Guerra, o credito complementar de 15:750\$ á verba 4ª do art. 39 da lei n. 3.232,

de 5 de janeiro de 1917, para pagamento de gratificação a que tem direito, no mesmo anno, durante o periodo das aulas, docentes da Escola Militar, pela regencia de turmas supplementares; e o de 9:000\$, para pagamento da differença de vencimentos, até 31 de dezembro de 1918, ao auxiliar do auditor de guerra bacharel Jacintho Fernandes Barbosa, já reintegrado em 11 de abril de 1918, e abrangido pelo art. 20 da lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910, que o inclui no quadro de auditores de guerra do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Fica o Presidente da Republica igualmente autorizado a abrir, pelo mesmo ministerio, o credito de 40:000\$ para identico pagamento no corrente exercicio.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Alberto Cardoso de Aguiar.*

---

#### DECRETO N. 3.622 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza a abertura, ao Ministerio da Guerra, do credito especial de 1:560\$, para pagamento de gratificações addicionaes a Manoel Ignacio da Silva Teixeira e Heitor Hugo de Moraes, primeiro e segundo officiaes do Hospital Central do Exercito.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 1:560\$000, para attender ao pagamento de gratificações addicionaes devidas a Manoel Ignacio da Silva Teixeira e Heitor Hugo de Moraes, primeiro e segundo officiaes do Hospital Central do Exercito, e referentes ao exercicio de 1916.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Alberto Cardoso de Aguiar.*

---

## DECRETO N. 3.623 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 12:000\$, para attender ás despesas com a reparação da lancha *Alpha*, do serviço da Inspectoria Federal de Viação Maritima e Fluvial

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 12:000\$, para attender ás despesas com a reparação da lancha *Alpha*, do serviço da Inspectoria Federal de Viação Maritima e Fluvial; revôgadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Afranio de Mello Franco.*

---

## DECRETO N. 3.624 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 14:800\$, para o fim de occorrer ao pagamento devido a D. Maria Emilia Coelho de Freitas Henriques, em virtude de sentença judiciaria

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 14:800\$, para o fim de occorrer ao pagamento devido a D. Maria Emilia Coelho de Freitas Henriques, em virtude de sentença judiciaria, e correspondente a differença de pensões do montepio instituido por seu fallecido pae, João Antonio de Araujo Freitas Henriques, ministro do Supremo Tribunal Federal, as quaes deixou de receber durante o periodo de 31 de outubro de 1907 a 31 de dezembro de 1913.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

---

## DECRETO N. 3.625 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 5:715\$475, para occorrer ao pagamento devido a D. Emilia Clemente Campbell e outros, em virtude de sentença judiciaria.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 5:715\$475, para occorrer ao pagamento devido a D. Emilia Clemente Campbell, D. Januaria Clemente Marques de Azevedo, Luiz Clemente Pinto, Alfredo Clemente Pinto, Paulo Clemente Pinto e Francisco Clemente Pinto, em virtude de sentença judiciaria; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

---

## DECRETO N. 3.626 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 15:594\$639, para occorrer ao pagamento devido a D. Adelaide Alves da Silveira e outros, em virtude de sentença judiciaria.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 15:594\$639, para occorrer ao pagamento devido a D. Adelaide Alves da Silveira, Leonel Alves da Silveira, Nelson Alves da Silveira e Brizabella Alves da Silveira, em virtude de sentença judiciaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

---

## DECRETO N. 3.627 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 8:753\$198, para pagamento a Eduardo Duarte da Silva Junior, em virtude de sentença judiciaria.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 8:753\$198, para pagamento do que é devido a Eduardo Duarte da Silva Junior, em virtude de sentença judiciaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

---

## DECRETO N. 3.628 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 1:092\$708, para occorrer ao pagamento dos vencimentos relativos ao periodo de 9 de maio a 21 de julho de 1913, e devidos ao 3º escriptuario do Thesouro Nacional Pedro Rodrigues de Carvalho

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 1:092\$708, para occorrer ao pagamento dos vencimentos relativos ao periodo de 9 de maio a 21 de julho de 1913, e devidos ao 3º escriptuario do Thesouro Nacional Pedro Rodrigues de Carvalho.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

---

## DECRETO N. 3.629 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 7:670\$960, para pagamento a D. Maria Amalia de Freitas Dias Lima, em virtude de sentença judiciaria.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 7:670\$960, destinado, em virtude de sentença judiciaria, ao pagamento das differenças da pensão do montepio de D. Maria Amalia de Freitas Dias Lima, viuva do desembargador da Corte de Appellação Agostinho de Carvalho Dias Lima, deixadas de receber no periodo de 2 de outubro de 1912 a 28 de outubro de 1914.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

## DECRETO N. 3.630 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1918

Fixa o subsidio do Presidente da Republica no periodo presidencial de 1918 a 1922

Antonio Francisco de Azeredo, Vice-Presidente da Senado:

Faço saber aos que o presente virem que o Congresso Nacional decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1.º No periodo presidencial, a decorrer de 15 de novembro de 1918 a 15 de novembro de 1922, o Presidente da Republica vencerá o subsidio de 120:000\$ annualmente e o Vice-Presidente o de 36:000\$, um e outro pagaveis em prestações mensaes.

Art. 2.º No caso de impedimento, por motivo de licença, o Presidente da Republica vencerá metade do subsidio.

Art. 3.º O Vice-Presidente da Republica ou qualquer de seus substitutos, em exercicio pleno das funcções presidenciaes, nos termos do art. 41 da Constituição, perceberá o mesmo subsidio fixado para o Presidente.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Senado Federal, 27 de dezembro de 1918.

ANTONIO FRANCISCO DE AZEREDO,

Vice-Presidente,



## DECRETO N. 3.631 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a exonerar o thesoureiro geral do Thesouro Nacional, major Francisco Fonseca, da responsabilidade no desdobramento da cautela falsa n. 425, de 100:000\$000.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a exonerar o thesoureiro geral do Thesouro Nacional, major Francisco Fonseca, da responsabilidade no desdobramento da cautela falsa de 100:000\$ n. 425, recebida naquella repartição em junho de 1915.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Amaro Cavalcanti.*

---

## DECRETO N. 3.632 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1918

Proroga até o fim do corrente anno o prazo para pagamento do sello de patente dos officiaes da antiga Guarda Nacional

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica, de accôrdo com o art. 1º, linha III, n. 32, da lei n. 3.446, de 31 de dezembro de 1917, prorogado até o fim do corrente anno, o prazo dentro do qual os officiaes da extincta Guarda Nacional podem pagar o sello das suas patentes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Alberto Cardoso de Aguiar.*

---

## DECRETO N. 3.633 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Poder Executivo a abrir os creditos supplementares necessarios para admissão e praça na Escola Naval de 19 candidatos approvados em concurso e dá outras providencias.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, ás verbas 5ª e 17ª do orçamento vigente, os creditos supplementares necessarios para admissão e praça na Escola Naval de 19 candidatos approvados em concursos effectuados no corrente anno.

Art. 2.º E' igualmente autorizado a dar praça de aspirantes de Marinha no 2º anno aos ex-alumnos do 2º anno da Escola Naval que, em 1916 e 1917, foram eliminados da referida escola e que, pelo actual regulamento, dependem de uma cadeira.

Art. 3.º Revógam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1918, 97ª da Independencia e 30ª da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Antonio Coutinho Gomes Pereira.*

## DECRETO N. 3.634 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1918

Dá as denominações de “ajudantes e sub-ajudantes de machinistas” aos actuaes machinistas extranumerarios ou contractados da Armada, e outras providencias.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Os actuaes machinistas extranumerarios ou contractados da Armada passarão a denominar-se «ajudantes e sub-ajudantes de machinistas».

Art. 2.º Os sub-ajudantes, que contarem mais de 10 annos de bom e effectivo serviço, poderão ser promovidos a segundos tenentes ajudantes.

Art. 3.º Os machinistas, a que se refere a presente lei e que contarem mais de 10 annos de serviço, só poderão ser

excluídos do serviço da Armada em virtude de sentença do tribunal competente.

Art. 4.º Esses machinistas contribuirão com um dia de soldo para o montepio, nas mesmas condições dos funcionários militares do Ministerio da Marinha e do da Guerra.

Art. 5.º Esses mesmos machinistas, na hypothese definida pela Constituição, gozarão de reforma, nas mesmas condições dos demais funcionarios do Ministerio da Marinha e do da Guerra.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Antonio Coutinho Gomes Pereira.*

#### DECRETO N. 3.635 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1918

Manda applicar no Exército e na Armada aos postos de graduação a idade limite estabelecida para a reforma compulsoria dos postos effectivos correspondentes

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' applicavel no Exército e na Armada aos postos de graduação a idade limite estabelecida para a reforma compulsoria dos postos effectivos correspondentes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Alberto Cardoso de Aguiar.*

*Antonio Coutinho Gomes Pereira.*

#### DECRETO N. 3.636 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1918

Altera o art. 25, do decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Os institutos de ensino superior, estabelecidos nas capitães dos Estados, independem, para a sua equiparação

aos officiaes congeneres, do eriterio da população, exigido pelo art. 25, do decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, uma vez que satisfacão os demais requisitos exigidos pelo mesmo decreto.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Urbano Santos da Costa Araujo.*

---

#### DECRETO N. 3.637 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1918

Fixa o subsidio para os membros do Conselho Municipal do Districto Federal e dá outras providencias

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Os membros do Conselho Municipal do Districto Federal vencerão, a titulo de subsidio, a quantia de 18:000\$ annuaes, pagos em prestações mensaes de 1:500\$, não lhes sendo permittido perceber qualquer outra somma, a titulo de representação, ou outro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Urbano Santos da Costa Araujo.*

---

#### DECRETO N. 3.638 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir o credito de 4:800\$, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, para pagamento do auxilio para aluguel de casa a que tem direito o Dr. Plinio Olyntho, medico alienista e assistente na Colonia de Alienadas do Engenho de Dentro

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir o credito de 4:800\$, pelo Ministerio da Justiça e Nego-

cios Interiores, para pagamento do auxilio para aluguel de casa a que tem direito o Dr. Plinio Olyntho, medico alienista e assistente na Colonia de Alienadas do Engenho de Dentro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Urbano Santos da Costa Araujo.*

#### DECRETO N. 3.639 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir o credito extraordinario de 1:440\$, para pagamento de differença de addicionaes aos redactores de debates Nestor Ascoly e Sertorio de Castro

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir o credito extraordinario de 1:440\$, destinado ao pagamento da differença de addicionaes durante os annos de 1916 e 1917, a que tem direito os redactores de debates Nestor Ascoly e Sertorio de Castro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Urbano Santos da Costa Araujo.*

#### DECRETO N. 3.640 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, em prorrogação e com o respectivo ordenado, para tratamento de saude, onde lhe convier, ao bacharel Thomaz Miranda de Paula Pessoa, juiz substituto federal na secção do Amazonas

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao bacharel Thomaz Miranda de Paula Pessoa,

juiz substituto federal na secção do Amazonas, um anno de licença, em prorrogação e com o respectivo ordenado, para tratamento de saude, onde lhe convier, e a partir da data em que terminou a sua licença anterior; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1918, 97.º da Independencia e 30.º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Urbano Santos da Costa Araujo.*

---

DECRETO N. 3.641 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir pelo Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de 86:960\$, para pagamento, no exercicio de 1918, de differença de vencimentos a diversos funcionarios da Secretaria do Senado; de 487\$500, para pagamento de gratificação de adicional ao director da Secretaria da Camara dos Deputados, no mesmo exercicio, e de réis 149:160\$, para pagamento no exercicio de 1919 de augmento de vencimentos aos funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justica e Negocios Interiores, os seguintes creditos:

a) de 86:960\$, complementar á verba 6.ª — Secretaria do Senado Federal — do art. 2.º da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, sendo: 80:760\$, para pagamento de differença de vencimentos a funcionarios da mesma Secretaria, em virtude de deliberação de 27 de dezembro de 1917; 5:400\$, para accrescimo de vencimentos, a contar de 1 de outubro, a seis officiaes, equiparados aos redactores de debates, ao archivista, ao encarregado da acta e ao bibliothecario, equiparados ao chefe da redacção de debates e ao secretario da Presidencia; e 800\$, para accrescimo de vencimentos, a contar de 1 de setembro, ao redactor dos *Annaes*, equiparado, tambem aos redactores de debates, em virtude de deliberação do Senado de 8 de novembro de 1918;

b) de 487\$500 complementar á verba 8.ª — Secretaria da Camara dos Deputados — consignação «Gratificações adicionais» para pagamento de gratificação adicional de 15 % ao director da Secretaria da Camara dos Deputados que completou 10 annos de serviço e comprehendendo o periodo de 25 de outubro a 31 de dezembro de 1918.

c) especial de 149:160\$, sendo 134:760\$ para occorrer, no exercicio de 1919, ao pagamento da despesa decorrente do augmento de vencimentos dos funcionarios da Secretaria da

Camara dos Deputados e 14:400\$ para o material do serviço tachygraphico no mesmo exercicio, de accôrdo com o artigo seguinte:

Art. 2.º Os funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados perceberão os seguintes vencimentos, sendo dous terços de ordenado e um terço de gratificação:

Director .....	21:000\$000
Sub-Director .....	18:000\$000
2 chefes de secção a.....	14:400\$000
1 archivista .....	14:400\$000
1 bibliothecario .....	14:400\$000
5 primeiros officiaes a.....	12:000\$000
4 segundos officiaes a.....	9:600\$000
4 amanuenses a.....	7:200\$000
1 chefe de secção da acta.....	8:400\$000
1 secretario da presidencia.....	16:800\$000
1 conservador da bibliotheca.....	12:000\$000
1 conservador do archivo.....	12:000\$000
1 porteiro da secretaria.....	9:000\$000
1 porteiro do salão.....	9:000\$000
1 ajudante de porteiro da secretaria.....	6:900\$000
1 ajudante de porteiro do salão.....	6:900\$000
20 continuos a.....	5:400\$000
1 zelador do edificio.....	5:760\$000
17 serventes a.....	3:600\$000
5 jardineiros a.....	2:400\$000

#### TACHYGRAPHIA

1 chefe do serviço tachygraphico.....	18:000\$000
1 sub-chefe .....	16:200\$000
8 tachygraphos de 1ª classe a.....	13:200\$000
2 tachygraphos de 2ª classe a .....	10:000\$000
2 tachygraphos de 3ª classe a.....	8:400\$000
Nota—Para occorrer ao serviço da revisão dos trabalhos tachygraphicos e despesas de expediente .....	
	14:400\$000

#### REDACÇÃO DE DEBATES

1 chefe de redacção de debates.....	17:400\$000
1 sub-chefe .....	16:200\$000
7 redactores, sendo seis dos debates e um dos <i>Annacs</i> . Os documentos parlamentares ficam a cargo do sub-chefe.....	12:000\$000
4 supplentes a .....	7:200\$000

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1918, 97º da Independencia e 30º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Urbano Santos da Costa Araujo.*

## DECRETO N. 3.642 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario de 309\$950, para pagamento de gratificação adicional a um amanuense da Secretaria da Camara dos Deputados

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, um credito extraordinario de 309\$950, para pagamento de gratificação adicional a que tem direito um amanuense da Secretaria da Camara dos Deputados, que completou 10 annos de serviço, a contar de 13 de agosto do corrente anno; pevo-gadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Urbano Santos da Costa Araujo.*

---

## DECRETO N. 3.643 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Governo Federal a entrar em accôrdo com o do Estado de Goyaz para vender os bens do espolio do Dr. João Gomes Machado Corumbá

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Governo do Estado de Goyaz, a partir da data da publicação desta lei, incumbido da execução do testamento do Dr. João Gomes Machado Corumbá.

Paragrapho unico. Para este fim o Governo Federal entrará em accôrdo com o do Estado de Goyaz para vender os bens do espolio do Dr. João Gomes Machado Corumbá e converterá o seu producto, hem como quaesquer rendimentos ou juros, em apolices da divida publica, inalienaveis, que entregará ao mesmo Estado de Goyaz.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Urbano Santos da Costa Araujo.*

---



## LEI N. 3.644 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1918

Orça e Receita Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para o exercicio de 1919

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.º A receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no exercicio de 1919, é orçada em 100.645:434\$038, ouro, e 474.603:000\$, papel, o a destinada á applicação especial em 12.888:000\$, ouro, e 28.383:000\$, papel, que serão realizadas com o producto do que for arrecadado no mesmo exercicio, sob os seguintes titulos :

### Ordinaria

#### I

#### Renda dos tributos

#### I

#### IMPOSTOS DE IMPORTAÇÃO, DE ENTRADA, SAÍDA E ESTADIA DE NAVIOS E ADICIONAES

Ouro

Papel

1. Direitos de importação para consumo, de accordo com a tarifa do decreto n. 3.617, de 19 de março de 1900, com as modificações feitas pelas leis ns. 1.144, de 30 de dezembro de 1903; 1.313, de 30 de dezembro de 1904; 1.052, de 30 de dezembro de 1905; 1.616, de 30 de dezembro de 1906; 1.837, de 31 de dezembro de 1907; 2.321, de 30 de dezembro de 1910; 2.524, de 31 de dezembro de 1911; 2.719, de 31 de dezembro de 1912; 2.841, de 31 de dezembro de 1913; 2.919, de 31 de dezembro de 1914 (continuando revogada nesta ultima a mo-

## Ouro

## Papel

dificação ali feita da tarifa relativa á taxa de importação das pilulas de Reuter e, assim, restabelecida a taxa aduaneira anteriormente cobrada); 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915; 3.213, de 30 de dezembro de 1916; 3.446, de 31 de dezembro de 1917, e mais as seguintes alterações:

Na tarifa n. 547 (Cordoalha):

“Amarras, cabos estaes, e outras cordas simples ou alcatroadas”, em peças ou retalhos 1\$, em obras 1\$200, conservada a mesma razão.

Na tarifa n. 829, antes de “não especificados” — accrescente-se: e destinados á cordoalha.

Na tarifa n. 995: correias de couro ensobadas para ligação de teares e martellos e outros sobressalentes para machinas feitas de couro — 900 réis, sendo a razão elevada a 50 %.

Na tarifa n. 708, depois de “machinas de qualquer especie” accrescente-se: “não especificados” — e addicione-se: N. 708 A — agulhas para machinas destinadas á fabricação de meias e tecidos de malha pagarão 16\$ por kilogramma, continuando a mesma razão.

Na classe 20ª das tarifas em vigor, onde diz, no n. 620: frascos ou vasos de barro para pilhas, isoladores ou quaesquer peças com ou sem preparo de cobre, para installações electricas, kilogramma \$200, substitua-se para:

Frascos ou vasos de barro para pilhas e isoladores de alta tensão, de campanola, em dous ou mais corpos para installações electricas, kilo \$200.

Na classe 21ª, n. 643, accrescente-se: isoladores e quaes-

Ouro

Papel

quer artefactos ceramicos, com ou sem preparo de cobre, para installações electricas. Em seguimento á nota 79 da classe 21ª, n. 645, accrescente-se: «Os supportes ou braços de ferro que acompanham os isoladores, não vindo soldados nestes, pagarão direito em separado. Os parafusos de ferro ou de madeira estão egualmente sujeitos a direitos, supprimida a nota 80ª.

Supprima-se a taxaçaõ estabelecida no n. 694 da Tarifa.

Na nota 87ª da classe 21ª, n. 645, accrescente-se: «Os isoladores e quaesquer artefactos ceramicos, com ou sem preparo de cobre, para installações electricas, pagarão a taxa de louça n. 1».

Na classe 19ª das tarifas das alfandegas, no n. 613, onde se diz: «papelão... envernizado para palas de bonet e semelhantes, \$700 », diga-se: «Papelão... envernizado para palas de bonet e semelhantes, e de retalhos e residuos de couro, \$700 ».

As mercadorias constantes do art. 1.034, classe 3ª, da tarifa das Alfandegas em vigor, pagarão:

Os artigos com molas, machinismos de dar corda ou de vapor ou electricos, 6\$ por kilo ;

Os artigos não especificados, 5\$ por kilo.

Fica mantida a mesma razão. O acido chlorydrico e o acido sulfurico, impuros, pagarão a taxa de \$090 por kilo, razão 50 %.

O cyanureto e o ferro-cyanureto de sodio pagarão os mesmos impostos de importação dos seus correspondentes de potassa (N. 222 da Tarifa).

O cabo de aluminio destinado ao fornecimento de energia

Ouro

Papel

e luz electrica fica sujeito ao mesmo imposto de importação, com igual classificação estabelecida para o fio de cobre.

As tintas preparadas a oleo, com ou sem resina, para pintura de casas e usos semelhantes (N. 173 da Tarifa das Alfandegas, mantida a mesma razão), pagarão \$500 por kilogramma.

O amiantho em pó ou fibra, com mistura ou não, para revestimento de caldeiras, tubos conductores do vapor, etc., pagará a taxa de 200 réis por kilogramma, razão 25 %.

No art. 586 da classe 18 da Tarifa em vigor façam-se as seguintes modificações:

Fitas de qualquer tecido de seda pura, animal ou vegetal, pagarão os mesmos direitos dos tecidos de seda.

Art. 595 :

Fitas de tecidos mixtos, isto é, quando tiverem a urdidura toda de seda e a trama de qualquer outra materia ou vice-versa, pagarão a taxa das fitas de seda, com o abatimento de 50 %.

Modifique-se no art. 613 da Tarifa:

O papelão não especificado pagará 300 réis por kilo, razão 50 %.

Accrescente-se onde convier:

Oleo de linhaça impuro ou corado, kilo \$400, razão 50 %.

Oleo de linhaça purificado ou incolor, kilo \$900, razão 50 %.

Idem impuro ou corado, fervido, kilo \$600, razão 50 %.

Idem purificado ou corado, fervido, kilo \$600, razão 50 %.

Conservada em todos os casos a razão da Tarifa.

Fica mantida a actual taxa estabelecida para a importação pelas estradas de ferro, etc.

	Ouro	Papel
Formol ou aldehydo formico (solução a 40 %):		
Valor official, 3\$600. Razão, 25 %. Taxa, \$900.		
Accrescente-se onde convier:		
Curativo de Lister — Algodão hydrophilo ou com substancias antisepticas, por kilo 1\$200, razão 15 %.		
Accrescente-se onde convier:		
Pilhas electricas seccas de qual- quer qualidade, uma \$350.		
As pilhas electricas seccas, na- cionaes, de qualquer qua- lidade, estarão sujeitas ao sello de imposto de consumo de 100 réis por unidade.		
Reduzida a 20.) réis por kilo (razão 30 %) a coucha ma- dreperola, em bruto, propria para manufactura de botões, quando importada pelos fa- bricantes.....	80.870:400\$000	64.899:900\$000
2. 2 %, ouro, sobre os ns. 93 e 95 (cevada em grão), 93, 97, 98, 100 e 101 da classe 7ª da Tarifa (cereacs), nos termos do art. 1º da lei n. 1.452, do 30 de dezembro de 1905..	800:000\$900	
3. Expediente de generos livres de direitos de consumo.....	159:000\$000	230:000\$000
4. Dito de capatazias.....		405:000\$000
5. Armazenagem.....		639:000\$000
6. Taxa de estatistica.....		315:000\$000
7. Imposto de pharóes.....	225:000\$000	
8. Dito de docas.....	27:000\$000	
9. 10 % sobre o expediente de generos livres de direitos...		45:000\$000

## II

## IMPOSTOS DE CONSUMO

10. Imposto sobre fumo.....	23.000:000\$900
11. Dito sobre bebidas.....	33.000:000\$000
12. Dito sobre phosphoros.....	17.500:000\$000

	Ouro	Papel
13. Dito sobre o sal.....	6.000:000\$000	
14. Dito sobre calçado.....	4.500:000\$000	
15. Dito sobre perfumarias.....	2.500:000\$000	
16. Dito sobre especialidades pharmaceuticas.....	2.000:000\$000	
17. Dito sobre conservas.....	3.000:000\$000	
18. Dito sobre vinagre.....	400:000\$000	
19. Dito sobre velas.....	500:000\$000	
20. Dito sobre bengalas.....	40:000\$000	
21. Dito sobre tecidos.....	23.000:000\$000	
22. Dito sobre espartilhos.....	40:000\$000	
23. Dito sobre o vinho estrangeiro.....	3.600:000\$000	
24. Dito sobre papel de forrar casa.....	50:000\$000	
25. Dito sobre cartas de jogar....	500:000\$000	
26. Dito sobre chapéus.....	4.000:000\$000	
27. Dito sobre discos para gramophones.....	50:000\$000	
28. Dito sobre louças e vidros....	650:000\$000	
29. Dito sobre ferragens.....	550:000\$000	
30. Dito sobre café torrado ou moido.....	1.800:000\$000	
31. Dito sobre manteiga.....	500:000\$000	

## III

## IMPOSTOS SOBRE CIRCULAÇÃO

32. Imposto do sello, sendo devido pelo capital das sociedades anonymas o mesmo actualmente exigido das demais sociedades commerciaes.....	20:000\$000	29.300:000\$000
33. Dito de transporte.....		9.000:000\$000

## IV

## IMPOSTOS SOBRE A RENDA

34. Dito de 5 % sobre os dividendos e outros productos de acções (inclusive as importancias retiradas do fundo de reserva ou outro qualquer

	Ouro	Papel
para serem entregues aos accionistas ou para pagamento de entradas de acções novas ou velhas, ) titulos e debentures de companhias ou sociedades anonymas que sejam emitidos no paiz.....	.....	5.000:000\$000
35. Dito de 5 % sobre os juros dos creditos, ou emprestimos garantidos por hypotheca, excepto os que recahirem sobre predios agricolas e os que recahirem sobre quaesquer contractos celebrados com bancos de credito real, embora realizem operações bancarias de outra natureza. ....	.....	400:000\$000
36. Dito de 2 % sobre premios de seguros maritimos e terrestres e de 3 % (cinco por mil) sobre premios de seguros de vida, pensões, peculios, etc.. ....	.....	1.000:000\$000
37. Dito de 10 % sobre valores sorteados .....	.....	70:000\$000
38. Dito de 5 % sobre os valores distribuidos por clubs de mercadorias.....	.....	140:000\$000

## V

## IMPOSTOS SOBRE LOTERIAS

39. Imposto de 3 1/2 % sobre o capital das loterias federaes e 5 % sobre as estaduais....	.....	1.400:000\$000
---	-------	----------------

## VI

## OUTRAS RENDAS

40. Premios de depositos publicos. ....	.....	70:000\$000
41. Taxa judiciaria.....	.....	170:000\$000
42. Dita de aferição de hydrometros.....	.....	10:000\$000
43. Rendas federaes no Territorio do Acre.....	.....	5:000\$000
44. 10 % sobre a exportação de borracha no Territorio do Acre .....	.....	6.000:000\$000

	Ouro	Papel
45. Rendas de exames, 100%, de cada exame prestado em Escola de ensino superior, official ou equiparada, em época anterior á legal, quando por voto expresso da Congregação fôr isso permittido, por motivo justificado, a critério da mesma e ouvido, nas equiparadas, o fiscal do governo.....	.....	5:000\$000.

## II

## Rendas patrimoniaes

## I

## DOS PROPRIOS NACIONAES

46. Renda da Villa Militar Deodoro.....	50:000\$000
47. Dita de proprios nacionaes....	500:000\$000
48. Dita das villas proletarias....	100:000\$000

## II

## DAS FAZENDAS DA UNIÃO

49. Renda da Fazenda de Santa Cruz e outras.....	60:000\$000
--	-------------

## III

## DAS RIQUEZAS NATURAES E FÓROS

50. Producto do arrendamento das areias monaziticas, prohibidas quaesquer modificações nos contractos celebrados até o fim de 1917, que só permittem a exportação de areia bruta.....	100:000\$000	
51. Fóros de terrenos de marinha. ....		30:000\$000

## IV

## DOS LAUDEMIOS

52. Laudemios,.....	120:000\$000
---------------------	--------------



Ouro

Papel

## III

**Rendas industriaes**

53. Renda do Correio Geral, elevada a 25 réis a taxa actual de 20 réis para impressos, excepto livros, continuando em vigor a de 10 réis para os jornaes e revistas.....	10.000:000\$000
54. Dita dos Telegraphos, de accôrdo com o disposto no n. 54, art. 1º, da lei n. 3.446, de 31 de dezembro de 1917, e concedida franquia de taxa aos presidentes e governadores, secretarios e chefes de policia dos Estados e Prefeito do Districto Federal, em materia de serviço publico, e fixada para as estações do Acre a mesma taxa da estação radio de Manáos....	800:000\$000 12.000:000\$000
55. Dita da Imprensa Nacional e <i>Diario Official</i> , de accôrdo com a lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, revigorada pela lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901, e annexo ao <i>Diario Official</i> o <i>Diario do Congresso</i> , mediante assignatura de 30\$ annuaes para os particulares e 24\$ para os funcionarios publicos, pagos adiantadamente, por anno ou por semestre, revogado assim o disposto na lei orçamentaria da Receita vigorante em 1918.....	500:000\$000
56. Dita da Estrada de Ferro Central do Brasil.....	62.500:000\$000
57. Dita da Estrada de Ferro Oeste de Minas.....	5.500:000\$000
58. Dita da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.....	6.000:000\$000
59. Dita da Estrada de Ferro do Rio do Ouro.....	100:000\$000
60. Dita do ramal de ferro de Lorenna a Piquete.....	25:000\$000
61. Dita da Rêde de Viação Cearense.....	4.000:000\$000

	Ouro	Papel
62. Dita da Estrada de Ferro de Santa Catharina.....	.....	200:000\$000
63. Dita da Casa da Moeda.....	.....	20:000\$000
64. Dita dos arsenaes.....	.....	12:000\$000
65. Dita do Instituto dos Surdos-Mudos e dos Meninos Cegos.....	.....	2:000\$000
66. Dita dos collegios militares...	.....	20:000\$000
67. Dita da Casa de Correção...	.....	3:000\$000
68. Dita arrecadada nos consulados.....	1.000:000\$000	
69. Dita da Assistencia a Alienados.....	.....	100:000\$000
70. Dita do Laboratorio Nacional de Analyses.....	.....	120:000\$000
71. Contribuição das companhias ou empresas de estradas de ferro e das companhias de seguros nacionaes e estrangeiras e outras.....	.....	1.800:000\$000
72. Minas de carvão do Jacuhy — Dividendos das acções.....	.....	500:000\$000
73. Renda dos postos zootechnicos.....	.....	160:000\$000
74. Dita da Escola Superior de Agricultura, aprendizados..	.....	40:000\$000
75. Dita das escolas e aprendizes artifices.....	.....	60:000\$000
76. Dita do Instituto de Chimica..	.....	30:000\$000

**Renda extraordinaria**

77. Montepio da Marinha.....	2:000\$000	400:000\$000
78. Dito militar.....	2:000\$000	750:000\$000
79. Dito dos empregados publicos.	35:000\$000	2.200:000\$000
80. Indemnizações.....	20:000\$000	2.000:000\$000
81. Juros dos capitães nacionaes..	300:000\$000	700:000\$000
82. Imposto de industrias e profissões, no Districto Federal.	.....	5.300:000\$000
83. Taxa sobre o consumo de agua.....	.....	5.000:000\$000
84. Dita de sancamento da Capital Federal.....	.....	4.000:000\$000
85. Contribuição do Estado de São Paulo para pagamento dos juros, amortização e comissões do emprestimo de £ 3.000.000.....	2.560:320\$000	

	Ouro	Papel
86. Venda do generos o proprios nacionais.....	.....	5.000:000\$000
87. Juros de emprestimos ao Banco do Brasil.....	.....	2.300:000\$000
88. Liquidação de emprestimos a bancos (lei n. 2.863, de 24 de agosto de 1914).....	.....	7.500:000\$000
89. Emissão de titulos da divida interna para estradas de ferro.....	.....	12.000:000\$000
90. Importancia a despende neste exercício do deposito para a construcção da Estrada de Ferro de Goyaz.....	3.443:936\$260	
91. Dita idem idem da Rêde Via- ção Cearense.....	.....	2.500:000\$000
92. Fundos depositados em Londres	17.777:777\$778	
93. Renda liquida do Lloyd.....	.....	10.000:000\$000
94. Saldo da emissão do papel- moeda.....	.....	60.000:000\$000
	108.133:434\$038	474.606:000\$000
A deduzir: 5 %, ouro, que passa para a renda com applicação especial.....	7.488:000\$000	
	100.645:434\$038	474.606:000\$000

#### Renda com applicação especial

Fundo de resgate de papel-  
moeda:

1.	1.º Renda em papel prove- niente do arrendamen- to das estradas de ferro da União.....	900:000\$000
	2.º Producto da cobrança da divida activa da União, em papel.....	1.200:000\$000
	3.º Todas e quaesquer ren- das eventuaes percebi- das em papel.....	2.200:000\$000
	4.º Dividendo das acções do Banco do Brasil pertencen- tes ao Thesouro...	1.900:000\$000

	Ouro	Papel
Fundo de garantia do papel-moeda:		
2. { 1.º Quota de 5 %, ouro, sobre todos os direitos de importação para consumo	7.488:000\$000	
2.º Cobrança da dívida activa, em ouro.....	200:000\$000	
3.º Todas e quaesquer rendas eventuaes, em ouro....	200:000\$000	
3. Fundo para a caixa de resgate das apolices das estradas de ferro encampadas:		
Arrendamento das mesmas estradas de ferro.....		3.000:000\$000
4. Fundo de amortização dos empréstimos internos:		
Depósitos:		
Saldo ou excesso entre o recebimento e a restituição.....		8.000:000\$000
5. Fundo destinado ás obras de melhoramentos dos portos, executadas á custa da União:		
Rio de Janeiro.....	3.000:000\$000	3.500:000\$000
Bahia.....	380:000\$000	60:000\$000
Recife.....	400:000\$000	2.400:000\$000
Rio Grande do Sul.....	500:000\$000	5.000:000\$000
Parahyba.....	20:000\$000	2:000\$000
Ceará.....	40:000\$000	
Paraná.....	50:000\$000	
Rio Grande do Norte.....	40:000\$000	3:000\$000
Maranhão.....	60:000\$000	
Santa Catharina.....	30:000\$000	
Espirito Santo.....	40:000\$000	18:000\$000
Matto Grosso.....	35:000\$000	
Alagoas.....	80:000\$000	
Parnahyba.....	10:000\$000	
Aracajú.....	15:000\$000	
Pará.....	360:000\$000	60:000\$000
Manãos.....		25:000\$000
Santos.....		25:000\$000
	12.888:000\$000	28.383:000\$000

Art. 2.º E' o Presidente da Republica autorizado:

I. A emittir, como antecipação de receita, no exercicio desta lei, bilhetes do Thesouro, até a somma de 30.000:000\$, que serão resgatados até o fim do mesmo exercicio.

II. A receber e restituir, de conformidade com o disposto no art. 44 da lei n. 628, de 17 de setembro de 1851, os dinheiros pro-

venientes de bens do defuntos e ausentes e do evento, de premios de loterias, de depositos das caixas economicas e montes de soccorro o dos depositos de outras origens. Os saldos que resultarem do encontro das entradas com as sahidas poderão ser applicados ás amortizações dos emprestimos internos e os excessos das restituições serão levados ao balanço do exercicio.

III. A cobrar do imposto de importação para consumo 55 %, ouro, e 45 %, papel, sobre quaesquer mercadorias, abolidas as distincções do art. 2º, n. 3, letras *a* e *b*, da lei n. 1.432, de 30 de dezembro de 1905.

A quota de 5 %, ouro, da totalidade dos direitos de importação para consumo será deduzida da receita geral e destinada ao fundo de garantia ; o imposto em ouro destinado ás despezas da mesma natureza e o excedente serão convertidos em papel para attender ás despesas dessa especie.

IV. A cobrar, de accôrdo com a legislação vigente e o disposto nos respectivos contractos para o fundo destinado ás obras de melhoramentos dos portos (executadas á custa da União ou pelo regimen de concessão) :

1º, a taxa até 2 %, ouro, sobre o valor official da importação do porto do Rio de Janeiro e das alfandegas do Recife, Bahia, Rio Grande do Sul, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Espirito Santo, Paraná, Santa Catharina, Matto Grosso, Alagoas, Parahyba, Aracajú e Pará, exceptuadas as mercadorias de que trata o n. 2 do art. 1º; devendo a importancia arrecadada nos portos cujas obras não tiverem sido iniciadas ser escripturada no Theouro, separadamente, para ter applicação ás mesmas obras opportunamente ;

2º, a taxa de um a cinco réis por kilogramma de mercadorias que forem carregadas ou descarregadas segundo o seu valor, destino ou procedencia dos outros portos.

Paragrapho unico. Para accelerar a execução das obras referidas poderá o Presidente da Republica aceitar donativos ou mesmo auxilios a titulo oneroso, offerecidos pelos Estados, municipios ou associações interessadas no melhoramento, contanto que os encargos porventura resultantes de taes auxilios não excedam do producto da taxa indicada.

V. A cobrar a taxa de barra até 0,7 % ouro sobre o valor official das mercadorias importadas pelas barras dos portos, nas quaes (barras) o Governo da União houver executado obras de melhoramentos :

*a)* do pagamento da taxa estabelecida na disposição anterior, ficam isentas as embarcações que se destinarem aos portos em cujos ancoradouros haja melhoramentos effectuados pela União e em cujas taxas de porto estejam incluidas as de barra ;

*b)* a baldeação de mercadorias que se destinarem a portos interiores, de accesso por uma mesma barra, feita no interior dessa barra e junto ao cães de melhoramentos, salvo a disposição antecedente, está sómente sujeita a 50 % da taxa de utilização de melhoramentos ;

*c)* a baldeação de mercadorias, qualquer que seja seu destino feita ao largo, fica isenta das taxas de utilização de melhoramentos.

VI. A cobrar apenas 5 % *ad-valorem* de direitos de importação sobre machinismos destinados ao estabelecimento de fabricas de papel de impressão para jornal desde que se obriguem a usar como materia prima exclusivamente madeiras nacionaes.

§ 1.º A' Associação Brasileira de Imprensa, com séde na Capital Federal, ficam concedidas :

- a) franquia postal para a propria correspondencia ;
- b) equiparação ás taxas telegraphicas da imprensa para os proprios despachos, desde que relativos a assumptos do seu interesse ou á execução dos fins a que se destina.

§ 2.º O frete de papel para impressão de jornaes será, no Lloyd Brasileiro, de Nova York ao Rio de Janeiro, de 50\$ a tonelada. O Poder Executivo expedirá instrucções no sentido de assegurar esse favor só e exclusivamente ao papel que realmente se destine á impressão de jornaes e não a outros fins.

VII. A cobrar 8 % *ad-valorem* sobre os machinismos destinados ás primeiras installações de usinas de fabricas de assucar e os machinismos e aparelhos para a utilização dos sub-productos.

VIII. A modificar a taxa dos impostos de importação, indo mesmo até permittir a entrada livre de direitos durante certo prazo para os artigos de procedencia estrangeira que possam competir com os similares nacionaes, desde que estes sejam produzidos ou negociados por «trusts».

IX. A arrecadar, emquanto não for deliberado o destino do antigo Lloyd Brasileiro, as rendas provenientes dos serviços executados por essa empreza de navegação.

X. A regularizar, mediante contractos, as dividas dos Estados e da Associação Commercial do Rio de Janeiro para com a União, determinando, para cada divida, os juros e amortização annuaes.

XI. A entender-se com o Governo do Estado do Rio de Janeiro afim de conseguir que seja por elle indemnizada a União das despezas feitas em melhoramentos das terras da Baixada Fluminense, podendo acceitar para base de contracto a taxa de 2 % sobre os valores *acrescidos* dos terrenos referidos ou outra que mais conveniente seja aos interesses federaes.

XII. A isentar de direitos aduaneiros, de que trata o regulamento que baixou com o decreto n. 8.592, de 8 de março de 1911, as fructas frescas de procedencia argentina e as produzidas nos paizes americanos, que offereçam vantagens tributarias á importação, em seus territorios, de productos brasileiros e cuja entrada o Governo permittirá independentemente de quaesquer outras taxas.

XIII. A conceder assignaturas mensaes de passagens de trens nos suburbios aos professores e alumnos das escolas publicas municipaes, com o abatimento de 50 % e de accôrdo com as instrucções que a directoria da Central expedir.

XIV. A transferir ao Banco do Brasil a cobrança das dividas provenientes dos emprestimos realizados na conformidade da lei numero 2.683, de 24 de agosto de 1914, concedendo-lhe a faculdade de fazer accôrdo com os bancos devedores para liquidação dos seus respectivos debitos, sem diminuição do capital e juros devidos.

XV. A consolidar as leis e regulamentos relativos á arrecadação das rendas dos bens aforados ou arrendados pela União, podendo fixar multas até o valor de 500\$ e bem assim organizar o respectivo cadastro.

Art. 3º. Ficam isentos dos direitos alfandegarios, inclusive os de expediente, os medicamentos de procedencia estrangeira, reconhecidamente authenticos e approvados pela Directoria Geral de Saude Publica, conhecidos pelos nomes de arsenobenzol, salvarsan, neo-salvarsan e novarsenobenzol.

Art. 4.º Fica isento dos direitos de consumo e de expediente o papel destinado á impressão dos diários officiaes dos Estados, dos jornaes, periodicos e revistas scientificas e litterarias, politicas e artisticas; este favor só será concedido desde que se prove que o papel effectivamente se emprega sómente na impressão dos ditos diários, periodicos e revistas.

Art. 5.º E' concedida a isenção de direitos de importação, pagando apenas 8 % de expediente: ás embarcações de remo e vela destinadas exclusivamente ao desporto nautico com bancos e seus accessorios, remos, velas, forquetas, croques, braçadeiras, mastros, macas, cannas de leme, guarda-patrão, fios de barca para adriças importadas directamente pelos clubs de regatas.

Art. 6.º E' isenta de todo e qualquer imposto a importação do material bruto necessario á construcção de navios, aeronaves e automoveis.

Art. 7.º Ficam isentas do sello federal as operações realizadas pelas sociedades cooperativas de credito agricola, organizadas nas circumscripções ruraes do paiz, de accordo com a lei que rego a materia, desde que gosem de isenção de impostos nos Estados.

Art. 8.º Todos os machinismos eapparelhos indispensaveis á installação de estabelecimentos frigorificos industriaes, bem como matadouros, entrepostos para deposito de carnes e fabricas para o preparo dos sub-productos do gado, sendo previamente submettidos ao exame do Ministro da Fazenda os projectos de taes installações, afim de evitar a importação de taes materiaes destinados a outros fins, gozarão da isenção de direitos e favores da lei n. 3.347, de outubro de 1917.

Art. 9. Continúa o Governo autorizado a tratar com os Estados interessados, no sentido de acudir á crise da borracha brasileira, podendo, entre outras medidas, modificar a taxa de exportação cobrada pela União.

Art. 10. Fica revogada a parte final do n. 11 do art. 1º da lei n. 3.213, de 30 de dezembro de 1916, que assim dispõe: «A isenção de que gosam as aguas mineraes sómente se refere ás medicinaes de fontes do paiz, gazosas ou supergazeificadas com o gaz das proprias fontes, sendo taxadas com 200 réis por meio litro todas as aguas naturaes, medicinaes ou não, de fontes do paiz ou estrangeiras, quando gazeificadas artificialmente por gaz que não seja da propria fonte»; revigorado, portanto, o art. 4º, § 7º, n. IX, do decreto n. 11.931, de 16 de fevereiro de 1916, que assim dispõe: «São isentas as aguas mineraes naturaes medicinaes de origem nacional».

Art. 11. Continúa em vigor o disposto no § 8º da lei n. 3.213, de 1916, que dispõe que paguem 8 % *ad valorem* os seguintes artigos:

I. Apparelhos destinados ao fabrico de lacticinios e vasilhame de vidro e de barro, bem como os envolveros e recipientes de aluminio, destinados aos mesmos lacticinios de producção nacional, as folhas estampadas e accessorios para os mesmos e para a fabricação de latas para manteiga, banha, toucinho, doces e conservas, sempre que taes artigos forem importados para si pelos fabricantes destes productos e finalmente as proprias folhas simples quando importadas pelas lithographias nacionaes e destinadas a supprir as fabricas de banha, manteiga, etc., mas sómente na medida do effectivo supprimento ás mesmas fabricas.

II. O material importado para as obras de construcção de qualquer templo, seja qual fôr o culto a que este se destine o exceptuado apenas o material que fôr considerado obra de arte, o qual será despachado livre de quaesquer direitos.

III. Osapparelhos e accessorios destinados exclusivamente ás applicações industriaes do alcool como força, luz e aquecimento.

IV. O material destinado á primeira installação publica de luz, força (excluido o destinado ás installações particulares), viação urbana, e bem assim o destinado a calçamentos, incluidos os britadores, rolos e compressores para macadamização e motores respectivos, á incineração do lixo, ao melhoramento e conservação de barras de portos, á praticagem de portos, á desobstrucção de baixios e canaes, o destinado ás estradas de ferro, viação electrica e pontes, aos tubos de ferro galvanizado e corrugado para boeiros de estradas de rodagem, aos laboratorios de analyses, ás colonias correccionaes e ás prisões com trabalho, assim como o destinado ao saneamento e embelezamento das cidades.

Esses materiaes só ficarão sujeitos á taxa de 8 % aqui estabelecida quando importados para serem applicados pelos governos dos Estados, dos Municipios, ou do Districto Federal em obras suas, feitas por administração directa ou por contracto; á concessão do favor aduaneiro precederá requisição desses governos.

Para o material de saneamento serão commercial ou de factura o valor sobre o qual incide a taxa.

V. O material fluctuante para o serviço de navegação dos rios e lagos da Republica e as peças metallicas importadas para a construcção de navios e vapores em estaleiros nacionaes.

VI. Os machinismos e pertences de primeira installação importados por individuos ou empresas que se proponham desenvolver as applicações do algodão e de fibras animaes e vegetaes no fabrico de linha de carretel e retrozes ou a utilizar os mesmos productos e os do côco babussú em industrias ainda não exploradas ou sem congêneres no paiz e para as industrias de olcos vegetaes e mineraes extrahidos de productos nacionaes.

Art. 12. Continúa em vigor a autorização concedida ao Governo para adoptar uma tarifa differencial para um ou mais generos de producção estrangeira, podendo a reducção ir até o limite de 20 %, limite que para a farinha de trigo poderá ir até 30 %, desde que taes reduções sejam compensadoras de concessões feitas a generos de producção brasileira, especialmente a borracha e o fumo.

Art. 13. As firmas commerciaes em nome individual ficam equiparadas ás inscriptas sob razão social, para o offeito do pagamento do sello proporcional sobre o capital registrado.

Art. 14. O imposto de pharol, bem como o de dôca, será cobrado em ouro ao cambio de 27 d., por mil réis.

Art. 15. O Governo Federal fará a revisão das tarifas das estradas de ferro custeadas directamente pela União, reduzindo o frete do cereaes, de sementes para plantação, de machinas agricolas, de adubos para agricultura e de arame farpado para cerca.

Art. 16. Continuam em vigor as disposições dos arts. 8, 14, 15, 28, 29, 30 e 60 da lei n. 2.841, de 31 de dezembro de 1913, corrigida pelo decreto n. 2.845, de 7 de janeiro de 1914; ficam igualmente em vigor, sómente para os negocios sobre o café, os arts. 77, 78, 79, 80 e 81 da lei n. 2.841, de 31 de dezembro de 1913, e o art. 3º, § 14, da lei n. 2.919, de 31 de dezembro de 1914, observado o disposto no art. 1.479 do Codigo Civil; continuam, finalmente, em vigor o artigo 72, n. 15, da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, e o n. XI do artigo 2º da lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915.

Art. 17. Fica isento de direitos de importação o salitre do Chile destinado a adubo.



Art. 18. Ficam isentos de direitos de importação e de expediente os machinismos destinados á exploração, beneficiamento e briquetagem do carvão nacional e os machinismos eapparehos para a utilização dos sub-productos.

Art. 19. E' de livre entrada no territorio da Republica, independentemente de quaesquer modidas fiscaes, o gado de toda a especie destinado á criação e a engordar, permanecendo em vigor tão sómente a tributação sobre o gado destinado ao corte immediato.

Art. 20. O carvão de pedra e o oleo de petroleo, quando importados para servir do combustivel, pagarão a taxa de 2 %, de conformidade com a circular do Ministerio da Fazenda n. 73, de 11 de outubro de 1916.

Art. 21. Pagarão 5 % *ad valorem* (que será o da factura) o material escolar para escolas publicas primarias e gratuitas importado pelos governos dos Estados, do Districto Federal e dos Municipios, o material destinado á construcção da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, finalmente, os artigos directamente importados pela Associação Brasileira dos Escoteiros de S. Paulo e outras congeneres, uma vez que estes artigos tenham marcas indestructiveis que os tornem absolutamente inadequados a qualquer outro emprego.

Art. 22. Ficam equiparadas ás machinas agricolas as machinas proprias para torrar e moer café, quando importadas de paizes onde o café brasileiro tenha livre entrada, assim como as destinadas ao preparo das fibras nacionaes e fabricação de cordoalha.

Art. 23. Continuam em vigor as disposições do § 8º do art. 3º da lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915, devendo, porém, ser applicada a regra 1ª aos funcionarios de que cogita a regra 2ª toda vez que o aluguel fixado por esta exceder ao estabelecido por aquella, cujas disposições se applicarão egualmente aos funcionarios residentes em predios alugados pelo Governo e aos que deste receberem abonos para o mesmo fim.

Quando se tratar de proprios edificacos no recinto de fortalezas ou de arsenaes, nenhum aluguel será cobrado. Nenhum aluguel será tambem cobrado quando, em virtude dos regulamentos respectivos, os funcionarios publicos tiverem direito á moradia.

Art. 24. Ficam isentas do imposto do sello as operações que os bancos populares e caixas ruraes, organizados sob forma cooperativa, realizarem com agricultores e criadores.

Art. 25. Os documentos passados no estrangeiro, que deixarem por motivo de força maior de ser legalizados nos consulados brasileiros, não poderão produzir effeito no Brasil, sem o pagamento na Recebedoria do Thesouro Nacional dos emolumentos que deveriam pagar nos consulados, fazendo-se a cobrança por sello de verba, convertida a taxa ouro em papel ao cambio do dia.

Art. 26. Fica abolida a exigencia do art. 71, § 4º, do decreto n. 11.951, de 16 de fevereiro de 1916.

Art. 27. No art. 178, lettra m, do decreto n. 11.951, de 16 de fevereiro de 1916, acrescente-se: «IX. Os que fabricarem, expuzerem á venda ou venderem producto nacional, inculcando-o como estrangeiro», e «X. Os que expuzerem á venda ou venderem producto estrangeiro inculcando-o como nacional».

Art. 28. Continúa em vigor o art. 120 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, acrescentando-se *in fine*: «O resultado de analyse só será entregue ao interessado á vista de documento que prove ter sido paga a respectiva taxa de analyse».

Art. 29. Ficam isentos de todos os impostos aduaneiros e das despesas de frete nas estradas de ferro da União e nos navios do Lloyd

Brasileiro os animais destinados aos jardins zoológicos federaes, estaduais ou municipaes.

Art. 30. O negociante estabelecido no Districto Federal não poderá despachar mercadorias importadas sem que, mediante registro semestral na Alfandega, conste estar quite do imposto de industria e profissão.

Art. 31. Todo aquelle que exercer o commercio de fazendas, modas e confecções no Districto Federal, em installações transitorias, seja em hospedarias, hoteis ou residencias particulares, expondo ou offorecendo á venda mercadorias do seu commercio em malas, armarios, caixas, pacotes ou envolveros semelhantes, ou por qualquer outro modo, ficará sujeito ao imposto a que se refere o art. 1º do regulamento annexo ao decreto n. 5.142, de fevereiro de 1904 (industrias e profissões), pagando exclusivamente a taxa fixa annual de 1:300\$, sendo para esse fim inscripto no respectivo lançamento :

a) o imposto será pago de uma só vez integral e antecipadamente por exercicio, qualquer que seja a época do inicio do negocio ;

b) a Alfandega não permitirá o desembaraço e sahida das mercadorias que para esse commercio forem importadas directamente do estrangeiro, sem que seja exhibida préviamente pelo interessado, a exemplo do que já se estatuiu para o commercio estabelecido, a certidão de quitação do imposto pago na Recebedoria do Districto Federal, não inclusive os mascates, que tenham pago imposto do estabelecimento ;

c) os que exercerem o commercio de que trata este artigo sem prévio pagamento de imposto ficam sujeitos, além do mesmo imposto, á multa de 2:000\$, que será repartida entre o Thesouro e o funcionario ou particular que denunciar a infracção.

Art. 32. No manifesto a ser enviado á Directoria de Estatistica Commercial, na Capital Federal, e de que trata o decreto n. 7.473, de 29 de julho de 1909, arts. 1º e 2º, ficam os agentes, consignatarios, despachantes, capitães ou mestres de navio obrigados a mencionar a quantidade e valor commercial de todo e qualquer combustivel, recebido em portos brasileiros, para o consumo das respectivas embarcações, assim como se torna obrigatoria, no mesmo manifesto, no caso de não recebimento de combustivel, a respectiva declaração. Pela falta de qualquer das duas declarações ficam os responsaveis sujeitos á multa estabelecida no art. 9º do citado decreto.

Art. 33:

1) Nenhuma factura poderá ser apresentada para autenticação depois da partida para o Brasil do navio que transportar a respectiva mercadoria e, si o fôr, não poderá ser accoita para isentar o importador da penalidade por falta de factura.

2) Os consules authenticarão a factura assignando-a e datando-a.

3) O que constitue base para a imposição das multas estabelecidas no decreto n. 1.103, de 21 de novembro de 1903, é a divergencia entre a mercadoria facturada e a verificada no volume no acto da conferencia.

4) A falta de factura consular sujeitará a mercadoria a direitos em dobro, findo o prazo concedido para sua apresentação.

5) E' obrigatoria a declaração, na factura consular, do paiz onde foram compradas as mercadorias para a exploração para o Brasil, independente de declaração do paiz de origem.

6) O modelo de factura consular continuará a ser o seguinte:

...VIA FACTURA CONSULAR BRASILEIRA

Consulado Geral em.....

*Declaração*

Declaramos solemnemente que exportadores ou carregadores das mercadorias mencionadas nesta factura e contidas nos..... volumes indicados, a qual é exacta e verdadeira a todos os efeitos, sendo estas mercadorias destinadas ao porto de..... do Brasil e consignadas aos Srs..... de.....

.....de.....de 19....

.....agente do exportador.

Nome e nacionalidade do navio á vela.....

Nome e nacionalidade do navio a vapor.....

Porto de embarque da mercadoria.....

Porto de destino da mercadoria.....

Porto de destino da mercadoria.....com opção para.....

Porto de destino da mercadoria.....em transitó para.....

Valor total da factura, inclusive frete e despesas approximadas.....

.....(1)

Frete e despesas approximadas.....(1)

Agio da moeda do paiz de procedencia.....

*Observações do consul*

.....

.....

Visto.....Consulado.....dos E. U. do Brasil

.....de.....de 19....

Pagou.

(Assignado).....

\_\_\_\_\_

(1) Moeda do paiz de exportação.

## FACTURA

[illegible]

(\*) Para uso da Directoria de Estatistica Commercial.

Art. 34. Os electrodos e as chapas de ferro estanhadas, chumbadas, zincadas, galvanizadas ou pretas, que se destinam ao fabrico dos tambores para o acondicionamento do carbureto de calcio de produccção nacional, continuarão a pagar 8 % do seu valor.

Art. 35. Quando acondicionadas em recipientes de louça ou vidro as conservas alimenticias pagarão o imposto de consumo pelo peso liquido legal, fixada em 30 % do peso bruto a taxa do envoltorio externo.

Art. 36. Ficam isentos dos impostos de importação e da taxa de expediente os materiaes destinados ao abastecimento de agua e rede de esgotos importados directamente pelos Governos dos Estados, dos Municipios e do Districto Federal.

Art. 37. Ficam isentos de direito de importação e de expediente os machinismos e materiaes destinados á exploração, beneficiamento, briquetagem, pulverização e preparo de carvão mineral ; e bem assim os machinismos,apparelhos e materiaes destinados ao preparo e utilização dos sub-productos e ao transporte da produccção das minas por via fluvial, terrestre ou maritima.

Art. 38. Toda vez que nos despachos *ad valorem* de importação fôr verificado, em acto de conferencia, por qualquer fôrma, que o valor de uma mercadoria não é o verdadeiro, o importador ficará sujeito a uma multa de importancia egual á differença entre o valor declarado no despacho e o verificado, observado o disposto no art. 29 do regulamento annexo ao decreto n. 3.529, de 15 de dezembro de 1899.

Art. 39. Fica o Governo autorizado a conceder transporte, com reduccção de 50 % da tarifa respectiva nas estradas de ferro administradas pela União, para o material destinado ás construcções de estradas de ferro, que sejam tributarias daquellas e não gozem de outros favores do Governo Federal.

Art. 40. A contribuição de caridade, que se arrecada na Alfandega do Rio de Janeiro, por kilo de vinho e mais bebidas alcoolicas e fermentadas, em beneficio da Santa Casa de Misericordia e do Hospital dos Lazaros, fica elevada a \$050, destinando-se tres quintos do augmento, em partes iguaes, á Maternidade da Capital Federal, á Liga Brasileira contra a Tuberculose, ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro, ao Asylo de S. Luiz para a Velhice Desamparada, ao Dispensario de S. Vicente de Paulo, ao Asylo Gonçalves de Araujo, á Escola Profissional e Asylo para Cegos Adultos, á Assistencia de Santa Thereza e Associação Pro-Matre, todos desta Capital, e o restante ao mesmo fim da contribuição actual e pertencendo o producto do augmento de \$010 ora feito sobre a contribuição votada para 1918 ao hospital maritimo Müller dos Reis.

Ao Hospital dos Lazaros, porém, fica pertencendo um quinto desse augmento, que lhe será entregue desde já, até perfazer a somma que o mesmo deixou de receber, por erronea interpretação, desde o incio da lei que lhe concedeu esse beneficio, somma essa que o Governo fica autorizado a apurar opportunamente.

§ 1.º A mesma contribuição, que se arrecada nos outros portos por pipa e duzia de garrafas de bebidas, em beneficio das casas de caridade do lugar, será egualmente na razão de 40 réis por kilo, sendo um terço da renda para a mesma applicação da actual, e o restante para os estabelecimentos de caridade ou de instrucção indicados pelos Governadores dos respectivos Estados.

§ 2.º As quotas acima referidas serão entregues mensalmente a quem de direito, mediante requerimento aos chefes das repartições arrecadoras.

Art. 41. O art. 61 da lei n. 2.841, de 31 de dezembro de 1913, não comprehende os productos nacionaes devidamente rotulados, nem mercadorias estrangeiras já nacionalizadas, que, embarcadas em outros Estados com transito por portos estrangeiros, se destinarem aos Estados designados no art. 2º do decreto n. 8.547, de 1 de fevereiro de 1911.

Art. 42. Ficam isentos dos impostos de importação e de expediente osapparelhos destinados ao fabrico, distilagem e refinação de oleos vegetaes.

Art. 43. Nenhuma restricção poderá ser estabelecida á entrada e commercio, no Districto Federal, de generos e mercadorias procedentes dos Estados. Não se consideram restricções as medidas communs de fiscalização da qualidade dos generos em bem da saude publica, nem os impostos municipaes, quando recaiam sobre productos já incorporados ao commercio do districto, nos termos da lei n. 1.185, de 11 de junho de 1904.

Art. 44. Continúa em vigor o art. 129 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917, que manda viajar gratuitamente nos carros de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil os estafetas e carteiros do Telegrapho e Correo, quando em serviço.

Art. 45. O imposto de consumo sobre phosphoros continuará a ser de 30 réis para as caixinhas contendo até 60 phosphoros, sendo que as carteirinhas ou caixinhas contendo até 30 phosphoros pagarão 15 réis.

Art. 46. O azul ultramar, ou ultramarino, simples ou composto, acondicionado em saquinhos, pacotes, caixinhas e preparados em tablettes, bolas, comprimidos ou de qualquer outro modo, destinado a lavadeiras ou a outros usos, pagará 800 réis por kilogramma, razão 25 %.

Art. 47. Fica prorogado o convenio celebrado entre os governos italiano e brasileiro relativamente aos favores de que goza a entrada de café no mercado italiano.

Art. 48. Continúa privativa dos procuradores fiscaes, onde houver delegacia fiscal, a competencia a que se refere a lei n. 1.178, de 16 de janeiro de 1904.

Art. 49. Pagarão tão sómente o imposto de importação de 5 % *ad valorem* os materiaes e machinismos para usinas e moinhos para preparo, beneficiamento, transformação e conservação do trigo, cereaes e outros productos agricolas destinados á alimentação.

Art. 50. O oleo de petroleo bruto, importado pelos lavradores para combustivel de machinas agricolas, gosará de isenção de direitos de importação, inclusive a taxa de expediente.

Art. 51. Fica autorizado o Governo a revêr o regulamento fiscal referente ás joalherias e ourivesarias.

Art. 52. Fica concedida franquia postal registrada para os exemplares da *Revista do Supremo Tribunal*, publicação official.

Art. 53. Terá um abatimento de 90 % o imposto de importação dos materiaes destinados á construcção de um hospital e de um hospicio que a Santa Casa de Misericordia do Manáos pretende levar a effeito.

Art. 54. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção de direitos de importação e de expediente por 10 annos aos estaleiros que funcionam e que vierem a funcionar no paiz, nos termos das leis vigentes.

Art. 55. E' o Governo autorizado a dispensar, no todo ou em parte, os impostos que lhe caberiam nas loterias que com sua porção sejam extrahidas pela Companhia do Loterias Nacionaes a beneficio da Cruz Vermelha Brasileira.

Art. 56. Fica concedida franquia telegraphica á Liga de Defesa Nacional.

Art. 57. Em substituição ao art. 3º, § 3º, da lei n. 1.910, de 31 de dezembro de 1914, fica modificada a tarifa aduaneira na parte relativa aos artefactos de borracha, em qualquer classe ou artigo da tarifa em que estejam compreendidos, passando a pagar 5 % dos direitos que lhes corresponderem quando forem fabricados com borracha de superior qualidade e venham acompanhados de declaração dos fabricantes (devidamente authenticada pela respectiva autoridade consular) atestando serem os ditos artefactos fabricados com borracha nacional typo *fine Pará* e tragam gravadas as palavras *Pará Rubber Brazil* ou equivalentes na lingua de procedencia.

§ 1.º Os fios e cabos conductores de electricidade, quando isolados com borracha de superior qualidade, typo *fine Pará*, embora recobertos de algodão, linho, seda ou outro revestimento externo, vindos acompanhados das mesmas declarações acima e possuindo um isolamento, no minimo, de 2.300 Megohms, pagarão apenas 10 % dos direitos correspondentes.

§ 2.º As camaras de ar e rodas de automoveis, quando não preencham taes condições, passarão a pagar 15 % *ad valorem*, excepção feita das que se destinem aos automoveis de carga, que nesta mesma hypothese continuarão a pagar 5 %.

Art. 58. Considerar-se-hão feitos com borracha de superior qualidade todos os artefactos cuja borracha seja perfeitamente vulcanizada, elastica, nervosa, bem soldada e homogenea; que não tenha densidade superior a 1.040; cujo residuo de cinzas não ultrapasse 5 %, excepção feita dos pneumáticos e tapeçaria, que poderá ir até 15 %; cuja perda em sendo tratados pela sôda alcoolica a 5 %, não exceda de 3 %; que resista á temperatura humida de 170-175º durante duas horas sem modificação alguma; que suporte uma distensão de seis mezes o seu tamanho sem romper-se e que resista ás provas de elasticidade e compressão exigidas pelos Chemins de Fer de l'Etat Français, da Artilharia de Toul, da Manufacture d'Armes de Châtelleraut e des Fonderies de Pont-à-Mousson.

Art. 59. Ficam sem effeito os termos de responsabilidade assignados pelo commercio importador relativamente aos artefactos de borracha.

Art. 60. O Banco do Brasil e suas agencias constituem serviço federal e estão isentos de todo e qualquer imposto estadual e municipal.

Art. 61. O Poder Executivo fará organizar a consolidação de todas as disposições de character permanente inseridas em leis annuas de orçamento, que, não tendo sido revogadas, digam respeito ao interesse publico da União Federal; serão excluidas todas as que contenham autorização, não realizada opportunamente, para a reforma da legislação fiscal ou de repartições e serviços, assim como para augmento de vencimentos ou outras remunerações, egualmente excluidas as que tenham character individual e as que, directa ou indirectamente e com ou sem condições, autorizem a concessão de quaesquer privilegios, favores ou vantagens.

Art. 62. O Governo, por disposições regulamentares, evitará quanto possivel que sejam cobrados impostos federaes sobre mercadorias de produção ou fabricação nacional exportadas para portos estrangeiros, ou determinará a prompta entrega aos exportadores das quantias de ora em deante arrecadadas sobre taes mercadorias effectivamente exportadas.

Paragrapho unico. Exceptuam-se desta disposição as mercadorias exportadas do Territorio do Acre.

Art. 63. Para vigorar durante o exercicio, o Poder Executivo poderá regulamentar a exportação do ouro, prata, nickel, cobre, bronze e outros metaes, amoadados ou em barras e artefactos.

Art. 64. Ficam isentos de qualquer sello proporcional e de outros impostos a constituição de bancos, hypothecarios ou agricolas, e as obrigações ao portador (*déventures*), por elles emittidas, uma vez que taes estabelecimentos sejam ou tenham sido fundados com a cooperação e immediata fiscalização dos Governos da União ou dos Estados, afim de fornecerem á lavoura auxilio de capitaes.

Art. 65. O *warrant* pagará o sello fixo de 300 réis, quando fôr endossado pela primeira vez, ficando assim equiparado ao recibo das mercadorias, depositadas nos armazens geraes, e ao conhecimento de deposito, para o effeito fiscal.

Art. 66. Continúa em vigor o § 17 do art. 3.º da lei n. 3.219, de 30 de dezembro de 1916, isentando do imposto de consumo a louça de pó de pedra manufacturada na fabrica de Santa Catharina, em S. Paulo.

§ 1.º Esta isenção é extensiva á louça de pó de pedra da fabrica de Angelo Rizzi & Irmão, estabelecida em Pedreira, municipio do Amparo, e á Companhia Ceramica Villa Prudente, em S. Paulo; ás fabricas de Santa Josephina, em Jundiahy, e da viuva Grandi & Comp., de S. Bernardo; ficando, outrossim, concedidos á fabrica de louça da Villa Colombo, no Paraná, os mesmos favores de que goza a de Santa Catharina, em S. Paulo.

§ 2.º Fica o Governo autorizado a estender o mesmo favor a outras fabricas em igualdade de condições.

Art. 67. As transferencias de licença de fabricação dos productos pharmaceuticos nacionaes, de propriedade de firmas legalmente constituídas, e approvados pela Directoria Geral de Saude Publica, por morte dos responsaveis pelo seu preparo ou por qualquer outra razão, far-se-hão mediante um termo lavrado em livro especcial e assignado pelo novo responsavel, pelo proprietario do producto e pelo chefe do serviço pharmaceutico.

Paragrapho unico. Pela transferencia de cada licença serão devidos cinco mil réis de emolumentos cobrados em sello no proprio termo.

Art. 68. A' proporção que o Governo fôr recebendo o producto dos emprestimos feitos nos Estados para a defesa da producção nacional nos termos das leis ns. 2.986, de 28 de agosto de 1915, e 3.316, de 16 de agosto de 1917, será elle applicado na despeza ordinaria.

Art. 69. Fica o Governo autorizado a celebrar accórdos, ajustes ou tratados com as nações amigas no sentido de melhor regular e defender os direitos e interesses de ordem industrial, commercial e financeira, estipulando e accetando obrigações e vantagens reciprocas, tudo dependente de approvação do Congresso Nacional, naquillo que fôr de sua competencia.

Art. 70. Fica o Presidente da Republica autorizado a reorganizar os serviços da administração e navegação do Lloyd Brasileiro, sendo a sua renda liquida recolhida ao Thesouro Federal, tendo em vista melhor distribuição de tonelagem dos navios para attender ás necessidades do commercio interno e internacional.

Art. 71. A cobrança da taxa de saneamento correspondente a cada exercicio será feita na Recebedoria do Districto Federal de uma



só vez, durante o mez de novembro do respectivo exercicio, ficando modificado, nessa parte, o disposto no art. 3.<sup>o</sup> do regulamento annexo ao decreto n. 12.866, de 6 de fevereiro de 1918.

Art. 72. Fica autorizado o Poder Executivo a conceder remissão aos foreiros das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz, passando-lhes o respectivo titulo de propriedade, pelo Ministerio da Fazenda, desde que observem as condições abaixo:

a) os requerimentos pedindo remissão serão dirigidos ao Ministro da Fazenda, mas entregues na Superintendencia da Fazenda Nacional de Santa Cruz, acompanhados da carta de aforamento, planta do terreno e certidão da quitação dos fôros;

b) o superintendente da Fazenda Nacional de Santa Cruz determinará ao engenheiro da secção respectiva a locação da planta no terreno aforado, percebendo por esse serviço o engenheiro, de quem requerer a remissão, os emolumentos de que trata o art. 7.<sup>o</sup> do decreto n. 1.995 D, de 1892, mas em razão de um terço;

c) da locação da planta, collocação de marcos, etc., será lavrado um termo em triplicata, o qual será assignado pelo superintendente, pelo foreiro, pelo engenheiro e pelos confrontantes que o quizerem, entendendo-se renunciado todo e qualquer direito do confrontante que, convidado para isso, não protestar contra ella, perante o superintendente no prazo de cinco dias a contar do dia do convite, exclusivo, ou não vier dar a sua assignatura ao termo.

Desse termo, um exemplar ficará archivado na Superintendencia, outro será entregue á parte, o outro junto ao processo de remissão ao Thesouro;

d) locada a planta e embolsado o engenheiro dos emolumentos a que tiver direito, deverá o requerente pagar na superintendencia uma quantia equivalente a 50 annuidades do foro que estiver pagando pelo terreno e mais uma prestação de  $2\frac{1}{2}$  % sobre o valor do dominio util.

No computo dessas 50 annuidades serão, entretanto, levadas em conta, as annuidades que houverem sido pagas desde o primeiro aforamento do terreno, isto é da expedição á primeira carta de aforamento consequente á assignatura do devido termo na repartição competente, de sorte que a importancia effectivamente a se pagar constitua a differença entre a taxa de 50 annuidades e a somma das annuidades pagas pelo foreiro ou seus antecessores desde a data do primeiro aforamento do terreno;

e) quando se tratar de desmembramento de aforamento, serão levadas em conta e proporcionalmente as annuidades já pagas pela totalidade do aforamento e de accôrdo com a lettra d;

f) preenchidas essas formalidades, o superintendente encaminhará o processo ao Thesouro, onde, pelo Ministro da Fazenda, será expedido o titulo de propriedade, no qual, entretanto, se assignalará a obrigação, da parte do remido, em pena de nullidade da remissão do cumprimento, no prazo maximo de tres annos, a contar da data do titulo, do disposto no art. 9.<sup>o</sup> das instrucções que acompanharam o decreto n. 613, de 22 de outubro de 1891.

Art. 73. Quaesquer duvidas occorrentes das locações das plantas, relativas á area ou confrontação, serão resolvidas pelo Ministro da Fazenda, de accôrdo com as leis em vigor.

Art. 74. Fica o Governo autorizado a expedir nova regulamentação das companhias de seguros nacionaes e estrangeiras, sendo remodelado o serviço de fiscalização, de maneira a ser o mais efficiente e dotado de pessoal tecnico necessario, abrindo para esse fim o credito necessario,

Art. 75. O director da Recebedoria do Districto Federal poderá, quando for necessario, prorogar as cobranças á bocca do cofre, dos impostos e taxas a cargo da mesma repartição até ao maximo de quinze dias uteis.

Art. 76. Das contribuições cobradas nesta Capital aos maritimos de embarcações nacionaes, de accôrdo com o art. 607 da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, será destinada annualmente a quantia de 150:000\$ para ser entregue á directoria do Hospital Maritimo, creado pela Federação Marítima Brasileira.

Art. 77. Para supprir deficiencias orçamentarias do exercicio é o Governo autorizado a fazer as necessarias operações de credito.

Art. 78. Fica revigorado o art. 53 do Regulamento que baixou com o decreto n. 6.993, de 14 do junho de 1908.

Art. 79. Continúa em vigor o art. 129 da lei n. 3.232, de 3 de janeiro de 1917, revigorado pelo art. 46 da lei n. 3.446, de 31 de dezembro de 1917, que manda viajar gratuitamente nos carros de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brasil os carteiros e estafetas dos Correios e Telegraphos quando em serviço.

Art. 80. Os empregados titulados ou jornaleiros das estradas de ferro de administração da União gosarão do direito a passes com abatimento nas mesmas estradas, segundo o estabelecido no art. 111 do regulamento em vigor para a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Art. 81. Fica reduzido a 100 réis por palavra a actual taxa de 270 réis estabelecida para os telegrammas da imprensa no territorio do Acre.

Art. 82. Fica o Governo autorizado a vender ao Dr. Crissiuma Filho uma área até o maximo de 4.000 metros quadrados, destinada á construcção de uma casa de saude modelo, nos terrenos do antigo morro do Senado, pelo preço médio obtido nos leilões effectuados alli.

Art. 83. Fica o Governo autorizado a rever o regulamento do imposto de consumo, fazendo as alterações que julgar necessarias com o fim de facilitar a fiscalização e assegurar a arrecadação da renda deste imposto, equiparando os seus fraudadores aos que transgredirem as leis aduaneiras, sujeitando-os aos mesmos processos e penalidades.

Art. 84. A partir de 1 de maio de 1919 o carvão de pedra, quando importado para servir de combustivel ou para os fins de que trata a circular do Ministerio da Fazenda n. 73, de 11 de outubro de 1916, continúa livre de direitos de expediente de 5 %, sendo o valor para essa cobrança determinado de accôrdo com o art. 561 da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas e com os arts. 14 e 18 do decreto n. 3.617, de 19 de março de 1900, que approva a revisão da tarifa das Alfandegas e Mesas de Rendas, ficando revogadas todas as disposições em contrario.

Art. 85. Fica o Governo autorizado a ceder á Prefeitura do Districto Federal, para campo de demonstração agricola da Escola Visconde de Mauá, da mesma Prefeitura, o terreno que, limitando com os dessa escola, vae até á rua das Mangueiras, na estação Marechal Hermes, com frente para a avenida Paulo Frontin e com seiscentos metros de fundo.

Art. 86. Fica o Governo autorizado a rever os contractos celebrados pelo Ministerio da Fazenda que, sem onus para a União, produzem rendas para este do modo a assegurar ou augmentar as vantagens que delles resultam para o Thesouro, mantida a prohibição contida no art. 1º, p. 50, desta lei.

Art. 87. Continúa revogado o art. 49 da lei n. 1.313, de 30 de dezembro de 1904 ; todos os navios que entrarem pela barra do porto do Rio de Janeiro pagarão, a titulo de conservação do mesmo porto, a taxa de um real por kilogramma de mercadoria embarcada ou desembarcada, exceptuadas as de produção nacional e o oleo de petroleo, que ficam isentos desta taxa.

Art. 88. E' o Governo autorizado a ceder á Casa dos Artistas do Rio de Janeiro uma área de 1.000 metros quadrados para construção do seu edificio destinado a asylo e hospital dos artistas seus associados, de accôrdo com o preço ou outras condições que forem estipuladas, no sentido de resguardar o patrimonio nacional.

Art. 89. E' o Governo autorizado a restituir á Camara Municipal de Barbacena a importancia de 36:877\$600 de direitos pagos pela importação de material destinado ao serviço publico de electricidade daquella cidade.

Art. 90. Fica o Governo autorizado a entrar em accôrdo com o Banco do Brasil para a criação de uma carteira especial de descontos, enquanto não for criado um instituto especial para esse fim.

§ 1.º Esta carteira, que será autonoma, terá pessoal proprio, escripturação e caixa inteiramente separadas das demais carteiras e será administrada, sob a superintendencia do presidente do Banco do Brasil, por um director de livre nomeação do Presidente da Republica, com todas as attribuições decorrentes do cargo, inclusive a de represental-a em juizo e fora delle.

§ 2.º As operações da carteira serão só e exclusivamente de titulos descontados, por Bancos, na fórma das instrucções que o Governo expedir.

§ 3.º O Governo fixará as taxas de redesconto, que não poderão exceder de 6 % ao anno, de accôrdo com o prazo de vencimento dos titulos.

§ 4.º Dos lucros liquidos da carteira, 85 % pertencerão ao Thesouro Nacional e serão levados á conta do fundo de garantia e 15 % ao Banco do Brasil.

§ 5.º Para realização dos fins constantes deste artigo, o Governo fica autorizado a emittir notas do Thesouro até o maximo de cem mil contos (100.000:000\$), mediante requisição conjunta do presidente do Banco e do director da carteira.

§ 6.º No contracto que celebrar, o Governo estabelecerá as condições para o bom funcionamento da carteira e segurança dos interesses do Thesouro Nacional.

Art. 91. E' o Governo autorizado a ceder á Associação Evangelica Baptista, com a redução de 50 % sobre a avaliação feita pela Directoria do Patrimonio Nacional, a área do antigo morro do Senado, situada no canto da avenida Henrique Valladares e praça Vieira Souto, constante dos lotes ns. 111 a 120, com o fim especial de construir um predio destinado ao ensino primario; sendo o pavimento tarreo para aulas, com capacidade para cerca de 250 alumnos, e o pavimento superior, que occupará a altura dos primeiros e segundos andares, constará de um salão nobre para conferencias com capacidade de cerca de 2.000 pessoas.

Parapho unico. Reverterão ao Patrimonio Nacional, sem indemnização, o terreno e bemfeitorias se esta concessão for applicada a outros fins.

Art. 92. E' fixado em 1:200\$ annuaes o aluguel do terreno de que trata o art. 53 da lei n. 3.446, de 31 de dezembro de 1917.

Art. 93. Fica restabelecido o regimen anterior á guerra para os portos da Republica, podendo os navios, paquetes, ou outras embarcações entrar nelles a qualquer hora do dia ou da noite. Entre as 6 e 20 horas, todos os navios e paquetes que entrarem serão visitados pelas autoridades da Saude Publica, Alfandega e Policia Maritima, o em seguida pelos encarregados do serviço postal marítimo.

§ 1º. Fóra dessas horas as visitas serão consideradas extraordinarias.

§ 2º. A bem da fiscalização aduaneira, as licenças para ingresso a bordo só serão dadas pela Guarda-Moria das Alfandegas.

Art. 94. Fica a Sociedade Nacional de Agricultura relevada do pagamento das quantias de 14:553\$ e 37:034\$480, a que foi condemnada pelo Tribunal de Contas, por gloza de documentos nas prestações de contas dos adeantamentos feitos pelos avisos do Ministerio da Agricultura sob ns. 842 e 1.337, de 19 de abril e de 20 de junho de 1910, cancelando-se para todos os efeitos, os respectivos processos.

Art. 95. Fica o Governo autorizado a arrendar, mediante concorrência publica, não só a ilha de Marambaia, como os terrenos da fabrica de ferro de Ipanema que não forem necessarios ao Ministerio da Guerra ou da Marinha e se não houver prejuizo para o serviço publico.

Art. 96. Fica o Poder Executivo autorizado a rever, ouvido o Conselho Administrativo da Caixa Economica desta Capital, o respectivo regulamento e ampliar-o de accôrdo com o desenvolvimento da mesma Caixa creando uma secção de empréstimos aos funcionarios publicos federaes até dous terços dos vencimentos annuaes, a prazo maximo de 30 mezes, juros de 12 % ao anno, com consignação de vencimentos e outras garantias.

§ 1º. Dos 12 % dos juros serão levados 2 % a um fundo de garantia especial destinado a cobrir prejuizos.

§ 2º. Os empréstimos não poderão exceder de 30 % do saldo verificado da mesma Caixa.

Art. 97. Os officiaes da Procuradoria Geral da Fazenda privativos da cobrança da divida activa, creados pelo decreto n. 13.348, de 23 de outubro de 1918, passam a denominar-se procuradores da Fazenda, correndo a despeza dos respectivos vencimentos pela verba mantida no Orçamento do Ministerio da Fazenda para o corrente exercicio, destinada aos funcionarios suprimidos pelo mesmo decreto.

Art. 98. O Governo fica autorizado a abrir pelo Ministerio do Exterior o credito de 131:592\$390, para pagamento de telegrammas de que trata a mensagem do Presidente da Republica, de 4 de dezembro de 1918.

Art. 99. Fica o Poder Executivo autorizado a ceder á Associação Christã dos Moços do Rio de Janeiro uma area de 3.880 metros quadrados, para a construcção de seu novo edificio, destinado a fins educativos, mediante o preço ou outras condições julgadas convenientes pelo Governo.

Art. 100. Os impostos arrecadados por conta dos Estados, pelas estradas de ferro ou por outras empresas administradas pela União serão por ellas directamente entregues, semanalmente, aos governos estaduais, a que forem devidos, levando-se o pagamento ao conhecimento do ministro da Fazenda.

Art. 101. Fica o Governo autorizado a reduzir a taxa vigente para o transporte do manganez pela Estrada de Ferro Central do Brasil, podendo estabelecer uma tarifa movel, de accôrdo com as condições do mercado.

Art. 102. Continúa em vigor o art. 44 da lei n. 3.446, de 31 de dezembro de 1917, que prohibe restricções á entrada e commercio dos productos dos Estados no Districto Federal.

Art. 103. Pagará tão sómente 3 % *ad valorem* (que será o da factura) o material de laboratorios, de officinas de desenho e para os serviços e trabalhos de agricultura que fôr importado pelas escolas de engenharia do paiz, reconhecidas pelo Governo Federal, para o ensino gratuito profissional ministrado pelas mesmas escolas ou seus substitutos.

Art. 104. Ficam isentos de impostos os machinismos importados pela Comp. The Oversea Company of Brasil Limited e destinados á primeira grande fabrica da industria de madeiras folheadas e serreria da propriedade da United Lumber and Veneer Company, no Estado do Maranhão. Idêntico favor é concedido á Société Forestière et Industrielle de São Matheus, no Estado do Espirito Santo.

Art. 105. Fica elevada, na base que se segue, a tarifa da classe 21<sup>a</sup>, das alfandegas da Republica, na parte comprehendida sob a rubrica «Louça e vidros», subordinada ao n. 643 K (apparelhos e peças de qualquer fórma de feitio, não classificados), e assim descriminada: a de louça n. 1, a 1\$ por kilo; a de louça n. 2, a 1\$200 por kilo; a de louça n. 3, a 1\$400 por kilo; a de louça n. 4, a 1\$600 por kilo; a de louça n. 5, a 1\$800 por kilo; a de louça n. 6, a 2\$ por kilo. (Sobre o que seja louça ns. 1, 2, 3, 4, 5 e 6, define deste modo, a nota 87<sup>a</sup> da tarifa das alfandegas: «Reputar-se-ha louça: de n. 1, «a de pó de pedra branca»; de n. 2, «a de granito»; de n. 3, «a de pó de pedra ou granito, com frisos, orlas ou bordas de qualquer cor; a de pó de pedra ou granito pintada ou estampada; a de pó de pedra granito de pó de pedra e semelhantes; a de pó de pedra ou granito esmaltada; a preta, de qualquer qualidade; a de pó de pedra do Japão e semelhantes; a de pó de pedra ou granito de qualquer qualidade, com qualquer douradura»; de n. 4, «a de porcellana branca»; de numero 5, «a de porcellana branca, com qualquer douradura; a de porcellana pintada, estampada ou esmaltada; a de porcellana pintada, estampada ou esmaltada, com qualquer douradura»; a de n. 6, «a de biscuit».

Art. 106. Fica o Governo autorizado a restituir ao Estado do Paraná a importancia da taxa de 2 %, ouro, arrecadada no porto de Paranaguá, em deposito no Thesouro Federal, e destinada exclusivamente á construcção das obras do mesmo porto, de accôrdo com os decretos n. 6.368, de 14 de fevereiro de 1907, n. 10.267, de junho de 1913 e ns. 12.477, de 23 de maio e 12.599, de 1 de agosto de 1917.

Art. 107. Terá um abatimento de 99 % o imposto de importação dos materiaes necessarios á construcção do futuro edificio da Polyclinica de Botafogo na praia da Saudade (Districto Federal) e pelo material e instrumental destinados aos seus novos consultorios e enfermarias.

Art. 108. Fica prorogado até 31 de março de 1919 o prazo para que os officiaes da Guarda Nacional possam pagar o sello de suas patentes em atrazo.

Art. 109. A Curadoria de Residuos fica equiparada á secção ns. 33 a 36 do decreto n. 10.201, de 25 de junho de 1913, com as alterações da lei n. 3.213, de 30 de dezembro de 1916.

Art. 110. Os fôros de terrenos de marinha só recahirão sobre os terrenos federaes, não sendo considerados como taes os terrenos das margens dos rios, os quaes seguem sempre a condição das terras devolutas pertencentes aos Estados.

Art. 111. Os machinismos e material de custeio, etc., comprehen-

didos no art. 2º, § 36 das «Preliminares da Tarifa», importados por syndicatos agricolas, agricultores ou não, pagarão 4 %, *ad valorem*, de direitos aduaneiros.

Art. 112. Fica isento de qualquer imposto de importação o de expediente o arame farpado ou liso, destinado a fechos e tapumes nas propriedades agricolas e nas estradas de ferro.

Art. 113. As procurações lavradas em livros de notas, com a clausula «em causa propria», ficam sujeitas á distribuição, como as escripturas publicas.

Art. 114. O Governo modificará o regulamento expedido com o decreto n. 13.247, de 23 de outubro de 1918, para os fins seguintes :

1º, alterar os arts. 13, 28, n. 1 e 50, n. 2 do citado regulamento, de modo a serem mantidas as unicas attribuições que a lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, art. 162, n. 27, § 2º, letra b, estabeleceu para os auditores do Tribunal de Contas ;

2º, attender ao serviço publico, como julgar mais conveniente, quanto ao disposto nos arts. 16, 32, § 1º, n. III e 33 do mesmo artigo.

Art. 115. Continúa em vigor a autorização constante do n. 49 do art. 162 da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918.

Art. 116. Fica o Governo autorizado a conceder franquia postal e telegraphica para os serviços do Sexto Congresso Brasileiro de Geographia, a reunir-se em Bello Horizonte, em 1919 e passes gratuitos, nas estradas de ferro e emprezas de navegação, ao secretario geral do mesmo Congresso.

Art. 117. A taxa judiciaria nas causas até o valor de 240:000\$000 (duzentos e quarenta contos) será pago na proporção de 1/4 % do respectivo valor.

Art. 118. Nas causas de valor superior áquella quantia a taxa judiciaria será accrescida de 1/10 %, correspondente a cada 10:000\$, ou fracção dessa importancia.

Art. 119. Exceptuam-se as partilhas e sobrepartilhas judiciais, o calculo de adjudicação, o de transferencia do usufructo, extincção deste ou de fideicommisso, nas quaes a taxa judiciaria não poderá ser superior a 200\$ (duzentos mil réis).

Paragrapho unico. Fica extensivo aos demais juizes da magistratura do Districto Federal o disposto no art. 14 da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915.

Art. 120. Para as facturas consulares observar-se-hão as seguintes regras:

1) A especificação da mercadoria exigida nos modelos das facturas consulares deve ser feita pela denominação propria de cada uma e respectiva materia de sua composição ou preparo ; si simples, composta ou enfeitada, indicadas as mercadorias de materias diferentes que entrarem nessa composição ou preparo, excluidas as designações genericas, taes como as de obras de algodão e outras obras, productos chimicos ou pharmaceuticos e quaesquer outras designações que envolverem generalidades.

2) Os pesos devem obedecer rigorosamente á especificação do modelo—bruto do volume, bruto da mercadoria com os seus envoltorios proprios e immediatos e liquido real, isto é, sem envoltorio algum.

Não é permittido englobar peso e valor de mercadorias de diferentes especies ou qualidades.

Sempre que os objectos puderem ser contados ou medidos, deve a factura mencionar o numero desses objectos e as dimensões em metros lineares, quadrados ou cubicos e ainda o valor respectivo.

Os tecidos devem trazer o peso por metro quadrado.

3) Verificadas que sejam pelas alfandegas quaesquer divergencias entre as declarações da factura e as mercadorias postas a despacho, communicarão as mesmas alfandegas a todas as demais repartições aduaneiras, bem como ao consul que tiver legalizado a factura, os nomes do exportador e do importador, servindo essa communicação de aviso para que aquellas repartições e o consulado exerçam vigilancia sobre os documentos e as mercadorias do mesmo expedidos ou para igual destino.

4) Pela infracção de qualquer das presentes exigencias responderá o importador com a multa de 10 % sobre o valor official das mercadorias, sem prejuizo de qualquer outra penalidade em que incorrer.

Metade dessa multa será adjudicada ao funcionario da Alfandega que verificar a infracção e fizer a respectiva communicação.

5) Estas exigencias só se tornarão effectivas a contar de 1 de julho do anno corrente, feitas desde já aos consulados as dividas communicações, podendo o Governo prorogar esse prazo, si circumstancias imprevisas o exigirem.

Art. 121. Fica o Governo autorizado a habilitar, pelo modo e com as instruções que julgar mais convenientes o Banco do Brasil a realizar empréstimos sobre stocks de fazendas existentes nas fabricas de tecidos, assim como sobre materia prima (algodão e lãs nacionaes) armazenadas, sob a forma de penhor mercantil, observadas as seguintes condições :

1—O empréstimo será no maximo de 70 % do valor das fazendas, algodão ou lã;

2—As fazendas dadas em garantia pignoratícia poderão ficar armazenadas na propria fabrica, mediante termo de deposito com as sancções das leis em vigor;

3—O praso do empréstimo será de seis mezes, renovavel por outros seis mezes e com o juro não excedente de 6 % ao anno ;

4—Para os fins previstos neste artigo, poderá o Governo emittir até a somma de 50.000:000\$ em notas do Thesouro, que serão incineradas na proporção dos pagamentos realísados.

Art. 122. E' o Presidente da Republica autorizado pelos departamentos federaes competentes, a praticar os actos que facilitem o equilibrio da situação financeira do Districto Federal e melhem as condições de sua administração, podendo autorizar e aceitar secções, transferencias, unificação e quaesquer accórdos relativos a rendas e serviços no Districto; e bem assim a facilitar temporariamente os recursos imprescindíveis á liquidação de compromissos existentes e assumir as responsabilidades que julgar indispensaveis e convenientes para a realização de operações de credito que o Prefeito seja autorizado a realizar, ainda mesmo no exterior.

Art. 123. Fica isento de quaesquer direitos e demais taxas alfandegarias todo o material desportivo importado directamente pelas sociedades athleticas, de football e remo que estejam filiadas a Ligas reconhecidas pela Confederação Brasileira de Desportos com séde nesta Capital, de accôrdo com a lista seguinte:

*Football*—Borzeguins de couro, meias, joelheiras, calções camisas, bonnets, paletots, lenços, distinctivos de metal ou panno, bolas, camaras de ar, cordões de cor, rêdes para goal e cercas de ferro, de arame para isolar os campos.

**Gymnastica**—Apparelhos de gymnastica e seus accessorios, tapetes e colchões especiaes para gymnastica o seus accessorios, patins e accessorios, bolas de couro, aparelhos mechanicos tocados a mão ou a electricidade, caixas de ferro ou madeira para deposito e guarda de uniformes, roupas de exercicio ou material desportivo, floreates, espadas, sabres, mascaras de ferro, plastrões, alcochoados para o jogo de esgrima.

**Sportes nauticos**—Camisas, colchões, bonnets, barcos a remo ou a gazolina e seus accessorios, distinctivos de metal ou panno, remos, forquetas, braçadeiras.

**Tennis**—Bolas, raquettes, redes e seus accessorios.

**Bowling**—Bolas, maçãs de madeira e seus accessorios.

**Base-Ball**—Bastões, bolas e seus accessorios.

Art. 124. Pagará tão sómente 5 % *ad valorem* (que será o da factura) o material destinado á construcção do edificio da Escola de Aprendizizes Artifices do Estado do Rio Grande do Sul (Instituto Parobé).

Art. 125. Fica o Governo autorizado a abrir o credito necessario para pagamento dos vencimentos que caibam aos ex-inspectores de Fazenda logo que sejam aproveitados nos termos do n. XV do art. 89 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.

Art. 126. Fica classificado na classe 11ª, n. 284 das Tarifas a substancia — «phenolphtalina».

Art. 127. Pagarão a taxa fixa de *cem réis* (\$100) por kilogramma, quando importados exclusivamente, para a fabricação de anilinas, os sub-productos seguintes de alcatrão de hulha:

Acido H e os congeneres do mesmo grupo;

O dinitro-phenol;

O dinitro-chloro-benzina;

O di-methyl-amino-benzol;

O acido sulfurico e os sulfonicos congeneres do mesmo grupo;

A metaphenilene-diamine;

O anthraceno em pasta ou pó;

O amino-naphtina;

A benzina e acidos congeneres do mesmo grupo.

Art. 128. E' mantido o numero de 20 (vinte) cobradores na Recebedoria do Districto Federal, o qual não poderá ser augmentado sinão em virtude de decreto do Poder Legislativo.

Art. 129. Emquanto não fôr mandada executar pelo Congresso a Consolidação de todas as disposições permanentes esparsas nas leis annuas do orçamento, continuam determinadamente em vigor as disposições do art. 2º — VI, VIII e X — 1º e 3º; do art. 3º, §§ 3º, lettra d, 5º, 6º, 7º, 9º, 10º e 11º, dos arts. 8, 12, 13, 14, 15, 16, 21, 22 e 25, todos da lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915, substituidas neste ultimo as palavras «Para liquidar o deficit do exercicio de 1914 e anteriores, continúa o Governo» — pelas seguintes — «Fica o Governo», e em geral todas as disposições de leis annuas de orçamento que, não tendo sido revogadas, digam respeito ao interesse publico da União; não se comprehendem entre as ultimas as que versarem especialmente sobre a fixação das verbas da



Receita e das dotações de Despesa, e as que contenham autorização para reforma da legislação fiscal ou de repartições e serviços, assim como para augmento de vencimentos e quaesquer remunerações, nem as disposições de caracter individual ou que, directa ou indirectamente, e com ou sem condições, autorizem a concessão de quaesquer privilegios, favores ou vantagens e de que o ~~o~~ Executivo não tenha usado em tempo opportuno.

Art. 130. Revogam-se às disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO

*Amaro Cavalcanti*

# DECRETO N. 3.644 A — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1918

Autoriza o Presidente da Republica a abrir, pelo Ministerio da Justica e Negocios Interiores, o credito supplementar de 67:300\$ á verba n. 23 do art. 2° da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir o credito supplementar de 67:300\$ á verba n. 23 do art. 2° da lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, para reforço da subvenção concedida para as despesas do Collegio Pedro II no corrente exercicio; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1918, 97° da Independencia e 30° da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO.

*Urbano Santos da Costa Araujo.*